

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SANDOR FERNANDO BRINGMANN

**ÍNDIOS, COLONOS E FAZENDEIROS:
Conflitos Interculturais e Resistência *Kaingang* nas Terras Altas do
Rio Grande do Sul (1829-1860)**

FLORIANÓPOLIS,
03 de Dezembro de 2010

SANDOR FERNANDO BRINGMANN

**ÍNDIOS, COLONOS E FAZENDEIROS:
Conflitos Interculturais e Resistência *Kaingang* nas Terras Altas do
Rio Grande do Sul (1829-1860)**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção parcial do grau de Mestre em História Cultural, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Coorientador: Prof. Dr. João Klug

Florianópolis,
03 de Dezembro de 2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

B858i Bringmann, Sandor Fernando

Índios, colonos e fazendeiros [dissertação] : conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860) / Sandor Fernando Bringmann ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe Nötzold. - Florianópolis, SC, 2010.

219 p.: il., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História - Século XIX. 2. Índios Kaingang. 3. Resistência. 4. Rio Grande do Sul. I. Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

**ÍNDIOS, COLONOS E FAZENDEIROS:
Conflitos Interculturais e Resistência *Kaingang* nas Terras Altas do
Rio Grande do Sul (1829-1860)**

Sandor Fernando Bringmann

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para
obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
(Orientador e Presidente)

Prof. Dr. João Klug

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
(Suplente)

Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis,
03 de Dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar mais uma etapa de minha vida acadêmica, tenho imensa satisfação em perceber que além da bagagem cultural e do aprendizado adquirido durante o mestrado, posso também me orgulhar de ter convivido com pessoas que possibilitaram somar à minha vivência momentos inesquecíveis. Não há palavras para descrever minha gratidão pela amizade, carinho e respeito com que fui recepcionado em Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina. Nestes quase três anos de pesquisa, muitas pessoas conviveram e compartilharam comigo vários momentos de aprendizagem, descontração, alegria e também de tristeza e alguns insucessos, sempre com uma palavra amiga e reconfortante. Por isso, peço antecipadamente desculpas caso esqueça de algumas delas.

Começo meus agradecimentos à minha família, com a qual pouco pude conviver estes últimos anos devido à distância geográfica que nos separa, mas com os quais mantenho laços de amor e carinho que nenhuma distância poderá superar. Meu pai Arnildo, velhinho guerreiro, que conheceu o mar aos 74 anos e como todos, apaixonou-se por ele. Sinto-me imensamente feliz de poder ter proporcionado isso a ele. Às minhas irmãs Sandra, Solange e Sabrina que são a base de sustentação da família. Em especial, agradeço o amor e a compreensão de minha amada Milene, que sempre foi a apoiadora e incentivadora nos momentos difíceis. Juntos estamos, juntos seguiremos.

Agradeço imensamente minha orientadora, prof.^a Ana Lúcia, pela confiança em mim depositada e pelo apoio incondicional em todos os momentos. Pessoa admirável, cuja garra e dedicação à causa indígena são exemplares. Jamais esquecerei sua batalha por minha bolsa (uma leoa defendendo seus filhotes). Obrigado pelos conselhos, broncas e sobretudo pelas palavras de carinho que permearam nosso dia a dia no LABHIN.

Ao Prof. João Klug, que aceitou prontamente o convite para a coorientação. Todas as suas dicas e críticas foram essencialmente construtivas à dissertação durante a qualificação e em outros momentos.

Agradeço também ao Prof. Paulo Pinheiro Machado pela contribuição importantíssima na banca de qualificação e pelo aceite para a participação como suplente da defesa final.

Aos colegas que me recepcionaram e conviveram comigo no LABHIN, muitos dos quais já seguiram outros caminhos e outros que ainda seguem na caminhada: Gabriel, Jeniffer, Lucas, Gabriela, Luana. Aos novos integrantes: Guilherme A., Guilherme M., Bruno, Thiago,

Vivi, Rafael e Carina. Em especial, agradeço ao companheirismo da Helena, do Clovis, da Talita, da Ninarosa e do Elton que dividiram comigo as expectativas, angústias e alegrias da Pós-Graduação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História e em especial às funcionárias da secretaria, Nazaré e Cristiane, pelos lembretes e informações disponibilizadas.

Ao professor Lúcio Tadeu Mota da Universidade Estadual de Maringá, que gentilmente aceitou fazer parte da banca de defesa desta dissertação.

Aos funcionários e colaboradores dos Arquivos pesquisados: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público de Porto Alegre e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, todos de Porto Alegre/RS. Sem estas colaborações esta dissertação não seria possível.

Agradeço muito à Iara e ao Manoel pelo acolhimento em sua residência, pelas conversas e mates que desfrutamos ao longo de dois anos.

À CAPES, que através do programa REUNI possibilitou a bolsa de mestrado, fundamental para a elaboração da pesquisa e para a participação em eventos e congressos.

Sou grato ainda à CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa no Observatório de Educação Escolar Indígena (OEEI/MEC/CAPES), a qual possibilitou que eu pudesse ampliar alguns pontos da dissertação através de uma análise mais detalhada das fontes documentais.

RESUMO

Através desta pesquisa, buscamos revelar alguns aspectos das relações interculturais entre os *Kaingang* e as frentes de expansão no Rio Grande do Sul, durante o século XIX. Enfocamos em nossa pesquisa, sobretudo, os desdobramentos do contato destes indígenas com os fazendeiros luso-brasileiros e com os colonizadores alemães no período entre 1829 e 1860. Escolhemos esta delimitação temporal, por ser este o período mais crítico do contato, quando assaltos, sequestros e assassinatos realizados por determinados grupos indígenas nas áreas de colonização motivaram a violenta repressão contra os *Kaingang* da Província. A relação conflituosa entre os fazendeiros, colonizadores e os *Kaingang* ganhou um relativo destaque em correspondências, relatórios e ofícios das autoridades provinciais a partir de 1829. Foi sobre estas fontes que nos debruçamos para analisar os atos e os discursos construídos acerca do processo. Esta documentação, existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, possibilita uma reflexão sobre a forma como estes conflitos estavam sendo percebidos pelos organismos provinciais e imperiais. No que se refere aos ataques dos *Kaingang*, entendemos as “carrerias” e os assaltos como um mecanismo de resistência ao invasor. Entretanto, de acordo com os resultados obtidos através da pesquisa documental, entendemos que não é possível conferir a todos os *Kaingang* a responsabilidade pelos ataques, pois os mesmos eram geralmente efetuados por grupos isolados, resistentes às políticas de aldeamento. Dessa forma, partimos da hipótese de que os órgãos oficiais não faziam esta reflexão, inculcando em todos os indígenas a responsabilidade pelos ataques. Além disso, aqueles não relutaram em perseguir, confinar e, até mesmo, exterminar muitos indígenas.

Palavras-Chave: *Kaingang*, Rio Grande do Sul, século XIX, contato, resistência.

ABSTRACT

Through this research, we intend to reveal some aspects of the intercultural relationship between the *Kaingáng* and the expansion fronts in Rio Grande do Sul, during the Nineteenth Century. We focus in our research, over all, the unfolds of the contact between these indigenes and the Luso-brazilian farmers and the German colonizers in the lapse of time between 1829 and 1860. We picked this temporal limit because it is the most critical period of the contact, when assaults, kidnappings and homicides realized by some indigenes groups on the colonization areas motivated the violent repression against the *Kaingáng* of the Province. The conflictive relationship between the farmers, colonizers and the *Kaingáng* got a relative contrast on correspondences, reports and charges of the provincial authorities from 1829. It was upon these sources that we analyzed the acts and speeches built near the process. This documentation, present on the Historical Archive of Rio Grande do Sul, makes possible to reflect upon how these conflicts were being perceived by the provincial and imperial organizations. On what refers to the *Kaingáng* attacks, we understand the “incursion” and the assaults as a mechanism of resistance to the invaders. However, according to the results obtained by the documental research, we understand that isn't possible to confer to all the *Kaingáng* the responsibility for the attacks, because these attacks were, usually, made by isolated groups, resistant to the isolations policies. This way, we leave from the hypothesis that the official organisms didn't made this reflection, infusing on all indigenes the responsibility for the attacks. Besides, they didn't resist persecuting, circumscribing and, even, exterminating many indigenes.

Keywords: *Kaingang*, Rio Grande do Sul, Nineteenth Century, Contact, Resistance.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	9
1. NOS BASTIDORES DO PROGRESSO: TERRITÓRIO, COLONIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO INDIGENISTA PERMEIAM O UNIVERSO KAINGANG.....	24
1.1. Os Kaingang e o seu território.....	26
1.2. A organização social e econômica.....	40
1.3. A colonização e o inevitável contato.....	46
1.3.1. A expansão das colônias nas “terras de índios”.....	55
1.4. Políticas indigenistas no século XIX: O que fazer com os índios?.....	60
2. A MORFOLOGIA DA RESISTÊNCIA: CORRERIAS, REVOLTAS, NEGOCIAÇÕES E ALIANÇAS NO COTIDIANO KAINGANG.....	68
2.1. O medo dos “bugres”: correrias, sequestros e mortes nas colônias.....	68
2.1.1. Os Kaingang e a concepção de guerra.....	68
2.1.2. Índios e colonos: primeiros contatos.....	74
2.1.3. As ações em cima da Serra.....	85
2.2. A resistência nos Aldeamentos.....	95
3. CIVILIZAÇÃO E CATEQUESE DOS INDÍGENAS – ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS.....	118
3.1. Os discursos do governo provincial.....	120
3.2. A atuação dos missionários jesuítas.....	136
3.3. As lideranças Kaingang e suas estratégias: O caso do cacique Doble.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	176
ANEXOS.....	191

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Área correspondente ao território tradicional dos *Kaingang*, de acordo com o mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju, 1944.....27
- Figura 2** - Delimitação da área pesquisada, com algumas localidades citadas na documentação.....28
- Figura 3** - Mata de araucárias (*Araucaria angustifolia*) ou floresta ombrófila mista.....30
- Figura 4** - Proposta de representação de casas subterrâneas.....34
- Figura 5** - Exemplo de cerâmicas da Tradição Taquara-Itararé, apresentando formas típicas do planalto.....38
- Figura 6** - “Pioneiro no Rio Ivahizinho”, Paraná, observado por índios. Original de Thomas Bigg-Wither.....55
- Figura 7** - Área demonstrando os núcleos iniciais de imigração alemã no RS, região de intenso contato com os *Kaingang*.....76
- Figura 8** – Alguns dos Aldeamentos da província: 1) Nonohay; 2) Guarita; 3) Campo do Meio; 4) Pontão.....97
- Figura 9** - Grupo de *Kaingang* habitantes da região do Rio dos Sinos, em visita município de São Leopoldo, no final do século XIX.....169

INTRODUÇÃO

Desenvolver uma pesquisa histórica sobre o contato interétnico entre os grupos indígenas e as frentes de expansão¹ é, acima de tudo, um grande desafio. A História Indígena, apesar de já ter alcançado um maior espaço e reconhecimento no cenário dos estudos históricos brasileiros, torna-se, ainda por vezes, alvo de olhares duvidosos. Às vezes, até mesmo desdenhosos por parte de um grande número de pesquisadores das ciências sociais e humanas, particularmente no Rio Grande do Sul.

Justamente por esse motivo, ao buscarmos referenciais teóricos e metodológicos para uma reflexão sobre o envolvimento dos *Kaingang* e o seu lugar na constituição histórica da sociedade rio-grandense, percebemos a inexpressividade com que foram caracterizados os mesmos naquele cenário historiográfico ao longo do século XX. Talvez este alheamento seja fruto do desinteresse de grande parte dos historiadores regionais pela temática, ou mesmo, pela ausência de uma perspectiva interdisciplinar que valorizasse as dinâmicas sociais e culturais dentro de uma perspectiva etno-histórica. Outra razão pode ser vinculada também à primazia de estudos voltados para a sociedade *Guarani*, principalmente no que concerne ao período das reduções e missões jesuíticas, que atraiu a maior parte das pesquisas para a linha dos estudos missionários.²

¹ O conceito de frentes de expansão utilizada nesta dissertação corresponde às frentes agrícolas e pastoris que avançam sobre territórios ocupados por indígenas. Roberto Cardoso de Oliveira, ao analisar a atuação e o resultado do avanço das frentes de expansão para as sociedades indígenas, indica que: A existência de *frentes de expansão* da sociedade brasileira é a idéia que, preliminarmente, devemos considerar. A noção de “frente”, acrescida à de “expansão”, indica claramente a característica dinâmica do fenômeno que se quer investigar. É a sociedade nacional, através de seus segmentos regionais, que se expande sobre áreas e regiões cujos únicos habitantes são as populações indígenas. Mas esse processo de expansão não é conduzido ao acaso. Interesses econômicos o conduzem, motivando as populações nele envolvidas. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Brasília: Editora UnB, 1978. pp. 96-97.

² Os estudos missionários mereceram um aporte sistemático e científico de expressão singular a partir da organização de onze Simpósios Nacionais, realizados de 1975 a 1995, sob os auspícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco de Santa Rosa, dos quais resultou um número igual de volumes de anais. Nestes simpósios, os *Guarani* foram observados na perspectiva focal e dos ambientes ecológico e cultural do sul do Brasil e regiões

Obviamente, não desconsideramos a importância dos estudos sobre a sociedade e cultura dos *Guarani*, pelo contrário. Consideramos que todas as pesquisas relacionadas à temática indígena têm um caráter fundamental para a inclusão dos mesmos no cenário histórico do Rio Grande do Sul e, de forma geral, do Brasil. O que pretendemos com nossa pesquisa é tentar ampliar este leque; migrar das Coxilhas da região missioneira e entrar nas matas da serra geral e nos campos de cima da serra, indo ao encontro do povo *Kaingang*.

A motivação para esta pesquisa vem desde os tempos de graduação no curso de História, da Universidade Federal de Santa Maria, momento no qual entrei em contato com os *Kaingang*, sobretudo através da sua cultura material, resgatada em escavações de sítios arqueológicos da região nordeste do RS, nas cidades de Lagoa Vermelha, Esmeralda e Pinhal da Serra. Buscando embasamento para as análises desta cultura material, vi-me envolvido de tal maneira com as leituras sobre o grupo que o enfoque arqueológico acabou dando lugar ao interesse pela trajetória deste grupo em tempos históricos, ou seja, em momento pós-contato com a sociedade não indígena. Posso dizer que foi nesse momento que descobri que os *Kaingang*, assim como outros povos indígenas, também têm uma História.

Inicialmente, é importante destacar que consideramos de suma importância tentar não reproduzir as velhas narrativas que permitem o contínuo de noções distorcidas e superficiais sobre o processo de contato do indígena com as frentes de expansão, sejam elas agrícolas ou pastoris. Enfatizamos este pormenor por percebermos que, frequentemente, tem sido reproduzida a opinião de que ao nativo não restaram muitas escolhas para o exercício de seu *modus vivendi* após o contato. Isso porque os resistentes ao avanço das frentes de expansão acabaram sendo naturalmente encurralados, envolvidos, cristianizados e vinculados economicamente ao Estado Nacional. Ainda de acordo com esta visão, aos indígenas que conseguiam escapar desta realidade, restava a interiorização nos confins dos sertões, onde persistiam em manter seu estilo de vida tal e qual a sua condição pretérita.

vizinhas. Maiores informações em: SCHALLENBERGER, E. . Estudos Missionários: um aporte multidisciplinar. In: **III Seminário Internacional de História**, 2007, Maringá. Instituições, Fronteiras e Política na História Sul Americana. Maringá : EDUEM, 2007. v. 1. p. 1-16.

Narrativas acrílicas e aceitas como a verdade histórica dos fatos contribuem para a negação do sujeito índio enquanto construtor de sua própria História. Tal fato relega ao mesmo um papel de mero coadjuvante no cenário histórico, no qual o mesmo passa a viver sempre em função dos mandos e desmandos da sociedade envolvente. Ao seguirmos esta orientação, somos induzidos a crer que os indígenas não teriam a capacidade de ação, somente de reação aos estímulos externos imputados pela sociedade envolvente.

No Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, muitos historiadores, memorialistas e folcloristas nos revelam aspectos da participação do indígena na constituição do “gaúcho”. Apesar de afirmarem que a sociedade rio-grandense se constituiu da simbiose dos elementos português, indígena e africano, os mesmos deixam implícita em suas obras a participação do indígena. Entretanto, a atuação deste povo foi muito mais importante no campo do folclore do que na História propriamente dita. Entre os principais representantes desta corrente estão: Dante de Laytano, Cezimbra Jacques e Guilhermino Cesar.³ O etnocentrismo dominante nestas narrativas vai contribuir para que a História Indígena, quando considerada enquanto tal, seja vista como uma História de aculturação e assimilação, com pouco ou nenhum espaço para a descrição das lutas pela autonomia sócio-cultural. A supremacia do “branco” aumenta a subjugação indígena e a dependência frente aos novos costumes e valores impostos.

A guisa de exemplificação sobre este tipo de abordagem, vamos apenas destacar uma passagem escrita por Guilhermino Cesar no prefácio dos “Apontamentos” de Alphonse Mabilde⁴. Cesar, referindo-

³ LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul**: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. Caxias do Sul, EDUCS; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro Editor, 1984; JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912; CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**: Período Colonial. Porto Alegre Ed. Globo. 1970.

⁴ Pierre Alphonse Booth Mabilde foi um engenheiro belga, naturalizado brasileiro que viveu longo tempo no Rio Grande do Sul (1833-1892), onde atuou como agrimensor na abertura de estradas e demarcação de colônias. Mabilde supostamente ficou preso durante dois anos entre os *Kaingang* da região nordeste do Rio Grande do Sul, quando teria escritos seus “*Apontamentos sobre os Índios Selvagens da Nação Coroados dos Mattos da Província do Rio Grande do Sul*”. A biografia de Alphonse Mabilde foi feita por duas bisnetas suas, May Mabilde Lague e Eivlys Mabilde Grant, que organizaram as anotações do bisavô e publicaram em 1978, o texto integral, que já havia sido publicado em 2 tomos, em 1897 e 1899 no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. Salientamos também que o termo *Coroados*

se ao tempo em que Mabilde viveu entre os *Kaingang*, então denominados *Coroados*, define assim sua ação entre os indígenas:

Com efeito, achando-se na região de Santa Cruz, ocupado com os trabalhos de abertura de estradas, foi ele surpreendido por um grupo de selvagens, que o prenderam e levaram consigo para os matos.[...] Durou mais de dois anos o seu cativo, tempo em que Mabilde não ficou, porém, inerte. Com astúcia e bondade, impôs-se logo a seus captores, ensinou-lhes muitas coisas úteis, e “aclimado” fez observações etnográficas e antropológicas da maior importância...⁵

Como se percebe na passagem, a astúcia e a bondade são características do branco, do civilizado, enquanto que para os indígenas, resta a alcunha de selvagens e ignorantes, pois foram facilmente influenciados pela “sapiência do civilizado”. Se for levada em conta somente a orientação deste tipo de perspectiva, de acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, poderíamos então entender que “os tamoios, os aimorés, os goitacazes eram índios bravos, mas perderam a guerra, foram absorvidos pelo sistema colonial como vítimas indefesas, aculturaram-se, deixaram de ser índios e saíram da História”⁶.

Tentando romper com estes velhos paradigmas, esta mesma autora defende uma abordagem de pesquisa interdisciplinar, a qual busca o diálogo entre a Antropologia e a História, objetivando problematizar conceitos e teorias sobre as relações de contato, procurando contribuir para uma reflexão mais elaborada sobre a história indígena. Neste entendimento, ela se propõe a romper com a perspectiva assimilacionista, na qual predomina a visão do índio aculturado, vitimizado e descaracterizado etnicamente, descrição típica dos autores funcionalistas quando propalavam que:

utilizado por Mabilde para se referenciar aos indígenas, foi a denominação corrente neste período para designar os *Kaingang*. Mais adiante (p. 15-16) trataremos com mais detalhes sobre este aspecto. Adiantamos, porém, que utilizamos nesta dissertação o termo atual (*Kaingang*) para definir o grupo indígena pesquisado.

⁵ CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: MABILDE, P. A. B. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA;INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 1.

⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 27.

As populações indígenas integradas à colonização perdiam, junto com a guerra, suas culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência, passando a constituir massa amorfa e inerte à disposição de missionários, colonos ambiciosos e autoridades corruptas que dispunham deles a vontade. As relações de contato entre os índios e a sociedade ocidental eram vistas como simples relações de dominação, impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas que os levaria à descaracterização e extinção étnica.⁷

Rompendo com tais pressupostos aculturativos, a autora explica que cada vez mais aumenta o número de pesquisadores cujos trabalhos pretendem revelar o dinamismo existente em situações de contato, retratando não apenas as imposições de um grupo supostamente mais forte sobre o outro. A compreensão deste processo enquanto fenômeno dinâmico, flexível, articulado entre os sujeitos que o vivenciam, oferece subsídios que permitem compreender a realidade de maneira mais aproximada possível da sua essência. Dessa forma, “o conceito de aculturação se altera completamente e, ao invés de se opor, a resistência passa a caminhar junto com ela.”⁸

O conceito de aculturação indígena foi durante muito tempo preponderante entre os cientistas sociais e etnólogos que pesquisaram as sociedades nativas brasileiras e americanas. Em um texto intitulado “*Os Estudos de Aculturação na Etnologia Brasileira*”, Egon Schaden ressalta a heterogeneidade dos trabalhos produzidos sobre a aculturação nas tribos indígenas do Brasil, lembrando desde Von Martius no início do século XIX, até os trabalhos mais recentes do antropólogo Eduardo Galvão, na segunda metade do século XX.⁹

Schaden faz a crítica de que nenhuma das abordagens aculturativas se propõe a por em evidência, com a necessária amplitude,

⁷ Ibid., p. 27.

⁸ Ibid., p. 33.

⁹ SCHADEN, Egon. **Aculturação Indígena**. São Paulo: Livraria Pioneira, Edusp. 1969. pp. 3-58.

o processo geral da mudança ocorrida no sistema sócio-cultural da sociedade indígena estudada. Segundo o autor, “ora se focaliza exclusivamente, ou quase, a aculturação econômica, ora apenas a da vida religiosa, ora ainda, a da estrutura e da organização sociais.”¹⁰ Sua sugestão é que tais estudos aculturativos fossem feitos como rede de relações causais, isto é, como unicidade, uma reação global de tal ou qual grupo indígena à situação de contato. Essa dissonância dos estudos etnológicos sobre o fenômeno da aculturação lembra, em certos aspectos, as dissonâncias entre as diferentes correntes historiográficas que confrontaram suas opções teórico-metodológicas ao longo do século XX.

Nas últimas décadas, no cenário historiográfico brasileiro, tem se tornado cada vez mais frequente a aproximação da História com a Antropologia, principalmente entre os pesquisadores do campo da cultura ou etno-historiadores, que buscam nos pressupostos antropológicos, subsídios para reforçar as bases de seus estudos históricos. Antropólogos como Edward Evans Pritchard, Franz Boas, Clifford Geertz, Marshall Sahlins, Pierre Clastres, entre outros, são constantemente referenciados em estudos voltados para uma visão alternativa sobre a trajetória histórica dos grupos indígenas.

Atualmente, alguns antropólogos brasileiros já pensam o processo do contato sob um ponto de vista diferenciado, procurando compreender o índio enquanto sujeito ativo e não simplesmente como uma vítima de sua História. Dessa forma, uma conjuntura distinta, como é proposta por Manuela Carneiro da Cunha, possibilita um diálogo com a história das relações entre os indígenas e a sociedade nacional. Para esta antropóloga, “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pensavam e em que suas escolhas tinham consequências.”¹¹ Aos historiadores, portanto, é imbuída a tarefa (difícil, diga-se de passagem) de considerar a História dentro da perspectiva das populações indígenas.

O interesse de alguns historiadores pela Antropologia não aconteceu por acaso. Vários antropólogos já defenderam que a reflexão histórica atua sob muitos aspectos no seu conhecimento sobre as

¹⁰ Ibid. p. 3.

¹¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, M. C. (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

sociedades contemporâneas. Evans-Pritchard demonstrou no início da década de 1960, a importância que o conhecimento do passado tem para a compreensão das sociedades do presente. Ele condenou a falta de diálogo entre a História e a Antropologia, principalmente porque esta última, ao considerar-se a-histórica, estava se tornando anti-histórica e, por isso, insistia que não se poderia chegar à mudança sem o recurso à História e, ignorando-a, estaríamos condenados a não conhecer o presente.¹²

Ainda neste sentido, torna-se importante lançar um olhar sobre o trabalho do antropólogo Marshall Sahlins. Definido como estruturalista histórico, Sahlins investiga em vários de seus estudos o modo como as culturas carregam suas próprias historicidades. Ao sugerir uma *Antropologia Estrutural Histórica*, ele condena as diferenças teóricas que separam a Antropologia e a História. De acordo com Sahlins, frequentemente, os antropólogos elevam-se da estrutura abstrata para a explicação do evento concreto, enquanto os “historiadores desvalorizam o evento único em favor das recorrentes estruturas subjacentes. E também, paradoxalmente, os antropólogos têm sido tão diacrônicos em pontos de vista quanto os historiadores tem sido sincrônicos.”¹³

Dessa maneira, somente foi possível romper com os desencontros teórico-metodológicos recorrentes da falta de diálogo entre Antropologia e História, com o surgimento de uma área comum de pesquisa para as duas disciplinas, a qual conhecemos por *Estudos Culturais*. Sobre este processo, Carlo Ginzburg lembra que a comunhão só se tornou possível quando os antropólogos passaram a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não eram imutáveis ou estáticos e quando os historiadores passaram a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes.¹⁴

Sob o viés cultural, o olhar histórico-antropológico vai ser fortalecido no contexto da *nouvelle histoire*, a qual, a partir da segunda

¹² EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. Social Anthropology: past and present. Apud: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Questões de Fronteira**: Sobre uma antropologia da história. Revista novos estudos. N. 72. julho de 2005. p. 123. Disponível em: www.scielo.br/pdf/nec/n72. Acesso em 14/08/07.

¹³ SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, pp. 93-94.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. **Anthropology and History in the 1980's**. Journal of interdisciplinary History. XII:2. (Autumn, 1981). 277-278.

metade do século XX, vai estar intensamente marcada pela guinada antropológica ou culturalista, também conhecida por *cultural turn*. O diálogo entre estas duas abordagens se desenvolve com mais visibilidade na chamada História das Mentalidades, gênero historiográfico predominante na França das décadas de 1960 e 1970, que influenciou significativamente a prática historiográfica em outras partes do mundo.

A partir deste momento, há uma tendência crescente entre os historiadores em focar suas pesquisas nos fenômenos culturais, ou seja, na análise do conteúdo cultural de eventos e processos de sociedades do passado, estimulando, dessa forma, “a transmigração de métodos e modelos explicativos da Antropologia, traduzidos e adaptados na perspectiva de análises históricas.”¹⁵

Para exemplificar, podemos citar algumas obras, cujos autores utilizaram-se desta tendência etnográfica em suas pesquisas historiográficas. Entre os mais conhecidos estão: *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginsburg, *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis, *Religião e declínio da magia*, de Keith Thomas, *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson e *O grande massacre de gatos*, de Robert Darnton. A contribuição destes autores e de suas obras, constitui-se na tentativa de implementar a interdisciplinaridade História-Antropologia, o que, de acordo com Benatte,

...resulta, na prática, numa pesquisa que estabelece possíveis “pontes” entre diferentes perspectivas de abordagem da vida social; resulta numa determinada concepção de história em que sobressai o conceito antropológico de cultura, com sua ênfase nos temas da vida cotidiana e das práticas ordinárias. A absorção do olhar antropológico reforça e permite uma visão de história capaz de evidenciar, entre o passado e o presente (a partir do qual necessariamente o historiador observa o passado), toda uma série de descontinuidades e diferenças.¹⁶

¹⁵ BENATTE, Antônio Paulo. História e Antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1. Dourados: UFGD, 2007. p. 2. Disponível em: www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/jan. Acesso em 06/06/2009.

¹⁶ *Ibid.*, p. 20.

Benatte afirma ainda que o olhar histórico-antropológico dos praticantes da *nouvelle histoire* foi bastante diversificado em suas inspirações. Segundo o autor, não se pode dizer que há fidelidade estrita a um determinado “clã” ou escola do pensamento antropológico; antes praticam um relativo ecletismo, adaptado a seus interesses específicos de pesquisa. Tampouco pretendem buscar um *corpus* conceitual sistêmico ou uma teoria geral da cultura, mas sim um aguçar da sensibilidade para a diferença e alteridade do passado empiricamente cognoscível.¹⁷

Nesta perspectiva, foi necessário entrelaçar a relação desta modalidade de interpretação histórica com o campo cultural. Este viés constitui foco privilegiado de expressão dos anseios, necessidades e aspirações dos indivíduos. A cultura, por conseguinte, se configura como o principal veículo de coesão e de construção de uma identidade própria.¹⁸ Através deste suporte teórico-metodológico, há uma ampliação também do processo de concepção de perguntas e respostas históricas.

Entendemos, porém, que há grandes desafios na relação História-Antropologia. Além da escassez e dispersão das fontes escritas, a forma de interpretação das mesmas exige que o historiador tenha a sensibilidade para avaliar as opções complementares para a investigação do passado. “Uma das questões levantadas neste sentido aponta para a especificidade da documentação escrita de que dispomos para as populações nativas americanas, basicamente proveniente dos agentes de colonização europeia.”¹⁹

Os dados muitas vezes contidos na documentação se apresentam de forma fragmentária, com deturpações e juízos de valor sobre os aspectos da vida social e cultural das sociedades ágrafas. Representam em regra, um ponto de vista colonialista, orientado de acordo com as categorias do observador. De fato, concordamos que nenhuma espécie de fonte é imparcial e a crítica interna deve ser

¹⁷ Ibid., pp. 3-4.

¹⁸ SOIHET, Rachel. O Drama da Conquista na Festa: Reflexões sobre a Resistência Indígena e Circularidade Cultural na América. In: BESSONE, T. M. T. & QUEIROZ, T. A. P. (orgs.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão Cultura; São Paulo: Edusp, 1997, p. 218.

¹⁹ MARTINS, Maria Cristina. Teoria, História e Etnohistória. São Leopoldo: **Estudos Leopoldenses**. Série História. Vol. 1. n. 2. 1997. p. 133.

efetuada em qualquer categoria ou opção teórico-metodológica de que se utiliza o pesquisador, como destaca Jacques Le Goff:

Todo documento es un monumento que hay que saber desestructurar, desmontar. El historiador no sólo tiene que saber discernir la falsedad, evaluar la credibilidad de un documento, tiene que desmitificar-lo. Los documentos no se convierten en fontes históricas sino despues de haver sufrido un tratamiento destinado a transformar su función de mentira en confession de verdad.²⁰

Michel Foucault afirma que, em todas as sociedades, a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos.²¹ De acordo com este paradigma, cabe ao historiador “interpretar os documentos existentes e reformulá-los para, então, definir um domínio imenso, que comporta o conjunto de todos os enunciados efetivamente falados ou escritos em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.”²²

A resistência *Kaingang* à invasão do território tornou-se tema frequente das correspondências dos diretores de aldeamentos, missionários jesuítas e o governo, assim como dos relatórios dos presidentes provinciais. Ao longo de nossa pesquisa, procuramos identificar os elementos discursivos existentes na documentação, observando o seu conteúdo, o contexto de sua criação e reprodução, assim como procuramos evidenciar para quais interesses serviam em diferentes momentos. Dessa forma, consideramos possível a construção de uma história das relações de força simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição dos princípios inculcados, das identidades atribuídas que visavam assegurar e perpetuar a predominância da dominação do Estado nacional sobre os *Kaingang*.

²⁰ LE GOFF, Jacques. **Pensar la Historia**. Barcelona: Paidós, 1991.p. 108.

²¹ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. SAMPAIO, L. F. A. São Paulo: Loyola, 1996. p. 4.

²² NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. (org). **M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 104.

Neste sentido, quando apresentamos a proposta dessa dissertação, a de analisar uma história de contato, buscando um diálogo com a perspectiva histórico-antropológica, podemos dizer que o fizemos por acreditar na possibilidade de realizar uma abordagem onde o contato entre as culturas não seja visto apenas como dois blocos distintos, um impondo esquemas culturais e o outro absorvendo; um sendo destruído e o outro mantendo sua tradição imutável. Com tal modalidade referencial, temos ampliados de forma considerável os campos de trabalho do historiador. A produção historiográfica, ao ultrapassar a polarização imposta pelos grandes temas, heróis e grupos dominantes, permite vislumbrar a atuação dos segmentos tradicionalmente excluídos, que no caso aqui estudado, é representado pelos *Kaingang*.

É através desta perspectiva que objetivamos contribuir para divulgação de alguns aspectos pouco considerados sobre a História destes indígenas, que se construiu repleta de manifestações de autonomia cultural e diferentes estratégias de resistência. Temos consciência do impacto causado aos povos indígenas pelo contato. Sabemos também que o processo foi violento e desagregador, porém, mesmo em situações adversas, muitos grupos posicionaram-se reagindo a esta conjuntura, resistindo sob diversas formas e criando estratégias de sobrevivência em um contexto amplamente desfavorável à sua dinâmica sócio-cultural.

Ao refletir sobre a configuração das formas de agir, pensar e resistir dos *Kaingang*, buscamos orientar nossas análises para a desvitimização do indígena, para então, de acordo com John Manuel Monteiro, “recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais de sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram”.²³

Seguindo esta perspectiva histórica, incluímos como constituinte da resistência indígena, não somente as intervenções violentas, representadas pelos assassinatos de colonos, conflitos com os aldeados, motins ou outros confrontos. Propomos também aqui lançar um olhar para a resistência dita “surda”, implícita no cotidiano dos grupos sociais, sendo esta, representada por ações como as negociações,

²³ MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”. In: NOVAIS, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 238-48.

a subversão, as ameaças, entre outras formas simbólicas, capazes de impor sua própria percepção do momento e do processo que estavam vivenciando. Ações estas que fizeram abrir os olhos das autoridades sobre a questão dos “*bugres*”.

No primeiro capítulo, intitulado “**Nos bastidores do progresso: território, colonização e legislação indigenista permeiam o universo *Kaingang***” procuramos traçar um perfil do *Kaingang* do Rio Grande do Sul, bem como, sua relação com o território. Para isso, buscamos auxílio na Arqueologia, cujos estudos da cultura material, habitações e também do ambiente, fornecem informações de fundamental importância para compreender como o indígena se insere na paisagem da serra e do planalto meridional. Ainda neste capítulo, procuramos ressaltar algumas informações históricas sobre a organização social dos grupos *Kaingang* no momento dos primeiros contatos com as frentes de expansão. É importante salientar que baseamos nossos estudos em textos de autores que conviveram com os indígenas ou que já pesquisaram os detalhes da organização social, política, cultural e econômica dos *Kaingang*. Buscando um diálogo com as fontes bibliográficas, procuramos também refletir sobre o processo de imigração e colonização do Rio Grande do Sul pelos imigrantes europeus, fundamental para entender a criação das políticas indigenistas adotadas para controlar as ações dos indígenas.

O capítulo 2 apresenta aspectos da resistência *Kaingang* aos avanços e imposições de colonos e fazendeiros, o que gerou momentos de grande tensão nas regiões pesquisadas. Sob o título “**A morfologia da resistência: correrias, revoltas, negociações e alianças no cotidiano *Kaingang***”, apresentamos os conflitos entre colonos, fazendeiros e indígenas, revelando as principais medidas de controle social adotadas pelo governo provincial, para conter as investidas dos indígenas aos lotes coloniais. A resistência *Kaingang* é analisada através de suas táticas e estratégias de confronto/defesa do território, tanto contra as frentes de expansão, quanto em relação aos aldeamentos. O papel de algumas lideranças indígenas é destacado nos relatórios e ofícios governamentais, que ora acentuam a importância de sua autoridade para o sucesso dos aldeamentos, ora condenam seus atos de rebeldia frente às exigências do governo.

No 3º e último capítulo, sob o título “**Civilização e Catequese dos Indígenas – entre discursos e práticas**” procuramos verificar as representações hegemônicas sobre os *Kaingang* nos discursos dos

agentes que representavam o governo provincial. Analisamos os escritos oficiais e não oficiais das autoridades provinciais, (relatórios, cartas, ofícios), com a finalidade de trazer à tona as práticas discursivas destes representantes do Estado Nacional sobre os *Kaingang*, bem como, suas consequências para a trajetória histórica deste grupo.

Neste capítulo, analisaremos ainda as falas dos missionários jesuítas, no seu primeiro momento de atuação nos aldeamentos *Kaingang*, entre 1848 a 1851. Procuraremos evidenciar sua atuação apostólica entre os indígenas através dos escritos oficiais e não oficiais representados por cartas, relatórios e outras expressões que demonstram como os missionários conviveram e compreenderam os costumes dos indígenas. Dedicaremos também, um subcapítulo para revelar os múltiplos discursos acerca do cacique *Doble*. Seu jogo duplo foi amplamente documentado nos relatórios, ofícios e correspondências diversas, assim como em textos de viajantes e estudiosos que deixaram suas impressões sobre o cacique. São estas formações discursivas que buscaremos analisar neste momento, objetivando realçar aspectos ainda pouco levados em conta na relação do cacique *Doble* com seu grupo e com as autoridades provinciais.

Sobre a documentação pesquisada, informamos que se encontra em sua maior parte, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), em Porto Alegre. Nela, são encontrados principalmente ofícios referentes aos aldeamentos *Kaingang*, como as correspondências dos diretores para o presidente da província em que noticiam o andamento, os problemas e as necessidades dos mesmos. Também se encontram alguns documentos referentes aos ataques dos indígenas aos lotes coloniais.

A documentação eclesiástica concernente à catequização dos *Kaingang*, também se encontra em sua maioria no AHRs, o que tornou este arquivo nosso grande “quartel general” ao longo da pesquisa. Entretanto, como todos os Arquivos, históricos ou públicos, o AHRs, apresenta problemas em sua estrutura física e organizacional, o que nos impossibilitou o acesso a alguns documentos imprescindíveis para o conjunto das ideias. Devido a isso, gostaríamos de esclarecer aqui que, para algumas datas mais recuadas, só nos foi possível encontrar referências em outras publicações, as quais explicitamos nas notas de rodapé, citadas ao longo do texto. Outras vezes, conseguimos informações significativas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (IHGRS).

Não podemos deixar de fazer menção também ao excelente trabalho de digitalização feito pelo *Center for Research Libraries*, da Universidade de Chicago, que nos possibilitou o acesso eletrônico aos relatórios dos presidentes da província em sua integralidade, através do site: www.crl.edu/content/provopen.htm.

Com nossa pesquisa, retomamos um tema de investigação acadêmica, já trilhado por outros pesquisadores que estudaram o grupo *Kaingang* do Rio Grande do Sul em suas teses e dissertações, deixando uma importante contribuição para o embasamento de nossa pesquisa. Tratam-se de estudos como o de Ítala Irene Basile Becker, “*O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*”²⁴, ainda na década de 1970, no qual a autora relata a trajetória do povo *Kaingang* no Rio Grande do Sul, desde o século XVI até meados do século XIX. A autora revela aspectos da organização social, econômica, religiosa, demográfica, cultural, etc., destes indígenas. Sua pesquisa foi baseada principalmente em relatos de viajantes, naturalistas e missionários que escreveram ou tiveram contato com o grupo ao longo dos tempos. Apesar de não haver uma crítica metódica das informações coletadas, que por vezes tornam o texto contestável ou mesmo contraditório, consideramos o mesmo fundamental para uma iniciação à pesquisa sobre os *Kaingang*.

Mais recentemente, temos também as pesquisas de Luis Fernando Laroque, “*Lideranças Kaingang no Brasil Meridional*”²⁵, onde o autor desenvolve uma intensa análise sobre o papel das lideranças indígenas em toda a área de ocupação *Kaingang*, ou seja, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Província de Misiones, na Argentina, durante praticamente todo o século XIX. Marisa Schneider Nonnenmacher, em sua obra “*Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*”²⁶ analisou uma das faces mais dramáticas da relação entre os *Kaingang* e o governo provincial: o confinamento dos indígenas nos aldeamentos, que determinaram a espoliação do território *Kaingang*.

Estas seriam, portanto, três das principais obras utilizadas para orientar nossa análise, que tem como objetivo, não simplesmente

²⁴ BECKER, Ítala Irene B. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul. Pesquisas*. São Leopoldo: Anchieta, 1976.

²⁵ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

²⁶ NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

aprofundar as questões já trabalhadas pelos autores, mas sim, ampliar o leque de possibilidades através do enfoque sobre o impacto das frentes de expansão sobre o território indígena, a resistência indígena aos novos valores impostos pela sociedade envolvente e a análise dos discursos produzidos sobre o contato dos *Kaingang* com os colonos europeus e os fazendeiros. Contato este que resultou em uma das mais instigantes e desconhecidas facetas da História do Rio Grande do Sul, permeada por relações de trocas, conflitos, negociações e usurpação territorial.

Com o diálogo entre as fontes primárias e secundárias buscamos, modestamente, com esta dissertação, contribuir para o rompimento de certos silêncios sobre a história do contato no Rio Grande do Sul. Silêncios que advêm, principalmente, da desconsideração do indígena enquanto sujeito construtor de sua História, paradigma que impediu durante muito tempo o confronto dos “dois lados da moeda”.

1. NOS BASTIDORES DO PROGRESSO: TERRITÓRIO, COLONIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO INDIGENISTA PERMEIAM O UNIVERSO KAIANGANG

A concepção de progresso ao qual nos referimos neste momento gira em torno do discurso modernizador adotado pelo governo provincial quando incentivou a imigração europeia, com vistas a tornar agricultáveis as áreas remotas das regiões nordeste e central da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O progresso seria impulsionado pelos imigrantes europeus e seus descendentes, que combateriam o “atraso” representado pela mata virgem e seus nativos moradores. O indígena, neste processo, representou o contrário, o inimigo do projeto modernizador. Seu atraso acabou sendo visto como um sério obstáculo para os intuitos governamentais e, dessa forma, precisava ser combatido.

Antes de nos atermos especificamente a esta questão, precisamos compreender um pouco a questão da organização social dos *Kaingang* até o momento do contato com as frentes de expansão. Para auxiliar nesta compreensão, pensamos ser de importância fundamental abordar brevemente a configuração natural do universo *Kaingang*, sob o aspecto do território, o qual se configura no espaço geográfico conhecido atualmente como regiões norte-nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Procuramos pensar as relações sociais destes indígenas enquanto suportes físicos de sua existência, que são constitutivamente espaciais e sociais. Acreditamos que são os processos sociais que produzem, modificam, sustentam, reforçam e conservam determinado território, mesmo nas situações mais adversas, como as vivificadas pelos *Kaingang* no momento do contato.

É importante lembrar que não há, até o presente momento, consenso entre historiadores, etnólogos e antropólogos sobre de onde procedem, nem em que época os *Kaingang* chegaram ao território que compreende o Rio Grande do Sul. Além disso, há divergências também sobre a denominação dos antepassados destes indígenas. Sendo assim consideramos fundamental uma apreciação sobre estes detalhes que encontram dispersos nas obras de vários autores.

Existem estudos etno-linguísticos que apontam para um processo de migração iniciado há cerca de 3 mil anos, de grupos provenientes do Brasil Central para os territórios entre os Rios

Paranapanema e Uruguai²⁷. Apesar dos avanços alcançados pela moderna Arqueologia e pela Etno-História, as informações referentes ao período anterior à ocupação do Brasil pelos europeus ainda carecem de maiores esforços investigativos, pois muitas perguntas ainda não foram respondidas.

Assim como para outros grupos indígenas do Brasil, os elementos sócio-históricos constitutivos da sociedade *Kaingang* no Rio Grande do Sul são mais destacados a partir do século XIX. Para os séculos precedentes (XVI, XVII e XVIII), de forma geral, as informações encontradas nos arquivos pesquisados são bem menos elucidativas, quando existentes.

Apesar de analisar apenas os grupos indígenas de uma área determinada, de acordo com as informações etno-históricas, temos consciência dos vínculos sócio-ambientais entre os grupos e a inexistência de fronteiras territoriais, entendidas na concepção geopolítica do termo, entre os indígenas. Somente efetuamos esta delimitação para possibilitar uma coleta sucinta dos dados, visando não generalizar as problemáticas relativas ao contato com a sociedade não indígena. Mas cabe lembrar também, que o processo de contato dos *Kaingang* com as frentes de expansão aconteceu de forma bastante semelhante nas regiões onde o grupo tem seu habitat tradicional há séculos, ou seja, regiões que hoje compreendem o norte e nordeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, centro e oeste do Paraná e sul de São Paulo.

Historicamente, a manifestação das fronteiras étnicas ou geográficas representa uma ruptura sob determinados aspectos e ao mesmo tempo uma construção social, com novos valores e interesses para ambos os grupos em situação de contato. No caso estudado por nós, veremos como essa relação atingiu o seio da sociedade *Kaingang* em um momento crucial de sua História, onde os novos elementos trazidos pelos europeus agiram na ressignificação de muitos dos hábitos e costumes tradicionais destes indígenas.

²⁷ URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. Carneiro da (org.) op.cit., p. 90.

1.1. O *Kaingang* e o seu território

A relação do povo *Kaingang* com a terra, com o seu território, sempre foi muito intensa, influenciando sua cosmologia e mitologia. A maior prova disso é representada pelo fato de vincularem sua origem ao seio da própria terra. “...nosso povo nasceu da terra, o povo *Kaingang* e nós nascemos de um buraco da terra”.²⁸ Esta relação perpassa também os rituais de enterramento do umbigo, o Kiki, (ritual de culto aos mortos), assim como outras práticas culturais, como a divisão exogâmica entre Kamé e Kairu, estabelecidas por alianças, relações de parentesco e muitas vezes pelo próprio território²⁹. Logicamente, entendemos que esta relação com a mitologia e a cosmologia nos dias atuais, não pode ser definida como necessariamente idêntica às concepções do século XIX ou anteriores, pois ao longo das gerações, estas sofreram rupturas ou adendos culturais provocados pelo contato com as populações não indígenas.

No que concerne ao território, Marcos Antonio Silva explica que, na concepção indígena, a terra admite dois sentidos ambivalentes, porém distintos, sem possuir o mesmo peso dentro da sociedade em questão. Um deles aparece sempre subjacente ao outro. Primeiramente, a terra pode ser percebida numa esfera cultural, que, por fim, dará suporte ao entendimento mercantil. Ela desempenha uma dupla função, sendo uma ligada à sobrevivência física, suprimindo as condições de subsistência por meio do trabalho e a outra espraia-se pelos campos da cultura, a terra em que nasceram seus antepassados, onde são realizados seus ritos³⁰. Para elucidar a conceito de espaço geográfico a que nos referimos neste trabalho, é importante destacar inicialmente através da

²⁸ Trecho da entrevista do professor *Kaingang* Pedro Alves de Assis Kresó à autora. NÓTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org). **O Ciclo de Vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. 2004, p. 13.

²⁹ As patrimetades *Kaingang* representam apenas um aspecto – o sociológico – de toda uma concepção dual do universo. Todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas, uma ligada ao gêmeo ancestral *Kamé*, e a outra vinculada ao gêmeo ancestral *Kairu*. Fundamentalmente, as metades são percebidas pelos *Kaingang* como cosmológicas, estando igualmente ligadas aos gêmeos civilizadores, os quais emprestam seus nomes a elas. Para detalhes mais aprofundados, ver: SILVA, Sergio Baptista da. Dualismo e cosmologia *Kaingang*: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, 2002, p. 189-209

³⁰ SILVA, Marcos Antônio. **Memórias que lutam por identidade**: A demarcação da terra indígena Toldo Chimbangue (SC) 1970-1986. (Dissertação de Mestrado em História), Florianópolis: UFSC, 2006.

figura 1, a área correspondente ao território tradicional dos *Kaingang*, segundo informações do mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju, e na figura 2, a área onde ocorreu a maior parte dos conflitos entre os *Kaingang* e os fazendeiros e colonos no território do atual Estado do Rio Grande do Sul:

Figura 1: área correspondente ao território tradicional dos *Kaingang*, de acordo com o mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju, 1944.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.** Rio de Janeiro: IBGE. 1981. (Adaptação de Carina Almeida, 2010).

Figura 2: Delimitação da área pesquisada, com algumas localidades citadas na documentação



Fonte: ALMEIDA, Carina. 2010.

A paisagem predominante da região setentrional do Rio Grande do Sul, até o início do século XIX, era a floresta sub-tropical com presença abundante de Araucárias (*Araucaria angustifolia*). “As regiões fisiográficas do Alto Uruguai, Campos de Cima da Serra, Encosta Superior e Inferior do Nordeste, bem como o Planalto Médio representam as áreas de ocupação *Kaingang* antes da ação colonizadora alemã”.³¹

A mata de araucária é o elemento que mais se distingue na fitofisionomia do Sul do Brasil. Ela estende-se do norte do Rio Grande do Sul até o Paraná e aparece principalmente nas áreas de maior altitude.³² É neste ambiente, principalmente, que viveram os *Kaingang*. Caçadores, coletores e agricultores incipientes, procuravam viver sempre em áreas bem irrigadas por córregos ou rios, em locais onde o campo e as matas se aproximam. Nestas áreas, os recursos vegetais e animais satisfatórios à sua subsistência permitiam que eles se movimentassem dentro de um planejamento sazonal bem elaborado. Tal adaptação permitiu que os *Kaingang* ocupassem desde antes da conquista espanhola e luso-brasileira, as regiões de altitude dos territórios que hoje compreendem os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e nordeste da Argentina. Na ilustração abaixo, é possível ter uma ideia de como seria a constituição de uma floresta ombrófila mista, recorrente das denominadas terras altas do sul do Brasil.

³¹ BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio Kaingang e a colonização alemã**. Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: IAP. 1976. p. 47.

³² BECKER, op. cit. p. 37.

Figura 3: Mata de araucárias (*Araucaria angustifolia*) ou floresta ombrófila mista.



No detalhe a área de cobertura aproximada no território brasileiro e a pinha, de onde se retira a semente comestível: o pinhão. Fontes eletrônicas: www.rabugio.org.br, www.educacao.uol.com.br. Acesso em 10/05/2009.

Os Kaingang são referenciados pela primeira vez na literatura ainda em 1587, sob a denominação de *Guayaná*, no tratado descritivo “*Notícia do Brasil*” do bandeirante Gabriel Soares de Sousa. Também ficaram conhecidos por outras denominações, como *Gualachos*, *Kaaguás*, *Coroados*, *Bugres*, etc., a partir do momento da intensificação do contato com os luso-brasileiros.³³

A maior parte das publicações referentes à temática, concordam que o etnônimo *Kaingang* só aparece na literatura etnográfica em 1882, em trabalhos do sertanista Telêmaco Morosini Borba.³⁴ Borba utilizou

³³ LAROQUE, op. cit. p. 43.

³⁴ Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba (1840-1918) etnógrafo, sertanista e político paranaense. Pesquisou os grupos Kaingang do Paraná, foi diretor do Aldeamento São Pedro de

esta denominação para diferenciar estes indígenas dos índios *Guarani* de São Paulo, com quem mantinham intensa disputa territorial.

O etno-historiador Lúcio Tadeu Mota refuta a primazia de Telêmaco Borba como o primeiro a utilizar o nome *Kaingang*. Segundo as pesquisas documentais e bibliográficas efetuadas por ele, outros autores já se referiam aos “*Coroados*”, como “*Caingang*” ou “*Caengang*”. De acordo com Mota, Franz Keller em 1867 e Camilo Lellis da Silva, ainda antes, em 1865, já se referiam aos indígenas com os nomes que os mesmos atribuíam a si: *Caên-Gagn*.³⁵

Kaingang, de acordo com Mota, designaria uma intrínseca relação com o seu ambiente, pois o termo significa *povo do mato*. “A auto-identificação como parte do meio ambiente, isto é, como ‘gente do mato’, remete à noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade”.³⁶ Apesar desta designação, os *Kaingang* também ocuparam as extensas áreas limítrofes às florestas. Áreas tradicionalmente marcadas pela presença de campos ou apenas com alguns capões de mato, foram intensamente ocupadas por estes indígenas. De acordo com Ítala Becker:

...os campos limpos que começam a noroeste do estado do Paraná formando as regiões dos chamados Campos Gerais e Campos de Guarapuava, Palmas e Clevelandia [...] continuam para o sul, ocupando em Santa Catarina especialmente Lages e São Joaquim. No Rio Grande do Sul, cobrem regulares áreas do nordeste e noroeste mas, a partir de Ijuí, começam a predominar, vindo a constituir a conhecida Campanha Gaúcha, que se estende por um relevo de suaves ondulações.[...] Neste ambiente, em tempos históricos, as áreas mais elevadas são dominadas pelo *Kaingang*. Sua preferência são as extensões do planalto, onde o clima é

Alcântara, no vale do Tibagi. Escreveu vários compêndios sobre língua, etnografia e história dos *Kaingang*. Em 1908 lançou sua obra mais conhecida, chamada *Actualidade Indígena*.

³⁵ MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação *Kaingang* na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. (org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos *Kaingang***. Londrina: Eduel, 2004. p.9.

³⁶ MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios *Kaingang* e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org). **Uri e Wáxi: Estudos Interdisciplinares *Kaingang***. Londrina: Ed. UEL, 2000. p. 203.

relativamente frio, onde domina a mata de araucária irrigada por numerosos cursos de água, que proporcionam recursos vegetais e animais satisfatórios. Caçador, coletor e agricultor incipiente encontramos-lo em lugares onde o campo e a mata se aproximam.³⁷

Os *Kaingang* adaptaram-se perfeitamente às condições climáticas do planalto rio-grandense, caracterizado pelos invernos rigorosos, inclusive com presença esporádica de neve no inverno. Para suportar as baixas temperaturas, estes indígenas valorizavam sobremaneira o fogo, mantendo fogueiras acesas permanentemente no inverno, dentro ou fora das choupanas onde concentram praticamente todas as suas atividades domésticas. Becker revela também como se distribuíam as atividades dentro das aldeias durante as estações do ano:

A distribuição das atividades pelas estações do ano buscando aproveitar os recursos disponíveis nas distintas ecologias apresenta-se da seguinte maneira: na primavera preparam os campos e semeiam os produtos agrícolas perto da aldeia; no verão saem para pescar ao longo dos arroios e rios distanciados da aldeia; no outono recolhem os pinhões, que podem estar perto da aldeia ou em áreas muito distanciadas; no inverno talvez haja pouca atividade e vivem então das provisões feitas e dos produtos agrícolas. A maior parte das atividades de colheita e de caça não tem uma época determinada ou não está especificada.³⁸

Mesmo com as informações acima, a extensão original do que seria o “território tradicional” dos *Kaingang*, no entanto, não é completamente clara e unânime entre os pesquisadores. De acordo com Loureiro Fernandes, “qualquer que tenha sido sua amplitude, o que é sem dúvida consensual é o fato de que as terras situadas entre os rios Iguazu e Uruguai são parte deste território tradicional original do povo

³⁷ BECKER, op. cit. pp. 36-37.

³⁸ Ibid. p. 38.

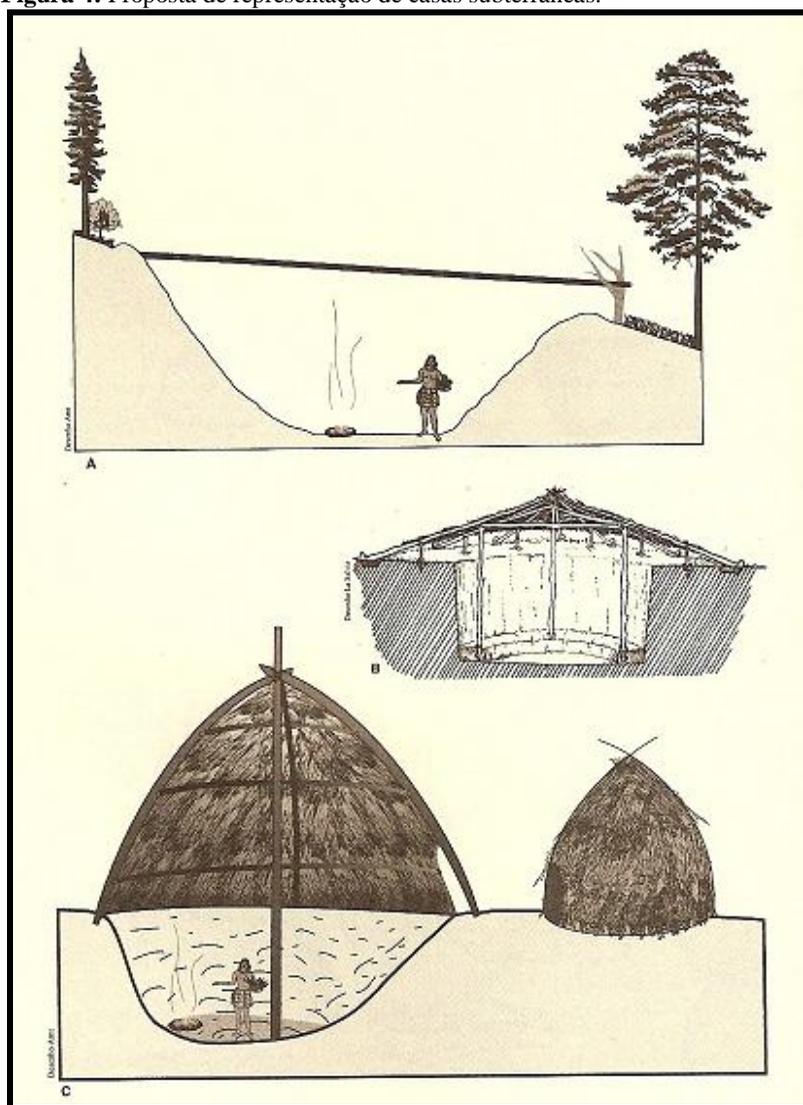
Kaingang”³⁹. É, em grande parte, devido à Arqueologia que se delimitou este espaço geográfico.

A Arqueologia brasileira, particularmente da Região Sul do Brasil, vem dando atenção, principalmente a partir da década de 1960 quando foi criado o PRONAPA,⁴⁰ às antigas ocupações humanas encontradas em diversas áreas de planalto nos Estados de São Paulo, Paraná e, principalmente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se de resquícios do que pretendem os arqueólogos, das antigas habitações dos *Kaingang*. As representações presentes na figura 2 ajudam a entender melhor este mecanismo.

³⁹ FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. Arquivos do Museu Paranaense. Vol. 1. Curitiba, Paraná. Junho de 1941. Apud: D'ANGELIS, Wilmar. et. alli. **Toldo Chimbanguê: História e Luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Missionário Indigenista (CIMI – Regional Sul) Xanxerê: 1984. p. 07.

⁴⁰ O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) criado em 1965 teve como objetivo estabelecer um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país. Para garantir o cumprimento desse objetivo, foram definidos padrões para a pesquisa arqueológica brasileira, publicados em 1965 no Guia para prospecção arqueológica no Brasil. Foram trazidos para o Brasil, pesquisadores de renome internacional como os franceses Annette Laming e José Emperaire e os norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, para ministrarem cursos sobre métodos de campo e laboratório

Figura 4: Proposta de representação de casas subterrâneas.



Fonte: SCHMITZ, 1998, 2003 et alli In: MILDER, Saul. (org). **Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos: Casas Subterrâneas**. Santa Maria: Palotti, 2005, p.180.

Estes vestígios são o que os habitantes atuais destas áreas chamam de “foges” ou “fojos” ou mesmo “buracos de bugre”, ou seja, depressões circulares no solo, com dimensões que vão de 2 metros de circunferência por 50 cm de profundidade até 36 metros de circunferência por 5 metros de profundidade. Na bibliografia arqueológica, estas estruturas são mais frequentemente conhecidas por “casas subterrâneas”. “A utilização destas estruturas subterrâneas como unidades residenciais, cerimoniais ou para finalidades econômicas específicas por parte de grupos tribais, tem ampla dispersão, tanto em termos temporais quanto espaciais.”⁴¹

Os pesquisadores que basearam suas afirmações no estudo de estruturas bem conservadas, afirmam que, geralmente “sobre a cova circular que delimitava a casa, erguia-se uma cobertura de folhas sustentada em uma armação de madeira, em parte fixada na base da casa e em parte fixada nas bordas laterais da cova, inclusive com o auxílio de pedras”⁴².

O arqueólogo Pedro Inácio Schmitz, que estuda estas estruturas desde a década de 1960, afirma que elas “costumam aparecer dentro do mato ou no campo com mato próximo; algumas estão dentro de plantações atuais, o que coopera para sua destruição.”⁴³. Segundo o pesquisador, as datações radiocarbônicas feitas em 5 estruturas na região de Vacaria, no Rio Grande do Sul, confirmam a presença de antepassados dos índios *Kaingang* na região. As datações apontam a presença deles desde o século V até, pelo menos, o século XV.

A existência de sítios arqueológicos e vestígios materiais em áreas de campo reforçam a teoria desta dualidade ambiental própria dos *Kaingang*. Segundo o arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, “as casas subterrâneas são atribuídas às populações *Jê* ou *Caingang*, que ocupavam o planalto antes da conquista e representam uma invenção engenhosa do homem pré-histórico contra as nevascas e os ventos gelados dos invernos rigorosos das grandes altitudes”⁴⁴

⁴¹ REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007. p. 13.

⁴² D'ANGELIS, Wilmar. e VEIGA, Juracilda. Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Unochapecó/Argos, 2003, n.18. p. 6. Disponível no site: www.portalkaingang.com.br. Acesso em 29/11/2008

⁴³ SCHMITZ, Pedro Inácio. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: IAP, Unisinos, 1988.p. 8.

⁴⁴ ROHR, João Alfredo. **Sítios arqueológicos de Santa Catarina**, 1984. p. 82. Apud: D'ANGELIS, W.; VEIGA, J., op. cit. p. 8.

Rodrigo Lavina elaborou um modelo etno-histórico para o grupo *Xokleng*⁴⁵ de Santa Catarina, que em nossa concepção, pode ser adaptável ao grupo *Kaingang* do Rio Grande do Sul, devido às suas semelhanças culturais e ocupacionais. Segundo Lavina, antes do contato, o grupo *Xokleng* organizava-se...

...em função das condições ecológicas da Mata Atlântica da encosta da Serra e os campos e Florestas de Araucárias do Planalto, pelas quais transitavam em diferentes estações do ano. Na primavera e verão nas encostas e no outono e inverno na Mata de Araucária. Na primavera e verão os acampamentos eram pouco estáveis (alguns dias) com grupos de 8 a 30 pessoas. Locais com mais recursos teriam acampamentos mais estáveis de até uma semana e locais pobres em recursos apenas uma noite. [...] No outono e inverno, os grupos são maiores de até 50 pessoas e a duração da ocupação dos acampamentos seria mais longa de até três meses, devido à coleta do pinhão e a concentração da fauna em função da abundância do fruto das araucárias.⁴⁶

Percebe-se, desta maneira, que as semelhanças entre os *Kaingang* e os *Xokleng* não são apenas linguísticas, mas também organizacionais. “Alguns autores (Serrano, 1936; Metraux, 1944) admitem que os *Xokleng* e os *Kaingang* são originários dos antigos *Guaianá* ou *Kaaguá* que dominavam as terras do interior do sul do

⁴⁵ Grupo indígena do mesmo tronco linguístico *Macro –Jê*, que ocupou praticamente toda a área existente entre o litoral e o planalto, desde as proximidades de Porto Alegre no RS até Paranaguá, PR. Atualmente, os *Xokleng* vivem na Terra Indígena Ibirama, situada ao longo dos rios Hercílio (antigo Itajaí do Norte) e Plate, que moldam um dos vales formadores da bacia do rio Itajaí-açu. A TI Ibirama fica localizada em quatro municípios catarinenses — José Boiteux, Victor Meirelles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis. Inicialmente denominada Posto Indígena Duque de Caxias, foi criada pelo chefe do governo catarinense, Adolfo Konder, em 1926, que destinou aos *Xokleng* uma área de 20.000 hectares. Em 1965 foi oficialmente demarcada com 14.156 hectares e em 1975 recebeu o nome de Ibirama. Fonte: SANTA CATARINA. Homologação e demarcação da Terra Indígena Ibirama, La-Klanô ou Duque de Caxias. **Câmara dos deputados**. Florianópolis, março de 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/542364.pdf>. Acesso em 05/06/2009

⁴⁶ LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. São Leopoldo: IAP/UNISINOS. (Dissertação de Mestrado) 1994. p. 25.

Brasil.”⁴⁷ Sua distribuição no território é idêntica, a sazonalidade dos acampamentos indígenas é descrita desde o contato com os bandeirantes e as técnicas de caça e coleta são bem adaptadas à sua realidade geográfica. O grupo procurava privilegiar a dispersão territorial, pois tinham clara a ideia de que a concentração demográfica levaria inevitavelmente ao esgotamento dos recursos.

Todas estas características em comum não impediam as guerras intertribais. Extremamente territorialistas, ambos os grupos estavam sujeitos a ataques, quando faziam suas excursões em busca de alimento. Segundo Silvio Coelho dos Santos, o pinhão, para os dois grupos, sempre foi a maior dádiva da natureza. Para o autor, “não há dúvida que as lutas entre *Xokleng* e *Kaingang* ocorreram em função do domínio desse território, onde o pinheiro era farto.”⁴⁸

Apesar das características em comum, o povo *Kaingang* do Rio Grande do Sul, até meados do século XIX, não foi estritamente caçador-coletor. A comprovação desta característica também é feita através dos dados arqueológicos, na qual foram criadas tipologias de artefatos, observando sua distribuição geográfica e concentração intra-sítio. Dessa forma, foram criadas *Fases e Tradições*⁴⁹ arqueológicas para designar os artefatos das diferentes regiões de ocupação pré-histórica no Brasil.

Destarte, podemos vincular o grupo *Kaingang* do Rio Grande do Sul a uma agricultura incipiente, pois, de acordo com as teorias arqueológicas existentes, a produção de cerâmica está estritamente ligada à prática horticultra, onde os recipientes cerâmicos tornam-se fundamentais para o preparo e cozimento dos alimentos. Segundo Schmitz, “a cerâmica Taquara tem como característica principal, o fato de ser uma cerâmica pequena, geralmente constituída por potes e tigelas.”⁵⁰

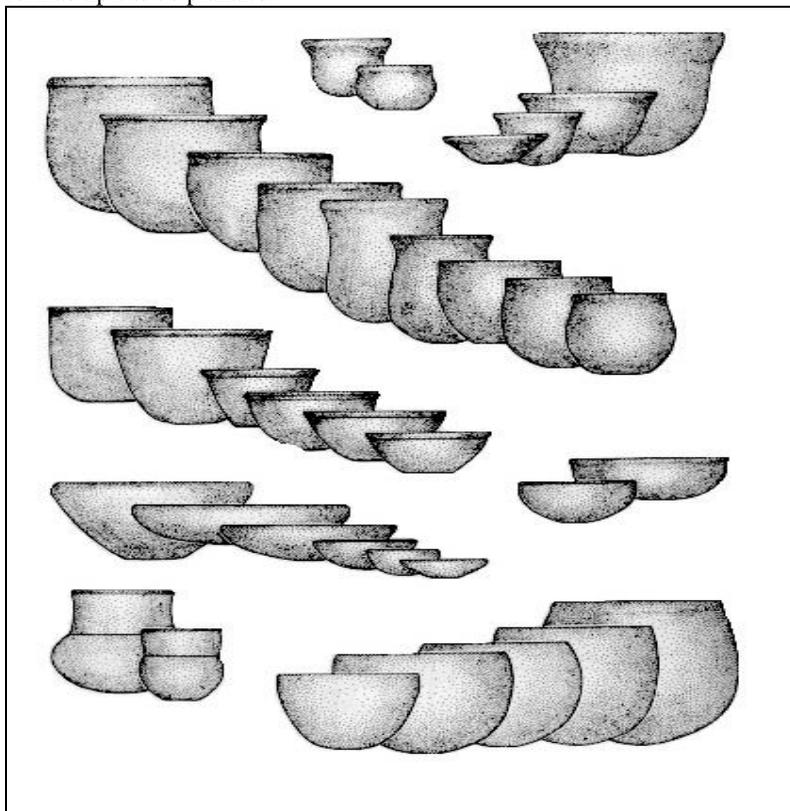
⁴⁷ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do País**: a dramática experiência Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 32.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁹ No Planalto Meridional, que se estende pelos três Estados da região Sul, a cerâmica Jê recebeu diferentes nomes: no Paraná, Tradição Casa de Pedra e Itararé; em Santa Catarina, Tradição Taquara e Itararé (litoral); e no Rio Grande do Sul, tradição Taquara. (DE MASI, In: MILDNER, op.cit., p.69)

⁵⁰ SCHMITZ, op cit. p. 81.

Figura 5: Exemplo de cerâmicas da Tradição Taquara-Itararé, apresentando formas típicas do planalto.



Fonte: DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Dispersão Territorial do Índio Kaingang e sua Ligação com a Tradição Taquara-Itararé**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 75.

Além da questão material, é importante ressaltar também que o território, para os *Kaingang*, não era somente o local geográfico de onde obtinham seus recursos para a subsistência do grupo. Era, semelhante a muitas outras sociedades indígenas, um espaço de dimensões sócio-

político-cosmológicas mais amplas.⁵¹ Portanto, muito mais que a caça, a coleta e a agricultura incipiente praticada, os *Kaingang* necessitavam de seu território originalmente preservado, para que sua dimensão mítico-cosmológica pudesse ser também mantida e vivificada.

Kimmiye Tommasino refere-se a uma rede ampla de sociabilidade existente através da dimensão mítico-cosmológica do território. O mito *Kaingang* do dilúvio é que os unifica; mítica, histórica e etnicamente. Conforme a autora:

O mito *Kaingang* do dilúvio expressa, em linguagem metafórica, uma sociabilidade tanto de homens entre si, quanto com o meio ambiente. Se tomarmos como referência a geografia da terra mítica, pode-se perceber com clareza a associação com as terras de planalto, que é seu habitat. Após o dilúvio, segundo conta o mito, os *Kaingang* se estabeleceram nas proximidades da serra *Krinjibé*. Trata-se de uma região que Borba acredita ser a Serra do Mar. Todos os rios, diz o mito, seguem do leste para o oeste, em direção ao Rio Paraná, onde deságuam. Dentre os grupos que se refugiaram no cume da serra estão os Kamé, os Kairu, os *Kaingang* e os Kuruton. Após o dilúvio os dois primeiros trocaram mulheres entre si, por serem cunhados e aliados. Como sobrassem filhos, casaram-nos com as filhas dos *Kaingang*, tornando-se parentes e amigos. Os Kuruton aparecem como aqueles que se tornaram inimigos e passíveis de serem escravizados.⁵²

Percebe-se assim, a existência de uma concepção própria de temporalidade e espacialidade para os *Kaingang*, relacionada diretamente com a natureza e entre os indivíduos, onde são respeitadas as tradições e a cultura do grupo, representadas aqui pelas regras de reciprocidade e alianças internas. “É a base material sobre a qual imprimem os padrões identitários, de parentesco e afinidade, de

⁵¹ SEEGER, Anthony.; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Terras e territórios indígenas do Brasil. Encontros com a civilização brasileira**. n. 12. Rio de Janeiro, 1979, p. 113.

⁵² TOMMASINO, K. **Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê**. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org). op. cit. p. 209.

residência uxorial e de descendência patrilinear”.⁵³ Para conceituar espaço e espacialidade, recorreremos ao auxílio de Haruf Espíndola:

O espaço não é em sua natureza nem em sua extensão vantagem ou inconveniente. O que determina o valor são sua organização e utilização ou a possibilidade de organizá-lo e utilizá-lo. O espaço é mais do que o suporte físico, também é forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se expressam por meio dele. O povoamento e a introdução de atividades econômicas no espaço introduzem estruturas e promovem modificações que lhe conformam e, conseqüentemente, produzem a dimensão espacial das relações sociais.⁵⁴

A questão da espacialidade e da temporalidade na sociedade *Kaingang* ainda carece de maiores pesquisas, pois, até então, estes aspectos têm sido pouco abordados nas pesquisas referentes à temática. Pouquíssimos pesquisadores aludem a este processo, contudo, percebemos que a valorização deste tipo de abordagem é de extrema importância para compreender de que forma se deu a inserção dos novos valores advindos com o contato e as heranças deixadas para os remanescentes *Kaingang*. Referimo-nos principalmente à acepção de Lúcio Mota, quando este ressalta a estratégia dos governos provinciais de dissolução das características culturais dos grupos indígenas, objetivando a assimilação dos mesmos à sociedade nacional. Para o autor, “esta pode ter sido mais uma maneira de dissolver a etnia *Kaingang* na população nacional, negando a sua identidade”.⁵⁵

1.2. A organização social e econômica

As informações existentes sobre a organização nas sociedades *Kaingang* advém, sobretudo, dos relatos de pessoas que tiveram contato

⁵³ Ibid., p. 210. Obs: O termo *uxorial* refere-se ao costume intitucionalizado em que os cônjuges moram na casa da mulher ou no seu povoado após o matrimônio.

⁵⁴ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial**. III Encontro da ANPPAS, Brasília, DF. 23 a 26 de maio de 2006. p. 2. Disponível em: www.anppas.org.br/encontroanual/. Acesso em 20/05/2009.

⁵⁵ MOTA, op. cit. p. 14.

com estes grupos antes dos aldeamentos, quando os indígenas ainda mantinham o seu modo de vida tradicional.

Uma destas pessoas foi o engenheiro belga Pierre Alphonse Booth Mabilde, que conviveu entre os “*indígenas Coroados*” da Província do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Mabilde trabalhou como agrimensor na abertura de estradas e na delimitação das colônias na região Noroeste do Rio Grande do Sul, entre 1836 e 1866. Durante este período, manteve contato frequente com os *Kaingang*, então denominados “*Coroados*”, registrando sua experiência através de diversas notas, as quais, após sua morte, foram organizadas e publicadas sob o título “*Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul.*”⁵⁶

Apesar da característica nitidamente etnocêntrica e muitas vezes preconceituosa do autor⁵⁷, podemos inferir que foi este quem descreveu com maiores detalhes as práticas sociais e os costumes dos *Kaingang* no século XIX. São os escritos de Mabilde que muitos pesquisadores procuram para discorrer sobre a organização social, política, econômica e religiosa deste povo.

Sobre a organização tribal dos “*Coroados*”, Mabilde destaca que:

Os coroados dividem-se em pequenas tribos, constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Cada uma dessas tribos tem o seu cacique ou chefe e estão sujeitas a uma autoridade superior, de quem dependem - o cacique principal ou chefe de todas elas - e a quem prestam uma obediência cega. Nada fazem os chefes das tribos subordinadas sem consultar o cacique principal e, o que este resolve e ordena, é executado com todo risco e pontualidade. Qualquer falta de obediência ou dissidência traz para o chefe dissidente e sua tribo uma guerra de morte e, quando tal acontece,

⁵⁶ Mais informações sobre a obra, ver nota 2 (p.2).

⁵⁷ Wimar D’Angelis alerta sobre os perigos de se tomar os apontamentos de Mabilde como verdades absolutas, sem o cuidado de lançar um olhar crítico ao conteúdo dos mesmos. Ver: D’ANGELIS, Wilmar. Mabilde e seus “Apontamentos” sobre os Coroados Selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>. Acesso em 17/04/08.

raramente tornam a se reconciliar. A tribo dissidente, em geral, acaba sendo exterminada se não fugir, em tempo, para bem longe do alojamento geral.⁵⁸

Esta constatação de Mabilde é aceita por Luis Fernando Laroque que recorre a Marshall Sahlins para afirmar que o poder entre os *Kaingang* também não está separado do corpo social, mas sim está diluído entre os integrantes das tribos e subtribos que compõem esta sociedade⁵⁹. O autor destaca ainda, o constante estado de guerra vivido nas relações intratribais, evidente nos momentos de dissidência entre as lideranças, e nas relações intertribais, principalmente com os *Xokleng* (já exposto anteriormente), assim como com os *Guarani*. Após o contato, a guerra vai adquirir novos significados ao passar a ser praticada contra os brancos.⁶⁰

Uma tribo *Kaingang*, à época de Mabilde e segundo suas informações, era geralmente formada por trezentas ou quatrocentas pessoas, liderada por um cacique principal. Era subdividida em grupos de vinte a trinta pessoas, sob o comando de um cacique subordinado. Estes caciques deveriam fazer visitas frequentes ao cacique principal como prova de harmonia. A não visitação por parte de um subgrupo, podia gerar uma guerra, onde todas os outros grupos subordinados lutavam contra o dissidente, exterminando todos os indivíduos pertencentes a ele.⁶¹

Vários autores destacam os *Kaingang* como os guerreiros mais bravos e mais cruéis em comparação com os outros grupos indígenas do Sul. Pierre Clastres, ao analisar o discurso naturalista de Leroi-Gourhan na obra “*O Gesto e a Palavra*”, o qual inclui um estudo da guerra primitiva, disserta sobre a origem do comportamento agressivo das sociedades ditas “primitivas”:

A agressão como comportamento, isto é, o uso da violência relaciona-se, portanto, à humanidade como espécie, é coextensiva a ela. Propriedade, em suma, zoológica da espécie humana, a violência é identificada aqui como um fato irredutível, como

⁵⁸ MABILDE, op. cit. p. 42.

⁵⁹ LAROQUE, op. cit., p. 81.

⁶⁰ TOMMASINO, op. cit., p.74.

⁶¹ MABILDE, op. cit., pp. 42-43.

um dado natural que mergulha suas raízes no ser biológico do homem. Essa violência específica, realizada no comportamento agressivo, não é sem causa nem finalidade, ela está sempre orientada e dirigida a um objetivo.⁶²

O diferencial deste discurso é que, segundo a tese de Leroi-Gourhan, o comportamento agressivo está intimamente ligado à aquisição, tendo como ponto de partida, a caça. Portanto, agressão e subsistência se fundem no contexto das sociedades primitivas⁶³. Ao estudar o grupo *Kaingang* do Rio Grande do Sul, percebemos que esta concepção pode ser perfeitamente condizente ao seu comportamento, tanto pré, quanto pós-contato com as frentes de expansão, principalmente devido à constante necessidade de defesa do território e, conseqüentemente, dos seus meios de subsistência.

Muitas das informações etnográficas fornecidas por Mabilde auxiliam nesta constatação. Trazemos como exemplo, o caso da divisão dos pinheirais, descrita pelo autor, utilizada para delimitar a área onde determinado grupo podia ou não coletar as pinhas. Os pinheiros eram marcados com sinais na casca, estabelecendo assim, uma divisão de território para cada subgrupo. Mabilde indica que:

O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas, pertence exclusivamente, à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para o seu sustento. A invasão de outra tribo, para esse fim, é motivo para uma guerra de extermínio, para qual são convocadas todas as demais tribos.⁶⁴

⁶² CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 237.

⁶³ Como sociedade primitiva, entendemos neste artigo o conceito que Pierre Clastres atribui a esta expressão, ou seja: “as sociedades primitivas são as sociedades sem Estado, são sociedades cujo corpo não possui órgão separado do poder político [...] determinar as sociedades primitivas como sociedades sem Estado é enunciar que elas são em seu ser, homogêneas porque indivisas: [...] elas não tem órgão separado do poder, o poder não está separado da sociedade.” CLASTRES, op. cit., p. 240.

⁶⁴ MABILDE, op. cit.; p. 127.

É importante salientar que esta regra valia sobretudo para a coleta dos pinhões. Outros frutos ou mesmo excursões de caça ou pesca eram geralmente permitidos em qualquer lugar das matas para todas as outras tribos. É possível que este tratamento diferenciado relegado ao pinhão se deva à sua possibilidade de conservação por longo tempo, o que é impossível para outros tipos de frutos ou mesmo de caças. Apesar das técnicas de conservação, o pinhão só durava alguns meses durante o ano, por isso, outros tipos de alimentos também tinham importância fundamental para a dieta *Kaingang*. “Vários tipos de corós, mel, palmito, pinhão, tubérculos, raízes e plantas constituíam itens importantes na dieta indígena. Nas matas, também colhiam plantas medicinais.”⁶⁵

Se acompanharmos o raciocínio de Clastres sobre a economia em sua forma primitiva, teremos, se não uma evidência inquestionável, como quer o autor, pelo menos uma ilustração bem aceitável de como foram as relações guerreiras entre os grupos *Kaingang*. De acordo com o autor, a economia primitiva não é uma economia da miséria, onde o indivíduo busca única e fundamentalmente subsistir, isto é, sobreviver. Em Clastres, assim como em Sahlins, as sociedades primitivas, tanto caçadores nômades ou agricultores sedentários, são consideradas sociedades da abundância, ou até mesmo, verdadeiras *sociedades do lazer*.⁶⁶

Não pretendemos afirmar categoricamente que os grupos *Kaingang* sejam *sociedades do lazer*, mas com base no discurso etnográfico fornecido por antigos viajantes e cronistas, temos elementos que refutam o paradigma economista dessa sociedade. As guerras inter e intratribais podem ser explicadas, portanto, não apenas pela concorrência de alimentos, mas também pela manutenção da hegemonia territorial e, principalmente pelo prestígio alcançado quando um grupo derrota o outro nestas disputas.

Nesta sociedade movida pela disputa intensa por território, as mulheres vão ocupar um papel fundamental para o sucesso das empreitadas. São elas encarregadas da coleta de frutos, lenha e água, enquanto os homens descansam ou preparam-se para a guerra. De acordo com Ítala Becker:

⁶⁵ MOTA, op. cit., p. 205.

⁶⁶ CLASTRES, op cit., p. 244.

É grande a importância da mulher na sociedade Kaingang; ela não ocupa uma posição de inferioridade, de escrava ou de simples propagadora da espécie como afirmam alguns autores. Ainda que na família ela deva submissão ao marido, tem a seu encargo, determinadas funções de acordo com os valores e necessidades do grupo. Cabe à mulher também zelar pela estabilidade grupal, pois em determinadas festas, além das tarefas normais, como cuidar dos fogos e dos alimentos, as mulheres tem outras obrigações [...] Nas lutas que se travam, mesmo entre grupos, (sobre quais não temos clareza) cabe às mulheres um papel importante; são elas que cuidam do arsenal bélico (no caso, flechas).⁶⁷

Um dado curioso, informado por Antônio Serrano, é que as mulheres também participavam das guerras entre os grupos; não nos combates corpo a corpo, mas sim “escondidas na mata nas imediações do combate, elas gritam, vociferam e insultam o inimigo.”⁶⁸ A poligamia era permitida somente entre os caciques principais e subordinados, sendo que, o cacique principal é quem escolhia com quais mulheres seus subordinados poderiam se casar. Entre o restante da tribo, o relacionamento monogâmico era a prática mais usual. O adultério era geralmente punido com a morte dos adúlteros.⁶⁹

Cabe lembrar que estas práticas e costumes vinculados ao grupo *Kaingang*, estão relacionados a um estágio anterior ao contato com os europeus. As informações etnográficas reveladas pelos autores citados remetem a um período precedente ao aldeamento dos indígenas. Após o aldeamento, todo o espectro social, econômico e religioso tende a se modificar, a partir da imposição de novos valores, permeados pelo etnocentrismo da cultura ocidental.

⁶⁷ BECKER, op. cit.; p. 138.

⁶⁸ SERRANO, Antonio. Los Kaingangs de Rio Grande do Sul a mediados Del siglo XIX. Según um manuscrito Del Teniente Coronel Alfonso Mabilde. **Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. N. VII. 169. Apud: BECKER, 1975, p.138.

⁶⁹ MABILDE, op. cit. p. 66.

1.3. A colonização e o inevitável contato

Até meados do século XVIII, os *Kaingang* das regiões onde hoje se situam os Estados de Santa Catarina e do Paraná, se mantiveram sem maiores importunações, vivendo nas matas e campos o seu tradicional estilo de vida, fundamentado na caça, na coleta e em uma agricultura incipiente. O interior destes atuais estados continuava sendo “terra de índios” graças à centralização dos interesses coloniais no litoral e nas áreas de mineração.

A partir da assinatura do Tratado de Madri em 1750, a situação tende a se modificar, pois Portugal pressentiu a necessidade de assegurar a posse das terras do Sul do Brasil, visando combater as pretensões espanholas e também impulsionar o processo de expansão econômica.⁷⁰ O contato com os *Kaingang* vai se intensificar a partir de 1771, quando a expedição de Afonso Botelho Sampaio e Souza vai explorar os Campos de Guarapuava, no atual Estado do Paraná. Apesar de a expedição não ter atingido seu êxito devido à forte resistência indígena, serviu para que os expedicionários tomassem um maior conhecimento da região e de seu potencial econômico.⁷¹ De acordo com Mota & Novak:

Enquanto o objetivo do governo era *reduzir os bárbaros à civilização*, introduzi-los no *grêmio* da Igreja e fazê-los respeitar o rei, o objetivo dos índios era expulsar os intrusos de suas terras, quer fossem os fazendeiros e seu gado, quer fossem os viajantes que cruzavam seus territórios ou as forças armadas da colônia. Os ataques aos intrusos despovoaram a área e, por algum tempo, retardaram a expansão colonial nos Campos Gerais do Paraná, na segunda metade do século XVIII.⁷²

No início do século XIX se dá a tomada definitiva dos Campos de Guarapuava e Palmas, o que além de garantir a posse do território

⁷⁰ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 17. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974. p. 92-105.

⁷¹ SILVA, op. cit. p. 56.

⁷² MOTA, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva. *Os Kaingang do Rio Ivaí: História e Relações Interculturais*. Maringá: EDUEM. 2008. p. 50.

para a Coroa portuguesa, serviu como rota para as frentes pastoris que partiam do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba, na província de São Paulo.⁷³ Obviamente, as investidas das frentes de expansão sobre o território *Kaingang* não se processaram de forma incólume. A cada expedição nas áreas habitadas pelos indígenas se processaram confrontos com os invasores.

A frequência e a gravidade dos enfrentamentos fez com que houvesse uma reação drástica por parte do Governo imperial. Reação institucionalizada pela Carta Régia de 5 de novembro de 1808, expedida pelo Imperador D. João VI, autorizando a “guerra aos bugres”:

Sendo-me presente o quase total abandono, em que se acham os Campos Gerais de Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos compreendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos Indios Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários, que nos mesmos paizes tem procurado tomar sesmarias e cultivalas em beneficio do Estado [...] sou servido por esses e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos: em primeiro logar desde o momento em que receberdes essa minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra os estes barbaros Indios; que deveis organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de São Paolo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles.⁷⁴

Com esta resolução, justificavam-se todas as ações para combater, catequizar e civilizar os indígenas. Com o objetivo de ceder lugar às fazendas de criação, em 1810 chega aos Campos de Guarapuava

⁷³ Ibid. p. 56.

⁷⁴ Carta Régia de 5 de novembro de 1808. Apud: SANTOS, Silvio Coelho dos. **O Homem Índio Sobrevivente do Sul**. Porto Alegre: Garatuja, 1978. p. 19.

uma enorme expedição com mais de trezentas pessoas, das quais duzentas eram soldados⁷⁵, cujas ordens eram bem claras.

Os grupos *Kaingang*, que viviam na margem esquerda do Rio Uruguai, como já enfatizamos, também lutaram contra a invasão de seus territórios originais. Quando os luso-brasileiros começaram a ocupar estas áreas e derrubar os pinheirais para a instalação de fazendas de criação, os *Kaingang* perceberam o surgimento de uma nova ameaça para sua soberania. Ainda assim, restaram áreas intocadas, com floresta densa, onde os mesmos se refugiaram.

Entretanto, o contato foi aos poucos se tornando inevitável e os estranhamentos sucederam-se ao longo do processo de ocupação. Os *Kaingang*, que durante séculos contaram com um amplo espaço de mata nativa, onde praticavam seu modo de vida tradicional, viram-se presos a bolsões de matas, recortados por estradas e campos, onde os antigos territórios de caça e coleta deram lugar ao gado. Além disso, tornaram-se cada vez mais repetidos os encontros no interior das florestas, nas quais os invasores entravam para extrair a erva-mate, produto altamente rentável e com mercado certo na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Noelli e Mota concordam com a afirmação de Antônio Carlos de Souza Lima, quando este afirma que a relação entre brancos e índios, desde o período inicial do contato, foi uma relação de guerra de conquista, onde na maioria das vezes, o indígena é subjugado e expropriado, tanto de seus bens materiais, representados pelas terras e pela força de trabalho, quanto dos bens imateriais, configuradas em sua cosmologia e sua autonomia sócio-cultural. Segundo estes autores:

Desde a chegada dos brancos europeus no novo continente, iniciou-se a guerra de conquista contra as populações indígenas que aqui viviam. **Guerra** (*no sentido de*) um processo que requer uma organização militar conquistadora que age em nome de um Deus, uma Nação, um Rei, Império, etc; um povo de onde se origina o conquistador e que lhe dá uma identidade social e uma direção comum; e o butim, composto pelo povo conquistado com seus territórios e riquezas que são mercantilizadas. E **conquista**, quando parte do povo conquistador fixa nos territórios

⁷⁵ MOTA & NOVAK, op. cit. p. 62.

conquistados; fazem a exploração sistematizada do butim e passam a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para tanto.⁷⁶

Esta relação esteve presente entre os *Kaingang* e as frentes de expansão desde o princípio da conquista do território pelos últimos. Os “*desbravadores do sertão*” empregaram grandes contingentes de homens para combater os grupos de índios nas matas e, aproveitando-se das divergências entre os mesmos, levavam a cabo sua superioridade bélica para tentar por fim à resistência dos grupos fragmentados.

As atitudes dos exploradores foram comumente mascaradas pelo governo provincial, que buscava legitimar a violência investida contra os indígenas através de manifestos nos relatórios ou em diários oficiais, nos quais a agressividade e selvageria dos *Kaingang* eram apontadas como característica principal dos mesmos. Esta questão será desenvolvida com mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul às vésperas da colonização alemã, vivia a denominada “*idade do couro*”. As estâncias e vacarias espalhavam-se por toda a região sul da província e na região das Missões. A pecuária extensiva, extremamente lucrativa por não necessitar de mão de obra qualificada para a função, tornou-se ainda mais rentável após a instalação das charqueadas escravistas a partir de 1780. A criação de gado nas estâncias assegurava um retorno financeiro muito superior à agricultura praticada nas regiões litorâneas e na Depressão Central pelos colonos açorianos. Em 1824, dois anos após a Independência do Brasil, o Imperador D. Pedro I expõe no Parlamento a necessidade de ocupar e proteger as fronteiras platinas, aproveitando para criar uma nova classe média livre e pequeno proprietária, desenvolvendo a policultura, o artesanato e formando uma “nova psicologia em relação ao trabalho manual”.⁷⁷

Carlos Hunsche afirma que o criador da primeira corrente migratória alemã para o Brasil, o Major Jorge Antonio Schaeffer, amigo pessoal do Imperador Pedro I, foi enviado à Europa Central com

⁷⁶ NOELLI, Francisco & MOTA, Lucio. T. **Índios, Jesuitas, Bandeirantes e Espanhóis no Guairá: Séculos XVI e XVII**. In: Revista Geonotas, vol.3. n.º.3, Maringá: UEM, 1999. p. 2. (grifo nosso).

⁷⁷ TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes** : a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p. 27.

instruções secretas assinadas por José Bonifácio de Andrada e Silva, visando angariar soldados para integrar o Corpo de Estrangeiros e garantir militarmente a separação do Brasil de Portugal. Como a contratação de soldados era proibida na Europa pós-napoleônica, em virtude da Sagrada Aliança de Viena, Schaeffer, para poder cumprir sua missão, contratou soldados à guisa de colonos.⁷⁸ De 1824 a 1830, chegaram ao Brasil cerca de cinco mil imigrantes europeus, cuja maioria foi instalada na recém criada Colônia de São Leopoldo.

Um dos fatores que corroboraram para o êxito na realização da empreitada imperial, foi a situação política dos países europeus no início do século XIX, agitada por uma série de processos revolucionários⁷⁹. Neste contexto, cabe refletir sobre a preferência do governo brasileiro com relação à imigração alemã para estas terras. Dessa maneira, torna-se necessário elucidar a situação em que se encontrava a Alemanha à época do processo imigratório.

Até o início do século XIX, a Alemanha manteve-se essencialmente rural. A revolução agrícola e demográfica que ocorreu neste século, serviu de fator propulsor ao desenvolvimento da industrialização. De acordo com Lando e Barros:

O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal. O camponês, que como servo ocupava uma terra que podia transmitir aos descendentes, torna-se proprietário dela, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Esta reforma tem como efeito a libertação do camponês médio, que, tendo cedido 1/3 ou

⁷⁸ HUNSCHE, Carlos. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. EST São Lourenço de Brindes, 1979. p. 12-13.

⁷⁹ A Revolução francesa de 1789 forneceu o modelo político para as transformações que ocorreriam por toda a Europa. Segundo Hobsbawm, “a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor ou contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793”. O período de 1815-1848 presenciou o surgimento de três ondas revolucionárias que acabaram de vez com qualquer pretensão de sobrevivência do regime aristocrático. A primeira onda ocorreu entre 1820 e 1824 atingindo principalmente os países mediterrânicos e ibéricos: Espanha (1820), Portugal (1820), Nápoles (1820) e Grécia (1821). A segunda onda deu-se entre 1829-1834 afetando os países centrais da Europa, principalmente a França e tendo repercussão em países como Inglaterra e os Estados Unidos, na América. A terceira onda se deu em 1848, ocorrendo de forma simultânea na maioria dos países europeus, alcançando a vitória, mesmo que temporária, evidenciando a fragilidade da democracia representativa restritiva, implantada pela burguesia após os eventos de 1830. (HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.)

metade de suas terras, poderá garantir a propriedade que lhe resta e constituir uma exploração contínua, suficiente para sustentar sua família. O pequeno camponês, pelo contrário, vê-se reduzido a uma pequena exploração, que não representará mais que um recurso econômico; para viver, terá que empregar-se como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares. Por outro lado, seus filhos, cujas propriedades atingem a condição de minifúndio (que herdadas, diminuem a cada partilha), não encontram outra alternativa senão a de buscar melhores condições emigrando para outros países.⁸⁰

Além destes fatores, a descentralização política e territorial mantinha a Alemanha em unidades independentes, o que impedia o seu desenvolvimento.⁸¹ Embora a unificação definitiva só aconteça em 1871, já em 1834 uma união aduaneira, chamada *Zollverein*, permite a livre circulação de pessoas e capitais entre todas as unidades independentes.⁸² A industrialização se desenvolve a partir de 1870 e, embora absorva grande contingente de mão de obra por um lado, por outro, ocasiona a ruína de trabalhadores das indústrias domésticas e artesãos, que não tiveram condições de resistir à concorrência das grandes empresas.

Pode-se ter em conta, dessa maneira, que a migração alemã foi ocasionada em um primeiro momento pelo atraso em que se encontrava a Alemanha com relação à Revolução Industrial. Num segundo momento, ela foi propiciada pelo excedente populacional advindo do próprio desenvolvimento industrial e pelas crises de conjuntura econômica.

⁸⁰ LANDO, Aldair; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização: Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hidelbrando. (org) **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 13.

⁸¹ “La organización de los países germánicos no se había modificado desde 1815; seguían integrando el *Deutscher Bund* que comprendía 39 Estados soberanos. Entre éstos, dos Estados destacaban por su importancia territorial y política: Prussia y Austria”. PALMADE, Guy. **La época de la burguesía**. Historia Universal siglo XXI. 8. ed. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 1986. p. 247.

⁸² LANDO & BARROS, op. cit. p. 14.

A assinatura de acordos entre o governo brasileiro e os estados alemães, teoricamente, garantiam a instalação dos imigrantes em lotes já demarcados na região nordeste da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Encosta Superior da Serra do Nordeste, entre as bacias dos rios Taquari, Sinos e Caí. Esta região compreende atualmente os municípios de São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Montenegro, Taquara e São Francisco de Paula, pólos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

O projeto de imigração constituía-se, inicialmente, na distribuição de um lote de terras, ferramentas, animais e sementes aos agricultores, além do pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento.⁸³ Todavia, a orientação geral foi alterada a partir de 1854, com a Lei nº 304, pela qual a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento nas colônias, cabendo à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação das mesmas. Essa Lei Provincial nº 304 constitui-se na Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual estabelecia os princípios básicos da colonização.

No projeto de colonização constavam ainda diversos objetivos que, interligados, revelavam outras propostas intrínsecas ao movimento. Entre elas, inclui-se a formação de um grande exército que auxiliaria na defesa do território, onde eram cada vez mais visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e, conseqüentemente, da própria hegemonia do Império.

A colonização objetivava também a ocupação das terras “*virgens*” ou “*devolutas*”, propiciando o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre assalariada, reivindicação que se disseminava por todo o país. O governo imperial foi quem inicialmente traçou o planejamento para a instalação dos colonos europeus no Rio Grande do Sul. Quem tratava do recrutamento na Europa eram agentes contratados pelo Império Brasileiro. Eram os

⁸³ HERÉDIA, Vânia. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: **Scripta Nova** Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. Nº 94. 1º de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em 20/10/2008

⁸³ HERÉDIA, op. cit. p. 4.

funcionários do governo quem escolhiam as zonas de colonização e regulamentavam a situação dos colonos que nelas se instalavam. A administração das colônias ficava sob a tutela do Império, que deveria manter os estabelecimentos coloniais durante algum tempo, até a estruturação dos colonos.

As promessas feitas pelo Major Schaeffer constituíram um poderoso fator de convencimento da emigração para o Brasil. Aos alemães era prometido o custeamento da viagem pelo governo brasileiro; a naturalização, que se daria logo na chegada ao Brasil; total liberdade de culto; cada família receberia um lote de terra medindo 77 hectares, mais cavalos, bois e vacas que necessitassem para transporte e alimentação. Também receberiam auxílio financeiro de 1 franco (valor avaliado em moeda corrente do Brasil) por pessoa, no 1º ano e metade deste valor no 2º ano; seriam isentos de impostos por dez anos, a partir de seu assentamento nos lotes; além disso, receberiam implementos agrícolas e sementes que necessitassem para o início do cultivo das terras.⁸⁴

Logo, porém, os colonos perceberam que estas medidas não passavam de promessas. Os primeiros colonos chegaram em julho de 1824. Foram recebidos e encaminhados para seus lotes, na esperança de que fosse proporcionada toda a infra-estrutura prometida pelo governo. Todavia, os problemas dos imigrantes começam já em dezembro daquele mesmo ano, quando, devido à desorganização referente à legalização e demarcação das terras, os imigrantes têm de esperar vários dias pelos trâmites burocráticos, amontoados em estalagens provisórias e somente com uma ração diária mínima necessária para a sobrevivência.⁸⁵ Outros imigrantes que chegam no ano seguinte, precisaram, muitas vezes, esperar durante meses até que seus lotes fossem concedidos. Nesse meio tempo, muitos desertaram para as cidades ou ingressaram no Exército Imperial, que combatia na Guerra da Cisplatina.⁸⁶

Os colonos que já haviam recebido seus lotes, agora contemplavam a dura realidade que a emigração lhes proporcionara. A maioria deles, acostumados com o cultivo de áreas preparadas desde a

⁸⁴ LANDO & BARROS, op.cit, p. 27.

⁸⁵ ROCHE, Jean - **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols. 1969. p. 94.

⁸⁶ Ibid., p. 96.

Idade Média na Europa, enfrentava naquele momento outra realidade. A mata densa e fechada, com espécies animais e vegetais desconhecidos, apresentava perigosas armadilhas naturais que, combinadas com a precariedade das ferramentas que possuíam, desalentava até o mais valente desbravador.

Para outros imigrantes, que não eram agricultores de ofício na Europa, mas sim comerciantes e artesãos, a empreitada tornou-se ainda mais difícil e muitos não resistiram às difíceis provações da vida camponesa. Com isso, têm-se uma abertura na lei de colonização, favorecendo os imigrantes inaptos ao trabalho agrícola. Estes trabalhadores ganham o direito de exercer a profissão que aprenderam na Alemanha, estabelecendo oficinas e casas comerciais em povoações próximas às colônias.⁸⁷

Houve também certo estranhamento dos alemães com relação às culturas que deveriam cultivar nas colônias. Acostumados ao plantio do trigo, centeio, beterraba e outras culturas europeias, viram-se na obrigação de se adaptar ao cultivo da mandioca, do feijão, do café, do milho, entre outros produtos tropicais. Este fator, combinado com o desconhecimento do tipo de solo existente na província, causou certa penúria nas colônias alemãs no início da colonização. Neste período, prevaleceu a solidariedade étnica entre os colonos, que se ajudavam mutuamente para vencer as dificuldades.

Em 1830, devido às crises políticas que se instalaram no Império, os créditos relegados ao patrocínio da colonização estrangeira são suspensos. A Lei de Orçamento ameaçava ainda acabar com as colônias já existentes. Com o início da Revolução Farroupilha em 1835, a colonização é suspensa.

A situação dos colonos, que já não era das melhores, piorou ainda mais, porque as indenizações prometidas, vencidas há algum tempo, estavam então canceladas. Essa medida causou uma série de protestos dos imigrantes da colônia de São Leopoldo, indignados com o abandono por parte do Imperador.⁸⁸ Na Alemanha, a inquietação também foi grande, tanto da parte dos governantes, quanto dos trabalhadores que tentavam emigrar.

Em 1844, no final da Revolução Farroupilha, a imigração alemã é reativada, mesmo com os problemas já existentes relativos à

⁸⁷ Ibid., p. 96.

⁸⁸ Ibid., 1969, p. 99.

organização dos colonos e à falta de estrutura para abarcar o contingente já imigrado. Nesse período, o governo não possuía um organismo que administrasse a entrada e localização dos novos imigrantes em seus lotes. Os colonos, então, não podendo contar com outras terras além daquelas dos sertões, longe das picadas abertas e sem demarcação, lançam-se à sua própria sorte, na busca por novos lotes para sua instalação.⁸⁹

1.3.1. A expansão das colônias nas “terras de índios”

Figura 6: “Pioneiro no Rio Ivahizinho”, Paraná, observado por índios. Original de Thomas Bigg-Wither



Fonte: SANTOS, *op. cit.* p. 27.

A figura acima, apesar de ser meramente ilustrativa, auxilia na percepção do isolamento ao qual ficaram expostos muitos dos primeiros imigrantes europeus em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, reflete o quão estranho parecera para os indígenas, a inserção em suas áreas tradicionais de seres com tão distinto aspecto e tantos novos hábitos e costumes. Tal ocorrência, justificadamente, aguçou a curiosidade dos nativos.

⁸⁹ NONNENMACHER, *op. cit.* p. 13.

Enquanto era debatido entre as elites políticas brasileiras, o que fazer com a questão da imigração e qual o destino dos imigrantes que chegavam ao Brasil, nas colônias, os problemas dos colonos recém instalados cresciam a cada dia. Haviam poucos lotes demarcados para muitos imigrantes que chegaram. As picadas⁹⁰ estavam paralisadas desde a promulgação da Lei de Orçamento de 1830⁹¹. Uma semana após a votação da lei que proibia a existência de regimentos estrangeiros, ocorreu a votação da lei orçamentária para os anos de 1831-1832, que cancelou os gastos com a colonização estrangeira.⁹² Mesmo com o cancelamento de incentivos para a imigração, muitos estrangeiros continuavam a chegar ao Brasil, procurando logo os núcleos de colonização. Este fator colaborou para o acúmulo de colonos nos arredores de São Leopoldo.

A partir de São Leopoldo foram sendo ocupadas as margens do rio dos Sinos, com a criação das colônias de Mundo Novo (atual Taquara) em 1847; Padre Eterno, Sapiranga e Picada Verão (todas de 1850). Também foi loteado o médio Caí, onde se criaram Bom Princípio (1846), Caí (1848), Montenegro (1857) e Nova Petrópolis (1858), entre outras.

Conforme foram chegando, os imigrantes acabaram tendo que partir por sua conta e risco para os lotes ainda não alcançados pelas picadas. Diferentemente do que aconteceu aos criadores luso-brasileiros do nordeste da Província, que contavam com as Estradas de Tropas para o escoamento do gado, os colonos precisavam derrubar a mata antes mesmo de chegar aos seus lotes, passando então, por áreas de intensa ocupação indígena.

Conforme vão adentrando o território, muitos colonos resolvem instalar-se próximos uns dos outros, evitando o isolamento e a sujeição aos ataques dos “bugres”. Por este motivo, Becker reflete sobre o impacto das duas ocupações para os grupos *Kaingang* do Rio Grande do Sul. Conforme a autora:

⁹⁰ Caminhos abertos para o acesso às áreas ainda não ocupadas da Província. Eram geralmente estreitos e abertos à foice, machado e facão.

⁹¹ A Lei de Orçamento, de 15 de dezembro de 1830, suprimia todos os créditos para a colonização estrangeira. Essa manobra do Parlamento condenava qualquer nova tentativa e arriscava aniquilar as colônias já existentes. Ver: ROCHE, op. cit. pp. 99-100.

⁹² MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Política de Colonização do Império**. Porto Alegre: Edufrgs, 1999. p. 21.

A colonização luso-espanhola efetiva não trouxe para os Kaingang as mesmas dificuldades que a alemã. Com os espanhóis, de modo particular, a área Kaingang periférica sofre a ação indireta da política missioneira que se instalara, desde início do século XVII, com os Guarani, com ótimos resultados. [...] Ao se instalar definitivamente no estado, em fins do século XVIII, a colonização lusa alcança alguns espaços na área Kaingang, ou seja, os Campos do Planalto, a Encosta superior e inferior do Nordeste e partes do Planalto Médio. No começo do século XIX apenas os municípios de Vacaria e Santo Antônio são explorados para a criação de gado. Essa modalidade de colonização lusa permitiu a sobrevivência independente do índio e do português de forma que o Kaingang, coletor de pinhão, ficou nas áreas de mato e o criador luso na de campos. [...] A colonização alemã, por sua vez, agiu mais direta, intensa e drasticamente sobre a área Kaingang desde 1824 até 1846 e de 1848 a 1874.[...] Nessa época, antes mesmo de os colonos chegarem aos lotes destinados, tinham de passar às vezes por terras dos índios, que se defendiam à sua maneira. Desde 1829 até 1832 se repetem os encontros com colonos alemães estabelecidos em Dois Irmãos e de 1845 a 1847 com colonos de São Francisco de Paula e Nova Petrópolis.⁹³

Os conflitos seguiram acontecendo a cada nova instalação de núcleos coloniais. Cada vez mais o pânico se apossava dos colonos e, muitos deles, abandonavam a terra e dirigiam-se a São Leopoldo ou Porto Alegre, onde poderiam trabalhar em segurança, ainda que, como assalariados. Muitos já esperavam juntar recursos para poder voltar para a Europa.

Darcy Ribeiro dedica um capítulo do seu clássico livro “*Os Índios e a Civilização*”, aos conflitos entre os imigrantes europeus e os

⁹³ BECKER, Ítala. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno A. *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997. p. 333-4.

indígenas *Xokleng* de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. O autor faz referência às medidas adotadas pelo governo desta província para impedir a derrocada da colonização dirigida, por causa dos ataques indígenas.

Os métodos adotados na província de Santa Catarina foram praticamente os mesmos utilizados no Rio Grande do Sul: destacamento de guarnições da Guarda Nacional, utilização das *Tropas de Bugreiros*⁹⁴, além da persuasão civil e religiosa. De acordo com Ribeiro, apesar dos esforços do governo provincial, “foi à força das armas dos próprios colonos e, sobretudo, enchendo a mata de bugreiros profissionalizados que a colonização prosseguiu, [...] levando as lutas sempre adiante.”⁹⁵.

Ainda para Santa Catarina, Silvio Coelho dos Santos destaca a criação de uma *Força de Pedestres* pelo governo provincial (lei nº 28 de 25 de abril de 1836), cuja função era levar seu efetivo a proteger as colônias das correrias dos indígenas. “O governo estava convicto que o colono deveria ser amparado, protegido. A força de pedestres destinava-se a concretizar esta proteção.”⁹⁶

A invasão e a subsequente devastação das florestas que serviam de abrigo e fonte de alimentos tornou inevitável o contato entre colonos e índios. As terras que estavam sendo oferecidas aos colonos como áreas devolutas, há milênios já eram ocupadas por sociedades indígenas. Este “detalhe” obviamente não constava nas propagandas feitas pelos agenciadores responsáveis pelo engajamento de imigrantes na Europa. Podemos observar nesta atitude do governo e das companhias colonizadoras, um aparente engodo aos colonos e também uma clara desconsideração ao sujeito índio, ao menosprezar sua capacidade de defesa do território. O uso da força para eliminar a concorrência indígena das terras recém ocupadas, redundou na utilização da violência pelos indígenas contra os colonizadores, sendo esta atitude entendida por nós como o maior mecanismo de defesa conhecido pelos nativos.

Os assaltos dos *Kaingang* aos lotes coloniais podem ser divididos em dois períodos distintos: um anterior e outro posterior à

⁹⁴ Grupos de homens armados, criados para inibir toda e qualquer atitude agressiva dos índios aos lotes coloniais. Eram formados por batedores de mata experientes, muitas vezes, caboclos e mesmo índios, vindos de outras partes do Brasil, onde já participaram de tarefa semelhante.

⁹⁵ RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 108.

⁹⁶ SANTOS, op. cit. p. 61.

política de aldeamentos. De acordo com as fontes bibliográficas e documentais, a maioria dos ataques acontece no primeiro período, entre os anos de 1829 e 1832, quando os colonos passam a adentrar as áreas mais isoladas da Serra Geral, longe dos núcleos iniciais de São Leopoldo.

A partir de 1847, quando novas estradas são abertas para facilitar o desenvolvimento das colônias e os aldeamentos instalados, os ataques diminuíram, porém, não cessaram. Grupos de índios eram frequentemente vistos nos arredores das propriedades preparando suas correrias⁹⁷, alarmando os colonos e motivando a ação dos bugreiros.

Para compreender este processo, devemos realçar a tônica da política de colonização, ou seja, os reais objetivos da empresa colonizatória. Para começar, é preciso ter claro o ideal presente na lógica dos governos Imperial e Provincial. Nela, o colono é entendido como o elemento civilizador, que vai trazer o desenvolvimento e garantir o sucesso de um sistema capitalista que se expande deliberadamente. Ao mesmo tempo, do outro lado, existe o índio, selvagem e arredio, o grande empecilho para o progresso, o qual além de representar o atraso econômico, passa a ser o agressor que atemoriza os colonos.

Dessa maneira, não restando outra alternativa, “cabe ao poder público intervir no sentido de aldear o índio e defender o colono que é o gerador de riquezas”⁹⁸, enquanto o “bugre”, “preguiçoso” e “rebelde” por natureza deve ser combatido e aldeado para que não ameace os lotes coloniais⁹⁹.

Dessa forma foi que se deu o avanço da colonização; mais e mais as caravanas adentravam os sertões e, a cada nova penetração, os relatos de confrontos com indígenas se multiplicavam. Para os colonos, bastava a imagem do índio para causar espanto e temor profundo. Aos índios, movidos inicialmente, talvez mais pela curiosidade do que pelo ímpeto de agressão ao invasor, restaram os *discursos* criados para definir sua personalidade.

⁹⁷ O termo “correrias” foi amplamente utilizado pelos órgãos oficiais para se referir aos ataques dos índios aos representantes da sociedade nacional. Esta não é uma expressão exclusiva para se referir aos assaltos dos *Kaingang*, mas sim para todo o processo envolvendo conflitos entre índios e brancos no Brasil. Decidimos adotar esta expressão visando uma maior aproximação com nossas fontes, nas quais as correrias são constantemente citadas.

⁹⁸ NONNENMACHER, op. cit. p. 15.

⁹⁹ Expressões como estas eram fartamente utilizadas pelas autoridades nas cartas e relatórios oficiais para referir-se à índole dos nativos, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos.

1.4. Políticas indigenistas no século XIX: O que fazer com os índios?

A incômoda presença dos “gentios” foi tema constante nos processos dos legisladores desde os tempos coloniais. Missionários, colonizadores e autoridades políticas da Coroa Portuguesa travavam intensos embates sobre o destino que deveria ser dado aos indígenas. Dividida e pressionada de ambos os lados, a Coroa produziu uma política indigenista contraditória, oscilante e hipócrita.¹⁰⁰

As ideias fundamentais da política indigenista portuguesa no Brasil, expressas na legislação, moldaram atuações políticas quase sempre em favor dos interesses econômicos. Através das Ordenações e das Cartas Régias¹⁰¹, foi selado o destino de muitos povos indígenas, que sucumbiram perante o avanço das frentes de expansão. Processo inevitável e justificado pela necessidade de abastecimento da metrópole.

Foi no período colonial que se esboçou a legislação recorrente no século XIX, a qual prescrevia a categorização dos indígenas, com o objetivo de fundamentar ações repressoras contra os grupos mais arredios. A concentração dos indígenas em um local onde pudessem ser observados e controlados foi idealizada durante o Brasil Colônia, conforme destaca Perrone-Moisés:

Havia, no Brasil colonial, índios aldeados e aliados dos portugueses, e índios inimigos espalhados pelos “sertões”. A diferença irredutível entre “índios amigos” e “gentio bravo” corresponde um corte na legislação e política indigenistas, que encaradas sob esse prisma, já não aparecem como uma linha tortuosa crivada de contradições, e sim, duas com oscilações menos

¹⁰⁰ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos**: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela C. da. (org). op.cit., p. 116.

¹⁰¹ No período colonial, o Brasil era regido basicamente pelas mesmas leis que a metrópole, sendo aquelas prescritas através das Ordenações Manuelinas do século XVI, e, a partir de 1603, pelas Ordenações Filipinas, acrescidas de poucas adaptações para algumas questões específicas da Colônia. O principal documento legal eram os Regimentos dos governadores gerais, que eram assinados pelo Rei, assim como as Cartas Régias, que instituíam as ações deliberadas, com ordens de efetivação. Fonte: PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **História do Direito Processual Brasileiro**: Das Origens Lusãs à Escola Crítica do Processo. Barueri: Editora Manole, 2002.

fundamentais.[...] A política para esses “índios de pazes”, “índios das aldeias” ou “índios amigos” segue o seguinte itinerário ideal: em primeiro lugar devem ser “descidos”, isto é, trazidos de suas aldeias no interior (“sertão”) para junto das povoações portuguesas; lá devem ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se “vassallos úteis”, como dirão documentos do século XVIII.¹⁰²

Baseados em estratégias discursivas bem definidas e recorrentes aos propósitos da elite colonialista, estas políticas sempre outorgavam ao indígena um caráter de obstáculo ao avanço e progresso da civilização. As estratégias imperiais assemelhavam-se às do Brasil colonial quando se tratava do avanço sobre os territórios indígenas. Assim, a guerra e a escravidão aos povos originários do território tornaram-se plenamente aceitas e justificáveis, sempre que os mesmos reagissem de alguma forma para defender seu espaço frente aos avanços das frentes de expansão.

No século XIX, para fins de maior controle sobre as ações a serem adotadas com relação aos indígenas, os mesmos foram categorizados sob duas subdivisões: os “bravos” e os “domésticos ou mansos”, como esclarece Manuela Carneiro da Cunha:

A “domesticação” dos índios supunha, como em séculos anteriores, sua sedentarização em aldeamentos, sob “o suave jugo das leis”. Essa era uma idéia geral, aplicável tanto aos grupos agricultores e portanto sedentários, quanto aos grupos caçadores e coletores. Na categoria de índios bravos, passam a ser incorporados os grupos que vão sendo progressivamente encontrados e guerreados nas fronteiras do Império: grupos dos afluentes do Rio Amazonas, do Araguaia que se quer agora abrir a navegação, do Madeira, do Purus, do Jauaperi, e de outros tantos rios; grupos também, sobretudo pelo fim do

¹⁰² PERRONE-MOISÉS, op. cit, In: CUNHA, M. C. (org), 1992, p. 117-118.

século, do oeste paulista ou da zona de colonização alemã nas províncias do Sul.¹⁰³

Estas categorizações levaram a utilização de tratamentos ambíguos aos diferentes grupos indígenas. Aos “domésticos ou mansos”, o tratamento mais habitual foi o convencimento através de procedimentos brandos, visando convencê-los a aceitar a civilização e a inclusão na sociedade política. Aos índios considerados “bravos”, não restava outra solução a não ser exterminá-los para que não impedissem o avanço da civilização.

A legislação indigenista do século XIX, principalmente até 1845, foi flutuante, pontual e, em larga medida, subsidiária de uma política de terras.¹⁰⁴ A necessidade de novas diretrizes para a questão indígena fez com que o “*Patriarca da Independência*” José Bonifácio de Andrada e Silva¹⁰⁵, redigisse os seus *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*, apresentado à Assembleia Constituinte de 1823, para que fosse contemplado por aqueles que preparavam a primeira constituição brasileira.

Tal projeto previa a inserção dos povos indígenas à sociedade civil e sua integração à população livre. José Bonifácio acreditava que essa integração seria feita através da mestiçagem, o que possibilitaria o surgimento de uma nova raça e a criação de uma cultura comum, na qual prevaleceria o elemento branco e civilizador.

De formação humanista, o texto de Bonifácio prezava os bons tratos aos indígenas, mas, desde que estes se sujeitassem ao jugo das leis e do trabalho. Além disso, é possível perceber em seu texto, enunciados discursivos bastante característicos do período, com relação ao modo de atingir seus objetivos integracionistas. Termos como “catequizar”, “civilizar”, “domesticar” as populações nativas, são presenças constantes em seus escritos. Quando se refere a estes objetivos,

¹⁰³ CUNHA, M. C. **Política indigenista no século XIX**. In: CUNHA, M. C. (org.). op.cit, p. 136.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 138.

¹⁰⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva, naturalista, estadista, poeta e maçom, nasceu em Santos em 13/06/1763. Participou intensamente da vida política do Brasil no I Reinado. Por sua participação no processo, é considerado o Patriarca da Independência. Teve atuação destacada no processo constitucional. Defensor da abolição gradual da escravidão e da distribuição de terras “devolutas” aos agricultores pobres, Bonifácio criou certo malestar em muitos membros das elites. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, José Bonifácio acaba fazendo oposição ao governo de D. Pedro I, o que lhe rende uma extradição para a Europa.

Bonifácio já previa as dificuldades de atingir sua meta, ocasionadas por diversos fatores, entre os quais: “1º) da natureza, e estado em que se acham estes índios; 2º) do modo com que sucessivamente portugueses e brasileiros os temos tratado, e continuamos a tratar, ainda quando desejamos domesticá-los e fazê-los felizes”.¹⁰⁶

Bonifácio desfrutava de grande prestígio político devido à sua participação decisiva no processo de Independência, porém, nem mesmo seu bom conceito e reputação foram suficientes para fazer com que seu projeto de civilização dos índios fosse aprovado pela Constituinte. “O referido projeto foi preterido para atender aos interesses dos grandes proprietários de terra, que representavam a classe dominante na época”.¹⁰⁷

No contexto da segunda metade do século XIX, “o indigenismo brasileiro aproximava-se cada vez mais das perspectivas impostas pelo liberalismo econômico e transferia encargos assistencialistas para setores particulares como empresas de colonização e grandes proprietários de terras”.¹⁰⁸ É neste contexto que é criada a lei nº 601, de setembro de 1850.

A denominada Lei de Terras teve como objetivo determinar que as terras só seriam adquiridas através de compra. Deliberava, também, quais e o que eram as terras devolutas do Império, com o fim explícito de proteger os interesses dos grandes proprietários fundiários. Sobre as consequências desta lei, Moreira Neto afirma que:

...ao mesmo tempo que garantia a grande propriedade fundiária e excluía do acesso ou da continuidade da posse tradicional da terra pequenos agricultores, sertanejos e índios, abria caminho aos grandes negócios relacionados com intentos de colonização estrangeira submetendo a aquisição e a garantia da continuidade da posse de terras a operações monetárias e a complicados procedimentos de natureza burocrática e legal, a Lei de Terras é, antes de mais nada, um obstáculo intransponível ao acesso à terra pela grande massa, social e economicamente desvalida. Neste

¹⁰⁶ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. p. 47.

¹⁰⁷ LAROQUE, op. cit., p. 30.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 37.

sentido, este documento básico da legislação agrária do Império, foi um dos mais eficazes instrumentos para a espoliação do patrimônio territorial de sertanejos e, principalmente, de índios.¹⁰⁹

O impacto da Lei de Terras, que permitiu a concentração das terras nas mãos dos que tinham condições de comprá-las, foi sentido substancialmente pelas populações indígenas brasileiras, que viram seu território ser gradativamente espoliado em prol do progresso representado pela produção agropecuária das áreas adquiridas.

A legislação e as decisões das autoridades estavam imbuídas desse desejo de ordenar e racionalizar o processo de ocupação, fazendo com que ele se enquadrasse nos princípios da civilização e dos valores cristãos. Seus mentores eram herdeiros da época pombalina. O progresso pode ser traduzido pelo comércio, por abertura das vias de comunicação, por navegação fluvial, por agricultura de exportação, fontes de riqueza dos indivíduos e do Estado.¹¹⁰

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, assim como na Província de Santa Catarina, as levas de imigrantes tornavam a chegar depois de um período de intervalo (durante Revolução Farroupilha). Muitos imigrantes, alertados da existência de “índios selvagens” nas áreas coloniais, ou alarmados com notícias de ataques dos mesmos às famílias de imigrantes, decidem esperar por uma solução do governo.

Os assaltos perpetrados pelos *Kaingang* nas áreas de colonização, de 1829 a 1847, detalhados no próximo capítulo, representaram para os colonos atos de violência e covardia das “hordas de selvagens”¹¹¹. Do ponto de vista dos indígenas, quiçá tenham sido atitudes de resistência e defesa de suas terras espoliadas.

A resistência dos índios à invasão dos seus territórios, os ataques às plantações realizados por

¹⁰⁹ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX**. São Paulo, Tese (Doutoramento em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. SP. 1971. 389 p. Apud: LAROQUE, op. cit., p. 37.

¹¹⁰ ESPÍNDOLA, op. cit., p. 14-15.

¹¹¹ Termo comumente utilizado nos relatórios para se referir aos grupos indígenas que mostravam resistência ao avanço dos colonizadores.

índios encurralados pela fome, as agressões de alguns grupos indígenas desesperados para obter alguma peça de ferro, foram situações que serviram para reforçar o clichê que exagerava o obstáculo real que estes representavam para o processo de ocupação.¹¹²

De qualquer forma, o governo provincial volta sua atenção para a questão indígena, pois a opinião pública e autoridades já cobravam uma solução para os conflitos. A partir de 1846 tem início o processo de aldeamento, fruto de uma política de concentração dos índios em locais onde pudessem viver e produzir para sua subsistência.

Neste empreendimento foram envolvidos os padres jesuítas para a catequese, as Companhias de Pedestres¹¹³ para o policiamento das áreas e bugreiros para a retirada dos índios das matas. Além destes, foram envolvidas “as construtoras de estradas que, traçando caminhos pelo meio dos territórios indígenas, os destroçam ou desestimulam, e os próprios caciques dissidentes que ajudam a amansar ou destruir seus irmãos.”¹¹⁴

Os *Kaingang* assumiram diferentes posições no que concerne aos aldeamentos. Alguns aceitaram por questões de sobrevivência, para obter alimentação e proteção; outros resistiram, pois perceberam que seu antigo território estava sendo tomado e não mais voltariam à sua antiga forma de viver. Dessa forma, lutaram como puderam para que sua gente não fosse explorada, subjugada e espoliada pelos invasores.

Para finalizar este capítulo, cabe realçar uma reflexão de Manuela Carneiro da Cunha, sobre as artimanhas e as práticas utilizadas pelo Governo Imperial para se apropriar e esbulhar os territórios dos índios:

¹¹² ESPINDOLA, op. cit., p. 14.

¹¹³ As Companhias de Pedestres ou Forças de Pedestres atuaram na vigilância dos aldeamentos, visando impedir as pressões de índios arredios que resistiam ao confinamento. Os Pedestres atuaram também na perseguição aos indígenas que cometiam as correrias nas colônias e fazendas. As Companhias de Pedestres foram criadas ou mobilizadas em diversos momentos, como a Companhia de Pedestres de Passo Fundo, criada em 1846 para controlar os ataques indígenas nas áreas de colonização e a Companhia de Pedestres de Nonoi, criada em 1847 para defender os indígenas aldeados de ataques dos índios “bravos”. O corpo destas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas.

¹¹⁴ BECKER, op. cit., p. 69.

O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias mas aforam-se áreas dentro delas para seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham “confundidos com a massa da população”, ignora-se o dispositivo de lei que atribui aos índios a propriedade da terra das aldeias extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes do Império e depois às províncias, que as repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. Cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total.¹¹⁵

O que percebemos ao final desta citação é a incoerência das políticas indigenistas do século XIX, mesmo as leis de caráter liberal e humanista aos moldes de José Bonifácio, agiram muito mais contra do que a favor dos interesses dos povos nativos.

A política de ocupação do território agiu sempre em favor da manutenção e perpetuação dos interesses econômico-fundiários das elites imperiais, seja em âmbito nacional quanto regional. As classes hegemônicas eram favorecidas pela política oficial vigente, a qual preconizava que a presença indígena não se constituía em ocupação efetiva dos territórios.

Os imigrantes que estavam chegando representavam um mercado em potencial para o gado e para o charque produzido pelos fazendeiros do sul e da região missioneira. Por outro lado, os produtos

¹¹⁵ CUNHA, op.cit., p. 146.

agrícolas que viriam a ser cultivados nas áreas de colonização reduziriam o preço dos alimentos consumidos pela população da capital e das principais localidades da época. Assim, a política de colonização se sobrepôs aos interesses dos povos indígenas e dos demais grupos subalternos.

Dessa forma se deu o avanço da colonização. Cada vez mais as caravanas adentraram os sertões da província e novos lotes foram sendo instalados ao longo das estradas e picadas. A cada nova expedição, os relatos de confrontos com indígenas se multiplicavam. Neste cenário, desenvolveu-se uma espécie de jogo emocional entre os *Kaingang* e os colonos que habitavam as proximidades das estradas e picadas. Embora arredios ao contato, em um primeiro momento, os indígenas logo travaram relações (pacíficas ou violentas) com os colonos.

Nesta proximidade inicial, muitos grupos indígenas praticavam suas incursões e correrias nas áreas habitadas pelos colonos, com o objetivo de adquirir para si objetos como machados, facas, vasilhas e embalagens, pelos quais passaram a ter grande apego. A partir do momento em que se tornam mais frequentes estas ações, aumentam o temor e o ódio com relação aos índios. Frente a estas investidas, as autoridades regionais passam a exigir do governo medidas para acabar com o perigo que os cercava naqueles sertões. Assim, começa a ser construído o cenário dos conflitos.

2. A MORFOLOGIA DA RESISTÊNCIA: CORRERIAS, REVOLTAS, NEGOCIAÇÕES E ALIANÇAS NO COTIDIANO KAINGANG

2.1. O medo dos “bugres”: correrias, sequestros e mortes nas colônias

2.1.1 *Os Kaingang e concepção de guerra*

Muito antes de entrar em cena a expansão colonizadora no Rio Grande do Sul, os *Kaingang* já combatiam a invasão do seu território. Comumente havia confrontos entre os *Kaingang* com outros grupos pré-coloniais, movidos pela constante procura por fontes alimentares e, por vezes também, pela busca de escravos. Eram frequentes as investidas dos *Guarani* nos contrafortes da Serra Geral a procura dos pinheirais, dos quais retiravam o pinhão. Consistindo estas áreas no habitat tradicional dos *Kaingang* e sendo estes extremamente territorialistas, como já discorremos anteriormente, foram comuns os atritos envolvendo os dois grupos.

É provável que a relação conflituosa entre os *Kaingang* e os *Guarani* advenha de tempos remotos, pois, de acordo com Pedro Inácio Schmitz, os missionários jesuítas do começo do século XVII “contam que os *Guaranis* do local, todos os anos, quando o milho estava maduro, subiam ao planalto para caçar índios *Guaianás* (*Kaingang*) para seus banquetes antropofágicos, reservando alguns para vender aos paulistas.”¹¹⁶

Muitos atritos também se sucederam com os *Botocudos* (*Xokleng*), devido às constantes investidas destes últimos aos pinheirais da margem direita do rio Mampituba, na atual divisa dos Estados do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, conforme relata Serrano:

Todos os anos, na época que os pinhões estão maduros, os Botocudos, dos bosques ao norte de Mampituba, passam a este Estado para fazer colheita de pinhões e produzem grandes prejuízos

¹¹⁶ SCHIMITZ, Pedro I. Índios Guaranis, Kaingang e Xokleng: territórios indígenas e fronteiras. In: MOREIRA, Luis Felipe Viel. (org). **Instituições, Fronteiras e Política na História Sul-Americana**. Curitiba: Juruá Editora, 2007, p. 133.

à pequena tribo de **Botocudos (Coroados)** que ocupavam os bosques do Rio Grande. Estes são na atualidade pacíficos e inofensivos aos moradores de sua comarca, não por seu caráter mas sim por não terem número suficiente para lutar com êxito.¹¹⁷

Inserido no paradigma histórico-antropológico, o antagonismo entre os grupos indígenas pode ser relacionado com a luta pela subsistência, por um lado, mas também pela imposição do respeito à soberania territorial, pois, de acordo com os princípios éticos historicamente construídos, a invasão de um local considerado área de exploração para determinado grupo, configura-se em uma grave ofensa, um ultraje à liberdade e nesta ótica, as consequências são graves.¹¹⁸ Frequentemente têm-se guerras de extermínio entre os diferentes grupos indígenas. A guerra não pode ser vista como imagem negativa, mas sim como uma imagem positiva de uma sociedade que recusa o trabalho, a desigualdade e a sujeição, fazendo da mesma, uma condição necessária para sua existência.¹¹⁹

Ao referenciar esta situação de estado de guerra, não estamos afirmando que todas as sociedades indígenas agem da mesma forma e razão. Apenas a utilizamos para entender o porquê das referências de povo “aguerrido”, “terrível”, “cruel com seus inimigos”, constantes nas narrativas de cronistas e viajantes que fizeram registros sobre a índole e caráter dos grupos Jê do sul do Brasil, inclusive em período anterior ao século XIX.

Imagem assaz dominadora que contribuiu para uma constatação sociológica: as sociedades *Kaingang* são sociedades violentas e o seu ser social pode ser representado pelo que Clastres chama de um “*ser-para-a-guerra*.”¹²⁰ Muitas destas categorizações devem ser percebidas

¹¹⁷ SERRANO, Antonio. Los Kaingangs de Rio Grande do Sul a mediados del siglo XIX. Según un manuscrito del Teniente Coronel Alfonso Mabilde. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. n. VII, (s/d) p. 178. **Grifo:** No detalhe, Serrano considera os Botocudos também como Coroados. Como já discurremos anteriormente a expressão Coroados designa os atuais Kaingang, devido ao corte de cabelo, que formava uma espécie de coroa. É provável que haja um equívoco da parte deste autor ao inserir os dois grupos na mesma denominação.

¹¹⁸ BECKER, 1976, op. cit, pp. 286-287.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 259.

¹²⁰ CLASTRES, op. cit., p. 233.

como subterfúgios para justificar as ações de combate e extermínio relegadas posteriormente aos grupos indígenas, quando estes entram em relação direta com a sociedade não indígena. A guisa de exemplificação sobre a representatividade das narrativas de viajantes e cronistas, podemos citar algumas alocuções de três dos autores mais representativos desta situação, que escreveram sobre os *Kaingang* do Rio Grande do Sul no século XIX.

Em primeiro lugar, atentamos novamente para os “apontamentos” do engenheiro Pierre Mabilde. No capítulo em que descreve o caráter dos Coroados, Mabilde destaca em algumas linhas, suas impressões sobre a personalidade dos indígenas:

A índole feroz dos coroados faz com que, nos combates entre si ou com outra nação selvagem, se comportem com uma crueldade sem limites, sendo naquelas ocasiões dominados por uma paixão tão sanguinária que esquecendo os motivos que os induzem a brigar – e os que os deveriam dissuadir, entre a vingança e a razão – não lhes ocorre senão a idéia de vingança e extermínio, sem piedade alguma das vítimas que caírem em seu poder. [...] Não dão nunca quartel a prisioneiros ou inimigos vencidos que sempre são mortos com golpes de varapau, concedendo a vida as mulheres e crianças que, pela sua idade estejam em condições de acompanhá-los na sua marcha.¹²¹

Como segundo caso, apresentamos Joseph Hörmeyer, autor do livro “*O Rio Grande do Sul de 1850*”. Membro da Legião Alemã, contratado pelo Governo Imperial para integrar as tropas luso-brasileiras na guerra contra Rosas¹²², Hörmeyer tece comentários sobre quem

¹²¹ MABILDE, op.cit., p. 87-88.

¹²² Trata-se da denominada Guerra do Prata, entre Brasil, Argentina e Uruguai, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida na metade do século XIX. Esta guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino de agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina, e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Marca a disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata. Mais informações em: BARROSO, Gustavo. **Guerra do Rosas: 1851-1852**. Fortaleza: SECULT, 2000.

seriam e como podiam ser combatidos os “selvagens” habitantes das áreas destinadas à colonização.

Os bugres são muito ariscos, rudes, ignorantes, sem vontade de trabalhar, covardes e, como todos os covardes, muito cruéis.[...] Contudo, um homem decidido, provido de uma boa arma e alguns bons cachorros, pode, sem medo estabelecer-se no meio da mata virgem; os índios precaver-se-ão de se aproximar dele.¹²³

Estes indígenas, segundo Hörmeyer, “geralmente chamados de bugres, vivem nas matas do noroeste da Província onde ocorre, com frequência, o pinheiro cujos frutos são um dos principais meios de sua alimentação.”¹²⁴ Hörmeyer não faz referência ao termo *Coroados*, mas como específica que os ataques dos indígenas acontecem sobretudo na região noroeste da Província do Rio Grande do Sul e também na região do Mundo Novo, na encosta da Serra, consideramos que se tratam dos mesmos *Coroados* do qual trata o engenheiro Mabilde, portanto, grupos *Kaingang*.

O terceiro caso consta dos estudos de Carlos Teschauer, missionário Jesuíta alemão que atuou junto aos indígenas no final do século XIX e início do XX, tendo publicado várias obras sobre os índios do Rio Grande do Sul, principalmente sobre os *Kaingang*. Sua obra mais conhecida chama-se “*Poranduba Riograndense*”, publicado em 1929, um ano antes de sua morte.

Na concepção de Teschauer, o *Kaingang* em seu estado natural, ou seja, nas condições anteriores ao contato com a sociedade ocidental, apresenta uma característica distinta à sua condição de índio aldeado. O missionário caracteriza o *Kaingang* como “um índio ciumento em relação às mulheres, com inclinação para hostilidades mútuas, inquieto (...) e por isso quase incapaz de viver em paz com as outras tribos.”¹²⁵ Para Teschauer, somente a atuação missionária conseguiu romper o vínculo dos indígenas com a barbárie em que se encontravam antes da atuação catequizante.

¹²³ HÖRMEYER, op. cit., p. 80.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 79.

¹²⁵ TESCHAUER, Carlos. **Poranduba Riograndense**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1929. p. 53.

Temos, por conseguinte, as apreciações de um cientista (embora atuando como agrimensor), um militar e um missionário. Mesmo com formações distintas e sendo de períodos diferentes, suas percepções sobre o indígena se coadunam. Deixando de lado por este momento o ponto de vista etnocêntrico ou paternalista particular a cada autor referenciado, é possível observar que em cada um deles, o maior destaque sobre os *Kaingang* e ponto comum entre suas acepções, diz respeito ao caráter hostil dos indígenas. Neste sentido, o índio era percebido como mau e investido de atributos ameaçadores e cruéis, o que vai cunhar a imagem que o caracterizou ao longo do século XIX, como um inimigo extremamente perigoso.

Como ainda não é o momento de focar os elementos discursivos presentes nas falas oficiais e não oficiais sobre os indígenas, apenas destacamos estes comentários para trazer à cena o sentido que teriam os conflitos entre os *Kaingang* e outros grupos indígenas e, como a questão da guerra intertribal influencia a percepção externa sobre suas formas culturalmente constituídas de relação interétnica.

Para Clastres, “a permanência da sociedade primitiva passa pela permanência do estado de guerra, pois é esse estado que garante a dispersão e autonomia das unidades sociais, que impede sua unificação, sua redução a um poder centralizado exterior à própria sociedade.”¹²⁶ Considerando a organização social, política e econômica dos *Kaingang* em período anterior ao contato, entendemos que a configuração do estado de guerra, parece ser bem próxima à concepção sugerida pelo autor.

A concepção de guerra nas sociedades primitivas adquire novos significados sempre que estas são colocadas em uma situação que foge à sua configuração tradicional, como o contato com os colonos e fazendeiros. Neste sentido, os valores simbólicos da relação com os outros grupos indígenas, tendem a ser transformados drasticamente no momento em que são incorporados novos valores e significados desconhecidos em momento anterior ao contato. Sobre este aspecto, Carlos Fausto, refletindo sobre as práticas bélicas entre as sociedades nativas, afirma que:

¹²⁶ FAUSTO, Carlos. Da Inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAIS, Adauto (org). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O impacto da colonização sobre as práticas bélicas nativas foi amplo, difuso, duradouro, mas também variado conforme lugar e época – ora intensificando os conflitos, ora impondo a paz dos mortos, ora levando ao choque pela compressão territorial ora conduzindo à formação de sistemas interétnicos pacíficos.¹²⁷

É importante observar que não foram apenas as práticas bélicas indígenas que tiveram seus significados reorientados a partir do contato. Também as práticas culturais, como o simbolismo e costumes tradicionais, sofreram drásticas transformações no seu sentido original. A relação interétnica torna-se, em determinadas circunstâncias, extremamente complexa de se interpretar, tendo em vista os sentidos que alcança a expressão “grupo étnico” nos vários contextos mundiais. Analisando o contexto antropológico inerente ao conceito de grupos étnicos, Fredrick Barth aponta os quatro consensos mais comuns para referenciá-los: a) populações que se perpetuam biologicamente de modo amplo; b) compartilham valores culturais fundamentais; c) constituem um campo de comunicação e interação e d) possuem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros.¹²⁸

Neste sentido, o conceito de etnicidade também é importante, pois, de acordo com John Rex, por ser uma das características socialmente proeminentes dos seres humanos, ela deve ser distinta da compreensão de raça, de classe, entre outros. A distinção étnica acontece no campo das diferenças culturais, na constituição de laços sociais entre os que partilham uma cultura. Existem teorias que postulam que a etnicidade não pode ser ignorada, por ser de importância fundamental para compreender a constituição das sociedades.¹²⁹

Um destes valores, com importância fundamental no fenômeno das fronteiras étnicas, é a afirmação das identidades, marcadas sobretudo pelo simbolismo das relações. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e às relações sociais,

¹²⁷ Ibid., p. 252.

¹²⁸ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FERNAT, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. FERNANDES, Elcio. São Paulo: UNESP 1998. pp. 189-190.

¹²⁹ REX, John. Etnicidade. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 284 a 286.

definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.”¹³⁰ No caso estudado por nós, percebemos o quanto essa relação atingiu o seio da sociedade *Kaingang* em um momento crucial de sua história, onde os novos elementos trazidos pelos europeus agiram na ressignificação de muitos dos hábitos e costumes tradicionais destes indígenas.

De maneira geral, os grupos indígenas são possuidores de características específicas no que diz respeito às relações que mantêm entre si. Geralmente há contatos diretos, marcados pelo mutualismo das relações, mesmo quando acontecem confrontos e outras tensões socioculturais. Entretanto, o que os distingue das demais sociedades é o fato de que, “apesar das eventuais desavenças e além das questões pessoais, todos se acham envolvidos na defesa de sua identidade como povo e na preservação do patrimônio cultural comum.”¹³¹ São esses laços de união, ou esse projeto de vida que lhes garantem uma coesão básica, mantendo-os com uma identidade étnica.

A identidade atribuída, em muitos casos, poderá ser potencialmente uma identidade atribuída em ocasiões determinadas. No caso das relações conflituosas entre índios e não índios, a identificação dos atos de defesa do território está geralmente atrelada à selvageria, à barbárie; assim como as práticas agrícolas não acumulativas são geralmente vinculadas à preguiça e os rituais religiosos à adoração ao demônio ou paganismo. Enfocamos estes detalhes, somente para citar alguns casos de construção do conceito de índio que se perpetuou no imaginário de muitas pessoas.

2.1.2. Índios e colonos: primeiros contatos

Enfocaremos a partir de agora, os atos de resistência indígena e a reação dos órgãos oficiais e particulares frente às investidas dos grupos indígenas às áreas ocupadas pelas frentes de expansão. Para uma melhor compreensão da situação decorrente do contato dos *Kaingang* com os imigrantes europeus, optamos por ilustrar os episódios apresentados pelas fontes documentais e bibliográficas, prezando pelo compromisso a que este trabalho se propõe.

¹³⁰ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença social: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000., p. 14.

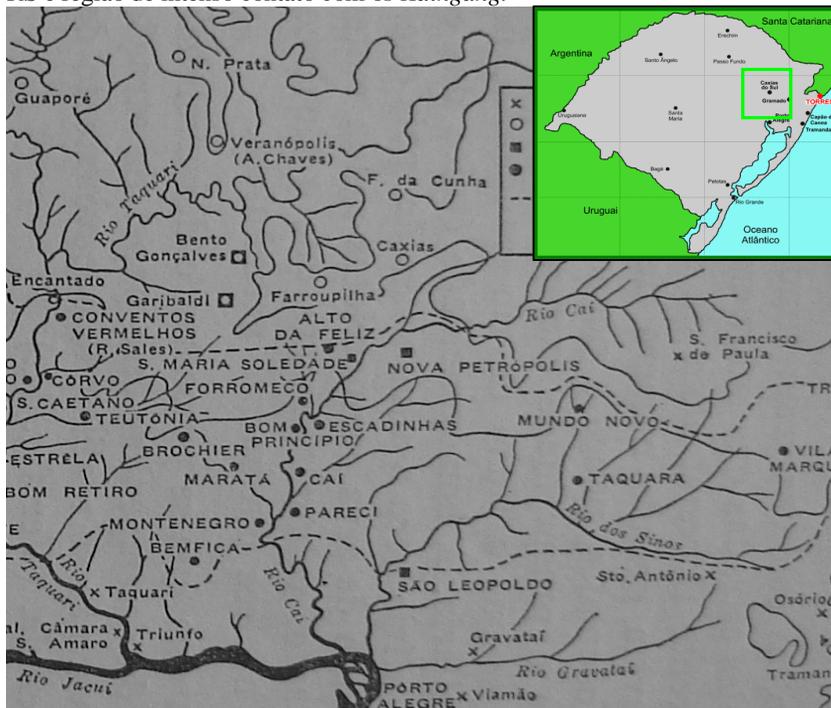
¹³¹ JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia Indígena**: uma introdução - história dos povos indígenas do Brasil. São Paulo. Ed. EDUC. 2002. p. 48.

Orientamos a discussão de forma a efetuar uma sequência cronológica dos assaltos, ataques e sequestros (ou simplesmente correrias), ocorridos nas referidas áreas de contato. Consideramos de suma importância, analisar o processo em toda a sua abrangência, sem distinções étnicas ou políticas, obedecendo apenas às delimitações geográfico-temporais. Fazemos menção a este detalhe porque, com o aprofundamento da pesquisa documental, percebemos que as aludidas “correrias” não foram efetuadas somente nas áreas de colonização alemã; ocorreram casos também nas antigas fazendas de criação existentes na região do planalto, pertencentes a luso-brasileiros descendentes dos antigos sesmeiros portugueses, os quais se instalaram na região a partir do século XVIII.

A política de ocupação das áreas “devolutas” da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul está inserida dentro de um contexto maior: o da ocupação do interior do Brasil. As frentes de expansão vão agir como elemento modernizador e civilizador dos rincões do Império no início do século XIX. Dessa forma, são intensificados os trabalhos de abertura de estradas, o estabelecimento de fazendas de criação e de produção agrícola, a imigração estrangeira passa a ter um incentivo jamais visto. Além disso, os projetos de catequese e aldeamento avançam de forma incisiva sobre os territórios indígenas.

Com a finalidade de cotejamento e verificação da coerência entre bibliografia e fontes documentais, partiremos de uma metodologia de análise do conteúdo dos textos escritos sobre as correrias, confrontando-os com as informações contidas na documentação. Para fins de referência geo-espacial, a área circulada na figura 6, aponta (aproximadamente) a região em que ocorreram a maior parte dos conflitos entre indígenas e colonos, as quais analisaremos nesse primeiro momento. Na figura é possível identificar algumas localidades onde existem registros de conflitos entre indígenas e colonos, como Forromeco, Brochier, Marata, Caí, Mundo Novo e Taquara.

Figura 7: - área demonstrativa dos núcleos iniciais de imigração alemã no RS e região de intenso contato com os *Kaingang*.



Fonte: ROCHE, Jean. Op. cit. p. 111.

O ano de 1829 merece destaque especial neste sentido, pois, foi neste momento registrada a primeira ocorrência com vítimas fatais nas correrias praticadas pelos *Kaingang*. Trata-se do ataque à Picada Dois Irmãos, na colônia de São Leopoldo. Leopoldo Petry relata que “na invasão que os índios fizeram à Picada Dois Irmãos, em 26 de Fevereiro de 1829, assassinaram três colonos alemães, e feriram um com uma flechada.”¹³² Consoante ao ataque citado, não existem nos arquivos pesquisados, fontes documentais que se refiram diretamente ao assunto.

Este silenciamento justifica a inexistência de designação nominal dos colonos nas fontes bibliográficas analisadas. Encontramos

¹³² PETRY, Leopoldo. **Maria Bugra:** Episódios dos primeiros tempos de colonização alemã. Novo Hamburgo, 1931. pp. 3-4.

somente uma correspondência do inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomas de Lima, destinada ao presidente da província Caetano Maria Lopes Gama, onde o dito inspetor pede medidas urgentes para combater os “bugres” que apavoram os colonos que estão se estendendo pela Serra Geral. O inspetor revela que, havendo a necessidade de expandir os lotes além da Feitoria do Linho Cânhamo¹³³, enviou os colonos para três pontos distintos, fazendo-os subir a Serra e instalar-se nela. Esta medida foi tomada, porque, neste momento, os contrafortes da Serra Geral eram os únicos locais disponíveis para o loteamento. Sobre a ação dos índios, Thomas de Lima relata que:

Em princípio deste anno, soffreram alguns dos estabelecimentos q estão mais internados na Serra, uma irrupção dos bugres q alem de assassinaem sinco pessôas destroiram quanto encontraram naquelles lugares: esta catastrophe, e a prosunção de que será ella repetida por mais vezes, segundo o costume desse gentio, tem causado no animo daquelles Colonos hum terror panico, q nem se afoitam distanciar-se de suas Colônias, e a dar maior expansão aos seos trabalhos ruraes, e nem podem permanecer tranquilos e seguros no isolamento q se acham, e na carencia de meios q os ponham ao abrigo de nova irrupção. He evidente que V. Ex^a. conceberá desta exposição a urgente necessidade de prover-se remédio a hum cazo q tendo já concorrido para o desfallecimento da agricultura naquella parte da Colônia, pôde ainda acarretar maiores inconvenientes e em damno dos interesses geraes da mesma. [...] He pois meu parecer q se coloque em huma das Picadas da Serra q se communica com a ultima Linha de estabelecimentos hum destacamento de 20 homens sertanejos armados que deverá conservar a sua força reunida, e desponível para occorrer a qualquer irrupção dos bugres q aconteça, por qualquer dos pontos da

¹³³ Denominação inicial do lugar onde foi fixada, logo após, a Colônia de São Leopoldo.

mesma Linha, ou para seguimento delles quando se puzerem em retirada.¹³⁴

Thomas de Lima estava certo; as “irrupções” continuaram acontecendo. Tinham como alvo principal, famílias que se encontravam isoladas nos lotes, ainda em processo de desmatamento e preparação das roças. A estratégia principal dos indígenas consistia em ataques maciços, carregando consigo objetos de metal, roupas, mantimentos e em alguns casos, mulheres e crianças. Entre os colonos, viu-se despertar a solidariedade étnica, uma vez que, visando evitar as correrias, passaram a construir suas casas próximas umas das outras, com o objetivo de infligir receio aos indígenas porquanto sua vantagem numérica.

Sob certos aspectos, esta tática obteve bons resultados, pois, com a concentração dos imigrantes, os *Kaingang*, que em suas correrias não se utilizavam de grandes contingentes, passaram a atacar os colonos habitantes de áreas de difícil acesso ou isoladas, fato que dificultava o processo de perseguição. Note-se também no excerto, que há a exigência de policiamento destas áreas por homens armados, que protejam os colonos das investidas dos indígenas e os persigam logo que cheguem próximo aos lotes. Esta vai ser uma exigência recorrente nos documentos analisados, tanto em período pré, quanto pós aldeamentos.

Mabilde faz referência a um curioso caso de tentativa de ataque a uma serraria pertencente a dois sócios franceses, Ther e Ville, às margens do arroio Forromeco, entre os municípios de Bom Princípio e São Sebastião do Caí. Conforme o autor:

Em 1830, no mês de maio, numa madrugada, ao apontar o dia, o Sr. Ther, abrindo a porta da casa de moradia, viu com surpresa, no meio do potreiro, em frente da casa, num lugar despido de vegetação – onde uns dias antes tinham feito uma queimada – um arbusto coberto com folhas verdes, bem ramalhudo em toda sua altura, isto é, desde o pé até à ponta, e que tinha de dez a doze

¹³⁴ OFÍCIO 29-12-1829. Ofício do Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomas de Lima, ao Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama. Porto Alegre, 29 de Dezembro de 1829. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul**. Ano XI. 1931. pp. 101-102.

palmas de altura. Chamou o Sr. Ther as pessoas que se encontravam em casa, para verem o improvisado arbusto. Logo perceberam tratar-se de um estratagema dos selvagens. Pegaram uma espingarda e dispararam alguns tiros sobre o encantado arbusto que aparecera lindo e viçoso da noite para o dia. O resultado dos tiros foi que um coroadado, que se achava espiando, atrás daquele arbusto, com receio de ser morto pelas balas que lhe passavam, talvez muito perto, saiu correndo, fugindo pela mata, e deixando, caído ao chão o arbusto que segurava em pé, enquanto espiava.¹³⁵

Em outro caso relatado por Mabilde, acontecido em 1833, um indígena teria sido flagrado no momento em que observava uma casa de fazenda, nas margens do rio Caí. De acordo com Mabilde, na “Fazenda das Escadinhas”, de propriedade de José Joaquim de Moraes, “foi a casa espiada por um selvagem Coroadado. Este selvagem trazia atada ao redor do corpo, uma porção de folhas e cana de milho. Assim disfarçado escondeu-se do lado de fora de um curral onde ficavam as vacas recolhidas da fazenda.”¹³⁶ O indígena neste caso, acabou sendo descoberto e morto a tiros por um capataz da fazenda.

Estes episódios citados por Mabilde possuem importância singular se forem observadas duas questões principais: *táticas de observação e prática dos ataques*. Apesar do infortúnio dos dois indígenas nos casos citados, percebe-se que em grande parte das correrias dos *Kaingang* havia um estudo, um certo artifício voltado para como proceder e aguardar o melhor momento de atacar. Se partirmos desta máxima, é possível afirmar que os ataques não eram cometidos pelo “impulso selvagem” e “bárbaro” como referido em documentos e textos da época. Neste sentido, as correrias não podem ser entendidas como ações impulsivas e desorganizadas dos *Kaingang*. A organização e a preparação para os atos precisavam ser articuladas metodicamente, assim como requeriam verdadeiras estratégias de guerra. A preparação era semelhante às incursões perpetradas contra os outros grupos indígenas.

¹³⁵ MABILDE, op. cit., p. 187.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 188.

Ainda assim, nem todos os ataques aconteciam inesperadamente e de forma violenta. Muitas vezes, os índios utilizavam-se de estratégias que tinham como objetivo intimidar os colonos, causando neles grande temor e apreensão. Karl Von Koseritz nos mostra um exemplo destas tentativas de intimidação:

Os bugres, na época da colheita do milho, desciam de seus matos, com fim de saquearem as roças, e, podendo ser, as casas dos colonos. Anunciavam eles a sua chegada pelos fogos, que acendiam nos morros mais altos de nossa região montanhosa e o colono, vendo aqueles fogos, já se punha de sobreaviso.¹³⁷

É possível concluir que, nestas ações, muito mais que a violência física ou os prejuízos materiais causados, os *Kaingang* acabavam produzindo uma pressão psicológica muito forte sobre os colonos, pois os ataques não eram feitos da noite para o dia, sendo que, raramente os índios atacavam sem estarem convictos do sucesso da empreitada. Segundo Mabilde, estas “observações” duravam às vezes muitas semanas, ou meses, até que encontrassem a ocasião própria para atacar.¹³⁸

No ano de 1831, ocorrem duas correrias contra lotes coloniais. Em 8 de abril daquele ano, os *Kaingang* atacaram novamente a Colônia Dois Irmãos, onde teriam assassinado três colonos, ferido outros dois e sequestrado uma criança, posteriormente resgatada nos campos de Cima da Serra. O outro ataque ocorreu em maio, na localidade de Picada do Hortêncio, desta vez com um número bem maior de vítimas. Entre homens e mulheres teriam sido mortas 11 pessoas, com dois outros ficando gravemente feridos.¹³⁹ Infelizmente a documentação existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do mesmo Estado não apresenta maiores detalhes sobre estes casos, restando-nos por isso, lançar mão das informações presentes nas fontes secundárias.

¹³⁷ KOSERITZ, Karl von. **O bugre rio-grandense. Subsídios etnográficos.** 1884. Apud BECKER, op. cit. 1976. p. 60.

¹³⁸ MABILDE, op.cit., p. 184.

¹³⁹ BECKER, op.cit., p. 308.

Sobre tais ataques, destacamos um trecho da correspondência pessoal de um imigrante alemão do ano de 1832, citado por Ítala Becker, onde o mesmo expõe a apreensão de seus conterrâneos frente às investidas dos indígenas.

Estariamos muito contentes e felizes se não fosse um grande mal, isto é, se homens selvagens que já desde muito tornaram os matos inseguros e roubaram a vida de 21 irmãos alemães. Esses selvagens eram os povoadores iniciais desta terra livre, antes de os portugueses tomarem conta dela, após o que foram expulsos para a mata virgem, na qual se poderiam alimentar muito bem com a muita caça, frutas e plantas em geral, se não tivessem que satisfazer seu desejo de roubo e morte. Trata-se principalmente da busca de instrumentos de ferro. Tem medo e fogem do estampido das espingardas. Ainda no dia 16 de abril deste ano (1832) a quatro léguas daqui (no Rosental) mataram 11 pessoas entre adultos e crianças, entre os quais Gaspar Gällner Von Bertlich com sua mulher e 3 filhos menores; sobraram a esse homem infeliz só dois filhos, que agora são órfãos. Agora os alemães se mudaram das colônias mais afastadas e se reuniram no meio dessa picada e também na localidade avançada onde moro e assim não há grande perigo e Deus, nosso único auxílio, nos queira proteger dos selvagens, contudo é nossa obrigação estar sempre tão atentos como soldados, que montam guarda diante do inimigo.¹⁴⁰

Na carta de Franzen, o ataque dos indígenas teria acontecido em 1832 na localidade chamada Rosenthal, sendo acometidos além da família Gällner, os Kneip, os Zimmermann e os Speicher, sendo onze os mortos no total. Para Leopoldo Petry, este assalto ocorreu na Picada do Hortênsio e teria acontecido em 15 de abril de 1831.¹⁴¹ Como não temos

¹⁴⁰ Carta de Mathias Franzen a Mathias Rochembach, 27-08-1832 In: BECKER, Ítala I. B. op. cit. 1974, p. 62.

¹⁴¹ Ibid., p. 63.

maiores detalhes sobre o ocorrido, nem fontes documentais que auxiliariam na datação correta, acreditamos que se deva optar como referência correta, a narrativa descrita na carta de Franzen. Pensamos assim, primeiro, por ser o autor um contemporâneo e morador das áreas do fato ocorrido e, segundo, pode-se considerar que houve um equívoco de interpretação de Petry. Convém chamar a atenção para estas incoerências das narrativas, pois, muitas vezes, elas tendem para uma vitimização exacerbada dos colonos em detrimento dos indígenas, aumentando a quantidade de pessoas atacadas ou mortas, e muitas vezes, construindo narrativas que beiram o fantástico, dando ares de heroísmo à trajetória dos imigrantes.

Mesmo com a dificuldade de confirmar a exatidão da data desta ação e as incongruências numéricas com relação à quantidade de colonos assassinados pelos indígenas, chama a atenção o fato de que estas atitudes dos *Kaingang* reforçaram nos colonos a necessidade de armar-se e unir-se contra o “inimigo”. Dessa forma, foi como “inimigo” que os indígenas penetraram no imaginário dos colonos europeus e, de forma geral, da sociedade nacional brasileira, traduzindo-se na representação hegemônica dos indígenas desde os primeiros tempos da conquista.

Já ressaltamos anteriormente que não foi somente nas colônias alemãs que os *Kaingang* perpetraram suas correrias. Na região norte da província, áreas de campo e criação de gado, a situação assemelhava-se à da encosta da Serra Geral. Muitos fazendeiros luso-brasileiros tinham as cercas de suas fazendas derrubadas e o gado morto pelos índios.

Na região de Campo Novo, próxima a então Villa da Vacaria, várias ações foram denunciadas pelos fazendeiros entre os anos de 1834 e 1835. Corriam notícias alarmantes sobre assaltos a viajantes e comerciantes que se utilizavam das estradas dos tropeiros para seus negócios. Esses ataques eram efetuados, geralmente, para conseguir os objetos de estima especial para os indígenas como facas, facões, machados e outros objetos metálicos, a exemplo do que ocorria nas áreas coloniais. Não se tem referência de que nesses ataques, objetos de valor capital para os não indígenas, como dinheiro ou jóias, tenham sido levados nos assaltos. De acordo com Beschoren, a maior ação dos *Kaingang* nesta região, ocorreu “lá pelos fins de 1835, quando um grupo

de 11 pessoas foram assaltadas, apenas três conseguindo escapar com vida, mas bastante feridas.”¹⁴²

A partir de 1835, constatamos uma lacuna no que se refere às informações sobre as correrias aos lotes coloniais, ou mesmo nos Campos de Cima da Serra. Não podemos afirmar que elas deixaram de acontecer, porém, a falta de referenciais indica que diminuíram sensivelmente em relação aos anos anteriores. Isso se deve, em grande parte, à diminuição da entrada de colonos alemães na província a partir de 1830. Além disso, durante a Revolução Farroupilha¹⁴³ (1835-1845) a imigração foi interrompida em decorrência do estado de insegurança que se instalou na província. Se para os sul-rio-grandenses a guerra causou transtornos e grave atraso político-econômico, para os *Kaingang*, pelo menos aparentemente, foi uma pausa na invasão do seu território.

No contexto político, os “olhos e ouvidos” da opinião pública e dos órgãos oficiais e de imprensa estavam voltados para o conflito entre os Farrapos e os Caramurus¹⁴⁴, o qual atingiu praticamente todas as regiões da província, inclusive as áreas de colonização. Nos documentos oficiais da Assembleia Provincial e da Presidência da Província, não se faz referência aos indígenas da Serra, apenas aos povos das Missões, geralmente denunciando o abandono das gentes e o mau estado das antigas construções.

Aproveitando esta consideração, cabe lembrar também, que o momento agora analisado faz parte ainda de um período pré-aldeamentos, no qual as ações dos indígenas estavam voltadas sobremaneira para repelir a invasão de suas terras. Até onde sabemos, os atos de resistência dos *Kaingang* neste período que antecede a criação

¹⁴² BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul**. (1875-1887). Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

¹⁴³ A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos é como ficou conhecida a revolução ou guerra regional de caráter separatista envolvendo a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul contra o Império brasileiro. A guerra resultou na declaração de independência da província como Estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. É conhecida por ser a mais longa revolta interna do Brasil, com duração de 10 anos, estendendo-se de 1835 a 1845. Mais informações em: FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: editora UFRGS, 2004; HATMANN, Ivar, **Aspectos da Guerra dos Farrapos**. Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2002.

¹⁴⁴ **Farrapos** foi o apelido dado aos rio-grandenses sublevados contra o Império do Brasil, por não disporem de uniformes e de equipamentos militares. **Caramurus** era a designação dada aos soldados imperiais na Revolução Farroupilha. Também eram chamados pelos Farrapos, de conservadores, retrógrados, restauradores e galegos.

dos aldeamentos, ficaram circunscritos às correrias aos lotes coloniais, o que por certos aspectos tem sido compreendido como uma reação às forças externas.

Para John Monteiro, transformar a resistência em reação às forças externas torna a cultura indígena rígida em suas estruturas nativas, o que pode ser prejudicial em sua interpretação, pois, vista dessa forma, “essa perspectiva possui um elemento bastante nocivo na medida em que esvazia qualquer discussão sobre a política dos atores nativos, que sabemos nem sempre acontecer no sentido de defesa dos interesses coletivos ‘tradicionais’.”¹⁴⁵ Entendemos, contudo, que as relações entre o Estado brasileiro e os indígenas, nos diferentes contextos nacionais, apresentam complexidades particulares para cada grupo. Os grupos sociais em contato passaram por transformações culturais que os levaram a um processo contínuo de mudança e construção de interesses e motivações, alteradas ou mantidas de acordo com as circunstâncias e a dinâmica de suas relações.¹⁴⁶

No momento do contato com os colonizadores europeus, os grupos *Kaingang* habitantes das regiões norte-nordeste do Rio Grande do Sul, já vinham a tempos resistindo a uma aproximação com os não indígenas. Prova disso é o isolamento que muitos grupos buscavam nas matas, mesmo com as estradas e vilas sendo abertas, cada vez mais intensamente na região do planalto. O isolamento, neste momento, foi também uma forma de resistir à imposição de normas e hábitos diferentes do seu viver tradicional.

A partir da colonização europeia, há uma mudança nesta ótica. Para os *Kaingang*, houve a percepção de que o seu território, seu refúgio natural, passou a ser invadido por “estranhos”. Não eram mais os *Guarani* que ameaçavam sua hegemonia da caça e da coleta, nem os Botocudos a lhes fazer guerra, muito menos os tropeiros e fazendeiros do planalto a quem raras vezes encontravam em suas expedições de caça e reconhecimento.

Os “estranhos”, logo ao chegar, já causavam grandes estragos em seu ambiente natural, derrubando a mata para fazer as casas, as lavouras e os campos para o gado. As áreas próximas aos rios passaram a ser amplamente ocupadas e paulatinamente a intensificação da imigração acabou tolhendo a liberdade de ir e vir dos primitivos habitantes. Neste

¹⁴⁵ MONTEIRO, op. cit., p. 240.

¹⁴⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 53.

sentido, também não é possível afirmar que as correrias foram perpetradas por todos os grupos *Kaingang*, pois sabemos que alguns valores intrínsecos são apreendidos e instrumentalizados pelas lideranças, a quem, na maioria dos casos, é relegado o poder de decidir o que fazer, além de quando e onde se deve operar. Será possível perceber, mais adiante, que algumas lideranças levaram a cabo a resistência enquanto outras optaram pela estratégia de se fixar nos aldeamentos.

Ao atacar os lotes coloniais, os *Kaingang* levavam os instrumentos de metal e deixavam temor entre os colonos. O ferro fortaleceu seus instrumentos tradicionais, forjando as lanças e flechas, assim como inseriu outros subsídios ao seu armamento, a exemplo do facão e do machado. Desta forma, tornaram-se cada vez mais dependentes destas ferramentas e muito temidos pelas populações circundantes. Em vista destes aspectos, a presença das frentes de expansão e dos instrumentos por eles trazidos pode ser entendida também dentro das relações intertribais, pois, conforme sua concepção de mundo, os mesmos inseriram-se diretamente nas relações ora de aliança, ora de inimizade com os indígenas. “A conquista e a colonização constituíam também história para aqueles índios que a vivenciavam, dando-lhes significados próprios a partir dos referenciais de suas tradições que por sua vez iam se modificando de acordo com suas experiências de contato.”¹⁴⁷

2.1.3. As ações em cima da Serra

Passamos agora ao que podemos chamar de 2º período das incursões dos *Kaingang* às áreas de ocupação das frentes de expansão. Trata-se do período posterior a 1845, quando se tem o fim da Revolução Farroupilha e é reiniciada a imigração europeia para o Brasil. Neste ínterim, com a chegada de novos contingentes de colonos, os territórios passam a ser novamente invadidos e novas estradas e picadas são abertas para instalar os recém-chegados. Dessa vez, os índios já conheciam com maiores detalhes os “vizinhos” e já estavam instruídos sobre seus modos de viver e proceder para com o novo ambiente. É neste momento, portanto que se tem novamente notícias sobre os

¹⁴⁷ Ibid., p. 53.

conflitos entre índios e brancos. Desta vez, porém, bem mais divulgadas e combatidas que as anteriores à Revolução Farroupilha.

O debate sobre o que fazer com os novos contingentes alemães que chegam à província ganha importância crucial neste momento, pois, ao mesmo tempo em que São Leopoldo se desenvolve e se torna uma das principais fontes de abastecimento da capital Porto Alegre, há o medo de uma concentração de imigrantes em um espaço já com grande concentração de estrangeiros. Por isso o Presidente da Província, o Tenente General Francisco Soares d' Andrea, demonstra em seu relatório de 1849, a importância da expansão dos terrenos destinados à colonização:

A tendência que tem todos os Colonos logo que chegam a esta Província de se unirem aos seus Patrícios, tem tornado a Colônia de São Leopoldo maior do que era preciso; e como não devemos querer uma Allemanha entre nós, he justo que se prohiba a admissão de novos colonos naquelle logar. Para que isso se faça, sem produzir grandes embaraços, he tão bem indispensável ter sempre terras medidas, com os rumos bem abertos e gravados no terreno, para se poderem distribuir logo que hum Colono se apresente.¹⁴⁸

Para facilitar essa expansão, o governo provincial vinha fazendo melhoramentos nas estradas desde 1846, quando o então Presidente Conde de Caxias, visando ao mesmo tempo afugentar os indígenas que atacavam viajantes nas Picadas do Mato Castelhanos e Portuguezes, ordenou a ampliação das mesmas em 20 braças de largura e 2 léguas e meia de extensão¹⁴⁹. As novas estradas, do mesmo modo que facilitavam o escoamento de tropas de gado em pé, muares e carroças, serviam como rotas vicinaes para a expansão das linhas e picadas abertas secundariamente no seu eixo.

Para o governo provincial, a necessidade de ampliação da área colonial era uma das questões mais urgentes para o bom

¹⁴⁸ RELATÓRIO 01-06-1849. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849.

¹⁴⁹ RELATÓRIO 01-03-1846. **Relatório de abertura da 2ª legislatura do Presidente da Província Conde de Caxias.** Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846.

desenvolvimento da economia regional. Após a Guerra dos Farrapos, a carestia de alimentos foi um dos grandes males que assolava as principais cidades da província, empobrecidas pelos longos anos de conflito. A ideia era levar a colonização para todos os cantos, fazendo exemplar aos moradores o empenho e dedicação às práticas agrícolas efetivadas pelos colonos alemães de São Leopoldo, localidade onde havia fartura e variedade de alimentos.

No Relatório dirigido à Assembleia Provincial em 1848, o Presidente Soares d'Andrea indica onde e como devem ser instaladas as novas colônias. Rio Grande, Pelotas, Rio Pardo e outras povoações ao sul do rio Ibicuí teriam também lotes destinados à colonização pelos europeus. No que concerne à região serrana, a ocupação deveria se dar,

...ao longo das estradas novamente abertas, disseminando os colonos por igual, aonde o perigo de invazão dos Indígenas se não der; e para isto podem servir famílias Brasileiras, mediante algum premio, ou Colonos antigos com igual socorro. [...] Nos logares expostos às incursões dos Indígenas não civilizados, assentes bem no centro destas mattas, que só elles, e os tigres habitam, para extinguir os segundos, e obrigar os primeiros as procurar os povoados.¹⁵⁰

A ordem, portanto, é fazer com que a partir dos núcleos já instalados, se façam novos caminhos para a entrada das novas levas de imigrantes. Dessa forma, com o aumento das colônias e sua expansão para áreas remotas, pretendia-se eliminar os maiores problemas existentes: os índios e os animais selvagens. Certamente, na concepção dos imigrantes, a diferença entre ambos, se existente, era muito pequena.

Sem efetivos especificamente destinados a coibir as correrias, o Delegado de Polícia de Triunfo, recebe em janeiro de 1847, denúncia de ataques de índios praticados nas localidades de Maratá e Brochier, a aproximadamente 40 quilômetros de São Leopoldo, já nas encostas da Serra Geral. Consta na correspondência oficial do delegado, que:

¹⁵⁰ RELATÓRIO 4-05-1848. **Relatório do Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa à Assembleia Provincial**. Porto Alegre, Typ. do Commercio, 1848. p. 19.

Neste momento me foi comunicado pelo Sr. Subdelegado de Polícia do 1º distrito desta vila por participação que teve do Inspetor do 6º Quarteirão do mesmo 1º distrito, João Vieira de Araújo, que, no dia 6 do corrente, foi atacada a casa de Augusto, Francês, (Augusto Brochier) no Marata, resultando matarem um crioulo e levarem consigo uma china de nome Maria Rita, com dois filhos pequenos; por isso cumpre que V. S.^a, desenvolvendo a sua bem conhecida atividade e energia em prol do bem público, e cumprindo as ordens que do Exmo. Governo Provincial lhe tem sido transmitidas a semelhante respeito, se esforçará em perseguir estes selvagens a ver se consegue punir a sua barbaridade, e resgatar aquelas infelizes criaturas que eles conduzem.¹⁵¹

A carta escrita pelo Tenente Antônio Francisco da Costa, revela que há neste momento uma força destinada a controlar os indígenas, mas apenas nas áreas próximas de Nonoai e Guarita. As Companhias de Pedestres atuavam no policiamento dos aldeamentos indígenas, mas também podiam ser utilizadas para a perseguição dos índios mais arredios, que se negavam a aceitar a condição de aldeados. Neste caso, tendo em vista a distância do fato ocorrido com os aldeamentos, a Companhia de Pedestres não teve autorização para atuar na perseguição aos indígenas agressores.

Em nova correspondência de 7 de Janeiro de 1847, desta vez do Delegado de Polícia de Triunfo para o Delegado Geral da Província, o mesmo aponta novos casos de assaltos dos índios na colônia. Destaca que seriam três casos, e que estes fatos estavam fazendo com que “em consequência disto, parte dos moradores da Serra tem abandonado suas propriedades e interesses para não serem vítimas daqueles bárbaros.”¹⁵²

Não podendo contar com a proteção do governo provincial neste momento, restou aos colonos tomar atitudes em conjunto para conter as

¹⁵¹ CORRESPONDÊNCIA 07-01-1847. Correspondência enviada pelo Tenente da Companhia de Pedestres, Antônio Francisco da Costa ao Delegado de Polícia de Triunfo. In: CAMPOS NETO, José Cândido de. **Montenegro**. Montenegro: Ed. Livraria Irmãos Gehlen, 1924. Apud: BECKER, op. cit, 1976. pp. 64-65.

¹⁵² *Ibid.* p. 65.

investidas dos índios. As principais formas de reagir aos assaltos configuraram-se em se armar de espingardas, fortificar as casas e até mesmo, organizar forças particulares para perseguir os agressores. Porém, a intimidação causada pela reação dos colonos, apenas remediava momentaneamente as ações dos indígenas, pois, passado algum tempo do acometimento, voltavam novamente a vigiar as áreas e preparar novas correrias.

Ao longo da década de 1850, as correrias dos *Kaingang* continuaram sendo efetuadas em diversos pontos das colônias. Ao mesmo tempo, passaram a ser também frequentes em áreas de ocupação dos luso-brasileiros, como Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria. Para o ano de 1851, temos referência a ataques acontecidos nos Campos de Vacaria, às residências das Famílias Pimentel e Vargas, nas quais ocorreram sequestros e mortes de várias pessoas, segundo consta em relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria para o Presidente da Província:

No dia 5 do mês passado, saiu um pequeno numero de bugres do mato denominado Turvo e bateram às casas de João Mariano Pimentel e Bernardino Fialho de Vargas. Na primeira mataram um irmão do dono da casa, um filho, um sobrinho e duas escravas. Carregaram com três filhas e três filhos e uma escrava do dito Pimentel, sendo duas filhas já moças. Roubaram toda a casa e quebraram tudo. Na segunda, mataram a um primo do dono da casa e fizeram os mesmos estragos que na primeira, e na retirada para o mato foram aonde estavam cinco homens fabricando erva-mate e todos os mataram, com semelhante procedimento.¹⁵³

A responsabilidade pelos ataques às duas fazendas foi atribuída ao cacique *Nicué*, mais popularmente conhecido pela alcunha de “João Grande”. Neste caso citado, há um detalhe que chama a atenção e causa muita dúvida entre os pesquisadores. Trata-se da verdadeira identidade

¹⁵³ RELATÓRIO 16-09-1851. **Relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conde de Caxias.** Apud: LAROQUE, op. cit, 2000, p. 67.

do cacique *Nicué*. Em “*A saga dos alemães*”, Erni Engelmann apresenta o cacique *Nicué* como um escravo negro foragido de uma fazenda de Santo Antônio da Patrulha, que liderava um grupo de 23 indígenas que aterrorizam os vales da região nordeste do Rio Grande do Sul e também algumas áreas dos Campos de Cima da Serra.¹⁵⁴ Leopoldo Petry também é favorável à opinião de que *Nicué* não era um indígena e, sim, um homem negro, mais especificamente um escravo fugitivo.¹⁵⁵

Por outro lado, consta nos apontamentos de Mabilde que, quando o cacique *Nicué* “cometia seus horrorosos crimes, era aconselhado pelo crioulo que admitira em sua tribo.”¹⁵⁶ Em conformidade com a afirmação de Mabilde está a correspondência de Felipe José de Souza, remetida ao Presidente da Província, cujo conteúdo enaltece a atuação de um outro indígena, o cacique *Yutoahê*, na perseguição do grupo de *Nicué*. Na correspondência, Souza exalta os bons serviços que “acaba de prestar o mesmo cacique e sua tribo derrotando o grupo de malfeitores que sob a direção do Índio João Grande, e um escravo fugido cujo nome se ignora, se havia tornado temível n’aqueles lugares...”¹⁵⁷

Concernente a esta versão, é interessante destacar a aceitação de um elemento de diferente etnia entre os *Kaingang*, considerados pela bibliografia em geral, muito fechados para influências externas até este momento. O fato de haver um negro, seja com uma atuação de chefia, seja como guia nas incursões, destoa das narrativas etnológicas que atentam para a impermeabilidade da sociedade *Kaingang* com relação ao de “fora”. Sobre esta questão, não temos no momento condições de aprofundá-la, entretanto, pretendemos investigá-la melhor em estudos posteriores.

A atuação do cacique *Nicué*, seja ele um negro ou um legítimo *Kaingang*, não se restringiu apenas a este caso. Muitas denúncias sobre seus atos nos Campos de Vacaria foram feitas entre 1851 e 1853. Em 1852 seu grupo volta a agir, desta vez, contra uma família de colonos alemães instalada na localidade denominada Mundo Novo, onde hoje se

¹⁵⁴ ENGELMANN, Erni Guilherme. (coord). **A saga dos alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha, 3.v. 2004. p. 311.

¹⁵⁵ PETRY. Op. cit., p. 5-11.

¹⁵⁶ MABILDE, op. cit., p. 61.

¹⁵⁷ CORRESPONDÊNCIA de 19-03-1853. **Correspondência de Felipe José de Souza ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu**. Aldeia de Vacaria. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1. (O documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo I desta dissertação, p. 184).

situa o município de Taquara. Trata-se do ataque à família de Pedro Watenpuhl¹⁵⁸, apresentado no Relatório do Vice-Presidente da Província:

Depois dos lastimáveis sucessos occorridos o anno passado no Município da Vaccaria, de que tivestes conhecimento pelo Relatório d'esse anno tornarão os Bugres a apparecer com disposições não alli, mas no 2º Districto do Município de S. Leopoldo, em as Colonias denominadas do Mundo Novo. A 8 de Janeiro accometterão uma casa, matarão o allemão Pedro Wadenpuhl, e raptarão sua mulher, cinco filhos menores, e uma filha casada. O Delegado de Polícia d'aquelle Município, tomou logo as mais promptas, e acertadas providencias, para prevenir outros attentados, e mandou perseguir os aggressores por uma partida de quarenta homens paisanos. Porém nem aquelles forão encontrados, nem resgatadas as pessoas raptadas.¹⁵⁹

Frente a estes fatos e a pressão da opinião pública, o governo provincial viu-se obrigado a tomar sérias providências com relação à segurança das colônias, nas quais então, passaram a atuar destacamentos da Guarda Nacional, imbuídos de assegurar tranquilidade aos moradores e perseguir os indígenas hostis.

O caso da Família Watenpuhl tornou-se bastante notório quando Leopoldo Petry escreveu o livro *“Maria Bugra”*, no qual narra detalhadamente o caso acontecido no Mundo Novo. O título *“Maria Bugra”* faz referência à filha raptada de Pedro Watenpuhl, Maria Watenpuhl, que, depois de conviver durante muito tempo entre os *Kaingang*, já inspirava confiança entre os indígenas, a ponto de entrar e sair sozinha nas matas. Teria sido assim que, após um descuido das

¹⁵⁸ Segundo Erni Engellmann, alguns trabalhos utilizam o termo *Wadebul*, *Wadepuhl*, *Watterfull*, *Wartenpuhl* para designar o sobrenome da família. Pesquisando em um Arquivo Evangélico da Alemanha, o pesquisador Adriano Dienstmann descobriu que a grafia correta é *Watenpuhl*. ENGELMANN, op.cit., p. 323.

¹⁵⁹ RELATÓRIO 01-10-1852. **Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852. p. 5.

mulheres responsáveis por vigiá-la, teria fugido e conseguido avisar as autoridades sobre onde estavam localizados os indígenas com os raptados. O resgate só aconteceu 15 meses após o rapto, em uma emboscada efetuada pelo Capitão Francisco Miller, onde contou com o auxílio do cacique *Yotoahê*, mais conhecido entre os não indígenas como Capitão *Doble*. O resultado da expedição foi relatado pelo presidente Cansansão de Sinimbu em outubro de 1853:

Cabe-me aqui o prazer de dizer-vos que a família do allemão Pedro Wadenpuhl, que a 8 de Janeiro do anno passado foi raptada pelos Bugres da Vaccaria da Colonia do Mundo Novo, foi resgatada pelo Cacique Doble em Março deste anno, ficando derrotado e morto o Bugre João Grande e os de sua horda, autores das depredações de que foi aquelle Termo victima durante dous annos.¹⁶⁰

O desfecho desta história não foi fato isolado neste momento. Ao atacar, matar e sequestrar fazendeiros e imigrantes, os indígenas acabaram “assinando” sua própria sentença. A ação dos grupos perseguidores de índios foi de ordinário inevitável e imprescindível para a segurança dos não indígenas habitantes das áreas colonizadas. Em vários ofícios expedidos pelos subdelegados regionais, as atribuições de violências contra as famílias de colonos e fazendeiros, decretavam ações imediatas e severas para com as “hordas selvagens”.

Como última referência às correrias e o resultado das mesmas para os indígenas que as cometeram, apresentamos o caso ocorrido em julho de 1855, quando foram assassinados quatro moradores de Passo Fundo por índios não aldeados. Segundo consta no Relatório do Presidente Oliveira Bello, “forão assassinados em principio de julho por alguns indígenas não aldeados, residentes no Campo do Portella 4 pacíficos moradores daquelles lugares, Joaquim de Macedo, e um seo filho, um genro, e um peão.”¹⁶¹

¹⁶⁰ RELATÓRIO 06-10-1853 - Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853. p. 6.

¹⁶¹ RELATÓRIO 26-09-1855 – Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello para o Presidente da Província Barão de Muritiba. Porto Alegre. Typ. Do Mercantil, 1855. pp. 6-7.

A consequência deste atentado foi a perseguição e execução dos indígenas que o cometeram, como relata o Subdelegado Diogo Oliveira, em correspondência para o Diretor Geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves:

Levo ao conhecimento de V. S.^a que no dia 1º do passado houverão quatro assassinatos commetidos pelos indios selvagens de nomes Marau, Thomé, Salvador e Luiz, os tres primeiros filhos de João Grande, e o ultimo irmão do Cacique Pedro Nicafy, nas pessoas dos infelizes Joaquim de Macedo, um genro, um filho e um camarada, e logo que este acontecimento me chegou ao conhecimento officiei ao Director de Nonoai; e verá V. Ex.^a. a resposta que tive e envio por cópia. Forçoso me foi reunir uma escolta e seguir aos aldeamentos dos Indios, nos Campos de Joaquim Portella, e seos vizinhos, na convicção de que o delicto fosse perpetrado por aquelles indios; entretanto lá chegando, e para evitar a morte d'alguns indios inocentes não quis fazer entrar a escolta, e oferecendo-se aquelles Indios, para seguirem após os malfeitores, fiz entrar tres Indios, pagos pelos habitantes d'esta Freguesia; e capitaneados por Luis Portella e seo Irmão Manoel Portella, a fim de resgatar-se o menino, que se supunha terem levado, e capturar-se os malfeitores; e isto no dia 18 do passado, de que resultou a morte dos quatro indios asima referidos, ainda quatro chinas e toda pilhagem que haviam feito ao infeliz Macedo, e não vindo o menino por acharem-o morto. Estes Indios malfeitores acima éráo restos da já extincta tribu de João Grande, vivião vagando e fasião parte de sua habitação nas mattas visinhas a esta freguesia.¹⁶²

¹⁶² CORRESPONDÊNCIA 04-08-1855. **Correspondência do Subdelegado Diogo José de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves.** Vila de Passo Fundo. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo 2 desta dissertação, p. 186).

Conforme a correspondência do subdelegado, podemos perceber que há um vínculo familiar de três dos indígenas com o Cacique *Nicué*. Este fator contribuiu para facilitar a aliança feita com os irmãos *Luis* e *Manoel Portella*, lideranças indígenas que, mesmo depois de aldeados com seus subordinados, mantiveram rivalidades com o grupo do cacique *Nicué*, que perdurou mesmo após a morte deste, momento em que passaram a hostilizar seus descendentes. Neste caso, percebe-se nitidamente o oportunismo levado a risca pelo subdelegado, que se aproveitou do fato de haver rivalidades entre os grupos e “contratou” indígenas já aldeados para consumir as ações que, sabia ele, seriam criticadas se perpetradas pelos seus soldados.

É importante salientar que alianças de líderes indígenas com as autoridades foram acontecimentos constantes na história brasileira, marcadas principalmente pela busca de subsídios para convencer os indígenas a aderir às políticas de concentração dos governos provinciais. A cooptação das lideranças compunha o principal meio de se alcançar o objetivo de aldear os indígenas que insistiam em permanecer nas áreas destinadas aos fazendeiros e colonizadores europeus. As lideranças eram seduzidas com promessas de grandes somas em dinheiro, títulos honoríficos e muitas vezes, foram as próprias rivalidades históricas entre as chefias que sustentaram as alianças com o governo provincial. Na história aqui pesquisada, a figura que mais soube se utilizar desse artifício talvez tenha sido o cacique *Yotoahê (Doble)*, que efetivou alianças políticas e negociações fundamentais em sua relação com a província. Analisaremos com mais detalhes a atuação deste cacique em capítulo posterior.

Revelamos até o momento, portanto, as principais ocorrências de atritos entre colonizadores e indígenas na região nordeste do Rio Grande do Sul em um momento de grandes oscilações políticas e sociais da Província. Teríamos outros inúmeros exemplos de conflitos entre indígenas e colonos, porém, como temos delimitado nosso recorte temporal e também porque parte destes relatos parecem ser, muitas vezes, “fantasiados” por seus autores, consideramos necessário analisá-los no âmbito das narrativas discursivas enfocadas no capítulo 3.

2.2. A resistência nos Aldeamentos

Tendo em vista o ideal de consolidação do Império Brasileiro, as elites intelectuais adotam medidas para criar espaços destinados a estabelecer os indígenas que ainda “erravam” pelas terras consideradas devolutas do território nacional. Através do Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845, é regulamentada a organização das missões de catequese e civilização dos indígenas nas diversas regiões do país. Trata-se do *Regimento das Missões*, cujo objetivo era regular a ação do Estado junto às populações tribais.

O *Regimento das Missões*, obedecendo à ideologia do colonialismo, buscava atingir duas metas principais: civilizar e catequizar os indígenas. Essa política significou, se não a cessação, pelo menos a diminuição do extermínio dos grupos considerados hostis. O Estado nacional prevê uma mudança de atitude em relação à questão dos índios e ao papel do elemento religioso na catequese.¹⁶³ Em verdade, esta mudança pode ser percebida já a partir de 1831 quando, durante a regência de Diogo Antônio Feijó, foram revogadas as leis que autorizavam a “guerra justa aos índios”, decretadas através das cartas régias de D. João VI.¹⁶⁴

Neste contexto, a política de aldeamento dos *Kaingang* na província do Rio Grande do Sul, obedecendo ao Decreto nº 426, foi implementada pelo governo provincial para evitar problemas com os indígenas que se encontravam dispersos pelas matas das regiões norte e nordeste da província. Na concepção das autoridades provinciais, esta poderia se tornar uma maneira prática e segura de acabar com as ameaças à sociedade brasileira em expansão.¹⁶⁵

Com essa proposta, em julho de 1845, o Presidente da Província, o então Conde de Caxias, ordena ao Tenente Coronel Antônio Maria que acompanhe o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado, à região de Passo Fundo, onde o missionário seria encarregado de levar os ensinamentos religiosos aos indígenas. Nesta região, já existiam anteriormente os Toldos indígenas¹⁶⁶. A recomendação principal do

¹⁶³ ROCHA, Leandro M. *O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998. p. 44.

¹⁶⁴ *Ibid.* p. 44.

¹⁶⁵ NONNENMACHER, op. cit., pp. 33-34.

¹⁶⁶ Os Toldos eram locais onde existiam concentrações de indígenas já contatados, porém sem uma política “oficial” de aldeamento. *Ibid.*, 2000, p. 32.

presidente era para “que não se lançasse mão desses homens para o serviço, antes os acarenciasse para melhor attrahil-os á civilização e dissipar toda a má suspeita a nosso respeito”¹⁶⁷. De certa forma, a intenção de Caxias contrariava um dos princípios básicos do *Regimento das Missões*: o de transformar os índios em mão de obra aproveitável na agricultura. Percebemos, entretanto, que logo essa recomendação foi repensada, pois na mesma expedição foi enviado também o Tenente Coronel Francisco Ferreira da Rocha Loures, encarregado de ensinar os indígenas a preparar e fazer uso das ferramentas para o desmatamento e o cultivo das roças.

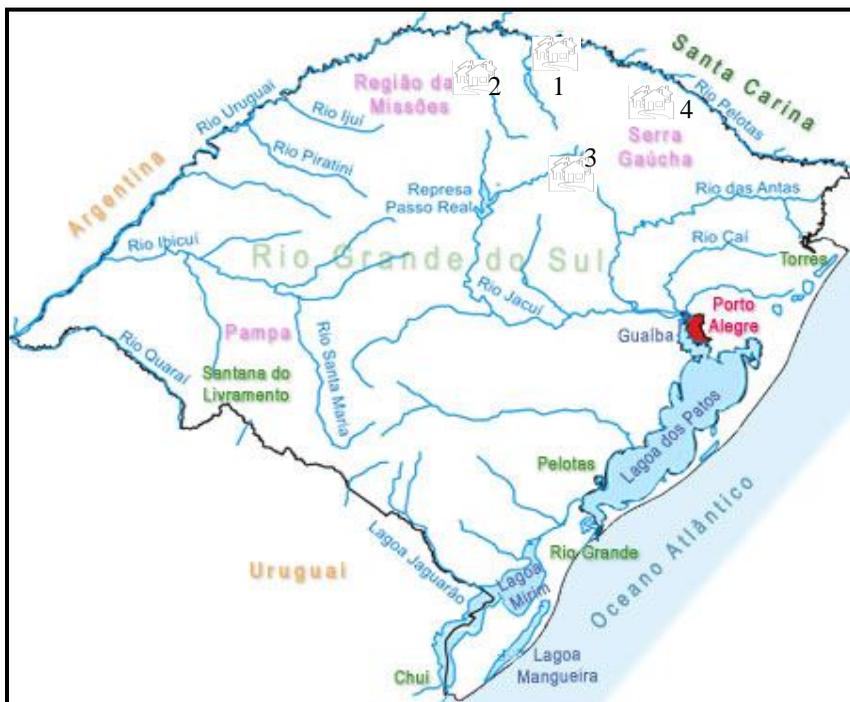
Neste sentido, em 1846 são implantados os primeiros núcleos voltados para a concentração dos indígenas. O Aldeamento de Nonoai surge como o principal da província e fica assim nomeado como um tributo ao cacique *Nonohay*, grande colaborador na abertura de estradas que ligaram Xanxerê (SC) a Passo Fundo (RS) em meados do século XIX. Localizado no Distrito de Passo Fundo, é o mais bem localizado em relação aos demais, contando com uma área total de nove léguas de comprimento por uma légua e meia de largura. Seus limites ao norte margeavam o Rio Uruguai e a leste tinha como limite o Arroio de Passo Fundo das Missões, contando com estradas que ligavam à Guarita, atravessando o rio Uruguai, seguindo para Palmas, Guarapuava e Curitiba.¹⁶⁸

Além de Nonoai, podem ser citados outros aldeamentos existentes, com menor contingência de indígenas, mas nem por isso menos importantes para os objetivos do governo provincial. Entre os principais, mais presentes nos documentos e significantes para nossa pesquisa estão as aldeias da Guarita, no extremo noroeste, Pontão e Campo do Meio, na região dos campos de Vacaria.

¹⁶⁷ RELATÓRIO 01-03-1846 op. cit., p. 21.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 32.

Figura 8 - Alguns dos Aldeamentos da província: 1- Nonoay; 2- Guarita; 3- Campo do Meio; 4 - Pontão



Fonte: www.brasilturismo.com. Acesso em: 18/05/2009

Como havia uma grande concentração de indígenas em locais relativamente isolados, os missionários e diretores recomendavam que se criasse um corpo de praças, responsabilizados pelo policiamento das aldeias. Assim, em 1846, é criada *Companhia de Pedestres de Passo Fundo*, sob o comando do capitão Marcelino José do Carmo, um mateiro experiente no apresamento e controle das investidas dos índios¹⁶⁹. A função principal dos pedestres era cuidar para que não ocorressem tumultos entre os indígenas, nem que pessoas de fora viessem perturbar a paz dos aldeamentos.

A primeira impressão do projeto era muito boa. Os indígenas seriam acolhidos ao seio da civilização e seriam moldados no trabalho e

¹⁶⁹ NONNENMACHER, op. cit. p. 18.

na fé. As informações que chegavam ao Conde de Caxias eram as melhores possíveis, tanto que ele chega a afirmar em seu relatório anual que “nenhuma resistência põem os Índios ao seo aldeamento, antes o procuram.”¹⁷⁰

O que aconteceu logo a seguir foi que a realidade mostrou-se bem diferente do que pretendiam as autoridades. Isto porque, devido ao desmazelo de Cypriano da Rocha Loures¹⁷¹ em não fazer as plantações necessárias para a subsistência dos indígenas, o gasto do Governo tornou-se maior que o esperado. Além disso, a concentração dos indígenas em um único local, teve como resultado o avivamento de antigas rivalidades entre os *Kaingang*. Ao que parece ainda, o Tenente Rocha Loures utilizou-se de recursos enviados pelo governo provincial para a despesa com os indígenas aldeados em benefício próprio, pois consta em alguns ofícios, a existência de uma residência do Tenente em um campo dentro do aldeamento de Nonoai, no qual o mesmo mantinha as suas roças e criações, utilizando inclusive mão de obra indígena para esse fim.¹⁷²

Grandes despesas também estavam sendo feitas com a atração de indígenas para o aldeamento. A pedido de Rocha Loures, o governo estava pagando ao Cacique Vitorino Condá uma gratificação mensal de 50\$000 para cada 500 índios que conseguisse reunir. Posteriormente, esta gratificação foi ajustada para 5\$000 a cada 50 indivíduos que apresentasse.¹⁷³ Cabe ressaltar aqui que não foram raros os casos em que lideranças tribais recebiam “incentivos” para convencer os subordinados sobre os benefícios da civilização. Muitos deles capitaneavam tropas de bugreiros que saíam em expedições pelas matas, imbuídos de “convencer” os índios mais reticentes aos aldeamentos.

Com a nomeação do Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves para Diretor Geral dos Índios da Província¹⁷⁴ em 1847, o governo

¹⁷⁰ RELATÓRIO 01-03-1846 op. cit., p. 21.

¹⁷¹ Cypriano da Rocha Loures era irmão do Ten. Cel. Francisco Ferreira da Rocha Loures, sendo ambos filhos de Antônio Ferreira da Rocha Loures, que fundou Guarapuava em 1810

¹⁷² RELATÓRIO 23-02-1851. **Relatório do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos Aldeamentos José Joaquim de Andrade Neves**. Passo Fundo. 1851. p. 2.

¹⁷³ RELATÓRIO 05-10-1847. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847. p. 13. Obs. A moeda em questão neste período é o *Réis*.

¹⁷⁴ O papel do Diretor Geral dos Índios consistia em coordenar os investimentos e regular as ações dos diretores dos aldeamentos. Sua autoridade era imposta em todos os aldeamentos da

conseguiu aumentar a fiscalização sobre os aldeamentos e sobre os gastos despendidos para a manutenção dos índios nos mesmos. Insatisfeito com as ocorrências e acusações, Rocha Loures pede demissão do cargo, o que é aprovado pelo Diretor Geral, que, ao se justificar com o presidente da província, afirma que, “além de Rocha Loures não ter as qualidades precisas para ocupar o cargo, foi negligente no cumprimento de seus deveres, plantando somente dois alqueires de milho, quando a ordem era, que houvesse um aumento na agricultura.”¹⁷⁵

Foi, portanto, com a saída de Cypriano da Rocha Loures que se abriram as portas para a volta dos jesuítas espanhóis, que dariam início à catequese dos indígenas de Nonoai e da Guarita. Para o pensamento eclesiástico dos jesuítas, o projeto de aldeamento dos *Kaingang* só teria sucesso se fosse pautado em dois aspectos primordiais: trabalho (agricultura) e religião.¹⁷⁶ Atentaremos para a catequese e os discursos dos missionários mais adiante.

Estes detalhes burocráticos foram revelados para ajudar a elucidar a clara intenção do governo provincial em subjugar os padrões culturais dos grupos indígenas. A questão central a ser compreendida com referência aos aldeamentos está na percepção de que mesmo com os atrativos ofertados pelo governo, os *Kaingang* não se integraram totalmente ao modo de ser dos “civilizados”. As autoridades civis e religiosas, mostrando-se completamente contrárias aos padrões culturais e sociais dos indígenas, representam o lado do conquistador que privava os *Kaingang* do território em que nasceram e viveram dentro da sua ótica tribal. Esta percepção, presente na maior parte dos grupos indígenas, pesou demasiadamente para o mau andamento dos aldeamentos desde seu princípio. Podemos perceber, portanto, que o indígena sempre esteve consciente de sua situação face aos interesses do colonizador.

Foi exatamente esta consciência da realidade que motivou a resistência aos ensinamentos religiosos dos jesuítas, assim como frente às novas modalidades de trabalho impostas pelos diretores, às novas formas de organização social, às habitações, entre outras. Esta

província, cabendo aos diretores de cada um deles, relatar as ocorrências e as necessidades para o Diretor Geral, que solicitava medidas diretamente com o presidente provincial.

¹⁷⁵ NONNENMACHER, op. cit., p. 34.

¹⁷⁶ Ibid., p. 44.

resistência, ora individual, ora em pequena escala, não teve a proporção de um movimento social organizado contra a dominação imposta pelas autoridades provinciais. Configuraram-se, na maior parte das vezes, em ações e atitudes de insubordinação que minava a benevolência dos missionários e a paciência das autoridades e seus representantes.

Pode-se inferir às ações isoladas dos *Kaingang* o papel de uma resistência cotidiana, nos termos de James Scott, que entende este tipo de ação como uma “infrapolítica dos desvalidos”, mecanismos de insubordinação ideológica onde os indivíduos conseguem impor limites aos poderosos e frustrar muitas de suas ambições.¹⁷⁷ Através das caçadas furtivas, do trabalho mal feito, das enganações, das fugas, e também das correrias que não cessaram mesmo depois dos aldeamentos, os indígenas demonstravam que não se deixariam “instruir” com tanta facilidade.

Lucio Mota lembra que é importante pensar estas instalações na perspectiva dos indígenas. Quais eram as políticas traçadas pelos indígenas que se achemavam aos aldeamentos? Segundo o autor, grande parte dos indígenas viu nos aldeamentos, primeiro, uma fonte de recursos materiais da sociedade não indígena, segundo, um local de abrigo quando se envolviam em escaramuças com forças contrárias (brancos ou tribos inimigas) e terceiro, um local de abastecimento de alimentos produzidos pelas roças dos aldeamentos.¹⁷⁸

Temos consciência de que nem todos os indígenas confinados nos aldeamentos rebelaram-se contra sua nova situação. O que pretendemos ressaltar com nossa análise são as atitudes, muitas vezes isoladas, de resistência contra o domínio e autoridade imposta pelos missionários e diretores dos aldeamentos. Nelas se configura a capacidade de grupos tidos como “sem história” e subordinados à intrusão do colonizador de impor, ainda que de forma parcial, a sua vontade e sua ambição de expressar a revolta e indignação pela situação imposta.

Partindo deste princípio, podemos dizer que o medo causado por grupos de índios que fogem dos aldeamentos e se aproximam das áreas habitadas pelos colonizadores, pode ser compreendido já como um

¹⁷⁷ SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia**: Discursos Ocultos. Mexico: Edições Era, 2000. pp. 21-22.

¹⁷⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. **As Colônias Indígenas do Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 18.

ato de resistir à presença intrusiva do outro. É possível pressentir este aspecto nas constantes exigências dos missionários e diretores por forças policiais que pudessem controlar os conflitos internos e a fuga dos aldeamentos para áreas ocupadas pelos não indígenas. É sobre isso que faz referência o ofício do vice-presidente da província, Miranda Castro em 1848:

Em janeiro do corrente, houve noticia official de se acharem arranchados, próximo ao Passo Fundo, 56 bugres, e de se haverem apresentado cerca de 600 em Nonoahy, na expectativa da chegada do Director, não incluídos n'este numero os 144 que ali existião aldeados: as reuniões concentradas na Palmeira, campos do Tenente Oliveira, de que já foi a Assembléia informada, continuão a apparecer no mesmo lugar, e com exigências taes, que tem causado receio aos moradores, de alguma surpresa e aggressão: para prevenir este mal forçoso foi ás respectivas Authoridades darem promptas providencias em ter uma partida de 12 homens armados na residência d'aquelle Tenente, em quanto não marchava da Companhia de Pedestres uma força para o mesmo fim.¹⁷⁹

Os mecanismos de defesa estavam sendo armados. Qualquer ato de insubordinação por parte dos *Kaingang* seria provavelmente a última ação de muitos deles. A ordem não era para que os indígenas fossem atacados, mas sim convencidos de que os aldeamentos seriam a melhor opção para eles, que já andavam errantes há um bom tempo. O vice-presidente ignorava ou desconsiderava as rivalidades históricas entre os grupos. Rivalidades estas que estabeleceram novas estratégias por parte de alguns líderes indígenas, já que, ao procurar a “segurança” dos aldeamentos para proteger a si e a seus subordinados de ataques dos grupos inimigos mais fortes, muitos deles passavam a exercer um duplo papel, alternando entre aldeados e desertores.

¹⁷⁹ RELATÓRIO 04-03-1848 - **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Porto Alegrense, 1848. p. 21.

Laroque, em sua dissertação de mestrado, apresenta o importante papel das lideranças *Kaingang* do sul do Brasil frente aos conflitos e negociações com as autoridades provinciais e religiosas. Este autor busca dar voz a personagens esquecidos pela história oficial. É assim que o autor apresenta a relação de *aliança* dos caciques *Antonio Prudente*, *Luis Tigre Gacon*, *Virí*, *Nhon-nhon* e de *rejeição* por líderes como *Nicué*, *Vaiton*, *Nhancuiá*, *Nonecofê*¹⁸⁰, somente para citar alguns personagens desta ambígua relação de poder entre índios e “civilizados” no Brasil Meridional.

Salientamos este aspecto para lembrar as atitudes, ora de subversão, ora de negociação entre as lideranças indígenas e os governos. Esta observação é importante para referenciar o momento no qual muitos grupos indígenas, enfraquecidos pelos conflitos intertribais ou pelas perseguições dos bugreiros, percebem nos aldeamentos uma forma de evitar o extermínio pelos rivais mais fortes. Talvez seja possível explicar melhor esta posição se considerarmos um trecho do ofício enviado pelo Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província no ano de 1848, onde o missionário revela a situação dos aldeamentos de Nonoai, Guarita e Campo do Meio:

Os indígenas existentes na Guarita, mesmo que os de Nonoai e Campo do Meio são de nação que chamam Bugres Coroados (Fonk indóni), propriamente selvagens e errantes. Os de Nonoai, já faz três anos, se apresentaram debaixo do comando de seu chefe Victorino Condá, que pediu seguridade e ofereceu que procuraria reunir a sua gente toda de sua nação nos campos ditos de Nonoai. [...] Os da Guarita (tribo do Fongue) que não quiseram se juntar aos de Nonoai, para não se sujeitarem por causa de certas desconfianças que deles tinham e que ainda dura, Tinham estado, em muitas ocasiões, nas vizinhanças da Guarita, sempre desconfiados e receosos, até que no fim do ano passado, se apresentaram na casa de Oliveira, dizendo que queriam aldear-se no lugar

¹⁸⁰ LAROQUE, op. cit., p. 197

denominado Guarita, que dista cinco léguas da casa de Oliveira.¹⁸¹

Através da fala do missionário, pode-se levar em consideração a hipótese de que os *Kaingang* não estavam nos aldeamentos obrigatoriamente para satisfazer a vontade do governo ou dos missionários jesuítas, mas sim, porque encontravam nos aldeamentos uma forma de recompor seu grupo. Caso contrário, os líderes indígenas não teriam a oportunidade de indicar onde se aldear, como o fez o cacique Fongue ao escolher instalar-se na Guarita.

Convém ressaltar também que, frequentemente, mesmo se mostrando favoráveis ao seu aldeamento, muitos caciques não podiam controlar seus subordinados frente às condições desfavoráveis que encontravam nos postos. Por mais investimentos e esforços que se colocasse nos aldeamentos, a situação destes continuava muito precária, pois, mesmo com a tentativa de introdução da agricultura, as despesas com roupas e alimentação eram altas. Frequentemente ocorria que, ao receber os estoques de roupas e alimentos, muitos indígenas acabavam voltando para os matos, onde ficavam por longo tempo, fato que acabava inviabilizando a produção agrícola. Estes acontecimentos causaram grande indignação nas autoridades provinciais, que cobravam atitudes enérgicas dos diretores, como expresso no relatório de Soares d' Andrea:

Estes indios forão chamados a nós por homens que só consultarão o medo, e não as conveniências da sociedade, assim prometterão-lhes tudo quanto quizerão, e não lhes fizerão sentir, que quem quer comer deve trabalhar. Disto tem resultado, que os indios de Nonohay entendem que devem estar de braços encruzados, esperando que lhes mettão o comer na bocca; e os indivíduos que ate agora se tem proposto a guiar a civilização so sabem representar que se precizão muitas rações, e muito vestuário, como se fosse

¹⁸¹ OFÍCIO 06-11-1848 – **Ofício do Padre Bernardo Pares ao Presidente João Capistrano de Miranda Castro**. In: NONNENMACHER, 2000, op. cit. pp. 56-57.

para termos a honra de sustentar mandriões, que se procura a civilização dos Índios.¹⁸²

A exasperação do Presidente Soares d'Andrea se deve mais pelas grandes despesas dispensadas pelo governo para manter os aldeamentos do que propriamente pelo insucesso da catequização dos *Kaingang*. Este fato, reforçado pelo acúmulo de fracassos dos missionários Jesuítas frente aos aldeados, fez com que em 1851 o vice-presidente da Província expressasse sua decepção com o trabalho dos padres. Em seu relatório anual, Patrício Correia da Camara fala sobre o trabalho de catequese e civilização dos índios:

Com este objeto não pequenas sommas tem gasto a Província, e, força é dizer-lo, sem resultado. Apesar de todos os esforços ainda se não pode conseguir que os índios fixassem sua moradia. Nos chamados aldeamentos de Nonohay, e Guarita há um pequeno numero, a maior parte índios já aldeados em Garapuava. Os das vizinhanças concorrem allí quando ha que distribuir ferramentas, roupas e outros objetos, com que se os acostuma mimosear, mas feita a distribuição, dispersão-se e voltão a vida errante dos matos. Pensou-se que os Jesuítas poderião sujeitar os índios pelo influxo benéfico da religião, porem estes mesmos parecem desanimados. [...] Isto prova a falta de ascendência dos Jesuítas sobre seus neophitos, e a inefficacia do emprego dos meios moraes, de que se tem servido.¹⁸³

Com referência aos gastos com catequese e aldeamento dos indígenas, o relatório do vice-presidente, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello de 1852, destaca a quantia dispendida naquele ano. O relatório

¹⁸² RELATÓRIO 01-06-1849. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849. p. 9.

¹⁸³ RELATÓRIO 02-10-1851. **Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851. p. 11.

indica que tendo Oliveira Bello solicitado 4: 000\$000 (contos de réis) para auxiliar nas despesas com alimentação, roupas e salários dos diretores, somente foi remetido 2:000\$000, os quais considera insuficientes, mas que auxiliam nas despesas, particularmente nos soldos atrasados dos diretores, cujo ordenado era de 50\$000 mensais.¹⁸⁴ Realmente, é uma soma considerável para o período, mas insignificante se comparada aos gastos com os soldados feridos e presos hospitalizados na Santa Casa de Misericórdia. Segundo o Relatório do Presidente Sinimbu, os gastos são superiores a 16:000\$000 e ainda assim insuficientes para a despesa. Por isso, sugeria elevar a consignação para 26:000\$000, para a satisfação das necessidades imediatas.¹⁸⁵

Uma das justificativas que julgamos responsável pelos poucos recursos dispendidos para os Aldeamentos era a descrença na capacidade de os Jesuítas controlarem os *Kaingang*. Os missionários ficavam impotentes frente aos atos de rebeldia e esta impotência vai fazer com que no final de 1851 a Assembleia Legislativa vote pela não renovação do contrato dos missionários, acabando assim sua influência sobre os indígenas.¹⁸⁶ A ação missionária retorna aos aldeamentos em 1854, porém bem menos incisiva e determinante que nos anos anteriores.

Para Darcy Ribeiro, a pacificação dos indígenas através das missões religiosas, particularmente pelos jesuítas, foi fadada ao fracasso durante o século XIX. A causa disso, segundo o autor, seriam os velhos erros de desajustamento e intolerância por parte dos missionários, que atribuíam ao indígena o caráter rude e mal agradecido, irremediavelmente inapto para a civilização.¹⁸⁷ Se considerarmos que os jesuítas em geral compartilhavam da concepção do padre Bernardo Parés, que afirmava que os *Kaingang* eram de uma indolência e ódio ao trabalho, com uma natural preguiça e falta de costumes¹⁸⁸, é possível entender porque sua empreitada não obteve o sucesso esperado.

¹⁸⁴ RELATÓRIO 01-10-1852. op. cit. p. 16.

¹⁸⁵ RELATÓRIO 06-10-1853. op. cit. p. 27.

¹⁸⁶ AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, jan./abr. 1983. p. 114.

¹⁸⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 133.

¹⁸⁸ TESCHAUER, 1929. Apud: NONNENMACHER, op.cit., p. 21.

Acreditamos, apesar disso, que não foi a falta de empenho dos jesuítas em levar os ensinamentos morais e religiosos aos *Kaingang* que os fez fracassar em sua missão. A experiência dessa ordem com os *Guarani* acrescentava credibilidade ao trabalho dos missionários responsáveis pelos aldeamentos. O que as autoridades provinciais não esperavam, é que na tentativa de ressignificar os modos de agir e de pensar dos *Kaingang*, acabaram criando uma situação que podemos metaforizar como “faca de dois gumes”, com a qual se mostraram despreparados para suportar posteriormente. Por exemplo, ao “mimosear” os indígenas com presentes, roupas, alimentos e inclusive em alguns casos, com títulos honoríficos, criaram uma percepção de que eles poderiam assumir o controle de suas ações.

Os *Kaingang* interpretaram essa situação com sua leitura do mundo. Unindo suas experiências históricas e as novas experiências de contato com a sociedade ocidental, buscaram sob sua percepção, resistir aos aldeamentos. Foi assim que, de forma arguciosa, insolente, silenciosa ou anunciada, contestaram a autoridade e desafiaram com insubordinação os comandos dos jesuítas.

Frente a essa situação, o trabalho indígena passa então a ser um dos grandes propósitos dos aldeamentos. O trabalho, anteriormente tido como segundo plano em relação à catequese, passa a ser intensificado neste momento. A ideia era tornar os aldeamentos autossustentáveis, o que só seria possível com a atividade dos indígenas na agricultura, pecuária, no corte e manufatura da erva mate e na abertura de estradas. Com isso, além de não precisar dispensar grandes quantias de dinheiro com os indígenas, o governo poderia utilizá-los como mão de obra barata em suas obras públicas.

Considerando esta mentalidade das autoridades governamentais, não deixa de ser uma ironia que as obras da Estrada do Passo do Pontão, no norte da província tenham sido constantemente interrompidas devido aos ataques perpetuados por indígenas que habitavam a região de Vacaria em 1850. Um destes fatos é narrado pelo engenheiro Mabilde no trecho abaixo:

Tendo sido bastante incomodado no serviço da picada que estou abrindo por ordem de V^a Excia. por motivo dos Bugres que em numero de mais de duzentos têm saído nesta Picada, resolvi-me a officiar ao Sr. Joaquim Antonio de Moraes Dutra,

administrador das obras do Pontão a quem Va. Excia. em ofício de 17 de novembro de 1849 ordenou que fizesse as despesas necessárias para com o sustento dos Bugres e procurar pelos meios ao seu alcance de ver se os acostumava ao trabalho e a viverem Aldeados. [...] Em virtude às recomendações que Va. Excia., me fez para evitar o quanto me fosse possível não repelir os Bugres pela força logo que com eles me encontrasse neste sertão, tendo até agora podido conseguir a mantelos e evitar que nos fizessem alguma desordem, e isto pude conseguir em dando-lhes roupa, carne e farinha; porém não me é possível continuar a fazê-lo, porque a maior parte da minha gente já está com falta de roupa por terem dado diariamente aos Bugres aquela que podiam dispensar e assim evitar desordens.¹⁸⁹

Os indígenas que Mabilde encontrou na Picada, eram prováveis componentes do grupo liderado pelo cacique *Braga*. Entendemos dessa forma, porque existem registros da ida do cacique *Braga*, com um contingente de 304 indígenas, para o aldeamento do Pontão no final de 1850. Antes disso, o grupo liderado pelo cacique *Braga* era constantemente visto pelas redondezas das fazendas dos Campos de Vacaria. Tendo este cacique rompido relações com o seu subordinado cacique *Doble*, exigiu das autoridades provinciais que não fosse aldeado junto com seu rival, pois poderiam acirrar os ânimos de seus seguidores, causando grande morticínio de ambos os lados.¹⁹⁰

Neste momento, entra no rol da resistência o aspecto da negociação, ou melhor, da ludibriação, manifesta no momento em que o cacique *Braga* atrai para si as atenções e os esforços de aldeamento. *Braga* concluiu que, para conseguir para si e seus comandados alimentos e outros objetos sem precisar arriscar-se nas correrias, precisava aldear-se e, de fato, seu aldeamento foi encaminhado. Entretanto, ao pressentir que aldeado não teria o mesmo tratamento e “atendimento” que tinha quando estava nas matas com seu grupo, *Braga*

¹⁸⁹ CORRESPONDÊNCIA 13-03-1850. **Correspondência do Engenheiro Pierre Alphonse Mabilde ao Presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno**. Passo do Pontão, 1850. AHR.S. Arquivo Índios. Maço 2.

¹⁹⁰ NONNENMACHER, op. cit., pp. 38-39.

compreendeu que somente teria acatadas suas exigências enquanto causasse temor aos colonos e fazendeiros.

Graças a isso, a permanência deste cacique e seus comandados durou pouco no Pontão e, em 1851, já se encontram novamente nas matas do Campo do Meio.¹⁹¹ O cacique *Braga*, como a maioria dos *Kaingang*, sempre se mostrou desconfiado das boas intenções dos aldeamentos. O resultado de sua negação em se aldear foi que, em fins de 1851, acabaram sendo massacrados vários membros de seu grupo por Pedestres a mando do governo.

O motivo para o massacre na tribo do cacique *Braga* foi o ataque ocorrido em agosto daquele ano à residência de João Mariano Pimentel, no qual foram mortos o próprio Pimentel e mais oito pessoas, sendo ainda raptadas as suas filhas. Há um detalhe importante neste episódio: os responsáveis pelo ataque, como relata consternado o Diretor Geral dos Índios da Província, não foram os membros do grupo do cacique *Braga*, mas sim “os Bugres Coroados de João Grande induzidos por hum negro que tem entre si foi a que acometerão as casas dos cidadãos João Mariano e Fialho, tendo roubado estas casas, levando as filhas de João Mariano, e tendo feito oito mortes, sendo tres nestas casas e cinco hervateiros.”¹⁹²

A autoria do atentado, atribuída ao grupo do cacique *Nicué*, teve a confirmação da mulher de Mariano Pimentel, sobrevivente ao ataque e de suas filhas, posteriormente resgatadas. Como o grupo de João Grande era menor e melhor armado, sendo dessa maneira mais difícil de perseguir, consideramos a hipótese de que o Comandante da Guarda Nacional tenha investido no grupo de *Braga* para justificar o fracasso em perseguir os verdadeiros assaltantes.

Ainda sobre este sucedido, chama a atenção o fato de haver reconhecimento do “erro” por parte de uma autoridade provincial, fato raro neste momento de grande imposição etnocêntrica. É raro também, nestas ocorrências, constar nos relatórios oficiais o número de mortes entre os indígenas. O que ocorre, geralmente, é a contabilização das

¹⁹¹ LAROQUE, op. cit., p. 132.

¹⁹² CORRESPONDÊNCIA 23-02-1851. **Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos índios da Província José Joaquim de Andrade Neves**. Passo fundo, 1851. p. 3. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo 3 desta dissertação, p. 187).

vítimas dos assaltos, os quais, em regra, são martirizados como forma de justificar a perseguição e extermínio dos “índios bravos”.

O extermínio dos grupos indígenas “hostis” foi muito comum durante o período pesquisado, tanto em momento anterior quanto posterior aos aldeamentos. Muitas das reações eram perpetradas diretamente pelos colonos ou por fazendeiros, que juntavam alguns homens e davam caça aos “bugres” que porventura os ameaçassem. Na região de Vacaria, onde foi instalado o Aldeamento do Pontão, disseminavam-se em 1851, notícias de que os indígenas planejavam assaltos às povoações dos arredores. Dessa maneira, criava-se um estado de alerta entre os moradores, como narra o Padre Parés:

Neste povo corre o alarma de que os Bugres se ajuntarão para dar um assalto. Os que espalhãvõ esta notícia se rião della; mas a Guarda Nacional esteve sobre as armas, entretanto que nos aldeamentos tudo estava sossegado e só alguns Bugres do Arechí que perderão suas roças erãõ os que tinhãõ sido vistos no mato sem armas, procurando mel e comendo milho das roças destes moradores. He tudo o que tem sucedido da parte dos Bugres.¹⁹³

Este excerto é esclarecedor no sentido em que revela a saída de indígenas de seus aldeamentos para buscar alimentos em outros locais, atitude que nem os padres nem os diretores conseguiam conter. Daí as constantes e insistentes correspondências solicitando mais praças para as Companhias de Pedestres. No mesmo ofício, o Padre Parés revela que a situação em Vacaria não era diferente, pois “os Bugres incomodão muito aos moradores comendo as roças. Não sei se terá já nomeado Director ou havido providencias para que não falte o mantimento temo que nada se pode fazer.”¹⁹⁴

A difícil relação dos *Kaingang* aldeados com seus “vizinhos” preocupava os diretores, que preveniam as autoridades sobre a má-intenção de certos indivíduos, que disseminavam boatos sobre atos de hostilidade dos indígenas. Criou-se, ao que parece, um estigma em relação aos *Kaingang*, relacionando-os sempre que havia algum crime

¹⁹³ Ibid., p. 3.

¹⁹⁴ Ibid., p. 4.

na região. No caso especificado pelo Padre Parés “o motivo verdadeiro do alarma e do medo foi que andão por aí uns desertores, que já tem cometido alguas desordens , e mortes, os que tem interesse que perder, temerão e tomarão pretexto de ter-se visto no matto 14 Bugres ainda que desarmados para alarmar o povo.”¹⁹⁵

Naturalmente, devido à ocupação cada vez mais intensa das áreas circundantes aos aldeamentos, os *Kaingang* percebem que suas saídas furtivas estão cada vez mais ameaçadas. Não queremos afirmar que as retiradas para as matas foram sempre necessariamente com o intuito de resistir a uma opressão nos aldeamentos. Muitas vezes, suas escapadas objetivavam apenas uma complementação alimentar ao que produziam no aldeamento e à ração que ganhavam do governo. Há nos relatórios dos diretores, informações que revelam a introdução de caça e frutos das florestas em complementação aos alimentos produzidos ou doados.

O problema é que, com o aumento da população ao redor dos aldeamentos, os *Kaingang* passavam a entrar em contato mais frequente com fazendeiros e colonos, os quais, quando não os avaliavam como inimigos perigosos, alcunhavam-lhes por indivíduos miseráveis e ladrões. “Entre os moradores civilizados era opinião corrente que os *Kaingang* se aproximavam dos povoados com o único fito de pedinchar e roubar o que pudessem conseguir.”¹⁹⁶

Percebendo que os *Kaingang* preferiam as matas aos aldeamentos, os diretores promoveram a inserção de mão de obra indígena no corte e fabricação da erva mate, além de intensificar sua participação na abertura de estradas e picadas. O diretor José Joaquim de Oliveira, talvez o único entre os diretores a quem os *Kaingang* tinham algum respeito, afirmava que “com boa disposição os indígenas trabalhavam na colheita da erva-mate.”¹⁹⁷

É interessante observar que os *Kaingang* sempre mostraram maior disposição para o trabalho nos ervais do que nas roças, nas quais não disfarçavam seu descontentamento. É provável que o aspecto

¹⁹⁵ Ibid. p. 4.

¹⁹⁶ BECKER, op.cit., p. 305.

¹⁹⁷ CORRESPONDÊNCIA 01-02-1849. **Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves.** Guarita, 1849. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo 4 desta dissertação, p. 190).

cultural da vida nas matas tenha operado para que esta condição se tornasse mais aceitável. Mesmo assim, o diretor alertava as autoridades de que de volta aos aldeamentos, os atritos eram frequentes e a insubordinação era inevitável, “pois sem força física no Aldeamento nunca haverá respeito, e sempre andaremos de pedir favor aos Bugres qualquer serviço a benefício delles, e farão alguns e outros não; e quando quiserem ir para os mattos irão indo.”¹⁹⁸

O fato de haver uma aceitação para o serviço nas matas, não significa a aceitação de uma imposição de poder do branco sobre o índio. O que há, de acordo com Luisa Witmann, é uma espécie de “pacificação do branco”, pois acabavam convencendo as autoridades de que era no trabalho nas matas que se obtinham os resultados mais favoráveis. Pelo lado do indígena, ficava a sensação de que eram eles que mantinham a autoridade, por estarem efetuando trabalhos do seu agrado e por poderem obter e manusear livremente os objetos que tanto desejavam desde os primeiros contatos com as frentes de expansão.¹⁹⁹

Para este afã, havia necessariamente uma negociação onde os líderes decidiam, geralmente, quais os grupos que iriam para a atividade nos ervais e nas picadas. Os padres, por sua vez, sentiam verdadeira satisfação quando se iam os índios adultos para o trabalho nos matos, ficando nos aldeamentos os velhos, mulheres e crianças, mais “tratáveis” e passíveis de assimilar os trabalhos agrícolas e domésticos.

As lideranças foram importantes também na exigência de melhores condições estruturais e alimentares nos aldeamentos. Nas negociações dos diretores com o governo provincial, era sempre levantada a questão da autoridade dos líderes, que poderiam fazer os indígenas trabalharem, assim como se insurrecionarem contra as ordens expedidas. Havia ainda o receio de que tais ocorrências viessem a impedir toda a perspectiva de sucesso dos trabalhos já em andamento, como destaca o Diretor Oliveira, ao revelar que:

...para saptisfazer as necessidades que soffrem vim forçado a comprar 27 couros para insurruarem as ervas, e bem assim 6 bois para comerem tanto no serviço da Erva, quanto na roça que estão fazendo, representando-me o

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ WITMANN, op. cit., p. 152.

Comandante Fongue, esta urgência, e que se eu os não suprisse, se retiravão para o matto; por isso que o milho e feijão não lhes dava forças para o trabalho braçal, e se não tinham couros para insurruamento das ervas, não as farião mais. [...]O dezejo que nutro de ver em meus dias prosperar os Aldeamentos me farão aparecer (talvez) como importuno, reclamando forças para os mesmos; tornando a repetir a V. S^a. que sem a existência dellas em dittos Aldeamentos, só teremos amargozos fructos por colheita, e esta minha previsão, não irá longe para se reconhecer a evidencia della; mas então sem mais se poder remediar e só me restará por lenitivo o aver previsto, e anunciado.²⁰⁰

Neste rol de negociações, destacamos este caso do Cacique *Fongue* porque é possível afirmar que o mesmo conseguiu, com sua lógica e razão própria, antever os benefícios da imposição de sua vontade. Agindo desta forma, rompeu com o paradigma da estrutura fixa, impositiva e inegociável das relações entre as sociedades indígenas e os “civilizados”. É possível, perceber através das negociações entre os *Kaingang*, missionários e diretores, o processo que Marshal Sahlins denomina de “atos de referência”, onde categorias culturais adquirem novos valores funcionais e os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados.²⁰¹

Estas relações deveriam necessariamente contar com a imposição de certas normas de conduta para os indígenas e a aquiescência de reivindicações por parte dos diretores ou missionários. Há de se ter em conta, que na relação dos aldeados com os diretores, particularmente com o diretor José Joaquim de Oliveira, a relação era mais negociável, enquanto que com os missionários a rigidez e as exigências incentivavam as fugas frequentes.

As diferenças nas formas de relacionamento acenderam nos *Kaingang* novas formas de se relacionar com a sociedade envolvente.

²⁰⁰ CORRESPONDÊNCIA 28-09-1850. **Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves.** Guarita, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3. (Grifo nosso). (O documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo 5 desta dissertação, p. 191).

²⁰¹ SAHLINS, op.cit. p. 174.

Podemos destacar o envolvimento de alguns indígenas com indivíduos de conduta duvidosa, que instigavam entre eles o ódio aos fazendeiros ou colonos habitantes das áreas circundantes aos aldeamentos. Intrigas, aliciamentos e crimes entram no jogo da relação intercultural. Não foram poucos os casos em que grupos renitentes aos aldeamentos colaboraram com usurpadores de terras, sabotando, roubando e assassinando moradores do Planalto sul-rio-grandense. Sobre esta questão, faz-se mister, para finalizar este capítulo, apresentar os casos ocorridos na localidade denominada Quatro Irmãos, nos Campos de Erechim.

Por volta de 1854 circulava pelas imediações do aldeamento de Nonoai um grupo de índios chefiados por um cacique conhecido por *Pedro Nicafim*.²⁰² Este cacique construiu fama e temor entre os moradores e viajantes do Campo do Meio e Vacaria, por sua atuação arredia contra grupos indígenas rivais e também contra tropeiros e fazendeiros. Conforme o Padre Santiago Villarrubia, esse cacique “cobro alguna celebridad em Vacaria y en Cima la Serra, por sus atrevidos asaltos y homicídios, y particularmente com la cruel y traicionera morte de los diez ó doce serranos, de quienes ya sabe V. R. la dolorosa historia.”²⁰³

Pelo que se pode perceber na fala do padre Villarrubia, *Pedro Nicafim* mantinha-se em constante situação de guerra, tanto com os não indígenas, quanto com as tribos que mantinham alianças com estes últimos. De acordo com Laroque, a atuação de *Nicafim* foi bastante perspicaz, porque “ao mesmo tempo que reagia ao avanço da sociedade nacional com ataques aos brancos e aos grupos colaboracionistas, mantinha uma parte de sua tribo constantemente nos Campos de Erechim, enquanto outra parte estabelecia-se de tempos em tempos no Aldeamento de Nonoai.”²⁰⁴

Por essa informação, podemos deduzir que *Nicafim* agia por várias frentes, fazendo um jogo duplo (ou triplo), exercendo sua autoridade sobre um grande espaço geográfico e sobre outros caciques subordinados. Enquanto fazia guerra aos *Kaingang* rivais, transitava ou

²⁰² Não há um padrão na nomenclatura deste cacique, ele aparece na bibliografia e documentação com várias denominações, entre elas: *Nicafi*, *Nicofé*, *Nicaji*, *Nicaphym*, *Nicofé*, *Nicasi*, assim como outros. Optamos pelo nome *Pedro Nicafim* por ser este o mais recorrente nas referências pesquisadas.

²⁰³ CORRESPONDÊNCIA 01-06-1850. In: LAROQUE, op. cit. p. 120.

²⁰⁴ LAROQUE, op. cit. p. 121.

se fixava em campos de fazendeiros para não submeter-se às exigências das autoridades provinciais, que exigiam que ele se aldeasse com seus seguidores. Em algumas ocasiões, os próprios fazendeiros utilizavam os “serviços” do cacique como um instrumento de vingança contra seus inimigos – outros fazendeiros ou mesmo outros indígenas.²⁰⁵

Este pormenor constante no relatório, diz respeito à intensa disputa entre os fazendeiros Bernardo Castanho, Joaquim Portella e Clementino dos Santos Pacheco pelos denominados Campos do Erechim. Todos estes fazendeiros tinham alguma influência sobre os diferentes líderes indígenas e utilizavam-nos, em certos momentos, para empreender assaltos, sabotagens e matança de animais nas fazendas uns dos outros. Pacheco, em carta ao Diretor de Nonoai, denuncia os atos dos *Kaingang* na fazenda Três Serros, de sua propriedade:

Aproveito a ocasião para fazer-lhe participante dos meus soffrimentos com os índios motivados pelos conselhos de quem a muito se acha informado, pois que não satisfeitos com os incommodos e prejuisos que me têm causado, como bem ao facto estará, succede que agora há poucos dias foram ao Campo de Irixim e desmancharão-me a mangueira, e queimarão a casa, atropelarão os animaes que eu ali tinha invernados, matando alguns e taparão a entrada para aquelle campo na sahida do lado de cá com cerca de tranqueiras falquejadas, e inda fizerão uma derrubada no caminho, e tudo isto não torno tanto a culpa nos Índios, mas sim a aquelles que por suas bem conhecidas irregulares conductas vivem aconselhando a elles para que não aldeem-se no entretanto que incinuão para praticarem d’estes actos afim de me prejudicarem e incommoquem o meu socego, portanto como conheço que isto está debaixo de suas attribuições espero que providenciará pela melhor forma que conveniente julgar.²⁰⁶

²⁰⁵ RELATÓRIO 26-09-1855, op. cit.: p. 7.

²⁰⁶ CORRESPONDÊNCIA 19-10-1854. **Carta de Clementino dos Santos Pacheco ao Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira**. Quatro Irmãos. 1854. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 6 desta dissertação, p. 193).

Neste excerto da carta de Clementino Pacheco, o “conselheiro” dos indígenas é Joaquim Portella, que segundo constatamos, mantinha um litígio com Pacheco por causa de terras próximas à fazenda Três Serros. Joaquim Portella contratou os serviços do índio *Luis Portella*, para que este expulsasse Pacheco e sua família do local. O diretor Oliveira, em carta ao diretor geral, revela que “o dito Joaquim Portella não cessa de insuflar estes Índios a fim de cometerem toda sorte de hostilidades nos animaes que ali tem o referido Clementino para que este desacoraçando largue mão do mencionado campo.”²⁰⁷

Frente às rivalidades que se descortinaram entre índios e fazendeiros, a situação caótica se instalou definitivamente quando os crimes mais graves começaram a acontecer. No mesmo relatório de setembro de 1855, Oliveira Bello denuncia os assassinatos do fazendeiro Joaquim Macedo, um filho e um genro, mais um empregado, por indígenas não aldeados, residentes nos campos do Portella no distrito de Passo Fundo, região próxima ao Aldeamento de Nonoai.²⁰⁸ Chamamos a atenção para este caso, porque mais uma vez, aproveitando-se das rivalidades entre os índios, as autoridades locais convocaram um grupo de *Kaingang* aldeados, inimigos da tribo apontada como causadora da chacina de Macedo, para perseguição dos acusados. Ficou encarregado da expedição o índio *Luis Portella*, que alcançou os acusados nas matas, onde foram mortos muitos dos membros e presos outros.

A atitude de *Luis Portella* motivou o sentimento de vingança entre os sobreviventes do grupo perseguido. Assim, “no dia 13 de Agosto foi o Índio Luiz Portella assassinado em seu próprio rancho pelo índio Agostinho, que desse modo quis vingar a morte de seus amigos.”²⁰⁹

Percebemos certa confusão no sentido das informações sobre o assalto à casa de Macedo, pois, segundo ofício de Andrade Neves, foram “estes delitos perpetrados pelo Indígena *Luiz*, que mora nos Campos do

²⁰⁷ CORRESPONDÊNCIA 31-12-1854. **Carta do Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral José Joaquim de Andrade Neves**. 1854. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 7 desta dissertação, p. 194).

²⁰⁸ RELATÓRIO 26-09-1855. op. cit. pp. 6-7.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 7.

Portella, e que fora visto um dia antes com trez companheiros.”²¹⁰ Consideramos um equívoco por parte do diretor, porque o dito “Luiz” é provavelmente *Luiz Portella*, o perseguidor dos assassinos e morto posteriormente, segundo consta nos ofícios e relatórios analisados. Independentemente disso, é possível perceber que o episódio acarretou uma situação de grande tensão na região de Nonoai, vindo a culminar com o assalto à Fazenda Três Serros, de Clementino dos Santos Pacheco. O ocorrido é destacado no relatório provincial de 1856:

Não estão ainda esquecidos os assassinatos de que foram vítimas em Julho, Joaquim Macedo e outras pessoas de sua família, assim como o Índio Luiz Portella, que concorreu com sua tribo para a captura dos matadores daquelles infelizes, quando em dias de Dezembro alguns indios das tribos de Manoel Grande e Pedro Nicafim assassinarão aleivosa e barbaramente a Clementino dos Santos Pacheco, um sobrinho, um filho, o capataz e um filho, e mais um escravo. As autoridades policiaes e o director padre Leite Penteado, fizerão seguir escoltas em alcance dos criminosos, alguns dos quais lograrão prender, sendo mortos como resistentes, ou com tal pretexto Pedro Nicafim, e outros seus companheiros.²¹¹

O ataque à fazenda de Pacheco teria sido comandado pelo cacique *Nicafim* e por *Manoel Grande*, seu subordinado e provável articulador dos assaltos do bando. Novamente os responsáveis em perseguir os criminosos utilizaram a estratégia de aproveitar as rivalidades entre os *Kaingang* e lançaram mão do auxílio dos caciques *Fongue* e *Antonio Prudente* para perseguir *Nicafim* e *Manoel Grande*. O resultado final veio de acordo com as expectativas das autoridades, pois, quando o grupo é alcançado, os líderes são mortos para facilitar o trabalho de controlar os subordinados. Este procedimento também

²¹⁰ OFÍCIO 09-08-1855. **Ofício do Diretor Geral dos Índios Andrade Neves ao Presidente da Província Luis Alves Leite de Oliveira Bello**. Rio Pardo. 1855. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 8 desta dissertação, p. 195).

²¹¹ RELATÓRIO 28-04-1856. **Relatório do Conselheiro Barão de Muritiba ao Presidente da Província General Jerônimo Francisco Coelho**. Porto Alegre. Typografia do Mercantil. 1856.

desvia a atenção da opinião pública, pois na indicação dos subdelegados, nada podem fazer para controlar as rivalidades históricas entre os indígenas.

A partir da morte de *Nicafim* e a prisão de *Manoel Grande*, intensificou-se a pressão por aldear todos os grupos indígenas que circulavam pelas matas e campos do norte da província. Como nem todos aceitaram pacificamente a introdução dos inimigos junto consigo, muitos grupos acabaram migrando para outras áreas, no outro lado do Rio Uruguai. Foi o que aconteceu com *Victorino Condá*, que abandonou o aldeamento de Nonoai e se instalou em Palmas, onde fez aliança com o cacique *Viri*, passando a hostilizar os grupos de Nonoai, especialmente as tribos comandadas por *Fongue*.²¹² Apesar de alguns atritos isolados, a partir de 1856 os conflitos entre os *Kaingang* pareciam ter amenizado, pois tendo sido reempessado José Joaquim de Oliveira como diretor de Nonoai, as contendas com os fazendeiros vizinhos diminuíram sensivelmente.

Podemos dizer que em todo este contexto o maquinismo das frentes de expansão esteve atrelado às ocorrências intra e intertribais, influenciando a historicidade e transformando a concepção de territorialidade dos grupos *Kaingang*. Ainda assim, elementos de sua própria cultura e história fizeram-se presentes para enfrentar esta situação. Foi desta maneira que fizeram frente às investidas dos colonizadores europeus na encosta da Serra com suas correrias, onde empregaram ou ressignificaram seus padrões culturais nativos. Padrões estes que se mostraram extremamente importantes para resistir ao projeto hegemônico da colonização. Ainda que em muitos discursos tenha sido negada a historicidade dos indígenas, percebemos que ela existe, é viva e latente e sob nenhum aspecto merece ou pode ser negada. De qualquer forma, esta já é uma outra história, da qual trataremos no próximo capítulo.

²¹² BECKER, op. cit., pp. 50-51.

3. CIVILIZAÇÃO E CATEQUESE DOS INDÍGENAS – ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

Em nossa análise dos documentos e textos do século XIX sobre a questão indígena, foi possível identificar, em um primeiro momento, que a representação hegemônica sobre o *Kaingang* oscilou entre a visão de “selvagens, indolentes e ferozes” e “entes errantes à espera da luz do cristianismo.”²¹³ Como já destacamos anteriormente, tais estereótipos vão influenciar as ações do governo provincial, ora para pacificar os indígenas através das estratégias de atração, ora para controlar à força suas insubordinações.

Considerando conjuntamente os discursos dos agentes representantes do governo provincial (1846 -1860) e dos missionários jesuítas (1848-1851), buscamos mostrar qual a visibilidade que o projeto de aldeamentos alcançou em termos político, social e religioso, em um cenário onde as condições históricas tornaram-se completamente desfavoráveis às populações nativas, as quais já estavam há tempos sofrendo uma tentativa de apagamento de sua identidade cultural e, principalmente, populacional.

Nesta perspectiva, investigamos os escritos oficiais e não oficiais das autoridades provinciais e dos missionários jesuítas (relatórios, cartas, ofícios), com a finalidade de trazer à tona as práticas discursivas destes representantes do Estado nacional sobre os *Kaingang* do Rio Grande do Sul, verificando as suas consequências para a trajetória histórica deste grupo. Os textos aqui adotados enquanto discursos possuem dimensões e formas de funcionamento diferentes, mas, muitas vezes, convergem para uma única direção: levar o indígena à redução e inclusão na sociedade e costumes dos “civilizados”.

Muitas das narrativas utilizadas nesta dissertação são provenientes de indivíduos contemporâneos aos eventos ocorridos. São textos produzidos por pessoas que deixaram suas informações através de relatórios, apontamentos, correspondências e outros escritos. Estas fontes de informação, muitas vezes, são compiladas e juntadas para a

²¹³ OFÍCIO 19-05-1848. **Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1848. AHRN. Arquivo Índios. Maço 3. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 9 desta dissertação, p. 196).

elaboração de novas fontes de caráter muito mais informativo do que avaliativo. São poucas as publicações que se preocuparam em investigar a intencionalidade dos escritos, seu interdiscurso, seu papel enquanto formador de opinião frente à sociedade regional e as implicações destes discursos para os principais interessados, os *Kaingang*.

Este tipo de abordagem é bastante recorrente em obras de autores do século XIX e da primeira metade do século XX. Normalmente há uma insistência em perguntar apenas o que o texto diz, o que não é suficiente. De acordo com Eni Orlandi, devemos nos preocupar não apenas com o que diz o texto, mas, principalmente: ao dizer algo, o que se pretende com isso.²¹⁴ A autora citada preocupa-se com a análise do conteúdo dos textos, porque os mesmos são resultado de um efeito ideológico discursivo, no qual ao evidenciar determinado fato como realidade inquestionável, constrói-se um imaginário generalizante (memória nacional) que pode trazer graves consequências aos agentes envolvidos. Portanto, tomar certos textos como documentos é já alinhar-se a uma interpretação dada da história, permitindo o silenciamento de determinados sujeitos em detrimento a outros.²¹⁵

Para Orlandi, que estuda as dimensões históricas do apagamento do indígena na sociedade brasileira, é necessário entender alguns deslocamentos teóricos para compreender o funcionamento dos discursos, entre eles: “o lugar de argumentação, de enunciação, de constituição de identidade, relação de sentidos, etc”²¹⁶. A autora reitera também que, os textos, compreendidos na constituição dos sentidos, atuam não somente como produtos da época, mas, principalmente, como “práticas constitutivas da cultura da época e do que hoje chamamos de ‘memória nacional’.”²¹⁷

É possível inferir que, essencialmente, foi este tipo de imaginário generalizante que tramitou em grande parte das correspondências e relatórios sobre os *Kaingang*. Noções como a de índios ferozes, incivilizáveis e inúteis, contrastam com a dos imigrantes, entendidos como pacíficos e trabalhadores. Neste sentido, um dos pontos fundamentais da análise de discurso, diz respeito à noção de ideologia. A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para

²¹⁴ ORLANDI, Eni. **Terra a vista - Discurso do Confronto**: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1990. p. 74.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid. p. 124.

²¹⁷ Ibid.

constituição dos sujeitos e dos sentidos.²¹⁸ A ideia de um índio pérfido e violento povoou sobremaneira o imaginário da população “civilizada” habitante nas áreas de colonização e inclusive, dos que estavam longe, nas cidades e vilas distantes, pois estes também eram informados sobre as ações dos “bugres”. Tais formações discursivas contribuíram para a intensificação dos planos de assimilação dos povos indígenas da província.

3.1. Os discursos do governo provincial

Ao nos referirmos aos discursos do governo provincial, esclarecemos que estão neles incluídos os ofícios e relatórios dos seus agentes estabelecidos nos distritos, vilas e aldeias indígenas. Estes agentes ocupam diversos cargos públicos, atuando como diretores de aldeamento, subdelegados, militares, agrimensores, entre outros. São exatamente estas pessoas que levam às autoridades da capital, informações sobre os eventos envolvendo os indígenas nas colônias e nos aldeamentos. Cabe lembrar que estes discursos desenvolvem sentidos na direção do colonizador para o colonizado, onde, acima de tudo, “não é o de fora que é o inimigo, ele não é um invasor, é um descobridor”²¹⁹. Este aspecto tende a destituir das ações indígenas o caráter de resistência, instituindo que o movimento de confronto com o colonizador é apenas uma comprovação de sua barbárie.

Dessa maneira, começamos nossa análise por um trecho do ofício citado anteriormente, escrito pelo subdelegado de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis e endereçado ao Diretor Geral dos Índios, o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves. Descrevendo seus esforços e de seus subordinados na tarefa de atrair os *Kaingang* para o aldeamento, Reis relata que seus homens muitas vezes sacrificavam suas vidas para encaminhar as “hordas” de índios aos aldeamentos e à catequese. Apesar disso, orgulha-se em poder levar segurança às populações da Freguesia de Passo Fundo e região, constantemente ameaçadas pelas incursões dos indígenas. Para o subdelegado, é fundamental garantir “a tranquilidade dos habitantes do mesmo, ao

²¹⁸ ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 46.

²¹⁹ ORLANDI, op.cit. 1990. p. 238.

passo que submetem-se aquelles entes errantes ao circulo social dos Humanos”.²²⁰

Chamamos a atenção para este último pormenor, quando Reis nega aos indígenas a condição de humanos. Podemos considerar este argumento sob três aspectos: 1º - pode ter havido uma exacerbação do referido subdelegado, em uma tentativa de impressionar as autoridades sobre o grau de dificuldade do seu trabalho; 2º - há uma “ignorância terminológica” na construção da frase que o fez construir um sentido involuntário na mesma e 3º - quiçá a mais plausível, pode ter decorrido da influência do contexto sócio-histórico do autor.

A negação da condição humana dos indígenas foi bastante corriqueira no séc. XVI, quando os missionários demonstravam perplexidade devido à “incapacidade” dos nativos em manter os ensinamentos, após aparentemente tê-los aceitado plenamente. Se pensarmos que para o século XIX esta percepção já estava superada, graças aos ideais iluministas e humanistas, acabaremos desprezando os mecanismos de manutenção dos fenômenos coletivos que se perpetuam através da transmissão ou imposição das ideologias. Não temos informações mais concretas sobre Reis, mas, podemos inferir certa influência cotidiana do que ele ouvia ou lia a respeito dos indígenas. Nesta ótica, José D’Assunção Barros é muito claro quando explica que:

Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indeléveis,

²²⁰ OFÍCIO, op. cit. 1848.

mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos.²²¹

Refletindo sobre a sociedade do período, imaginamos que sua concepção não deveria diferir muito do que pensava o subdelegado Reis. As investidas dos *Kaingang* contra os moradores da região, as quais muitas vezes culminavam em mortes e sequestros de pessoas, contribuíam para a ratificação do status animalesco dos indígenas. Além disso, os *Kaingang* sempre foram vistos como um obstáculo ao avanço da colonização, sua saída destas terras tornava-se imperiosa para o sucesso do empreendimento, não interessando de que forma seriam tirados daquele território. A população geralmente apoiava as ações repressivas do governo, pois o afastamento dos indígenas de seu território representava novos lotes para colonizar. Neste ínterim, além do discurso da ferocidade dos indígenas, percebe-se nos relatórios e ofícios governamentais, a representação do colono como o único capaz de render bons frutos para o progresso da província, através do seu trabalho. Tais discursos tendem a acentuar a inutilidade dos nativos para o desenvolvimento das regiões que estavam sendo colonizadas.

Referências sobre o caráter dos *Kaingang* eram bastante reiteradas entre as autoridades provinciais, sobretudo quando os indígenas impunham resistência ao trabalho ou aos preceitos morais e valores impostos pelos diretores. O Brigadeiro Andrade Neves, figura de grande destaque nas diversas revoluções que participou²²², atuava em tempos de paz como Diretor Geral dos Índios da província. Era responsável pela organização e manutenção dos aldeamentos, os quais buscava dirigir com os mesmos princípios militares que comandava suas tropas. Tinha princípios bem definidos e não tolerava nenhum tipo de insubordinação de seus soldados, obviamente, não toleraria “abusos de índios aldeados”. O seu zelo militar pode ser verificado também em suas

²²¹ BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. **SAECULUM – Revista de História** [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005, p. 133. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum12.a. Acesso em 12/03/2009.

²²² José Joaquim de Andrade Neves foi combatente legalista na Revolução Farroupilha, onde alcançou o título de tenente coronel. Atuou também na Guerra contra Rosas em 1851 e na Guerra do Paraguai, onde obteve inúmeras vitórias sobre o exército de Solano Lopez. Morreu em 1869 em decorrência de ferimentos sofridos na batalha de Potrero Marmoré. Maiores detalhes em: FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. 4a edição, Porto Alegre : Editora da Universidade UFRGS, 2006.

atitudes como diretor geral, conforme destacamos no trecho abaixo, quando se refere ao pouco ânimo dos índios pelo trabalho.

Desde que o governo tem tratado de tira-los das selvas para os civilizar, as experiências dos séculos tem mostrado que esta gente para se obter delles alguma cousa he preciso conserva-los como em tutella, pelo seu genio indolente e selvagem, habito adquirido desde sua infância, por isso convem ter hua força própria para os oprimir em seus excessos quando queirão por em pratica.²²³

Com longa experiência militar, Andrade Neves já previa tais dificuldades e o seu discurso revela muito bem qual o “remédio” para a indolência dos indígenas. Apesar disso, mesmo com seu prestígio, nem sempre teve atendidas suas reivindicações pelo governo provincial. O pedido de uma força militar para o aldeamento da Guarita, feito pelo diretor em 1849, parece não ter sido atendido, pois, em dezembro de 1850 o mesmo Andrade Neves remete ofício para o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, onde reclama das condições do aldeamento e as medidas necessárias para seu melhoramento: “V. Ex^a verá a necessidade que há de conservar-se ali uma força para conter os índios [...] Por já haver estado n’aquelle lugar conheço essa necessidade e julgo que será de promptamente saptisfeito este pedido...”²²⁴.

Lembramos que as exigências por forças policiais nos aldeamentos foram temas constantemente presentes nos ofícios e correspondências dos diretores e missionários enviados aos presidentes da província, desde o início do projeto de aldeamentos. Em Nonoai, inclusive, já atuavam as Companhias de Pedestres, formadas em grande parte por praças da Guarda Nacional. Sua atuação não gerava os resultados esperados, pois os indígenas continuavam com seus atos de rebeldia tanto na aldeia, quanto em seus arredores.

²²³ OFICIO 21/12/1849. **Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D’Andrea**. Rio Pardo, 1849. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. . (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 10 desta dissertação, p. 197).

²²⁴ OFICIO 07/12/1850. **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d’Oliveira**. Porto Alegre, 1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. . (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 11 desta dissertação, p. 198).

Na Guarita, o pedido de implantação de uma força policial só foi atendido em 1851, isto porque, cansado da situação corrente, o diretor José Joaquim de Oliveira pede demissão do cargo, reclamando que “hua vez que o aldeamento não pode prosperar sem haver força ali, além disso he hua falta de caridade o deixar-se tantas famílias deste Districto expostas ao bordão dos Selvagens, porque athe agora elles não conhecem quem lhes possa impor respeito e temor...”²²⁵ Com a promessa do governo de instalação da Companhia de Pedestres naquele local, Oliveira acaba retornando ao cargo de diretor da Guarita, porém, mediante a condição de que fossem empregados os Pedestres em caráter de urgência. Satisfeito com as medidas acatadas pelo governo provincial, Oliveira esclarece que “com as 50 praças em Nonohay, e as 30 aqui, terei de ver em pouco tempo prosperar os aldeamentos, e acabarem-se as correrias, e hostilidades, empregando-se os selvagens em serviços úteis para delle tirarem o sustento, e vistuario.”²²⁶

Apesar de cumprir com o prometido, o governo provincial não concatenava completamente com a ideia; primeiro, devido aos gastos com pessoal, que já estavam muito mais altos que o programado para os aldeamentos e, segundo, porque o governo tinha em vista que a consolidação da civilização e catequese dos *Kaingang*, era o maior objetivo dos aldeamentos, por isso, as autoridades julgavam que a presença de forças policiais nos mesmos, não constituiria vantagens significativas, acarretando apenas mais represálias da parte dos indígenas que resistiam em aldear-se.

Os relatórios dos governantes mostram que suas preocupações procediam. A implantação das forças policiais nos aldeamentos mostrou-se infrutífera, pois as mesmas não conseguiam intimidar as insurreições dos indígenas, que abandonavam os aldeamentos e os trabalhos quando lhes aprouvesse. O descompasso das iniciativas fez com que a posição de autoridades como o vice-presidente da província Patricio Corrêa da Câmara e o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, agissem de formas extremas e distintas para com os indígenas. O primeiro, ao analisar os hábitos e o modo de viver dos *Kaingang*,

²²⁵ OFÍCIO 28/09/1850. **Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves**. Guarita, 1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. . (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 12 desta dissertação, p. 199).

²²⁶ OFÍCIO 11/03/1851. **Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves**. Guarita, 1851. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3. . (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 13 desta dissertação, p. 200).

conclui que os maus resultados da tentativa de civilizá-los, advêm do seu estilo de vida “ociosa e aventureira dos bosques”.²²⁷ Para que os mesmos aceitem e se sujeitem aos trabalhos regulares e constantes da “sociedade civilizada”, sugere que se tenha paciência, pois:

A história mostra que os povos caçadores são os últimos, entre os quaes tem a civilização estabelecido o seu império, e esta tem sido expontanea, lenta e gradual, e não devida aos esforços de Nações estranhas. É minha opinião pois que não nos empenhemos em obter por nós aquillo, que depende de outros, e do tempo. Deixem-se os Indios entregues a si, sejam tratados com bondade, mas não se fação despezas quando não se pode ser generoso, para lhes levar as luzes, e os benefícios de uma civilização, que elles jamais aceitarão, quando a nossa população augmentar, e os indios circunscriptos a pequeno espaço sejam extinctos os recursos da caça, e com gostos novos e novas necessidades não tenham meios de as satisfazer, então a civilização virá por si entre elles, e será vivificante, e duradoura.²²⁸

O tempo, na ótica de Corrêa da Câmara, se encarregaria de levar aos *Kaingang* a transformação que os aldeamentos não conseguiam, nem com o trabalho, nem com a religião. A aspiração do vice-presidente da província, descrita em seu relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, apresenta uma visão antagônica aos objetivos das companhias colonizadoras, que tinham pressa em liberar as áreas para ocupação dos imigrantes europeus, e contrária também à perspectiva do próprio presidente Pedro Ferreira de Oliveira, para quem não havia esperanças de se conseguir benefícios com a civilização dos índios.

Infelizmente não possuímos maiores informações sobre a trajetória ou o tipo de instrução que teve Corrêa da Câmara, o que nos auxiliaria a analisar suas influências políticas e ideológicas. O que podemos perceber, em um primeiro momento, é que suas ideias contrastam com os registros até então identificados nas falas e relatórios

²²⁷ RELATÓRIO 02-10-1851. op. cit. p. 11.

²²⁸ Idem.

dos outros presidentes provinciais. Contudo, levando em consideração que existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, que contornam silêncios e falseamentos voluntariamente presentes nos textos²²⁹, podemos inferir que é possível que seu texto tenha sido construído exclusivamente para depreciar a atuação missionária dos jesuítas, como já discutimos anteriormente, em referência do mesmo vice-presidente.

Conforme mencionamos, quando confrontamos a mensagem presente nos textos de Corrêa da Câmara e Ferreira de Oliveira, percebemos um descompasso em suas ideias sobre o que fazer com os indígenas. Vejamos o que consta no relatório deste presidente sobre os *Kaingang*:

É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos os seus caprichos. Tem-se despendido com elles grandes sommas, tem-se lutado com grandes difficuldades para aldeal-os e trazel-os ao gremio da civilisação, mas por ora não tem sido possível colher resultados vantajosos e menos ainda nutrir fundadas esperanças de um futuro melhor. De ordinário indolentes, não cuidão de trabalhar, nem reconhecem o beneficio que recebem por se os conservar abrigados das intemperies do tempo e das estações, de alimentar-os melhor de que o são nas matas, e tirando-os da vida nomade e selvagem em que vivem para fazel-os compenetrarem-se dos úteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilisação. Nada disso reconhecem, e não só reproduzem suas impertinentes exigências, como também as vezes prorompem em violencias funestas e que me obrigarão, assim como meus antecessores, a conservar alternativamente destacamentos de Polícia ou da Guarda Nacional em alguns desses aldeamentos para impedirem a repetição de scenas tão desagradáveis. Estas e outras considerações tem-me firmado na Idea de que o mais conveniente espediente a tomar-se é mandal-os

²²⁹ BARROS, op. cit. 2005, p. 130.

tirar d'esses pontos em que se achão, e empregal-os convenientemete nos Arsenaes, na Marinha, ou em outras quasquer Estações publicas em que possam ser aproveitados os seus serviços.²³⁰

Diferentemente de Corrêa da Câmara, Ferreira de Oliveira pretendia aproveitar os contingentes de indígenas, irredutíveis ao “sedentarismo” dos aldeamentos. Sendo um militar de carreira e com uma guerra prestes a explodir na região do Prata²³¹, o presidente não vê melhor opção para a questão dos indígenas, do que mandá-los para sentar praça como milicianos ou marinheiros. Percebe-se no discurso do presidente, que através de uma simples resolução, ele pretende resolver dois problemas de uma só vez. Por um lado, retiraria dos aldeamentos os índios homens, que mais impunham dificuldades para o trabalho dos diretores e missionários. Por outro lado, engrossaria as tropas que lutariam contra Rosas e Oribe, ainda que provavelmente os indígenas, assim como os negros, serviriam como “buchas de canhão” nas frentes de batalha.

Procurando maiores informações sobre a arregimentação de indígenas no Exército e na Guarda Nacional, encontramos apenas dois documentos que fazem referência ao projeto. Como primeiro referencial, destacamos a correspondência do Diretor Geral Andrade Neves ao presidente da província, onde denuncia a atitude de alguns moradores da região de Nonoai, que, interessados em se apossar dos bons campos do aldeamento “tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha.”²³² Para acabar com as aspirações dos moradores, Andrade Neves solicita ao presidente que tome medidas urgentes, sugerindo inclusive “ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrijão aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios.”²³³

²³⁰ RELATÓRIO 30-06-1851. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

²³¹ Campanha contra Oribe e Rosas.

²³² OFICIO 26-02-1851 – **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira.** Rio Pardo, 1851. AHRs. Maço 3.

²³³ Ibid.

Como segunda referência, temos o relatório do Diretor Geral Interino dos Índios da Província,²³⁴ no qual o mesmo se refere à organização de batalhões “voluntários” de índios, que aderiram à causa do Império, ao ponto que:

...já tomão os nossos inimigos como seus, e os dezeção aniquilar, tanto que os dous chefes da Guarita que forão a essa Corte com mais quarenta e dous se apresentarão e marcharão a reunir-se ao exercito, mais quando deserão a serra já o nosso estava no Estado Oriental, pelo que tiverão de voltar desgostozos por não terem parte nos feitos da Campanha, o mesmo aconteceo com os de Nonohay e Campo do Meio que apresentarão-se em número de duzentos, porém tiverão que esperar a ordem de marchar, o que não se efectuou pelo mesmo motivo.²³⁵

Pelo conteúdo dos documentos, é possível perceber certa ambiguidade nas informações. Enquanto o primeiro excerto demonstra a falta de tranquilidade dos indígenas, com respeito ao engajamento, seja na Guarda Nacional ou no Exército Imperial, o segundo aponta uma satisfação e “orgulho patriótico” dos chefes indígenas que reuniram seus homens para a luta. Como encontramos apenas estas duas referências sobre o envolvimento dos *Kaingang* nos conflitos militares no Rio Grande do Sul, consideramos prematuro tecer maiores comentários a respeito do processo. A participação de indígenas nas ações militares no sul do Brasil ainda é um tema obscuro, que necessita de estudos mais consistentes, que venham divulgar seu papel enquanto forças atuantes nas guerras do período imperial.

Com o passar dos anos e o fim dos conflitos externos nos quais acabou sendo envolvida a província, a questão indígena passa a ser um assunto mais destacado nos relatórios dos presidentes, enfocada principalmente quando ocorriam assaltos ou distúrbios envolvendo os indígenas. Justamente por isso, o governo vê a necessidade de

²³⁴ Como este documento não se encontra assinado, não foi possível identificar o nome de seu autor. Consta apenas que o mesmo substitui o Diretor Geral Andrade Neves, que participa da Campanha no Prata.

²³⁵ RELATÓRIO 29-12-1851 – **Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província ao Ministro do Império**. Rio Pardo, 1851. p. 4.

intensificar a construção de novos locais para o confinamento dos indígenas que ainda “erravam” pelas matas da província.

Em 1853, o presidente Cansansão de Sinimbu ordena que seja construído um novo aldeamento para os *Kaingang* na região de Vacaria, solicitando que o mesmo fosse instalado “sobre terreno Nacional, e nunca em propriedades particulares, tendo em atenção a qualidade das terras para produção dos gêneros do lugar, e especialmente os que servem de alimentação como milho, feijão e batatas...”²³⁶

Pelo que indicam os diretores, os aldeamentos já existentes encontravam-se em péssimo estado no ano de 1853. Os motivos para que não houvesse progresso nos aldeamentos de Nonoai e Guarita, apesar dos esforços para que isso acontecesse, são enumerados no relatório apresentado pelo presidente Sinimbu à Assembleia Legislativa daquele ano. De acordo com o presidente, as três principais causas do repúdio dos índios aos aldeamentos seriam: “a falta de residência permanente do diretor no aldeamento, a conservação das influências parciais dos diversos caciques, e as intrigas adrede espalhadas entre os indígenas por alguns posseiros com o fim de se apoderarem daquelles belíssimos campos...”²³⁷

Vamos considerar o malogro dos aldeamentos através destes três apontamentos citados pelo presidente Sinimbu. Primeiramente, a não permanência de diretores nos aldeamentos, deveu-se, em parte, pela falta de pagamento de ordenados para os mesmos. Evidenciamos este fato nas frequentes reclamações por pagamento de soldos atrasados por parte dos diretores,. Por outro lado, como já referimos anteriormente, as exigências dos diretores para que se mantivessem praças nos aldeamentos, pode ser um indicativo de que não vislumbravam segurança suficiente para permanecerem nos mesmos, salvo exceções.²³⁸

²³⁶ OFÍCIO 19-03-1853. **Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa**. Porto Alegre, 1853. AHRS. Maio 3.

²³⁷ RELATÓRIO 06-10-1853. op. ci., p. 26.

²³⁸ A exceção de que falamos diz respeito ao Diretor José Joaquim de Oliveira. Pelo que percebemos, o diretor mantinha um bom relacionamento com os *Kaingang* da Guarita, que lhe demonstravam respeito e dedicação nos trabalhos. Por isso, quando este pediu sua demissão, em 1850, Andrade Neves escreve ao presidente da província afirmando que “este homem faz muita falta ali, porque foi quem organizou o dito Aldeamento, e que muitos sacrifícios fez em prol do mesmo, por isso talvez V. Ex^a. officiando-lhe e mandando-lhe passar Diploma de Director, elle continue, que eu de muito

Refletindo sobre as dificuldades de encontrar quem se encarregue dos aldeamentos para levar as “vantagens civilizatórias” aos indígenas, o presidente desabafa, mencionando que: “infelizmente forão-se esses tempos em que o christão, contando os degraos da salvação pelo numero de almas que convertia a fé da Cruz, exilava-se da sociedade para entregar-se no deserto à conversão dos indígenas”.²³⁹ É possível perceber também, na fala do presidente Sinimbu, a relação do mau andamento dos aldeamentos com a retirada dos Missionários jesuítas, os quais em 1852 deixam de comandá-los, por decisão da Assembleia Legislativa. Sobre este caso, discorreremos mais adiante.

Com relação à manutenção das influências dos caciques, vimos que a lógica do governo não previa distinção entre os grupos instalados nos aldeamentos. Por isso, em 1853 estavam instalados em Nonoai um total de 340 indígenas, comandados por cinco diferentes caciques: *Nonohay* com 170, *Pedro Nicofé* com 70, *Voton* com 25, *Nicafim* com 50 e *Francisco* com 25.²⁴⁰ As rivalidades históricas entre os grupos foi ignorada (talvez propositalmente), ocasionando muitas revoltas internas, o que culminou na retirada de alguns destes líderes para as matas, onde, por conseguinte, voltavam a cometer atos hostis contra os colonizadores.

O presidente Sinimbu, ao referir-se aos posseiros e às intrigas por eles espalhadas entre os indígenas, o fez porque muitas das evasões foram motivadas também por estes agentes externos. Muitos deles, por interesse pessoal, mantinham contato pacífico dissimulado com os *Kaingang*, empregando alguns em suas propriedades e mantendo relações de escambo de produtos e ferramentas por algum trabalho dos indígenas. Naturalmente, alguns indivíduos se aproximavam dos indígenas para enganá-los e tomar as terras em que estavam instalados. Nesse período, eram já frequentes as invasões das áreas indígenas delimitadas, o que causava grande preocupação entre as autoridades provinciais, que viam nestas atitudes um grave entrave aos objetivos do

pronto insistirei para que elle continue, porque não vejo quem o substiua e os índios já estão acostumados com elle e a quem obedecem.” OFÍCIO 16-03-1850. **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno**. Rio Pardo, 1850. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 14 desta dissertação, p. 201).

²³⁹ RELATÓRIO 06-10-1853, op. cit. p. 26.

²⁴⁰ *Ibid.*

projeto, tanto que medidas extremas eram decretadas pelo presidente Sinimbu:

...esses limites do aldeamento farei respeitar contra a invasão dos intrusos, que são os maiores adversários dos estabelecimentos [...] lhes fazem mais cruenta opposição, seduzindo os Indios, para se não reunirem, fazendo-os suspeitar mal do zelo que dispensamos em proporcionar-lhes os commodos e vantagens da vida civilisada.²⁴¹

Além de serem induzidos a acreditar nas más intenções do governo, muitos indígenas acabavam sendo contratados pelos fazendeiros da região para atacar seus “desafetos”, como já destacamos anteriormente. Por esse motivo, o diretor Oliveira vai pedir que se combatam estas situações, sob “pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Indios em seos campos, ou Mattos serem processados pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código.”²⁴² Quanto aos indígenas que insistiam em perambular pelas matas, revela ao diretor geral que, tendo “procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Indios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte.”²⁴³

Nestes três obstáculos para a manutenção dos *Kaingang* nos aldeamentos, observamos que as estratégias definidas para “convencimento” dos indígenas resistentes, são colocadas de forma impositiva e enérgica, como fica claro no discurso de Oliveira. Não há espaço nesta relação para pensar em como as mudanças perpetradas pelas novas concepções de habitação, alimentação e modo de viver, influenciariam na atitude dos indígenas. Entendemos esta atitude das autoridades, como uma forma de imposição e manutenção de poder, as quais tendem sempre a gerar conflitos pela constante tentativa de infligir novos valores à sociedade *Kaingang*.

²⁴¹ RELATÓRIO 2-10-1854. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854. p. 31

²⁴² OFÍCIO 31-12-1854. **Offício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Indios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1854. AHRS. Maço 3. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 15 desta dissertação, p. 202).

²⁴³ *Ibid.*

A partir do momento em que há uma rejeição explícita dos *Kaingang* à assimilação das ideias e valores do grupo dominante, são geradas turbulências sociais, que tendem a se agravar caso não se tomem medidas enérgicas por parte de quem deseja manter o controle das ações. É fundamentalmente isso que ilustra James Scott, quando se refere à resistência de segmentos dominados das sociedades ao discurso político que tenta incutir sua vontade de poder. De acordo com Scott:

Las relaciones de poder son, también, relaciones de resistencia. Una vez establecida, la dominación no persiste por su propia inercia. Su ejercicio produce fricciones en la medida en que recurre al uso del poder para extraerles trabajo, bienes, servicios e impuestos a los dominados em contra de su voluntad. Sostener-la, pues, requiere de constantes esfuerzos de consolidación, perpetuacion y adaptación.²⁴⁴

Grande parte das fontes documentais analisadas demonstra aspectos da relação impositiva de indivíduo dominante para indivíduo dominado, onde os discursos da catequese e da civilização (colocados como item de destaque na maior parte dos relatórios dos presidentes) eram aplicados para justificar os meios empreendidos na tentativa de controlar e manter os indígenas sob uma tutela auto-sustentável nos aldeamentos. Apesar deste aspecto, não consideramos os *Kaingang* como elementos passivos, dominados e reduzidos a uma condição social inativa, “onde todo o peso do poder recaía sempre na sociedade brasileira, tornando-os meros apêndices sem vontade de uma sociedade vista como superpoderosa”²⁴⁵. Destacamos esta relação, por percebermos que, predominantemente, os discursos sobre os indígenas no século XIX giravam em torno da selvageria e da barbárie. Isto se deve em grande parte à resistência imposta à expropriação territorial, entendida como o grande obstáculo aos objetivos modernizadores representados pela colonização europeia. Era necessário apagar o passado selvagem e retrógrado que representava o índio, dando lugar ao progresso que a

²⁴⁴ SCOTT, op.cit., p. 71.

²⁴⁵ DAMATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 203.

empreitada colonial poderia proporcionar. Para que este processo fosse possível, o fim acabava justificando os meios.

Lembramos nesse momento, que a perspectiva etnocêntrica não foi prerrogativa apenas dos discursos das autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na década de cinquenta do século XIX, Santa Catarina desenvolvia um projeto de imigração e colonização semelhante ao do Rio Grande do Sul, principalmente no Vale do Itajaí²⁴⁶, território que, no momento da chegada dos imigrantes, servia de habitat para os índios *Botocudo* (*Xokleng*). Luisa Wittmann, analisando as falas e relatórios dos presidentes desta província, destaca que, nos discursos oficiais:

A violência contra os índios estava na base do impulso do povoamento e do desenvolvimento da colonização, que serviria como forma de organização do espaço florestal e de controle dos seus habitantes. [...] A solução da questão indígena seria alcançada através da modernização. A transformação dos índios viria quando a selva se tornasse morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde permitiriam a subjugação dos “selvagens”.²⁴⁷

Tanto nos discursos das autoridades da província de Santa Catarina, quanto nos da província do Rio Grande do Sul, as mensagens enfatizam quais os meios mais eficazes para agir com relação aos “bugres”. Em grande parte das correspondências e relatórios dos presidentes e outras autoridades, ficam claras as intenções de livrar a terra dos “males” da incivilidade dos indígenas. Contudo, nem todos os discursos são favoráveis às medidas extremas adotadas por agentes de repressão que se empenhavam perseguição e extermínio dos *Kaingang*²⁴⁸. Aspectos sutis, tais como subjugar pela imposição cultural,

²⁴⁶ Maiores referências em: BRANCHER, Ana (org) **História de Santa Catarina**: Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.; NAMEN, Alexandro Machado. **Botocudo**: uma história do contato. Florianópolis: Editora da UFSC: Editora FURB, 1994.

²⁴⁷ WITTMANN, op. cit., p. 46.

²⁴⁸ Entenda-se aqui a atitude dos subdelegados distritais, que organizavam as tropas de pedestres ou os bugreiros para perseguir os índios quando recebiam denúncias dos ataques às residências dos fazendeiros ou colonos.

extinguir seus recursos naturais, empregá-los em benefício da província (nos ervais, forças armadas, agricultura), desalojá-los das matas para a instrução moral e religiosa nos aldeamentos, estão entre as alternativas, vistas por alguns governantes, como a melhor forma de atingir o sucesso e “converter em amigos, e membros úteis da sociedade os mais formidáveis inimigos de nossas populações centreas.”²⁴⁹

A fala acima mencionada, proferida por um Juiz de Direito²⁵⁰ que exerce a vice-presidência da província, apesar de considerar como inimigas as populações indígenas que ameaçam a segurança da população das colônias, pretende demonstrar que há possibilidades de integrar os mesmos ao Estado nacional, sem a necessidade de utilizar as tradicionais agressões e perseguições, que tornam improficuas as tentativas de transformar em cidadãos aqueles “selvagens”²⁵¹. Pelo menos, parece ser esta a compreensão de Oliveira Bello, quando afirma que:

O systema da força, e o da persuasão empregados separadamente para tirar das mattas os nossos indígenas, tem sido ambos improficuos. Até aqui nos temos limitado – 1º - a attrahir os Indios por meio de algumas roupas, e ferramentas distribuídas nas Aldeas de Nonohay, e Guarita, e a conserval-os ali pelos esforços dos Padres Jesuítas: de catechisação propriamente dita pouco se tem feito, sem dúvida porque aquelles Padres ignorão a língua, em que devirião dirigir aos Indios as palavras de conversão: - 2º - a bater os Indios, perseguil-os, e matal-os, quando elles tem feito alguma aggressão; e a collocar guardas por algum tempo nos lugares por onde elles tem aggredido. Pela simples enunciação se vê que estes dous systemas são incompletos; e a experiência os tem condemnado. Os Indios recebem as roupas, e ferramentas e voltão as mattas; batidos, e perseguidos depois da aggressão, reapparecem

²⁴⁹ RELATÓRIO 01-10-1852, op cit., p. 15.

²⁵⁰ Luiz Alves Leite de Oliveira Bello é nomeado juiz de direito da 1ª vara criminal de Porto Alegre em 1846, onde se aposentou em 1858, como desembargador. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul em duas ocasiões, de 15 de outubro de 1851 a 2 de dezembro de 1852 e de 1 de julho a 17 de setembro de 1855. Ver: FRANCO, op. cit. 2006.

²⁵¹ RELATÓRIO 01-10-1852. op. cit., p. 15.

mais hostis em outros lugares, não sendo possível collocar guardas em todos aquelles, por onde elles fazem os seus assaltos.²⁵²

Não nos enganemos, porém, com o aparente espírito altruísta de Oliveira Bello, pois no mesmo relatório, o mesmo sugere medidas que pouco diferem das que, até então, estavam sendo executadas pelas autoridades policiais da província. Em uma explanação contraditória ao discurso acima apresentado, Oliveira Bello dá a “receita” para solucionar o problema com os índios:

Se algumas partidas de homens armados percorrerem por alguns mezes as mattas, abrindo trilhos e desalojando os Índios, sem todavia fazer-lhes, senão o mal necessário para a defeza, e conduzirem para as Aldêas os que puderem apprehender, ou reduzir; e, por outro lado, se nas Aldêas forem os Índios muito bem tratados, e se lhes distribuirem roupas, ferramentas e alimentos, dando-se-lhes além disto a conveniente educação por meio de Padres, que á isso se dediquem com boa vontade e esmero; é provável, Srs. Que afugentados das visinhanças dos nossos povoados, urgidos pela falta da caça, da pesca e da fructa, de que ahi se alimentavão, e, ainda mais, receiosos de encontrar nossas partidas; e por outro lado attrahidos pelos bens de que gozão seos irmãos nas Aldêas, e de que elles também poderão gozar; nestas circumstancias digo, é provável que os Índios se decidão ou a deixarem a vida errante, e a virem habitar nossas Aldêas ou a internarem-se nas mattas para allém do Uruguay, e Paraná, deixando-nos livres das suas incursões.²⁵³

Os métodos sugeridos por Oliveira Bello, apesar de não atribuir violência física diretamente, previa a eliminação lenta e gradual da influência dos *Kaingang* que ainda permaneciam hostis à ideia de se aldear. Far-se-ia todo o possível para que o mesmo fosse efetuado. Caso

²⁵² Ibid. p. 15.

²⁵³ Ibid. p. 16.

isso não ocorresse, a eliminação dar-se-ia pela expulsão do território, o que apenas remediava a situação. Esta relação pode ser observada a partir da ótica da violência simbólica, pois, seu objetivo é minar as forças dos indígenas, impondo vigilância e controle dos atos para que não se cometam delitos. Para Pierre Bourdieu, a violência simbólica é uma forma de dominação sutil, em que através de artifícios discursivos e sociais, impomos nosso modo de ver e agir. Essa relação opera de forma a eliminar as resistências ao fazer o outro aceitar naturalmente a imposição.²⁵⁴

Considerando em conjunto os discursos das autoridades provinciais, somos levados a concluir que a integração das populações indígenas ao Estado nacional, sempre esteve aquém de suas expectativas e, muitas vezes, completamente fora do controle. Ao mesmo tempo em que não conseguiam emplacar medidas para atrair os indígenas resistentes para os aldeamentos, não conseguiam controlar a situação dentro dos mesmos. Sob vários aspectos, os documentos apontam as contínuas maneiras com que os *Kaingang* desafiavam o poder governamental. A resistência acontecia de ambos os lados, (fora e dentro dos aldeamentos) o que causava muito desconforto pelo insucesso, tanto nos diretores quanto nos Missionários Jesuítas, que demonstraram em seus discursos, grande desalento e despreparo para lidar com a situação.

3.2. A atuação dos missionários Jesuítas

A atuação catequética dos missionários jesuítas frente às populações indígenas do Brasil sofreu um grande revés em meados do século XVIII. O Marquês de Pombal, ministro de D. José I, Rei de Portugal, estendeu suas reformas administrativas, econômicas e sociais para a colônia, visando obter maior eficiência na administração colonial. Uma das consequências das chamadas reformas pombalinas foi a classificação dos jesuítas como inimigos dos interesses da Coroa. Entre as principais acusações de Pombal, estaria a de que “os jesuítas constituíam um estado dentro do estado, ameaçando a própria segurança do Brasil”.²⁵⁵ Como consequência disso, os jesuítas acabaram sendo expulsos do Brasil em 1759.

²⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 2005. p. 3 2.

²⁵⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC-Seduc, LACED-Museu Nacional, 2006. p.80.

O ministro vai regulamentar então o funcionamento das missões para os indígenas, afastando os padres de sua administração e instaurando o chamado *Diretório dos Índios*²⁵⁶, órgão composto por homens de confiança do governo português. Os diretores passaram a gerir os antigos aldeamentos sob orientação leiga. As capelas tornaram-se paróquias, com vigários nomeados pelo rei; os indígenas deveriam deixar de ter “nomes bárbaros”, passando a ter nomes portugueses; as línguas nativas foram proibidas e a língua portuguesa tornou-se obrigatória. Os caciques viraram capitães e juizes, e as lideranças passaram a ser vereadores municipais. Todos os indígenas, a partir daquele momento, se tornariam cidadãos portugueses.²⁵⁷

Após a Independência, começa a se esboçar novamente uma abertura para as ordens religiosas, que voltam a dirigir alguns trabalhos de catequese e civilização dos indígenas brasileiros. Prova disso é que em 1840, o Regente Imperial Araújo Lima convida missionários capuchinhos a se instalar no Brasil, dando início a uma nova fase de trabalho missionário, desta vez, orientado por uma rígida legislação imperial, que vai culminar com o Decreto nº 426 de 24-07-1845, o qual estabeleceu o “Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios”, ou simplesmente *Regimento das Missões*, destinando os missionários à pregação religiosa junto à população nativa.²⁵⁸

Como já fizemos referência em item anterior, o *Regimento das Missões* atuou como um diferencial da atitude do Estado nacional com relação ao papel dos preceitos religiosos na integração dos indígenas. Primeiro, porque definia um tratamento mais brando com relação aos grupos indígenas, abolindo (ao menos em sua essência) as violências contra os mesmos. Em segundo lugar, porque previa a retomada das iniciativas missionárias de catequizar, objetivando oferecer aos indígenas os benefícios e virtudes da vida “civilizada”.

²⁵⁶ O *Diretório dos Índios* foi um instrumento de poder tutelar instituído em 1758, que previa ordenar os aspectos socioeconômico, cultural e político dos indígenas. Constituído por 95 artigos nos quais a Coroa portuguesa pretendia normatizar a vida dos indígenas nos espaços coloniais e a sua relação com os não indígenas. Para maiores informações, ver: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: Etnia, legislação e desigualdade na colônia. Tese (Doutorado em História). PPGH-UFF. Niterói, 2001.

²⁵⁷ PREZIA, Benedito, HOOMAERT, Eduardo. **Brasil Indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000. p. 35.

²⁵⁸ *Ibid.* pp. 80-81.

Conforme Leandro Rocha, o *Regimento das Missões* deixou transparecer uma estreita associação entre as ideias de civilização e de religião cristã. Isso porque ao mesmo tempo em que elabora as competências dos Missionários, elege também um Diretor Geral dos Índios para cada província e diretores específicos para cada um dos aldeamentos instalados. Em conjunto, missionários e diretores seriam responsáveis pela introdução dos indígenas no movimento geral de progresso e civilização.²⁵⁹

Com relação ao conteúdo dos 11 artigos que constam no Decreto nº 426, é possível perceber que, por trás das ações humanistas do Império, havia outros interesses menos nobres para com os indígenas. Um deles é concernente à sedentarização dos nativos. Esta medida intencionava retirar os indígenas das áreas de interesse e liberar as terras para a ocupação de nacionais. Por outro lado, com o pretexto de incentivar a civilização mediante os preceitos cristãos – orar e trabalhar – havia a intenção de transformar os indígenas em mão de obra produtiva, aproveitável na agricultura, pecuária ou manufaturas.

Para cumprir estes postulados, foi necessário criar uma hierarquia para o *Regimento*. Assim, a responsabilidade pela fiscalização dos aldeamentos das províncias ficava a encargo do Diretor Geral dos Índios, nomeado pelo Imperador. A este estão subordinados os Diretores de Aldeia, escolhidos pelos presidentes provinciais, que deviam zelar pela ordem e produtividade de cada aldeamento específico. Os missionários, por sua vez, eram subordinados ao Diretor de Aldeia, salvo nos casos em que o próprio missionário ocupasse o cargo de diretor.²⁶⁰ Como veremos, este foi o caso do aldeamento de Nonoai.

Tendo em vista essa nova ordem, os jesuítas retornam ao Brasil e reiniciam suas atividades missionárias junto às populações indígenas, principalmente nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Veremos, dessa forma, como se deu sua atuação entre os anos de 1848 e 1851 nos aldeamentos *Kaingang* da região norte e nordeste do Rio

²⁵⁹ ROCHA, Op. cit. p. 47.

²⁶⁰ DECRETO nº. 426 – 24-07-1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. In: CUNHA, M. C. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação - 1808-1889**. São Paulo : Edusp/CPI-SP, 1992. pp. 191-199.

Grande do Sul, área geográfica que inclui atualmente os municípios de Vacaria, Passo Fundo, Cruz Alta e Nonoai.²⁶¹

O missionário que primeiro se ofereceu a levar as luzes aos toldos indígenas, ainda antes do sistema tutelar previsto pelo Decreto nº 426, foi o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado, que em junho de 1845, escreve ao Presidente Caxias, revelando a realidade e as necessidades dos indígenas da província:

Sim, Exmo Sr., encarnando o deplorável estado desses meus patrícios, primeiros senhores deste, o mais ameno torrão (da) América, perseguidos a ponto de se encantonarem por esses apertados desertos, só tendo abrigo dessas escarpadas serras, sempre hostilizados, e hostilizando; parte das maneiras mais com que aliás nossos maiores os iludiram, quando aproveitando-se de sua boa fé, e ignorância começaram a assassiná-los, roubar seus filhos, e escravizá-los, fatos esses e outros que de alguma maneira não deixa de justificar, seus bárbaros feitos, porquanto se vêem as atrocidades, que para com eles praticam os civilizados quando atacam seus toldos. Ora, sendo o 1º toldo pouco distante desta praça, parece que nenhuma ocasião seria mais oportuna para a catequese, que por essa; e que o Governo com alguma despesa em ferramentas e fazendas grossas mandando fazer uma visita à primeira tribo por um eclesiástico acompanhado de uma força defesa, tendo por fim agrada-los etc.[...] omito de fazer reflexões, por não tomar o tempo de V. Ex^a. Entretanto eu ofereço a V. Ex^a. o empenho de minha mesquinha erudição por esta catequese, e mormente para imbuir nos rendimentos da Fé e mesmo para a visita.²⁶²

A carta do Padre Penteado parece ter surtido o efeito esperado no Presidente Caxias, pois, já em julho de 1845, este considera o pedido

²⁶¹ AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, p. 73-116, jan./abr. 1983. p. 85.

²⁶² CORRESPONDÊNCIA 17-06-1845. **O Imparcial**. 09-07-1845. n. 72. p.1. Porto Alegre. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

do Padre Penteado e o envia ao “socorro” dos índios. Em seu relatório de 1846, diz que foi informado de que “mais de 400 índios se apresentaram ao dito padre, e por ele lhes foram distribuídas roupas e fazendas comprados pelo zeloso sacerdote, além das que lhe mandei dar para esse fim.”²⁶³ Assim, tem início a nova empreitada da catequese jesuítica entre os indígenas do Rio Grande do Sul.

Segundo Oscar Beozzo, há uma grande diferença entre a atuação dos missionários do período colonial e os do século XIX. Segundo este autor:

...nos séculos XVI e XVII, o índio é antes de tudo o “gentio”, que se contrapõe a “cristão”, e o principal agente da empresa da “redução” do gentio à fé e à vassalagem do Rei é o missionário. Para o século XIX o índio é o “selvagem”, que se contrapõe ao “civilizado”, e por isso, ainda que o agente empregado possa ser o missionário, sua tarefa é mais civilizatória do que evangelizadora. Trata-se mais de integrar o índio à vida social pela instrução, tornando-o economicamente produtivo na lavoura, do que à vida da Igreja, pela catequese.²⁶⁴

No ano de 1847, ocorrem novos conflitos entre os indígenas e os colonos alemães que se instalavam ao longo do Rio Caí. O Presidente Manoel Antônio Galvão persistindo na tática de Caxias, pede auxílio aos jesuítas para atuarem nos aldeamentos recém criados naquela região, com fins de evitar os choques e facilitar o progresso da colônia. Para isso, prometeu ainda fixar uma residência para os padres em São Leopoldo.²⁶⁵ Devemos lembrar, entretanto, que a preferência de Manoel Galvão era por missionários capuchinhos. Entretanto, como não os conseguisse atrair, teve que lançar mão dos jesuítas.

A decisão de Galvão “caiu como uma luva” para os interesses do Superior da Missão Jesuítica em Montevidéu, o Padre Bernardo Parés, que via com bons olhos o trabalho com os índios no Brasil. Ele percebeu na possibilidade do trabalho entre os índios uma oportunidade de realizar um sonho antigo e, ao mesmo tempo, uma chance de

²⁶³ RELATÓRIO 01-03-1846. op. cit. p. 21.

²⁶⁴ BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983. p. 81.

²⁶⁵ AZEVEDO, op. cit. p. 94.

garantir, financeiramente, a situação daquela comunidade de jesuítas. Em correspondência ao Padre João Roothaan, o Padre Parés reitera que “no debemos perder esta ocasión de entrar a los indios.”²⁶⁶

O governo provincial demonstrava grande confiança no sucesso do trabalho jesuítico. Amostra disso, é que o Presidente Soares D’Andrea, sucessor de Manoel Galvão, não somente confirma a atuação dos jesuítas nas aldeias, como os autoriza a assumir a direção da Aldeia de Nonoai, cargo incumbido ao Padre Bernardo Parés. Como diretor, este missionário vai tirar suas conclusões iniciais acerca dos indígenas aldeados em Nonoai:

Quanto à religião eu julgo que eles não tem nenhuma, e que a vida do Ser Supremo é neles muito confusa e material. Porém, sabendo agradecer a eles e inspirar-lhes confiança me parecerão serem bastante fácil para que se possa lograr deles, que se deixem instruir nas verdades de nossa santa fé. Mas o mesmo que eu dizia antes, falando da sua natural indolência, se precisa também para isto de tempo e paciência ou se perderia tudo que se pretende ganhá-los de outro modo.²⁶⁷

A dificuldade dos missionários em perceber os costumes indígenas enquanto valores culturais, levou-os, assim como os outros segmentos da sociedade, a representar os nativos de forma deturpada, apoiados em descrições, julgamentos e avaliações superficiais. Esta relação não foi exclusiva dos missionários jesuítas para com os *Kaingang*. De forma geral, para efetivar a catequese, quase sempre são utilizados “adjetivos avaliativos-depreciativos, que enunciam um julgamento de valor e um engajamento emocional do locutor em relação ao ‘outro’ descrito. O indígena é representado sempre como uma inversão dos valores luso-brasileiros.”²⁶⁸

Analisando a fala do Padre Parés, assim como de outros missionários, sejam eles jesuítas, franciscanos ou capuchinhos, geralmente não se percebe um ponto de vista que os diferencie um do

²⁶⁶ Ibid. pp. 94-95.

²⁶⁷ OFÍCIO, 06-11-1848. Apud NONNENMACHER, op. cit. p. 44.

²⁶⁸ BRANDÃO, op. cit. p. 104.

outro. Na maior parte deles, o discurso da conversão apresenta-se pela oposição, pela incompatibilidade entre os valores indígenas e os valores europeus. A fala dos padres ou empresta religiosidade aos indígenas quando confirma a disposição religiosa dos submissos, ou a nega radicalmente: o indígena rebelde não tem religião, só superstições e feitiçarias.²⁶⁹

Pensando nestas dificuldades, os jesuítas elaboram estratégias visando facilitar seu trabalho. Dessa forma, reivindicam ao governo provincial a criação de escolas para as crianças indígenas. Acreditavam que ao aprender a ler e escrever, os indígenas se entregariam mais facilmente à cristianização. Ainda no ofício de novembro de 1848, enviado ao Presidente Soares D’Andrea, o Padre Parés vai sugerir que:

Seria conveniente para facilitar a catequese, que os padres missionários desde já, estabelecessem uma escola para ensinar a ler e escrever aos meninos, assim se acostumarão a estar separados dos mais velhos, e se pode lograr de fazê-los trabalhar separadamente. Como nesta separação pelo trabalho deverá haver dificuldades, é preciso proceder de modo que eles não entendam no princípio o que se pretende.²⁷⁰

A fala do Padre Parés aponta a característica principal deste momento missionário. A conjunção dos interesses de Igreja e Estado faz com que sejam empregadas técnicas para uma rápida e efetiva conversão dos povos indígenas. Na sua relação com a sociedade, os ideais religiosos configuram-se em representações de brancos para brancos, por conseguinte, uma Igreja caracteristicamente “europeizante”, que preconiza a rejeição dos valores culturais dos negros e indígenas em favor dos valores ocidentais.²⁷¹ Dessa forma, as técnicas para combater os costumes “selvagens” e impor a moral cristã e a língua do branco, foram por várias vezes baseadas no engodo e menosprezo pela cultura indígena.

²⁶⁹ APOLINÁRIO, Juciene R. **Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão** – Políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006. p. 243.

²⁷⁰ *Ibid.* p. 46.

²⁷¹ ROCHA, op. cit. p. 83.

Mas nem sempre os indígenas aceitaram submissamente a ideologia dos missionários. Muitos grupos perceberam na atuação dos religiosos, um estreito vínculo com a pressão dos “civilizados” sobre seu território e seus costumes. De ordinário, as missões atuaram como trampolim para a usurpação territorial, pois, ao permitir ou apoiar a concentração dos indígenas em aldeamentos, abriam caminho para as levadas de interessados nas áreas liberadas da influência indígena. Dessa forma, os incidentes foram frequentes e, quando ocorriam, a Igreja atribuía-os ao caráter rude dos índios, à sua “lógica primitiva” ou à sua “inata desconfiança.”²⁷² Os missionários, por sua vez, tomavam as atitudes hostis dos indígenas para fortalecer seu discurso sobre as dificuldades de sua missão, supervalorizando sua atuação e os seus sacrifícios.

No que concerne aos ensinamentos escolares, fica perceptível através da documentação, que normalmente havia um afastamento das crianças *Kaingang* das escolas. Certamente os métodos rígidos dos padres, combinados com o confinamento e castigos serviram para este afastamento. Com relação ao trabalho indígena, a orientação foi diferente, pois os padres cobravam pouca produção, estimulada por recompensas como roupas, ferramentas e alimentos. Em ofício ao Presidente Soares D’Andrea, o Padre Parés afirma que é assim que se acostumam a trabalhar nos ervais, pela facilidade que tem em subir nas árvores para desgallar a erva. O Padre afirma ainda que “poderia ser bom para acostuma-los ao trabalho [...] que não se abusasse da sua simplicidade antes que a vista de recompensa de seu trabalho fosse um estímulo que os tirasse da sua natural preguiça.”²⁷³

O Padre Parés foi o responsável por expandir a catequese para além do aldeamento de Nonoai. Como superior dos jesuítas, ele se tornou o porta-voz dos outros missionários, tendo em vista que a grande maioria dos ofícios e relatórios existentes sobre a catequese neste período é de sua autoria. Da mesma forma, foi de sua responsabilidade a distribuição dos outros padres missionários para vários aldeamentos da Província. Assim, em 1849, temos em Nonoai, além de Bernardo Parés, os padres Luís Santiago Vilarrubia e Juliano Solanellas; na Guarita atuam os padres Luis Cots e Inácio Gurri; e, no Pontão, os padres Cabeza e Pedro Saderra. Posteriormente, o Padre Parés se transfere para

²⁷² Ibid. p. 85.

²⁷³ OFÍCIO 06-11-1848, op. cit. p. 47.

outro aldeamento nos Campos de Erechim.²⁷⁴ Com exceção de Nonoai, as outras aldeias contam com diretores leigos, a serviço da província.

Neste aldeamento, o início da missão dos jesuítas parece ter sido bastante profícuo. Pelo menos é o que aponta o Diretor Geral José Joaquim de Andrade Neves ao presidente Soares D'Andrea em janeiro de 1849. De acordo com Andrade Neves, “em Nonohay os índios são trabalhadores, tem roças com plantações de milho e feijão, e criação de gado, cavallos, porcos e aves que particulares tem dado.”²⁷⁵ Apesar de algumas dificuldades iniciais, os missionários parecem ter atingido um bom desempenho nos anos de 1849 e 1850, pelo menos com relação à produção agrícola, conforme destaca Andrade Neves:

Na Guarita tem havido sempre Director, e bom Director, e os Padres não tem tido que attender n'outra cousa mais que a parte Religiosa e Moral, e fazer ver os índios as vantagens da Civilização e a utilidade do trabalho; como os padres morão no meio delles, tem sido fácil descobrir logo qualquer intriga que se tenha querido formar, não tem sido difícil de prevenir. Não acontesse o mesmo em Nonohay, desde que se demitto Joaquim da Silva Portella de Director, os padres tem sofrido esta falta; o Padre Bernardo Pares tem por diferentes vezes ver os inconvenientes de serem Directores os mesmos Missionários: assim hé que em Nonohay, os Padres Missionários forão os que dirigirão os Bugres nas grandes roças que fizerão em 1849, que derão milho e mantimentos em abundancia para todoo o anno de 1850...²⁷⁶

Apesar do progresso com relação à produção agrícola, os problemas para os jesuítas não tardaram a começar, particularmente em Nonoai. Ao deixar a direção do Aldeamento, Cipriano da Rocha Loures acaba se instalando em localidade próxima ao mesmo, o que lhe permitiu demarcar como propriedade sua, cerca de duas léguas das

²⁷⁴ AZEVEDO, op. cit. p. 103.

²⁷⁵ RELATÓRIO 01-01-1849. **Directoria Geral dos Aldeamentos ao Pres. Prov. Soares D'Andrea**. Rio Pardo 1º de Janeiro de 1849. Porto Alegre. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

²⁷⁶ RELATÓRIO S/D. **Cópia do Relatório Império apresentado pelo Director Geral dos Índios da Província de São Pedro ao Ministro do Império**. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

terras destinadas aos *Kaingang*. Este ato causou indignação, tanto nos padres quanto nos indígenas, que passaram a cobrar medidas do governo provincial para tirá-lo dali. O presidente Soares D'Andrea chegou a autorizar o Padre Parés a expulsar Rocha Loures daquela área, porém, como não contasse com nenhuma força militar naquela região, o mesmo não foi feito. Neste meio tempo, Soares D'Andrea é substituído na presidência da província por Pimenta Bueno, cujo interesse pela questão indígena era praticamente nulo. Dessa forma, Rocha Loures (além de outros proprietários nacionais) mantinham sua influência sobre as terras demarcadas e sobre alguns indígenas de Nonoai.²⁷⁷

Rocha Loures, certamente conhecedor das recomendações do Decreto nº 426, aproveitou-se da mudança de presidente para tentar legitimar sua propriedade. É provável que tenha se aproveitado das recomendações do §12 do Art. 1º que determina ao Diretor Geral examinar “quaes são as Aldeas que precisam de ser animadas com plantações em comum, e determinar a porção de terras, que deve ficar reservada para essas plantações, assim como a porção das que possam ser arrendadas [...] quando não possuem os Índios aproveita-las todas.”²⁷⁸ Julgando que a área ocupada por si correspondia a esta cláusula, não viu problemas em se beneficiar com a mesma. Geralmente, a usurpação territorial dos indígenas foi baseada em oportunismos, sendo algumas vezes por meios violentos, pois, a legislação imperial não deixava muito claras as especificidades relativas aos aldeamentos indígenas e não faltavam pessoas dispostas a burlá-la.

Segundo Moreira Neto, em decorrência desta especificidade, houve um rápido processo de transformação e descaracterização dos aldeamentos, que perdiam grande parte de suas áreas para o benefício das frentes de expansão. Muitos aldeamentos tiveram sua duração restrita a um ou dois anos, até sua total substituição por colonos nacionais ou estrangeiros, que forçam a transferência dos índios aldeados para áreas de menor interesse econômico.²⁷⁹ Muitas vezes, a aproximação com a sociedade não indígena envolvente também dificultou o trabalho dos missionários, pois os indígenas acabavam

²⁷⁷ AZEVEDO, op. cit. p. 103.

²⁷⁸ DECRETO nº. 426 – 24-07-1845. op. cit. p. 192.

²⁷⁹ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX**. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: FFLCH Rio Claro. 1971. p. 75.

atraídos pelos “presentes” oferecidos pelos colonos em troca de seus serviços.

Na concepção de Laroque, o discurso para a apropriação dos territórios indígenas por parte das elites políticas continuava seguindo a mesma lógica e estratégia do início do Império. Criavam-se leis impossíveis de serem obedecidas pelos nativos, e, frente a essa desobediência, legitimava-se o tratamento dado a eles e a tomada de suas terras.²⁸⁰ Entretanto, não foram apenas questões de ordem política ou de legislação que obstaculizaram a ação dos padres entre os *Kaingang*. Havia também as próprias dificuldades internas, como a falta de estrutura nos aldeamentos e o relacionamento conturbado com as lideranças indígenas que, aos poucos, minavam a devoção dos membros da Companhia de Jesus. A própria Companhia reconhece mais tarde que a catequese dos *Kaingang* foi uma das tarefas mais difíceis dos padres espanhóis em sua passagem pelo sul do Brasil.

Com relação aos problemas internos, considera-se como uma das principais dificuldades dos padres, os repetidos atritos dos indígenas resistentes ao aldeamento com os indígenas já aldeados. Os primeiros faziam repetidos ataques aos segundos que, na maior parte das vezes, eram seus rivais históricos. Muitos eram instigados também pela possibilidade de adquirir instrumentos de metal, tecidos e alimentos. Estes aspectos faziam com que os padres seguidamente pedissem auxílio às autoridades provinciais.

Entre as medidas solicitadas pelos padres para manter a ordem, estava a manutenção de uma Companhia de Pedestres nos aldeamentos provinciais, principalmente em Nonoai. Pedido comum, principalmente nas correspondências do Padre Parés aos presidentes da província. Em 1850 o missionário escreve ao Presidente Pimenta Bueno:

Outra hora, V. E. não erro eu de parecer que houvesse soldados nos aldeamentos; mas depois que vi as circunstancias particulares d'estes indígenas, julgei d'outro modo, e muito mais quando aos chefes principaes pedirem e exigirem uma força que os proteja, pois sabem por não remotas experiências que o Bugre selvagem é sempre inimigo dos Aldeados. A mais de que há ainda alguns dos mesmos aldeados que não é fácil

²⁸⁰ LAROQUE, op. cit. p. 37.

conter, sem huma força que imponha respeito. Hé por isso que eu decia outra vez que se não se manda uma força que mantenha a ordem e os proteja no Aldeamento, será logo preciso crear outra que os persiga nos Mattos. Muito temo que se portanto não se mandar ao Nonohay huma força de 30 ou 40 praças, se perca o pouco que com tantas despesas e trabalho se tinha adiantado; e isto mesmo annunciação os mais sagases e ladinos d'elles. [...]Ate agora elles tem respeitado o gado de criar e o pequeno deposito de ferramentas que lá existem, porem não sei o que será para adiante. Peço encarecidamente a V. E. que tenha por bem de dar as disposições convenientes para que com a mayor prontidão passe huma força respeitável de 30, ou 40 praças a proteger este Aldeamento de Nonohay.²⁸¹

Por este tempo, o governo já pagava algumas lideranças *Kaingang* para arregimentar os indígenas nas matas. Mesmo assim, devido às dissidências entre alguns grupos e ao atraso no pagamento pelo trabalho dos chefes, a situação de Nonoai tornou-se bastante crítica em meados de 1850, chegando ao ponto de o Padre Parés solicitar seu desligamento da direção do dito aldeamento. O missionário demonstra seu descontentamento e dos próprios indígenas com a situação, explicando que: “eu me comprometti para este serviço só para fazer a roça, casa para os padres e Capella: já cumpri meo compromisso; e não posso nem convém nem quero estender mais em semelhante lida imprópria de meo Ministério.”²⁸²

Diante de tal situação, o Governo Provincial parece ter se empenhado mais em manter os Padres nos aldeamentos. Pensamos isso, porque em fevereiro de 1851, o Presidente Pimenta Bueno recebe um requerimento dos chefes indígenas Victorino Condá e Pedro Nicafi,

²⁸¹ OFÍCIO 08-04-1850. **Ofício do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província Pimenta Bueno.** Passo Fundo. 1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 16 desta dissertação, p. 203).

²⁸² OFÍCIO 20-05-1850. **Ofício do Padre Bernardo Parés ao Diretor Geral das Aldeias J.J. Andrade Neves.** Nonoai. 1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 17 desta dissertação, p. 205).

onde os mesmos agradecem a proteção do governo e solicitam novos investimentos da parte do mesmo:

V. E. teve a bondade de nos escrever no estado de miséria em que chegamos a esta cidade, e a sua beneficencia compadecendo-se de nossa pobreza não só cubrio a nossa desnudez, se não que nos deo ropas para defender-nos da inclemência do inverno. Agradecidos a tanta generosidade, e reconhecendo as vantagens de estar baixo de um governo tão paternal como he o de S. M. Imperial, procuraremos dedicar-nos ao trabalho, obedecer aos nossos Directores e atrahir aos nossos Irmãos a mesma sujeição e obediência, para não ser [...] ou incommodos a tão bom Governo. Porém, Exmo Sr. nos somos mui pobres e nosso trabalho apenas nos dá o necessário sustento, e se será grande a alegria da nossa gente quando nos vejão com estes vestidos que V. E. nos manda dar; quanta não será a nossa afflicção ao ver nuas as nossas mulheres e filhos e a toda a mais gente, tanto dos Aldeamentos como dos Toldos de Nonohay, de Vuotoro e de Canhafé? E quanta seria a tristeza dos mesmos se não levássemos a sua notícia de que a beneficencia de S. M. Imperial a quem V. E. representa, tem de alcançar a todos? Pelo que nos perdoe se nos animamos a elevar a V. E. uma supplica em favor d'aquelles pobres nossos Irmãos (que todos estão no mesmo propósito de gozar dos benefícios da civilização) incluindo uma nota das coisas com que se remediarão as nossas supplicas, nos mandará levar a boa notícia a todos nossos Irmãos.²⁸³

O ofício acima não está assinado, apontando apenas que é um requerimento dos indígenas citados. Porém, a letra e o estilo de

²⁸³ OFÍCIO 06-02-1851. **Requerimento dos chefes indígenas Victorino Condá, Pedro Nicafi ao Presidente da Província Pimenta Bueno.** Porto Alegre, Fevereiro de 1851. AHRs. Arquivo Indios. Maço 2. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 18 desta dissertação, p. 207).

linguagem utilizado, revelam claramente que o autor é o Padre Bernardo Parés. Não podemos afirmar, no entanto, se o teor do ofício foi idealizado pelos indígenas ou se trata de uma manipulação do Padre Parés. Analisando com mais cuidado esse documento, podemos perceber uma clara tentativa de sensibilizar o Governo para a situação precária em que se encontram os indígenas. Há ainda por trás desse requerimento, um implícito desejo de revelar o quão profícua estava sendo a ideia do aldeamento quando havia investimentos do Governo e um reconhecimento por parte dos indígenas dos benefícios da civilização. É bem provável que esta tenha sido uma estratégia do missionário, na qual o mesmo procura utilizar-se de interlocutores indígenas, no caso líderes importantes, para tentar justificar os gastos do governo com a catequese e civilização.

Mesmo assim, pode-se perceber na leitura de outro ofício do Padre Parés, que começa a haver um grande desgaste na relação dos missionários com o governo, pois o último, principalmente por parte da Assembleia Legislativa, parece ter abandonado os aldeamentos. Um dos indicadores deste desgaste foi a considerável diminuição dos investimentos na questão dos índios, pois o presidente Pimenta Bueno, mostrava-se contrário a grandes gastos com os aldeamentos. A falta de investimentos nos aldeamentos fica explícita no discurso do missionário, sobretudo quando ele reclama: 1º - da falta do pagamento dos soldos prometidos às lideranças indígenas que participavam da tentativa de pacificação dos grupos resistentes, 2º - da não entrega das ferramentas necessárias para o cultivo agrícola dos indígenas e, 3º - da retirada da Companhia de Pedestres que “protegia” Nonoai.²⁸⁴

Os problemas internos dos aldeamentos também comprometiam o trabalho dos missionários. O Padre Parés atenta principalmente para os problemas com as lideranças indígenas, que, muitas vezes, instigavam seus comandados a não obedecer às ordens dos missionários e incitavam-nos a hostilizar seus rivais de dentro e de fora dos aldeamentos. Na concepção deste jesuíta:

Sem huma força protectora tudo se vá a perder e eu mesmo estou determinado a retirar-me e abandonar a empresa se não se der logo a conveniente providencia. Já por tres veces nos

²⁸⁴ OFÍCIO 20-05-1850.

temos visto no perigo de haver brigas dos huns com os outros e nos tem custado de os conter. O certo hé que se chegar o caso de elles brigarem entre si todos ficariam alçados e correremos um grande perigo. Não sei que idéia foi essa de retirar a Companhia de Pedestres sem [...] relevo. Isto he querer destruir com uma mão o que se edifica com a outra.²⁸⁵

Estes e outros problemas com a catequese foram aos poucos enfraquecendo o trabalho e a imagem dos jesuítas frente aos próprios *Kaingang* e às autoridades provinciais. Para os indígenas, os padres, que haviam chegado como os intermediadores entre eles e o governo, não conseguiam suprir as necessidades dos aldeamentos, que continuavam desestruturados. Para as autoridades provinciais, particularmente para certos deputados, os missionários mostravam-se inabilitados e fracassavam na tarefa de sujeitar os indígenas à religião.

Na Assembleia Legislativa, os sacerdotes eram acusados de mau desempenho em suas funções, principalmente no que se refere aos pedidos de forças policiais, julgadas desnecessárias por alguns deputados, caso os jesuítas fizessem seu trabalho de maneira correta. O deputado Uchoa Cintra, um dos maiores críticos à catequese dos indígenas, proferiu em uma de suas falas na Assembleia um inflamado discurso contrário aos jesuítas:

O que tem eles feito? Passeiam por esta cidade em santo ócio, ocupam-se somente em rezar novenas, em terrorizar a consciência das velhas, dominando seu espírito: promovendo o fanatismo religioso; e com singular destreza, e suma habilidade, tornando bestas muitas mães de famílias, que até se esquecem de seus deveres domésticos, para estarem a cada passo no confessionário. Sr. Presidente, tanto (ou) nenhum proveito se tem tirado da catequese, que ainda há pouco vimos nós esses mesmos selvagens, roubarem algumas moças, e assassinare[m] 11 pessoas em Vacaria.²⁸⁶

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ Fala do deputado Uchoa Cintra à Assembleia Provincial. *O Correio de Porto Alegre*. 20-11-1851. p. 6. Porto Alegre. MCSHC.

O episódio citado pelo deputado refere-se ao ataque à fazenda de Mariano Pimentel, como revelamos em capítulo anterior. Após a denúncia de desleixo com a missão por parte dos jesuítas, Uchoa Cintra entra na questão das forças de pedestres constantemente solicitadas por esses últimos. Diz o deputado: “Sr. Presidente, pede-se uma força, que tenha enchadas, machados, etc., ora, soldado é soldado, e não lavrador. Se se deseja colonos, diga-se antes isso, mas não se mude a natureza do soldado...”²⁸⁷ Sobre esta questão, acreditamos que possa ter havido uma (propositada) deturpação no entendimento do deputado Uchoa Cintra, pois, segundo o que apontam os ofícios dos missionários, não era para o trabalho agrícola que estavam sendo solicitadas as forças de pedestres, mas sim para a segurança dos índios, e principalmente, dos próprios jesuítas. Essa “leitura” feita pelas autoridades servia para desmoralizar os clérigos e controlar ainda mais os gastos feitos com a catequese.

Se por um lado o trabalho missionário era questionado pelos políticos, por outro, os padres eram ridicularizados na imprensa. O jornal *O Correio de Porto Alegre*, publica em dezembro de 1850 um cáustico artigo, onde o autor, cujo pseudônimo era “*A Alma do Marquês de Pombal*” acusava os jesuítas de trabalhar sem permissão do Governo e de não cumprir os votos de castidade.²⁸⁸ O mesmo autor, em artigo de Janeiro de 1851 destaca quais seriam, em sua concepção, os 12 mandamentos dos Jesuítas. Seriam eles: 1) preguiça inteira; 2) mentira oportuna; 3) murmuração perpétua; 4) hipocrisia absoluta; 5) vanglória sem limites; 6) guloseima disfarçada; 7) ódio mascarado; 8) vingança com excesso; 9) intriga delicada; 10) total abjuração do sofrimento; 11) apologia dos crimes próprios; 12) calúnia da virtude alheia.²⁸⁹

Mesmo havendo certo exagero da parte deste autor, não se pode negar a eficácia deste tipo de apelação frente à opinião pública e às próprias autoridades. A ideia geral de contrariedade aos jesuítas correspondia ao pensamento de grande parte das autoridades políticas neste momento. Nesta mesma linha avaliativa do trabalho missionário, discorre o deputado Saião Lobato:

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ AZEVEDO. Op. cit. p. 112.

²⁸⁹ Ibid.

...da correspondência oficial desses sacerdotes consta claramente que eles nada confiam em sua missão evangélica; eles são os primeiros que a cada passo se dirigem ao Governo da Província pedindo o auxílio da força, indicando a necessidade do emprego deste meio, enfim mostrando-se desacoroçoados de poderem conseguir a conversão dos selvagens...²⁹⁰

Em algumas destas correspondências dos missionários encontram-se opiniões que ora divergem, ora corroboram com a opinião de Saião Lobato. Para os padres, cuidar da administração das aldeias era mais difícil do que praticar os ensinamentos religiosos, por isso as constantes reclamações do padre Bernardo Parés para que se separassem essas atividades. O padre Santiago Vilarrubia, observou ainda que existiam quatro principais dificuldades para o sucesso do ensino da doutrina cristã entre os jesuítas. Estas seriam: o indiferentismo religioso dos indígenas, o idioma, o mau exemplo de outros cristãos e a preguiça dos índios.²⁹¹

Estas variantes propostas pelo padre Vilarrubia, demonstram bem a questão do etnocentrismo (ou teocentrismo) com que eram impostos os ensinamentos. Os traços da cultura indígena não possuem nenhum valor representativo; seus costumes e ritos são ignorados, sua concepção de trabalho e modo de vida são anulados em prol do grande objetivo dos missionários: converter os indígenas através da religião, da educação e do trabalho. Dessa forma, “o mundo indígena não existiu, a não ser enquanto possível receptáculo a ser preenchido pela doutrina cristã”.²⁹²

Na perspectiva dos missionários, a relação estabelecida com os nativos deve ser entre o indivíduo que ensina, nomeia, registra, ou seja, quem tem o poder para tal (os jesuítas) e, o outro, o que aprende, obedece (o indígena). Dessa forma, há uma relação representada por um sujeito que domina ou pretende dominar o que é do outro, o que pertence à cultura do outro. Note-se que o discurso religioso busca

²⁹⁰ Fala do Deputado Saião Lobato à Assembleia Provincial. 20-11-1851. Op. cit. p. 7

²⁹¹ AZEVEDO, op. cit. pp. 123-124.

²⁹² MARCON, Telmo. et alli. **História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo: EDUPF, 1994. p. 116.

quase sempre estabelecer parâmetros do que é certo e do que é errado, quando na catequese dos povos indígenas.

Alguns outros fatores também contribuíram para dificultar o trabalho missionário nesse curto período de experiência no aldeamento dos *Kaingang*. Os próprios missionários demonstravam por vezes, os motivos de sua difícil tarefa nas aldeias. O padre Cots, missionário estabelecido no aldeamento da Guarita, acreditava que devido ao descaso do governo em fornecer os instrumentos e tecidos prometidos, os padres acabaram perdendo a credibilidade frente aos líderes *Kaingang*. Na concepção de Azevedo, os padres representavam o governo e sua autoridade diminuía na medida em que as promessas não eram cumpridas.²⁹³ Apesar disto, o próprio padre Cots não eximia de culpa a si e seus companheiros, principalmente quando revela que a falta de empenho dos missionários em aprender a língua indígena impedia ligações mais afetuosas com os *Kaingang*, obstando, dessa forma, a pregação religiosa e cultural em termos que seriam mais bem entendidos e assimilados pelos indígenas.²⁹⁴

O engenheiro Mabilde também chegou a analisar a atuação dos jesuítas nos Aldeamentos e, como outros, achou precipitada a atitude do Governo provincial em trazer padres estrangeiros para assumir tal tarefa. Para Mabilde, o momento em que se vivia era outro e as circunstâncias totalmente diferentes do período colonial. Além disso, os jesuítas convocados para a missão entre os *Kaingang* não teriam “aquele espírito de perseverança e, naturalmente menos aquela virtude que, pelo interesse, tinham os primeiros missionários jesuítas”.²⁹⁵

Percebemos que a crítica de Mabilde possui muito mais um caráter ufanista aos valores nacionais do que propriamente um interesse na conversão dos indígenas. Prova disso é o que expõe logo a seguir em seu texto, com relação à catequese dos “*Coroados*”: “só um padre brasileiro, só um homem dotado de um verdadeiro espírito de nacionalidade e de amor pátrio pode – nas circunstâncias atuais e de acordo e em harmonia com nossas instituições políticas e sociais – compreender e levar a efeito”.²⁹⁶

²⁹³ AZEVEDO, op. cit. p. 135.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ MABILDE, op. cit. p. 201.

²⁹⁶ Ibid.

Ciente das críticas que atingiam seus companheiros nos aldeamentos, o padre Coris, superior dos jesuítas, residente em Desterro²⁹⁷, culpava as lutas partidárias e as constantes mudanças no cargo de presidente da província pelo pouco sucesso do trabalho dos missionários. Considerava ele que as calúnias levantadas contra a moral e o trabalho dos padres eram devidas ao interesse pela posse das terras indígenas por pessoas ligadas a algumas autoridades da província.²⁹⁸

Julgamos que o fracasso dessa presença missionária entre os anos de 1848 e 1851 tenha ocorrido não apenas pelo motivo exposto pelo padre Coris. Obviamente não era interessante para esse jesuíta, admitir que a resistência dos *Kaingang* ao trabalho e à conversão religiosa fosse talvez o motivo mais forte para o malogro da atuação apostólica. Frente a esse desgaste, combinado com a supressão da verba relativa aos aldeamentos, em fins de 1851, a Assembleia Legislativa opta pela não renovação do contrato com os jesuítas espanhóis. Como os padres viviam na dependência do poder público, foram obrigados a se retirar dos aldeamentos, que passaram a ser coordenados somente por diretores leigos.

A prática catequética baseada na desarticulação da cultura indígena tradicional em nome da introdução de novos valores da “civilização”, pode talvez explicar os conflitos recorrentes nos aldeamentos. Sua atuação transcendia os valores humanitários ao subordinar-se ao estado, cujo interesse era, como explícito nos ofícios e relatórios, “desinfestar” as matas e proporcionar o progresso através da colonização.

Os jesuítas acabam retornando para o Rio Grande do Sul em 1854, a pedido dos próprios deputados da Assembleia. Em 1855, o padre Antonio de Almeida Leite Penteadado assume a direção de Nonoai. Apesar de contar com investimentos mais substanciais que na primeira experiência missionária, muitas dificuldades persistem, principalmente com relação aos problemas advindos das influências dos líderes indígenas, particularmente os *Caciques Condá, Nicafim, Braga e Doble*.

²⁹⁷ Trata-se da atual capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, cujo nome foi Nossa Senhora do Desterro até 1894.

²⁹⁸ AZEVEDO, op. cit. p. 137.

3.3. As lideranças *Kaingang* e suas estratégias: O caso do cacique Doble

Há praticamente um consenso entre os pesquisadores da temática indígena: afirmar que na relação dos *Kaingang* com seus líderes havia uma ligação muito forte, a ponto de dificultar sobremaneira as tentativas de atração e civilização, não somente pelos missionários jesuítas, mas igualmente pelas autoridades políticas e policiais. Foi extremamente difícil para estes indivíduos admitir que os *Kaingang* mantivessem uma organização social e política de obediência aos caciques. Por isso, ao longo do século XIX, foram inúmeras as tentativas de anular a ação dos líderes frente aos seus comandados.

Luiz Fernando Laroque evidenciou muito bem a relação das lideranças *Kaingang* com seus subordinados e a divisão do poder entre os integrantes das tribos e subtribos que compuseram o espectro social destes indígenas ao longo de sua História e durante praticamente todo o século XIX. Laroque, apoiando-se em trabalhos de linguistas e antropólogos, como Juracilda Veiga, Herbert Baldus, entre outros, destaca que o esquema segmentário tribal dos *Kaingang* possuía em seu setor inicial a presença de várias famílias que, reunidas, compunham as diversas subtribos. Cada uma delas tinha um chefe subordinado como representante, denominado *Pay*. A combinação destas subtribos formava as várias tribos, as quais eram lideradas por um cacique principal, conhecido por *Pay-Bang*.²⁹⁹

Na província do Rio Grande do Sul foram vários os líderes *Kaingang* que se destacaram, a ponto de aparecerem frequentemente nos relatórios oficiais dos presidentes provinciais. Ganharam destaque pela resistência imposta à invasão de seu território e aos aldeamentos, como no caso já comentado do cacique *Nicué*; pelas estratégias de negociação com as autoridades provinciais, dos quais destacamos *Victorino Condá*, *Nonoai*, *Fongue* entre outros, ou ainda, pelo duplo papel exercido, ora com alianças ora com dissimulação em relação às ordens das autoridades. Um exemplo típico e do qual nos deteremos neste momento é o caso do cacique *Doble*.

Poderíamos dizer que em determinados momentos, todos os caciques fizeram esse jogo duplo, pois em determinados momentos pressentiram que a melhor estratégia era aliar-se com os missionários e

²⁹⁹ LAROQUE, Op. Cit. p. 82.

autoridades para atingir seus objetivos. Em outros momentos, resistiram e confrontaram as ordens e exigências dos mesmos. Sobre estas relações políticas as informações são fartas, entretanto, dada a limitação temática de nosso trabalho e, tendo em vista a existência do trabalho de Laroque, o qual aborda exaustivamente estas questões, procuramos neste momento, dar destaque especial à atuação do cacique *Doble*.

Há dois motivos para isso: primeiro, ao focar este caso específico, acreditamos poder contribuir com outras informações, detalhes, resquícios muitas vezes deixados de lado ou considerados secundários para o objetivo da pesquisa ou orientação teórica seguida; segundo, por julgarmos ter sido este cacique quem melhor soube manipular as relações com as autoridades provinciais, fazendo a “balança” pender para o seu lado quando se julgou ameaçado. Para uma melhor compreensão sobre o nosso objetivo torna-se necessário, inicialmente, apresentar ao leitor o nosso objeto de análise neste momento.

Conhecido entre os indígenas como *Yu-toahê*, o cacique *Doble* tem sua trajetória delineada por Pierre Mabilde. Os apontamentos do engenheiro indicam que o cacique *Doble* ganha destaque no final da década de 1830, logo após a ocorrência de um assalto a tropeiros, na estrada que ligava os Campos do Meio aos Campos de Passo Fundo. Este ataque, vinculado à ação de “índios selvagens”, resultou na morte de dois tropeiros e um escravo.³⁰⁰ Os indígenas que efetuaram o assalto seriam liderados pelo cacique *Braga*.

Nesta época, *Doble* era um cacique subordinado a *Braga* e, como se encontrava descontente com sua situação inferior, resolveu tentar desbancar o cacique principal. De acordo com Mabilde, *Doble* planejou uma traição contra *Braga* durante as comemorações do saque obtido no ataque citado. Entretanto, as coisas não ocorrem da forma planejada e o cacique *Doble* ao invés de surpreender, foi surpreendido pela reação dos antigos companheiros. Depois de uma violenta luta entre os seguidores de *Braga* e *Doble*, na qual teriam ocorrido muitas mortes, principalmente entre os integrantes do grupo do último, estes fugiram para as matas, onde tentaram se reagrupar.³⁰¹

Após a tentativa frustrada de assumir o comando dos indígenas seguidores do cacique *Braga*, o cacique *Doble* e os seus seguidores

³⁰⁰ MABILDE, op. cit. p. 159.

³⁰¹ Ibid, p. 160.

restantes, foram forçados a mudar constantemente de lugar, tendo em vista que o cacique *Braga* passou a persegui-los constantemente pelas matas. *Doble* parece ter vivido uma situação de extrema instabilidade e pressão, pois ao decidir romper com *Braga*, colocou a si e a seu grupo em uma situação de perambulação e exposição aos outros grupos rivais, como destaca Benedito Prézia:

Com um grupo reduzido, retirou-se para a margem direita do rio Uruguai, tendo que enfrentar a oposição de outras facções Kaingang, inimigas de Braga e que por sua vez o viam como inimigo, pois acreditavam que ainda pertencesse ao antigo grupo. Assim, *Doble* viu-se encurralado: de um lado pelos homens de Braga, de outro, pelo povo de Nhancuiá e de outro, finalmente, pelos Xokleng, tradicionais inimigos dos Kaingang.³⁰²

Nesse tempo em que ficou perambulando pelos sertões, é provável que *Doble* tenha aceitado e mantido o contato pacífico com os fazendeiros e tropeiros que cruzavam a região do Campo do Meio. Neste contato, procurou aproveitar os benefícios de uma boa relação com os fazendeiros e autoridades policiais para angariar certo prestígio com as autoridades políticas da capital. Adotando a lógica das negociações, percebeu logo que conseguiria vantagens para si e seus comandados, caso procurasse a proteção do governo com seu pequeno grupo. Dessa forma, evitava ainda a diminuição cada vez maior de seguidores, que frequentemente fugiam para juntar-se a grupos maiores, como os dos caciques *Nonoai*, *Condá* e do próprio *Braga*.

Destarte, em 1848, parece ter cedido aos apelos para que se aldeasse com sua gente. Em maio daquele ano, o Diretor Geral Andrade Neves, recebe um ofício do Sub-Delegado de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis, onde este último revela que um fazendeiro chamado Manoel José de Quadros, embrenhou-se nas matas da região do Rio Taquari, “e conseguiu que os caciques *Nicofé*, *Chico*, *Maneco* e *Dobre*

³⁰² PREZIA, Benedito. O colaboracionismo Kaingang: dos conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no século 19. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (Org.). **Kaingang**: confronto cultural e identidade étnica. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994. p. 69.

fossem com suas hordas e acompanhassem com o deziño de aldearem-se no Campo delle Quadros; e assim estão praticando”.³⁰³

Ao adotar esta estratégia, o cacique *Doble* conseguiu, de certa maneira, iludir as autoridades da província, obtendo assim muitos benefícios materiais, inclusive monetários. O cacique, porém, impôs uma condição para seu aldeamento: a de que ora se fixariam no Pontão, ora no Campo do Meio. Como o Diretor não via outra saída, aceitou sua proposta. Esta barganha de *Doble* permitiu que ele e seus seguidores continuassem vagando pelas matas, praticando suas correrias nas colônias, nas fazendas e contra grupos inimigos, principalmente contra aqueles que se estabeleciam nos aldeamentos.

Além disso, como a política do governo estava voltada nesse momento para a assimilação pacífica dos grupos indígenas ainda “selvagens”, poderia tirar vantagens reais dessa situação. Quanto ao teor destas vantagens, Laroque discorre que:

A tribo do Cacique *Doble* [...] tinha feito um tratado de assistência com o governo e servia de certo modo para proteção contra tribos inteiramente selvagens. Por esse motivo, vinham muitas vezes à capital onde eram presenteados com roupas, fazendas, utensílios culinários e instrumentos agrícolas.³⁰⁴

Identificamos nessa relação com o governo provincial, um objetivo fundamentalmente oportunista do cacique *Doble*, por buscar tirar proveito dos projetos socioeconômicos da sociedade envolvente. Dentro deste sistema de relações políticas, muitas vezes, ao invés de enfrentar a dominação através da força, do protesto, foi preciso abrir caminhos diferentes, disfarçados de acomodação, obediência e colaboração para imprimir aos símbolos dos não indígenas, novos significados, criados a partir de sua representação do mundo.

A estratégia de *Doble*, entretanto, não passou incólume aos olhos de Mabilde, que percebeu os objetivos da “jogada” do cacique. É importante salientar, porém, que Mabilde possuía uma visão negativa pré-concebida do cacique e, por isso, atentou exclusivamente aos aspectos depreciativos a respeito do dito cacique. São recorrentes no

³⁰³ OFÍCIO 19-05-1848.

³⁰⁴ LAROQUE, op. cit. p. 137.

texto do engenheiro, expressões como: dissimulado, perverso, traidor, sardônico, entre outras, que contribuem para uma visão baseada em juízos de valor, a qual muitas vezes, tende a ser reproduzida sem a devida análise crítica. Vejamos um trecho em que o autor discorre sobre as características da personalidade do dito cacique:

De todos os caciques que até hoje se aldearam, era o cacique Doble um dos mais inteligentes, mais simulado e o mais perverso. Foi o único cacique que pelo seu caráter falso e simulado, soube iludir a todos os presidentes da província – dos quais soube granjear simpatia e uma confiança que nunca mereceu, e da qual abusou da maneira mais infame.³⁰⁵

Para tentar entender os motivos destas afirmativas severas de Mabilde, buscamos pesquisar um pouco mais a fundo o comportamento do cacique *Doble* após o aldeamento e a sua relação com o governo da província. Primeiramente, analisaremos as contribuições do cacique para as perseguições dos indígenas praticantes das correrias.

Mario Gardelin indica que a utilização dos serviços do cacique *Doble* pela primeira vez, se deu na perseguição do grupo do cacique *Nicué*, quando do assalto e sequestro da família de Mariano Pimentel em 1851, do qual já tratamos anteriormente. A ideia de utilizar *Doble* e sua gente na perseguição teria partido do próprio Pimentel, que, sabendo da inimizade entre os dois caciques e o conhecimento de *Doble* sobre a região, lançou mão dos serviços do cacique. Este, atuando como comandante do grupo de resgate, alcançou o grupo na encosta do Rio das Antas, conseguindo resgatar os prisioneiros, mas sem pôr a efeito a captura de *Nicué*.³⁰⁶

O sucesso do resgate foi muito bem visto pelas autoridades governamentais. Provavelmente foi a partir deste momento que *Doble* obteve o título honorífico de “capitão”. Em diversos relatos, o cacique é referenciado como Capitão *Doble*. Tão logo ocorresse alguma notícia de correria ou depredações envolvendo indígenas, o “capitão” era logo chamado pelas autoridades para dar perseguição aos agressores.

³⁰⁵ MABILDE, op. cit. p. 166.

³⁰⁶ GARDELIN, Mario. Cacique Doble: o libertador. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 9 de novembro. 1969. p. 29. Apud. LAROQUE, op. cit. p. 137.

Os “serviços” do cacique *Doble* foram novamente solicitados logo após outro ataque do cacique *Nicué*, desta vez na colônia alemã do Mundo Novo. Trata-se do caso da morte de Pedro Watenpuhl e o sequestro de sua família pelos indígenas, do qual discorreremos no capítulo 2. Interessa-nos neste momento a participação do cacique *Doble* na perseguição dos indígenas acusados do crime. Segundo Engelmann, após o acontecido, os sequestradores teriam se embrenhado nas matas com suas vítimas, sem deixar nenhuma pista sobre seu paradeiro. As diligências compostas por forças do governo fracassaram em todas as tentativas de encontrar *Nicué* e seus seguidores.³⁰⁷

O governo provincial levou a questão muito a sério, pois as denúncias de crimes cometidos por indígenas supostamente comandados pelo cacique *Nicué* se multiplicavam. Conforme destaca Gardelin, era grande o número de crimes cometidos pela gente de *João Grande*, tanto na região de Vacaria quanto nas Colônias. O Governo estava empenhadíssimo em capturá-lo, a fim de pôr fim aos seus roubos e assaltos.³⁰⁸

Incumbido de acompanhar o Capitão Francisco Mueller, inspetor da localidade de Mundo Novo, *Doble* acaba recebendo carta branca para proceder da maneira que considerasse conveniente para encontrar os fugitivos. Conhecedor daquelas paragens, não foi muito difícil para o cacique encontrar logo o acampamento do cacique *Nicué*. O resultado, como já destacamos anteriormente, foi a libertação dos prisioneiros e a morte de *Nicué* e vários de seus subordinados.

Frente ao sucesso dessa nova missão, *Doble* angaria ainda mais admiração, principalmente do presidente da província, que enaltece seus bons serviços quando o recebe em Porto Alegre, juntamente com as pessoas libertadas. Segundo Gardelin, nesse episódio, “o cacique exibiu uma orelha de João Grande, curtida pelo tempo.”³⁰⁹ A importância deste pormenor está no simbolismo que ele representa. Tornou-se prática comum entre os bugreiros apresentar as orelhas de suas vítimas quando voltavam de suas “caçadas”. Inclusive, muitos deles recebiam seus soldos de acordo com a quantidade de orelhas que apresentavam aos “patrocinadores”.

³⁰⁷ ENGELMANN, op. cit. pp. 313-315.

³⁰⁸ GARDELIN, M. Caingangues: atritos com povoadores. In: GARDELIN, M. e COSTA, R. Colônia Caxias: Origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993. p. 49.

³⁰⁹ Ibid. p. 50.

Entretanto, não acreditamos na hipótese de que a ação do cacique *Doble* seja representativa de um trabalho de bugreiro. Isso porque, apesar de o cacique receber um pagamento pelo seu trabalho, existia a rivalidade histórica que alimentava o ódio e os frequentes conflitos entre os diferentes grupos *Kaingang*. O cacique comandava essas perseguições, também como forma de se livrar de seus antigos inimigos. Se isso trouxesse benefícios, melhor, se não, os conflitos seguiriam da mesma forma, ainda que com menor empenho das partes.

O fato é que, neste momento, *Doble* colhia os louros da sua fama. Tanto que o próprio Presidente Sinimbu refere-se ao importante trabalho do cacique e sua gente na perseguição dos raptadores da Família Watenpuhl. Sinimbu pede que seja dada atenção especial para a instalação do cacique *Doble* e sua gente nos campos de Vacaria, pois:

...reconhecendo alem disto esta Presidencia o serviço importante que a Província, e especialmente á aquelle Termo acaba de prestar o mesmo cacique e sua tribu derrotando o grupo de malfetores que sob a direcção do Índio João Grande, e um escravo fugido cujo nome se ignora, se havia tornado temível n'aquelles lugares aos quaes matou em combate, resgatando toda a família allemã da Colônia do Mundo Novo, que por aquelles criminosos havia sido raptada, e a mais de um anno com elles vivia nas matas na mais abgesta escravidão...³¹⁰

Apesar da proposta do governo provincial de reunir todas as tribos *Kaingang* no Aldeamento de Nonoai, o cacique *Doble* e seu grupo conseguem continuar vagando pelos campos de Vacaria, ainda sob o pretexto de que habitariam ora no Campo do Meio, ora no Pontão.

Para reforçar nossa opinião de que para muitos líderes indígenas, os negócios com o governo provincial eram mais atraentes do que a fidelidade étnica, por isso as frequentes alianças e negociações, trazemos um episódio ocorrido em 1854. Neste ano, o cacique *Doble* finalmente é convencido a mudar-se para o Aldeamento de Nonoai, juntamente com toda a sua comitiva, seduzido pela promessa de grandes lucros para si. Porém, ao dirigir-se para o dito aldeamento, seu grupo foi

³¹⁰ OFÍCIO 19-03-1853.

atacado por uma tribo inimiga, provavelmente comandada pelo cacique *Nicafim*, antigo inimigo de *Doble*. Este episódio o fez mudar de ideia e retornar para a região de onde havia saído.³¹¹ Sobre esse acontecimento, o presidente Sinimbu relata que:

O cacique havia com effeito se dirigido para aquelle sitio, mas infelizmente aconteceu que nesse tranzito do Pontão para Nonohay, andando a caça foi sua gente batida de surpresa por uma tribu desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto havião recebido desta presidência como presente. Desconfiado por esse acto de traição, e suppondo que nascia de Pedro Nicofé como vingança pela morte de João Grande, a quem mesmo Doble resgatando a família allemã do Mundo Novo tinha derrotado, desandou caminho e volveo novamente para os Mattos do Pontão, que lhe são caros.³¹²

A partir desta informação, podemos sugerir uma mudança na lógica dos conflitos intertribais após o contato com as frentes de expansão. Se antes do contato os conflitos ocorriam devido à disputa territorial, por mulheres ou pelos pinheirais, após o mesmo, a relação tende a se modificar, levando alguns grupos indígenas a atacarem outros por vingança pessoal, ou então, para saquear os produtos adquiridos com os não indígenas.

O presidente Sinimbu já parecia temer que a situação se agravasse, por isso insistiu que o cacique *Doble* e a sua gente fossem aldeados o quanto antes. Porém, o aldeamento pareceu não acontecer conforme sua ideia, pois, “ainda não se pôde conseguir que a tribu de *Doble*, que vaga nos campos de Vaccaria, [...] fosse removida para o aldeamento central de Nonohay, como muito convém.”³¹³ A lógica do cacique Doble parece bastante clara, pois, sua permanência nos Campos do Pontão trazia inúmeros benefícios para si. Entre os principais estava o fato de ficar mais próximo das áreas habitadas, fossem colônias ou

³¹¹ LAROQUE, op. cit. p. 137.

³¹² RELATÓRIO 02-10-1854.

³¹³ RELATÓRIO 30-06-1855. **Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidência da Província de São Pedro do rio Grande do Sul ao vice-presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello.** Porto Alegre. Tip. do Mercantil. 1855. p. 19.

fazendas, com isso, sempre poderia prestar seus “serviços” a quem pagasse por eles. Por outro lado, e aí entramos no caráter oportunista do cacique, estas áreas muitas vezes isoladas, se tornavam alvos em potencial para os saques.

O governo provincial decide então mudar de estratégia. O Aldeamento do Pontão, criado nos Campos de Vacaria por ordem do presidente Patrício Correa da Camara em 1856, teve sua fundação ligada intimamente às tentativas de aldeamento do cacique *Doble*, tendo em vista que este se negava a aldear-se em Nonoai. Contudo, nem assim o governo consegue tirar o cacique da vida errante, pois, como destaca Correa da Camara: “Tendo-se tentado reunir allí os Indios da tribu do Capitão *Doble*, não foi possível consegui-lo.”³¹⁴

Uma vez mais, cabe atentar para os escritos de Mabilde, um dos que mais insistia na tomada de atitude das autoridades sobre a questão do cacique *Doble*. O engenheiro continuava denunciando através de seus apontamentos as artimanhas do cacique, entre elas, destaca uma de suas correrias:

Em 16 de maio de 1855, achava-me, com seis camaradas, nas matas sobre a vertente setentrional do arroio Foromeco. Uns moradores da margem direita do mesmo arroio – distante, mais ou menos, três quartos de légua do lugar onde me encontrava com minha gente, em marcha para o sertão – vieram, pelas dez horas da manhã encontrar-se comigo. Pediam-me, insistentemente, que voltasse atrás, para o lugar de suas moradias, porque os bugres (nome que geralmente dão aos selvagens), na madrugada daquele dia tinham cercado o rancho de um falquejador, de nome José Antônio de Carvalho, e não o tinham incendiado, conforme tentaram fazer, porque Carvalho tinha em sua companhia quatro companheiros bem armados. Saíram do rancho, no momento em que os selvagens pretendiam atear fogo nele e, atirando de espingarda, mataram um e feriram vários dos que rodeavam o rancho,

³¹⁴ RELATÓRIO 11-10-1857. **Relatório do vice-presidente da província, Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857. p. 26.

obrigando-os a fugir para a mata que distava dali umas cento e cinquenta braças.³¹⁵

Frente a esse relato, Mabilde segue em direção ao dito rancho com nove homens fortemente armados. Lá, recebe a informação de que os indígenas fugiram em direção ao Rio das Antas, para onde segue no encalço dos agressores. Depois de quase um dia inteiro de perseguição, Mabilde e seu grupo encontram os indígenas, como revela o engenheiro: “...ao subirmos um pequeno morro, da chapada do mesmo, avistamos, sentados de cócoras, ao redor de um pequeno fogo, vinte selvagens, inclusive o cacique *Doble* que os capitaneava.”³¹⁶ Na sequência do relato, Mabilde afirma que o cacique ao perceber as intenções de prendê-lo, foge para as matas com seu grupo, sendo impossível capturá-lo.

Não há referência sobre o que Mabilde estivesse fazendo nas imediações do Arroio Forromeco, a uma distância considerável de São Leopoldo, onde, por essa época exercia o cargo de vereador.³¹⁷ O que se torna explícito, é que depois de encontrar o cacique *Doble*, Mabilde ficou determinado a prendê-lo, como indica mais um trecho de seu relato:

Meu empenho era de aprisionar, ao menos, o cacique *Doble* e conduzi-lo preso e no estado em que andava na mata, até Porto Alegre, levando-o até à presença do Presidente da Província onde, um mês antes, este cacique tinha estado, fardado com galões de capitão. Este seria o único meio de desenganar as autoridades a que, por várias vezes, dei conhecimento das correrias que o perverso Cacique *Doble* praticava, depois de aldeado, circunstância esta que lhe parecia impossível, pela confiança que aquele cacique lhes inspirava.³¹⁸

Percebe-se neste excerto, a tentativa de Mabilde de desmascarar o cacique frente às autoridades da província. Infelizmente não sabemos

³¹⁵ MABILDE, op. cit. pp. 197-168.

³¹⁶ Ibid.

³¹⁷ Mabilde exerceu nos anos de 1855, 1856, 1857 e 1859 o cargo de vereador na Câmara Municipal de São Leopoldo, segundo a revista Estudos Leopoldenses nº 28 de 1974, p. 27.

³¹⁸ MABILDE, op. cit. p. 171.

até que ponto seu objetivo deu resultado, pois, ao investigar os relatórios dos presidentes de província, não encontramos nenhuma referência que sugerisse a aceitação ou negação das denúncias do engenheiro Mabilde sobre o cacique *Doble*.

No ano de 1855, como já discurremos anteriormente, se dá o assassinato de Joaquim Macedo por indígenas, supostamente comandados pelos caciques *Nicuê* e *Nicafim*. Nada se fala sobre a participação do cacique *Doble* nestes atos. Para o ano de 1856, também não há referências sobre atitudes hostis do cacique *Doble*. Parece acontecer justamente o contrário, como aponta o relatório de 28 de abril de 1856, do presidente Barão de Muritiba: “O cacique *Doble* continua pois a manter-se com sua tribo nos campos do Pontão, do município de Vacaria, entretendo relações pacíficas com as autoridades, e com os moradores vizinhos, e insiste com os seus para não mudarem de habitação.”³¹⁹

O governo provincial parecia já aceitar a continuidade do cacique na região dos campos de Vacaria e passou a planejar um novo aldeamento no local. Entretanto, o então diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteado, prevendo as dificuldades com relação à catequese naquela região, mostrou-se contrário ao aldeamento do cacique *Doble* naquelas bandas, pois, como conhecedor dos “hábitos da indiada”, julgava que o esforço e os gastos com o mesmo seriam feitos em vão. O padre Penteado sugere que se insista na ida dos índios daquela região para Nonoai, como revela em ofício para o presidente da província:

Não Convém por modo algú Exmo Sr. o aldeamento do Doble na Vacaria, ou campo do meio; este passo nada mais comporta que embaraços à cathequese, mais ônus aos cofres públicos com Director, Capelão e força, o que tudo só pode resultar em benefício de interesses particulares contra as conveniências publicas: creio que há interessados por este novo aldeamento. Fallei ao Doble a este respeito, fis continencias com o Prudente, e o vi bem disposto a hir para Nonohay. De mais Exmº Snr., essa

³¹⁹ RELATÓRIO 28-04-1856. op. cit. p. 26.

indiada está tão viciada como esta do Nicaphyn, que tantos malles tem feito.³²⁰

Percebe-se no discurso do Padre Penteado, um teor acusativo, assim como no de Mabilde, principalmente com relação aos aliciamentos feitos por “interessados” na permanência dos índios nos Campos de Vacaria. Julgava ele que muitos fazendeiros estavam aliciando os indígenas para trabalharem nos seus campos, ou expulsarem possíveis posseiros que invadiam suas fazendas, além de prestarem outros serviços a troco de bebida e alimentos.

Apesar disso, as lamentações do Padre Penteado parecem não ter surtido o efeito esperado, pois encontramos informações sobre o aldeamento do cacique *Doble* naquela região em 1858. Falando sobre a criação de uma colônia militar no distrito de Lagoa Vermelha, para a proteção da população dos arredores, o presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz refere-se à criação de um aldeamento na localidade denominada Mato Português. Para lá, no mês de agosto de 1858 teriam sido enviados “182 indígenas de ambos os sexos e de diferentes idades, da tribo – Doble – para fundar o Aldeamento de Santa Izabel...”³²¹

Ironicamente, é a partir deste momento que as autoridades da província passam a ter indicações mais concretas sobre a participação do cacique *Doble* nas investidas contra as fazendas e os lotes coloniais. Segundo o relatório do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, então ocupando o cargo de presidente da província, havia muitos problemas com os aldeamentos indígenas, principalmente em Santa Izabel, onde recentemente se havia aldeado o cacique *Doble* com seus comandados. Segundo Fernandes Leão, “os Indios deste Aldeamento tem vivido quase que sobre si, sahindo do Aldeamento sem licença, á título de irem á caça, porem andando em correrias...”³²²

³²⁰ OFÍCIO 18-03-1856. Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 1856. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 19 desta dissertação, p. 208).

³²¹ RELATÓRIO 05-11-1858. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 29.

³²² RELATÓRIO 05-11-1860. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860. p. 36.

Apesar de não citar especificamente a atuação do cacique *Doble* nestes atos, é provável que o mesmo, como líder que era, tivesse senão uma participação direta nas correrias, ao menos, tinha conhecimento e compactuava com as mesmas. Mabilde chega ao ponto de declarar que, dos *Kaingang* já aldeados, os comandados pelo cacique *Doble* eram os únicos que ainda praticavam as correrias, “cometendo depredações e assassinatos, em combinação com indígenas de outras tribos, também aldeados, e com indígenas que ainda viviam nas matas.”³²³ Para Mabilde, o cacique *Doble* agia como mentor e líder dos ataques.

Instado a dar explicações sobre as denúncias de violências e depredações cometidas pelos indígenas que se encontravam sob sua direção, o Diretor do Aldeamento de Pontão, Alberto Marques, declara que: “apenas me consta terem elles commettido alguns furtos de mantimentos, ferramentas e vestimentas, das lavouras e de alguas cazas em auzencia dos proprietarios sem que tenha percebido violência.”³²⁴ Estes pequenos delitos, eram muitas vezes acobertados pelos diretores, para não por em risco a permanência de seus cargos e, também, para não prejudicar a relação com os líderes indígenas, importantes colaboradores para o aldeamento de outros grupos ainda resistentes.

O relatório provincial de 1862 indica que ao ser extinto o aldeamento de Santa Izabel, as autoridades pretendiam com que os chefes indígenas se encaminhassem para Nonoai. Porém, a tentativa não alcança sucesso e o cacique *Doble*, juntamente com outros chefes, acaba por ser instalado na Colônia Militar de Caseros. O relatório destaca ainda que:

Tendo vindo a esta capital alguns d’aquelles Caciques, não foi possível convencil-os da conveniência de se transferirem ao aldeamento de Nonohay; o que talvez mais tarde se consiga. [...] Segundo as informações que ultimamente tenho tido dos vícios d’aquelles chefes, parece que são perdidos os esforços e despesas que se tem feito

³²³ MABILDE, op. cit. pp. 166-167.

³²⁴ OFÍCIO 10-07-1858. **Ofício do Diretor do Aldeamento do Pontão, Alberto Marques, para o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz.** Lagoa Vermelha, 10 de Julho de 1858. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2. (O documento integralmente transcrito encontra-se no Anexo 20 desta dissertação, p. 209).

para lhes introduzir o gosto da vida social. Aproveitar a nova geração e educa-la fora da influencia desses chefes, será talvez o meio mais profícuo.³²⁵

É neste momento que começa a ser tecido o destino do cacique *Doble* e de outros líderes indígenas. Após as várias denúncias sobre o jogo duplo do cacique, sua influência entre as autoridades começa a se desgastar e seus atos já não podem mais ser ignorados como antes. *Doble* ainda prestava alguns serviços para a província, mas já não era fundamental a sua importância e, como vemos, já se pensava em eliminar sua influência frente às novas gerações.

Para o ano de 1864 temos a última referência sobre o cacique *Doble*, advinda do testemunho de Reinaldo Hensel, que o conheceu quando o cacique foi à capital para receber o pagamento por mais uma prestação de serviço ao governo. De acordo com Hensel:

No anno de 1864, tive pela primeira vez a oportunidade de ver em Porto Alegre pessoalmente os índios da Colônia Militar Monte Caseros. O seu cacique Doble, devido aos serviços por elle prestados havia merecido do Governo a nomeação de brigadeiro e tinha vindo á capital com uma parte de sua gente e com um transporte de cerca de trinta coroados selvagens, afim de vir receber do Governo uma recompensa especial por esta importante captura. Este cacique era um homem muito intelligente e especialmente experto, ao qual seria muito fácil tirar do matto todos os coroados selvagens, e só o índio domado está aqui apto a apoderar-se do selvagem, porem, elle, pelo mínimo serviço exigia alto pagamento e não se apurava muito na captura de seus colegas de tribu ainda selvagens, afim de não haver baixa

³²⁵ RELATÓRIO 01-09-1862. **Relatório apresentando pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862. pp. 39-40.

no preço do artigo, assim elle se mantinha constantemente indispensável.³²⁶

A tal “recompensa especial” constituía-se de roupas, ferramentas e alimentos, os quais eram trocados pelos serviços de *Doble* e seus seguidores. Esta seria a última vez que o cacique iria à capital. Hensel afirma que durante a sua permanência em Porto Alegre, o cacique e sua gente foram contaminados pelo vírus da varíola, que se manifestou quando retornaram ao aldeamento, causando muitas mortes entre os indígenas, inclusive a do próprio cacique *Doble*.³²⁷ O que Hensel não destaca em seu texto, é o fato de que os indígenas foram “presenteados” com roupas infectadas de soldados mortos por varíola,³²⁸ uma medida proposital e derradeira para acabar de vez com a controversa atuação de *Doble*.

Figura 9 - Grupo de Kaingang habitantes da região do Rio dos Sinos, em visita município de São Leopoldo, no final do século XIX.



Fonte: ENGELMANN, 2004. p. 316.

³²⁶ HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. In: **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. n.º20, jun. Porto Alegre. 1928. p. 69.

³²⁷ Ibid. p.

³²⁸ LAROQUE, op. cit. p. 141.

Refletindo sobre a lógica da estratégia do cacique *Doble*, podemos tentar compreender sua forma de pensar e agir, como um ato de resistência e também como uma forma de sobrevivência. Também podemos anuir que suas práticas de negociação e alianças foram recorrentes ainda com outros líderes de diferentes grupos indígenas. Dessa forma, compreendemo-las enquanto construções sócio-culturais, corriqueiras em situações de contatos interculturais, sobretudo quando forças externas, mais poderosas e desmobilizadoras, atuam com intenções ameaçadoras à hegemonia das lideranças.

Esta perspectiva implica superar a visão homogeneizante e estereotipada muitas vezes predominantes nas narrativas históricas, onde os indígenas atuam predominantemente pelo impulso, pelo desejo selvagem de vingança, dando-lhe outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. Estes sujeitos experimentam suas situações e relações sócio-culturais como necessidades, interesses e antagonismos e elaboram essa experiência em sua consciência e cultura, agindo de forma a construir sua história sob o seu próprio ponto de vista.³²⁹

Há diferentes interpretações da história do cacique *Doble*, a nossa, conscientemente é apenas mais uma. O que pretendemos com nossa narrativa sobre a vida desse cacique é atentar para a interpretação dos indícios disponíveis, tendo em vista que muitos deles apresentam como finalidade principal, a associação de valores a certos personagens, ignorando a existência de outros.

Não objetivamos com esta narrativa da trajetória do cacique *Doble*, contribuir para uma história criadora de mitos e heróis, pelo contrário, destacamos exatamente esta história de vida, buscando contribuir para a divulgação de sujeitos esquecidos (para não dizer ignorados) pela História dita oficial. Nesta perspectiva, procuramos demonstrar que os excluídos do cenário histórico também possuem uma História e esta, não é necessariamente uma História de vitórias ou derrotas, mas também de atuação, de inclusão enquanto sujeitos políticos que operaram sob seu ponto de vista frente ao projeto civilizador da sociedade envolvente.

³²⁹ THOMPSON, E. P. *Tradição, revolta e consciência de classe*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 81.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de conclusão de nossa pesquisa, avaliamos serem necessárias algumas considerações acerca dos principais aspectos que fundamentaram nossas argumentações e nortearam nosso diálogo com as fontes. Destacamos em primeiro lugar a restrição temporal e geográfica do trabalho, em segundo, o referencial teórico metodológico utilizado para guiar nossa escrita, e, finalmente, algumas conclusões pessoais acerca do processo pesquisado.

O drama da experiência *Kaingang* deflagrado a partir do contato com fazendeiros luso brasileiros e imigrantes europeus, abarca um recorte temporal e geográfico muito maior do que o pesquisado nesta dissertação. Os aspectos levantados em nossa pesquisa correspondem a um pequeno fragmento deste imenso leque relacional, que continua se estendendo pelos dias atuais, claro que de forma diferente, porém, com praticamente os mesmos preconceitos e juízos de valor que permeiam a tradicional visão do “branco” sobre o índio. A diferença é que para o século XIX, as frentes de expansão estavam amparadas pelo ideal progressista e desbravador, o qual acabava justificando as atrocidades contra as populações indígenas. Na atualidade são as ações judiciais por demarcação territorial e conflito com os grandes proprietários de terras que permeiam o universo de muitas populações indígenas brasileiras, entre as quais, encontram-se os *Kaingang*.

As políticas governamentais voltadas para os grupos indígenas no século XIX, estavam sempre pautadas em fatores de ordem econômica, social e política. Políticas estas que refletiam os anseios e interesses dos setores hegemônicos da sociedade naquele momento, representados principalmente pelos grandes fazendeiros, os quais mantinham vínculos estreitos com as autoridades provinciais, quando não eram elas próprias estas autoridades. As ações das elites política e econômica da província, mesmo declarando nos ofícios a defesa dos interesses gerais de todas as classes, buscaram fundamentalmente defender os interesses de uma parcela da sociedade, na qual, seguramente, não estava presente a figura do índio.

É importante salientar que foram vários os momentos de tensões e conflitos envolvendo os *Kaingang* e os colonizadores no Rio Grande do Sul. Percebemos que em grande parte deles, a resistência indígena se fez presente e atuante. Metamorfoseou-se de forma surda,

implícita, cotidiana, ou mesmo sob formas mais agressivas, como vimos através dos assaltos, sequestros e assassinatos analisados. Em todos estes atos, deve-se considerar uma intenção, uma maneira de demonstrar ao invasor que eles estavam presentes e prontos para a resistência, ainda que para as autoridades provinciais, as ações indígenas não fossem compreendidas enquanto uma tentativa de defesa territorial. O caráter de resistência era destituído de sentido, e acabava-se instituindo que os confrontos com a sociedade envolvente, correspondiam a uma característica bárbara e selvagem dos indígenas e, dessa forma, precisava ser combatida.

Se buscássemos compreender as correrias, assaltos e sequestros descritos ao longo desta dissertação somente a partir da perspectiva da reação a estímulos externos (no caso, a invasão e ocupação do território tradicional *Kaingang*) estaríamos negando a capacidade de organização política destes indígenas e colaborando para a reprodução da imagem que infere aos indígenas um caráter inferior política, social e economicamente. Reproduziríamos as velhas fórmulas de pensar a relação entre indígenas e “civilizados”, que prevêm a cultura indígena como imutável e incapaz de pensar sobre as situações sócio-históricas advindas através do contato com outras sociedades.

Ao pensar a história indígena com os pressupostos tradicionais, onde a resistência indígena é encarada apenas como uma reação a estímulos externos, com certeza negligenciaríamos a capacidade de estrategista do cacique *Nicué* para planejar e efetuar os ataques aos lotes coloniais e fazendas. Desconsideraríamos a habilidade de negociação do cacique *Fongue*, que ao desenvolver técnicas para negociar com os missionários jesuítas, teve suas exigências atendidas em diversos momentos. Não avaliariamos ainda a estratégia do cacique *Doble*, que com seu jogo duplo, ora colaborava com os missionários e autoridades, ora resistia e confrontava as ordens dos mesmos.

Considerando a relação impositiva do contato, como condenar a relação ambígua dos caciques *Doble*, *Condá*, *Braga*, *Nicué*, entre tantos, que encontraram na colaboração e na negociação uma forma de sobrevivência. Ou mesmo, como destituir de razão as ações violentas por parte de indígenas, potencializadas pela expansão sobre suas terras e outras violências que sequer somos capazes de imaginar. Os relatos das violências contra indígenas que nos chegam aos dias atuais, constantes em fontes primárias ou secundárias, correspondem a uma insignificante

estatística frente aos fatos que realmente aconteceram e que devem ter sido “esquecidos”.

A História dos *Kaingang* foi durante muito tempo, negada ou ignorada pela historiografia do Rio Grande do Sul, sobretudo por historiadores do final do século XIX e primeira metade do século XX, quando muitos deles primavam pela focalização dos mitos-fundadores e os heróis tradicionais do povo gaúcho. Naquele momento, consideravam insignificante a historicização dos povos indígenas, argumento este que felizmente não se fundamenta mais. A documentação cada vez mais é explorada e investigada sob olhares de diversas vertentes históricas e através da transdisciplinariedade. Busca-se com essa forma de análise, tirar do silêncio a representatividade histórica deste povo, assim como de outros grupos ditos “minoritários”.

Para ressaltar a atuação dos indígenas nesta relação intercultural, bem como suas diferentes estratégias, ora convergentes ora divergentes com os pressupostos colonialistas, pensamos que a pesquisa a partir das fontes documentais seria infrutífera se não tivéssemos optado pelo auxílio de um referencial histórico-antropológico para consubstanciar as informações e não pender para uma unilateralidade, que primaria pela bravura e vitimização dos indígenas, ou pelo pioneirismo e civilidade das frentes de expansão. Ao buscarmos um maior entendimento sobre a distribuição territorial, a organização econômico-social, a concepção de guerra, o papel das lideranças, entre outros, foi possível uma reflexão mais fundamentada acerca da relação posterior ao contato.

Entendemos ainda que a relação entre História e Antropologia nos auxiliou na tentativa de analisar os discursos produzidos acerca das relações interculturais, basicamente provenientes dos agentes representantes do governo provincial. Portanto, tentar interpretar tais informações, produzidas em regra sob o ponto de vista e de acordo com as categorias do observador, exige que o historiador busque opções complementares para a investigação do passado. É por isso que consideramos as contribuições da Antropologia fundamentais para os resultados que conseguimos levantar em nossa pesquisa.

Entretanto, podemos afirmar que, em todo este contexto de usurpação territorial e violência contra os *Kaingang*, elementos de sua própria cultura e história fizeram-se presentes para enfrentar a nova realidade. E foi exatamente por isso, que buscamos revelar algumas formas de pensar e agir dos *Kaingang*, tentando não reproduzir um

discurso representativo de uma atuação passiva frente ao contato, mas sim, aspectos dos encontros e desencontros entre culturas, que geraram ações e ressignificações a partir do contato com o “outro”.

Concluimos, por fim, que as políticas de aldeamento, adotadas pelo governo provincial, apesar de agir drástica e incisivamente na conformação dos *Kaingang* aos modelos impostos pelos diretores ou missionários, também serviu para revelar o caráter dinâmico da cultura *Kaingang*, permeada por estratégias, artimanhas, dissimulações e sobretudo inteligência, que se mostrou extremamente importante em um momento no qual a situação histórica desfavorável pressupunha ações alternativas à agressividade.

Podemos dizer que o cenário onde se desenvolveram os atos narrados nesta dissertação é um território de fronteiras. Historicamente, a manifestação das fronteiras étnicas ou geográficas representa uma ruptura sob determinados aspectos e ao mesmo tempo uma construção social, com novos valores e interesses para ambos os grupos em situação de contato. No caso estudado por nós, vimos como essa relação atingiu o seio da sociedade *Kaingang* em um momento crucial de sua história, onde os novos elementos trazidos pelos europeus agiram na ressignificação dos hábitos e costumes tradicionais destes indígenas.

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que a ação civilizadora definiu novas fronteiras ao *modus vivendi* do *Kaingang*. Torna-se complexo efetuar uma avaliação quantitativa sobre os efeitos do contato com as frentes luso-brasileiras ou europeias, mesmo assim, percebemos que as compulsões e coerções exógenas determinaram a fragmentação de muitos dos valores indígenas anteriores ao contato. Este fenômeno é perceptível principalmente no meio sócio-econômico, mas também é visível na relação com o seu meio, suas estratégias de sobrevivência, seus hábitos e costumes sócio-culturais, entre outros.

Ainda que não se possa negar que muitos dos valores culturais e materiais tenham se perdido ao longo da experiência do contato, não podemos dizer que os valores culturais tradicionais do grupo tenham sido extintos. Ainda que em grande parte os remanescentes *Kaingang* vivam de acordo com os valores da sociedade não indígena envolvente, sua cultura ainda continua sendo transmitida através das gerações. Seja através da língua ou através da cosmologia ritual e do artesanato, os *Kaingang* mostram que podem ser sujeitos de sua própria História e continuam resistindo ao contato, agora não mais através de saques e conflitos armados, mas sim através da união, adaptando o seu modo de

ser a um novo contexto histórico onde o grande desafio é não deixar que as novas gerações percam o orgulho de ser e sentir-se *Kaingang*.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia Geral

BESSONE, T. M. T. & QUEIROZ, T. A. P (orgs.). **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 2005.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. SAMPAIO, L. F. A. São Paulo: Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Antropology and History in the 1980's**. Journal of interdisciplinary History. XII:2. (Autumn, 1981). 277-278.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Pensar la Historia**. Barcelona: Paidós, 1991.

NOVAIS, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Brasília: Editora UnB, 1978.

ORLANDI, Eni. **Terra a vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1990.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PALMADE, Guy. **La época de la burguesia.** Historia Universal siglo XXI. 8. ed. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 1986.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **História do Direito Processual Brasileiro:** Das Origens Lusas à Escola Crítica do Processo. Barueri: Editora Manole, 2002.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FERNAT, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade:** Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. FERNANDES, Elcio. São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, E. P. **Tradição, revolta e consciência de classe.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia:** Discursos Ocultos. Mexico: Edições Era, 2000.

SARGENTINI, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. (org). **M. Foucault e os domínios da linguagem:** Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

Bibliografia Específica

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas:** Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

APOLINÁRIO, Juciene R. **Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão** – Políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, jan./abr. 1983.

BARROSO, Gustavo. **Guerra do Rosas: 1851-1852**. Fortaleza: SECULT, 2000.

BECKER, Ítala Irene B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. *Pesquisas*. São Leopoldo: Anchieta, 1976.

_____. O Índio Kaingang e a colonização alemã. **Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: IAP. 1976.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul**. (1875-1887). Trad. Ernestine Marie Bergman e Miro Rabuer. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRANCHER, Ana (org) **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BRANDÃO, Helena H. N. Catequese no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana L. P. **Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: Período Colonial**. Porto Alegre Ed. Globo. 1970.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Legislação indigenista no século XIX: uma compilação - 1808-1889. São Paulo : Edusp/CPI-SP, 1992.

DACANAL, José Hidelbrando (org.). **RS: imigração e colonização.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

D'ANGELIS, Wilmar. et. alli. **Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina.** Conselho Missionário Indigenista (CIMI – Regional Sul) Xanxerê: 1984.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Dispersão Territorial do Índio Kaingang e sua Ligação com a Tradição Taquara-Itararé.** Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

ENGELMANN, Erni Guilherme. (coord). **A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo.** Igrejinha, 3.v. 2004.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: editora UFRGS, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre.** 4a edição, Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2006.

GARDELIN, M. e COSTA, R. **Colônia Caxias: Origens.** Porto Alegre: Edições EST, 1993.

HATMANN, Ivar, **Aspectos da Guerra dos Farrapos.** Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2002.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. In: **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul.** n.º20, jun. Porto Alegre. 1928.

HORMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional.** Porto Alegre: EDUNISUL, 1986.

HUNSCHE, C. H. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. EST São Lourenço de Brindes, 1979.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia Indígena: uma introdução - história dos povos indígenas do Brasil**. São Paulo. Ed. EDUC. 2002.

KERN, Arno A. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva . **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. São Leopoldo: IAP/UNISINOS. Dissertação (Mestrado em História). 1994.

LAYTANO, D. **Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas**. Caxias do Sul, EDUCS; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro Editor, 1984. 350 p.

LEITE, Arlindo Gilberto de O. (Org.). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994.

MABILDE, Pierre A. Booth. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA;INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Política de Colonização do Império**. Porto Alegre: Edufrgs, 1999.

MARCON, Telmo. et alli. **História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo: EDUPF, 1994.

MARTINS, Maria Cristina B. Teoria, História e Etnohistória. São Leopoldo: **Estudos Leopoldenses**. Série História. Vol. 1. n. 2. 1997.

MILDER, Saul. (org). **Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos: Casas Subterrâneas**. Santa Maria: Palotti, 2005.

MOREIRA, Luis Felipe Viel. (org). **Instituições, Fronteiras e Política na História Sul-Americana**. Curitiba: Juruá Editora, 2007, p. 133.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX**. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: FFLCH Rio Claro. 1971.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Colônias Indígenas do Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, Lúcio. Tadeu.; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimmye. (org). **Uri e Wãxi: Estudos Interdisciplinares Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2000.

Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Ed. UEL, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do Rio Ivaí: História e Relações Interculturais**. Maringá: EDUEM. 2008.

NAMEN, Alexandro Machado. **Botocudo: uma história do contato**. Florianópolis: Editora da UFSC: Editora FURB, 1994.

NOELLI, F. S. & MOTA, L. T. **Índios, Jesuítas, Bandeirantes e Espanhóis no Guairá: Séculos XVI e XVII**. In: Revista Geonotas, vol.3. n.º.3, Maringá: UEM, 1999.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (org). **O Ciclo de Vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. 2004.

OLIVEIRA, J. Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC-Seduc, LACED-Museu Nacional, 2006.

PETRY, Leopoldo. **Maria Bugra**. Novo Hamburgo: Typografia Hans Behrend, 1931.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974.

PREZIA, Benedito, HOOMAERT, Eduardo. **Brasil Indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROCHA, Leandro M. **O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

ROCHE, Jean - **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols. 1969.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: Etnia, legislação e desigualdade na colônia**. Tese (Doutorado em História). PPGH-UFF. Niterói, 2001.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do País: a dramática experiência Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **O Homem Índio Sobrevivente do Sul**. Florianópolis, Caxias do Sul, Porto Alegre: UFSC, UCS, ANAI, ESTSLB. Garatujá, 1978.

SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: IAP, Unisinos, 1988.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Questões de Fronteira: Sobre uma antropologia da história. **Revista Novos Estudos**. N. 72. Julho de 2005.

SCHADEN, Egon. **Aculturação Indígena**. São Paulo: Livraria Pioneira, Edusp. 1969.

SEEGER, Anthony.; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Terras e territórios indígenas do Brasil. Encontros com a civilização brasileira**. n. 12. Rio de Janeiro, 1979.

SERRANO, Antonio. Los Kaingangs de Rio Grande do Sul a mediados del siglo XIX. Según un manuscrito del Teniente Coronel Alfonso Mabilde. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. n. VII, (s/d).

SILVA, Marcos Antônio. **Memórias que lutam por identidade: A demarcação da terra indígena Toldo Chimbanguê (SC) 1970-1986**. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: UFSC, 2006.

SILVA, Sérgio B. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, 2002. p. 189-209,

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TESCHAUER, Carlos. **Poranduba Riograndense**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo. 1929.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do Contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: PPGAS/Unicamp. 2005.

Infografia

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. **SAECULUM – Revista de História** [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005, p. 133. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum12.art04_barros.pdf. Acesso em 12/03/2009.

BENATTE, Antônio Paulo. História e Antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1. Dourados: UFGD, 2007. p. 2. Disponível em: www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/jan. Acesso em 06/06/2009.

COLLEVATTI, Jayne. **Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários**. *Revista eletrônica Religião e Sociedade*. vol. 29, n.1, 2009. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000100010&script=sci_arttext. Acesso em 15/10/2009.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. **Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado**. Cadernos do CEOM. Chapecó: UnoChapecó/Argos, 2003. Disponível no site: www.portalkaingang.com.br. Acesso em 29/11/2008.

_____. Mabilde e seus “Apontamentos” sobre os Coroados Selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>. Acesso em 17/04/08. Acesso em 13/07/07.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial**. III Encontro da ANPPAS,

Brasília, DF. 23 a 26 de maio de 2006. Disponível em: www.anppas.org.br/encontroanual/. Acesso em 20/05/2009

HERÉDIA, Vânia. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: **Scripta Nova** Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. N° 94. 1° de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em 20/10/2008.

LENZ, Sylvia Ewel. Memórias de Oficiais Alemães do Exército Imperial. **‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História**. ANPUH-RJ. Rio de Janeiro 2006. p.1. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Sylvia%20Ewel%20Lenz.pdf>. Acesso em 15/01/2009.

SANTA CATARINA. Homologação e demarcação da Terra Indígena Ibirama, La-Klanô ou Duque de Caxias. **Câmara dos deputados**. Florianópolis, março de 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/542364.pdf>. Acesso em 05/06/2009.

SCHALLENBERGER, E. . Estudos Missineiros: um aporte multidisciplinar. In: **III Seminário Internacional de História**, 2007, Maringá. Instituições, Fronteiras e Política na História Sul Americana. Maringá : EDUEM, 2007. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4318.pdf> Acesso em: 16/11/2009.

SCHWARCZ. L. **Questões de Fronteira**: Sobre uma antropologia da história. Revista novos estudos. N. 72. julho de 2005. p. 123. Disponível em: www.scielo.br/pdf/nec/n72 Acesso em 14/08/09.

Documentos manuscritos/datilografados

CORRESPONDÊNCIA 17-06-1845. **O Imparcial**. 09-07-1845. n. 72. p.1. Porto Alegre. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

CORRESPONDÊNCIA 01-02-1849. Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Guarita, 1849. Porto Alegre. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

CORRESPONDÊNCIA 28-09-1850. Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Guarita, 1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

CORRESPONDÊNCIA 23-02-1851. Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos índios da Província José Joaquim de Andrade Neves. Passo Fundo, 1851. p. 3. Porto Alegre. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

CORRESPONDÊNCIA de 19-03-1853. Correspondência de Felipe José de Souza ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Aldeia de Vacaria. 1853. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1.

CORRESPONDÊNCIA 19-10-1854. Carta de Clementino dos Santos Pacheco ao Diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira. Quatro Irmãos. 1854. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

CORRESPONDÊNCIA 31-12-1854. Carta do Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral José Joaquim de Andrade Neves. 1854. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

CORRESPONDÊNCIA 04-08-1855. Correspondência do Subdelegado Diogo José de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Vila de Passo Fundo. 1855. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 29-12-1829. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul. Ano XI. 1931.

OFÍCIO 19-05-1848. Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios

J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 1848. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 21/12/1849. Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D’Andrea. Rio Pardo, 1849. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 16-03-1850. Ofício do Diretor Geral dos Indios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 1850.

OFÍCIO 08-04-1850. Ofício do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Passo Fundo. 1850. AHRS. Arquivo Indios. Maço 2.

OFÍCIO 20-05-1850. Ofício do Padre Bernardo Parés ao Diretor Geral das Aldeias J.J. Andrade Neves. Nonoai. 1850. AHRS. Arquivo Indios. Maço 2.

OFÍCIO 28/09/1850. Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves. Guarita, 1850. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 07/12/1850. Ofício do Diretor Geral dos Indios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d’Oliveira. Porto Alegre, 1850. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 06-02-1851. Requerimento dos chefes indígenas Victorino Condá, Pedro Nicafi ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Porto Alegre, Fevereiro de 1851. AHRS. Arquivo Indios. Maço 2.

OFÍCIO 26-02-1851 – Ofício do Diretor Geral dos Indios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira. Rio Pardo, 1851. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 11/03/1851. Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves. Guarita, 1851. AHRS. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 19-03-1853. Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa. Porto Alegre, 1853. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 31-12-1854. Ofício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 1854. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 09-08-1855. Ofício do Diretor Geral dos Índios Andrade Neves ao Presidente da Província Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Rio Pardo. 1855. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 18-03-1856. Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 1856. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

OFÍCIO 10-07-1858. Ofício do Diretor do Aldeamento do Pontão, Alberto Marques, para o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Lagoa Vermelha, 10 de Julho de 1858. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 01-03-1846. Relatório de abertura da 2ª legislatura do Presidente da Província Conde de Caxias. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846.

RELATÓRIO 05-10-1847. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847.

RELATÓRIO 04-03-1848 - Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Porto Alegrense, 1848.

RELATÓRIO 4-05-1848. Relatório do Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa à Assembleia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Commercio, 1848.

RELATÓRIO 01-01-1849. **Diretoria Geral dos Aldeamentos ao Pres. Prov. Soares D'Andrea.** Rio Pardo 1º de Janeiro de 1849. Porto Alegre. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

RELATÓRIO 01-06-1849. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849.

RELATÓRIO S/D. **Cópia do Relatório Império apresentado pelo Director Geral dos Índios da Província de São Pedro ao Ministro do Império.** AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

RELATÓRIO 23-02-1851. **Relatório do Padre Bernardo Pares ao Director Geral dos Aldeamentos José Joaquim de Andrade Neves.** Passo Fundo. 1851.

RELATÓRIO 30-06-1851. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 02-10-1851. **Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 29-12-1851 – **Relatório do Director Geral dos Índios da Província ao Ministro do Império.** Rio Pardo, 1851.

RELATÓRIO 01-10-1852. **Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852.

RELATÓRIO 06-10-1853 - **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO 2-10-1854. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

RELATÓRIO 30-06-1855. Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu entregou a presidência da Província de São Pedro do rio Grande do Sul ao vice-presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre. Tip. do Mercantil. 1855.

RELATÓRIO 26-09-1855 – Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello para o Presidente da Província Barão de Muritiba. Porto Alegre. Typ. Do Mercantil, 1855.

RELATÓRIO 28-04-1856. Relatório do Conselheiro Barão de Muritiba ao Presidente da Província General Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre. Typografia do Mercantil. 1856.

RELATÓRIO 11-10-1857. Relatório do vice-presidente da província, Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

RELATÓRIO 05-11-1858. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858.

RELATÓRIO 05-11-1860. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860.

RELATÓRIO 01-09-1862. Relatório apresentando pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862.

ANEXOS

Anexo 1 - Correspondência de Felipe José de Souza ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Aldeia de Vacaria. 19-03-1853. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1.

Copia. Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.
Palácio da Presidencia em 19 de Março de 1853

Sendo desejo desta Presidencia concorrer por todos os meios a seu alcance para conseguir o aldeamento e cathequese dos Índios, e de grande vantagem para o Município de Vaccaria, que a tribu que se conhece por Chefe o Cacique Doble, o qual tem até agora vagado errante pelas altas serranias que contornão os campos d'aquelle vastissimo Termo, seja fixada em um ponto determinado, aonde dando-se aos cuidados da agricultura, entre na vereda da civilização pelo exercicio do trabalho e pelo sentimento da Fé e culto de nossa Santa Religião, reconhecendo alem disto esta Presidencia o serviço importante que a Província, e especialmente á aquelle Termo acaba de prestar o mesmo cacique e sua tribu derrotando o grupo de malfeitores que sob a direcção do Índio João Grande, e um escravo fugido cujo nome se ignora, se havia tornado temível n'aquelles lugares aos quaes matou em combate, resgatando toda a família allemã da Colônia do Mundo Novo, que por aquelles criminosos havia sido raptada, e a mais de um anno com elles vivia nas matas na mais abgesta escravidão resolveo encarregar o cuidado do aldeamento dessa tribu ao Cidadão Filipe José de Souza, que não somente por confiar no seu zelo e probidade, como por saber que sobre aquelles Índios e seu Chefe exerce o referido Cidadão grande ascendencia pelo amor e caridade com que sempre os tem tratado. E por isso lhe ordena que, escolhendo de accordo com aquelle Cacique, o lugar que mais apropriado parecer para esse aldeamento, que deveria ser sobre terreno Nacional, e nunca em propriedades particulares, tendo em attenção a qualidade das terras para produção dos gêneros do lugar, e especialmente os que servem de alimentação como milho, feijão e batatas, ahi faça construir ranchos de capim ou cascas de Pinheiro, quantas sejam necessarias para acomodação das familias, tendo cuidado de que esses ranchos sejam postos em linhas por duaz ordens, fasendo limpar e roçar o terreno de [...] e até mesmo nos arredores dos mesmos ranchos, e logo que esse trabalho esteja concluhido, designará a cada família o lugar em que

desejão faser suas plantações, separadas umas das outras, para inspirar-lhes o respeito a propriedade e maior estímulo ao trabalho. Tanto para construção dos ranchos, como para ensino das primeiras plantações, poderá o cidadão encarregado do aldeamento alugar algumas pessoas e trabalhadores que julgar necessárias, assim como também ficará por estas authorisado a fornecer aos Indios para sua sustentação, enquanto não tiverem colheita alguma de milho, feijão e batatas de que carecerem, e carne verde por uma ou outra vês, quando mais urgente e necessario lhe parecer, tendo sempre muito em vista a economia dos Cofres Públicos. Essas despesas lhe serão pagas pelo Cofre Provincial, avista das contas que apresentar, aos quaes se esforçará por fase-las com toda a clareza. Nesta ocasião receberá o mesmo Snr. Encarregado do aldeamento uma Portaria do Contador Provincial para lhe serem supridas pela Collectoria do Pontão, as quantias de que carecer para esse primeiro trabalho de que se acha encarregado, assim como toda a ferramenta que ali existir, a qual será distribuída pelos Índios que se mostrarem mais propensos ao trabalho. Espera esta Presidencia que o Snr Filippe José de Sousa apreciando a importância do encargo que recebe e attendendo o bom desempenho della resultará em beneficio de todos os habitantes da Vaccaria, se esforçará p. corresponder aos desejos e intenção deste Governo, requisitando em tempo, tudo quanto julgar útil e conveniente ao bom resultado do [...] aldeamento que agora se vai fazer devendo na primeira occasião mandar-me uma lista de todos os Indios, designando o sexo, e a idade proxima de cada um. Os 6 Indios que agora seguem para [...] lhe sejam entregues por Felisberto Antonio d'Oliveira, inclusive o filho do Cacique Doble, farão todos baptisados, e ao mesmo se deverá fazer com esses d'ahi, logo que elles manifestarem esse desejo, a que deverá ser comunicado á esta Presidência, afim de se mandar um sacerdote para esse fim.

Deos Guarde á Sn^a

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu

Sn^a. Filipe José de Sousa.

Anexo 2 - Correspondência do Subdelegado Diogo José de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Vila de Passo Fundo. 04-08-1855. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Ilmo e Exmo Sr.

Levo ao conhecimento de V. S.^a que no dia 1º do passado houverão quatro assassinatos commetidos pelos indios selvagens de nomes Marau, Thomé, Salvador e Luiz, os tres primeiros filhos de João Grande, e o ultimo irmão do Cacique Pedro Nicafy, nas pessoas dos infelizes Joaquim de Macedo, um genro, um filho e um camarada, e logo que este acontecimento me chegou ao conhecimento officiei ao Director de Nonoai; e verá V. Ex.^a a resposta que tive e envio por cópia. Forçoso me foi reunir uma escolta e seguir aos aldeamentos dos Índios, nos Campos de Joaquiem Portella, e se os vizinhos, na convicção de que o delicto fosse perpetrado por aquelles indios; entretanto lá chegando, e para evitar a morte d'alguns indios inocentes não quis fazer entrar a escolta, e oferecendo-se aquelles Índios, para seguirem após os malfeitores, fiz entrar trese Índios, pagos pelos habitantes d'esta Freguesia; e capitaneados por Luis Portella e seo Irmão Manoel Portella, afim de resgaar-se o menino, que se supunha terem levado, e capturar-se os malfeitores; e isto no dia 18 do passado, de que resultou a morte dos quatro indios asima referidos, ainda quatro chinas e toda pilhagem que haviam feito ao infeliz Macedo, e não vindo o menino por acharem-o morto. Estes Índios malfeitores acima éráo restos da já extincta tribu de João Grande, vivião vagando e fasião parte de sua habitação nas mattas visinhas a esta freguesia.

Deos Guarde a V. Ex.^a Passo Fundo 4 de Agosto de 1855

Ilmo Exmo Sr. José Joaquim d'Andrade Neves.

Director Geral dos Índios de Missões

Diogo José de Oliveira
Sub-delegado de Polícia

Anexo 3 - Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos índios da Província José Joaquim de Andrade Neves.
Passo fundo, \. p. 3. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Passo Fundo 23 de Fevereiro de 1851

Ilmo. Sr Brigadeiro José Joaquim d'Andrade Neves

Não tive logar de contestar ao bilhetinho que V. Ex^a. por não me ter sido entregue a tempo pelo meu camarada que era o portador. V. E. disse que quer que eu lhe informe com urgência da pessoa que podera ser própria e boa para Director de Nonohay. Eu me lembro que na conversa que tivemos contei a V. Ex. que tendo-me perguntado o mesmo o Ex. Sr. Presidente lhe tinha eu contestado que era de parecer que se desse o cargo de Director a pessoa que fosse proposta pelo Sr. Oliveira para comandante da força que o mesmo Oliveira devia crear, pois não vejo que sejam incompatíveis os dois empregos, antes pelo contrario e he mais fácil achar uma pessoa de confiança e boa do que duas ou tres. Este he ainda o meu parecer. Mas não sei qual será esta pessoa, porém eu advertirei ao Sr. Oliveira para que logo avise a V. Ex.

Na minha chegada a esta me foi entregue uma carta do P. Santiago do 13 corrente na que me disse o que copio para noticia de V. Ex.

“ No dia 1º deste mês tive uma visita e conferencia do velho Nonohay. Eu não tinha ido visitar elles no seu toldo por saber que estavam todos no rio da Vargem e que tinham passado até a Guarita. Vierão com o velho uns 50 homens: eu estava já prevendo de que tinham de vir a fazer reclamações contra da posse nestes campos do Sr. Rocha e que alguns dos principaes querião por força [...] derrubar as casas e matar os animaes. O velho Nonohay [...] foi quem n'esta conferencia falou [...] 1º O Sr. Rocha [...] não quer que moremos nos campos que este chama seos, e que são nossos, pois n'elles moramos, n'elles estão enterrados nossos pais, n'elles estávamos nós quando elle veio de Parmas com a gente do Victorino e nunca os temos abandonado. 2º O Sr. Rocha fez derrubar as casas que tínhamos feito no campo quando o Sr. Presidente nos mandou dizer que sahiremos dos mattos. 3º O Sr. Rocha se queixa injustamente de nós, quando se perde ou morre algum dos seos animais, dizendo que nós matamos ou roubamos. 4º Se nós permittimos que o Sr Rocha fique com esse grande campo que chama seo, logo tem de vir

outros da vilhinha e Passo Fundo, a tomar posse do campo, e nos succederá o que aos de Garapuava que tudo perderão e forão botados fora por intriga do Pai do Sr. Rocha. Estas forão as rasões do velho Nonohay das que concluía exigindo desde já a expulsão do Sr. Rocha destes campos.

Eu lhe respondi que não acreditasse nas ameaças do Sr Rocha, que tudo não devia ser outra coisa mais que invenções dos que a affirmavão: que nos não os podíamos botar fora ao Sr. Rocha, mas que eu lhe prometia de levar aos Sr. Presidente as suas queixas e rasões entretanto esperassem e se sujeitassem ao que o governo determinasse pois debião estar certos que o Governo não tiraria delles o que lhes pertencia que não fisessem mal a ninguém e não molestassem ao Sr. Rocha para que não tivesse motivo de se queixar delles. Mandeí logo dar-lhes de comer e lhes reparti alguns mimos, com o que ficarão saptisfeios por agora, mas ao despedirme disserão que logo que chegasse o P. Bernardo querião tratar com elle para que fisesse sahir do campo ao Sr. Rocha.”

Ate aqui hé da carta do P. Santiago...

Pelo mais tudo esta sem novidade. Neste povo corre o alarma de que os Bugre se ajuntarão para dar um assalto. Os que espalhavão esta notícia se rião della; mas a Guarda Nacional esteve sobre as armas, entretanto que nos aldeamentos tudo estava sossegado e só alguns Bugres do Arechi que perderão suas roças erão os que tinhão sido vistos no mato sem armas, procurando mel e comendo milho das roças destes moradores. He tudo o que tem succedido da parte dos Bugres. Mas o motivo verdadeiro do alarma e do medo foi que andão por aí uns desertores, que já tem cometido alguas desordens , e mortes, os que tem interesse que perder, temerão e tomarão pretexto de ter-se visto no matto 14 Bugres ainda que desarmados para alarmar o povo e excitar a vigilância da Guarda Nacional para seguridade de suas casas. Isto tenho sabido da bocca dos mesmos que pidirão estas providencias. O mais curioso he que só tiverão medo os que morão dentro do povo, PIS os que morão nos sítios inda que sejam os mais retirados como o Sr. Bergueiro, o Joaquim Portella, o Prattes no Bugre Morto e o Clementino não ficerão caso, não julgarão que se devesse tomar algua precaução para defender as suas moradias.agora com a nossa chegada tudo se desvaneceo e não há mais medo.

Muitas recomendações a sua Sr^a e filhos. De V. Ex^a Servidor
Bernardo Pares - Missionário

P.S. As noticias que tenho de Vaccaria não são boas. Os Bugres incomodão muito aos moradores comendo as roças. Não sei se terá já nomeado Director ou havido providencias para que não falte o mantimento temo que nada se pode fazer. Os que estão ainda na Lagoa Vermelha na espera de huas providencias. Aqui se queixão hontem de que os Bugres do Arechi que perderão suas roças de milho, andão comendo as dos visinhos. Este anno tem sido ruim para as plantações nestes logares.

Anexo 4 - Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Guarita, 01-02-1849. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

Ilmo Sr. Brigadeiro

Guarita 1º de Fevereiro de 1849

Bem boa disposição encontro nos nossos Bugres para a factura d'Ervas mas infelizmente não acho pessoa alguma que queira ir alli trabalhar com elles para os ensinar, portanto V^a. S^a insta o quanto antes pela criação da Companhia de Montanha competentemente organizada e com quanto leve alguns meses a fazer este engajamento posso por aqui arranjar alguns poucos individuos que sejam aptos para o serviço e já vão servindo athe que venhão os outros e ainda se pode aproveitar parte do inverno neste serviço, o qual muito convém, já por tirar-se delle com que se forneça o Aldeamento e jápor aplica-los ao trabalho pois para o futuro inverno estarão mestres de fabricar a Erva. Eu nada mais posso fazer, e o pouco que tenho aqui feito, não he sem grande sacrificio meo. A Francisca com seo Terno já está há muito no Aldeamento, e por agora não tem morrido mais, e no fim do trimestre lhe darei conta officialmente de todas occorrências. Se isto não prosperar não he por culpa minha, pois sem força fisica no Aldeamento nunca haverá respeito, e sempre andaremos de pedir favor aos Bugres qualquer serviço a beneficio delles, e farão alguns e outros não; e quando quiserem ir para os mattos irão indo. Esta minha convicção he firmada na experiência, e sine qua non. Sua saúde, e sua prosperidade muito apreciará o seu

Muito abrº e affecto amigo

José Joaquim de Oliveira

Anexo 5 - Correspondência do Diretor da Guarita José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Guarita, 28-09-1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

Os motivos que me forçarão anteriormente admitir-me do cargo de Director interino deste Aldeamento ainda existem e são por V. S^a conhecidos; e só a amisade que por muitos títulos me ligão ao Exmo Sr. Presidente da Província Pimenta Bueno, fizeram com que eu aceita-se a Portaria de minha nomeação para o mesmo cargo de Director do Aldeamento na expectativa de serem dadas as providencias por mim tantas vezes exigida, qual a existência de trinta Pedestres no Aldeamento, e tendo já decorrido alguns meses sem que taes providencias apareçam, por isso espero que V. S^a. novamente as exigirá, pois em caso contrário assevero que tornarei a deixar o emprego, e talvez me veja forçado a retirar-me deste lugar, hua vez que o aldeamento não pode prosperar sem haver força ali, além disso he hua falta de caridade o deixar-se tantas famílias deste Districto axpostas ao bordão dos Selvagens, porque athe agora elles não conhecem quem lhes possa impor respeito e temor> allem dessas rasões accresse outra, que hé as plantações e o fabrico da Erva Matte, e he evidente que si elles tivessem temor, e quem os feitoriza-se, muita cousa farião e bastava isso para os por a coberto das principais necessidades; e tanto isso hé verdade que só por minhas instigações, elles tem plantado milho e feijão e fizeram no inverno passado o numero de erva que já fiz ver a V. S. e agora acabão de fazer 500 @, que forão aqui vendidas a 1000 réis cada arroba, porém isto não pode saptisfazer as necessidades que soffrem vim forçado a comprar 27 couros para insurruarem as ervas, e bem assim 6 bois para comerem tanto no serviço da Erva, quanto na roça que estão fazendo, representando-me o Comandante Fongue, esta urgência, e que se eu os não suprisse, se retiravão para o matto; por isso que o milho e feijão não lhes dava forças para o trabalho braçal, e se não tinham couros para insurruamento das ervas, não as farião mais, igualmente comprei na Crus Alta 4 @ de ferro e 2 @ de aço para o concerto de ferramentas e mesmo fazer alguas novas por causa da má ferramenta que há tempos veio da capital e quando hás receby, fiz ver a V. S. a inferior construção dellas, a ecepção das enxadas; toda esta dispesa soma em 186:220 rs, segundo se vê nos documentos e conta, junto, e V. S^a. dará as providencias para que se me embolse.

O desejo que nutro de ver em meus dias prosperar os Aldeamentos me farão aparecer (talvez) como importuno, reclamando forças para os mesmos; tornando a repetir a V. S^a. que sem a existência dellas em dittos Aldeamentos, só teremos amargozos fructos por colheita, e esta minha previsão, não irá longe para se reconhecer a evidencia della; mas então sem mais se poder remediar e só me restará por lenitivo o aver previsto, e annuciado. Deos Guarde a V. S^a. Guarita 28 de Setembro de 1850.

Ilmo Sr Brigadeiro José Joaquim d'Andrade Neves

José Joaquim d'Oliveira
Director do Aldeamento.

Anexo 6 - Carta de Clementino dos Santos Pacheco ao Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira. Quatro Irmãos. 19-10-1854. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Amigo e Sr. Oliveira

Quatro Irmãos 19 de Outubro de 1854

Estimarei que fizesse uma feliz viagem, e que ahi chegasse sem alteração no seu incommodo, e que encontrasse tudo em santa paz. Aproveito a occasião para faze-lhe participante dos meus soffrimentos com os índios motivados pelos conselhos de quem a muito se acha informado, pois que não satisfeitos com os incommodos e prejuisos que me tinhão causado, como bem ao facto estará, succede que agora há poucos dias foram ao Campo de Irixim e desmancharão-me a mangueira, e queimarão a casa, atropelarão os animaes que eu ali tinha invernados, matando alguns e taparão a entrada para aquelle campo na sahida do lado de cá com cerca de tranqueiras falquejadas, e inda fizerão uma derrubada no caminho, e tudo isto não torno tanto a culpa nos Índios, mas sim a aquelles que por suas bem conhecidas irregulares conductas vivem aconselhando a elles para que não aldeem-se no entretanto que incinuão para praticarem d'estes actos afim de me prejudicarem.e incommodarem o meu socego, portanto como conheço que isto está debaixo de suas attribuições espero que providenciará pela melhor forma que conveniente julgar. Desejolle saúde e todas as prosperidades e que me proporcione meios de seu serviço, pois [...]

Seu affectuoso amigo

Snr.

Clementino dos Santos Pacheco.

Anexo 7- Carta do Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral José Joaquim de Andrade Neves. 31-12-1854. AHRs. Arquivo Indios. Maço 3.

Ilmo Exmo. Sr.

Contou-me hontem que o Índio Luis Portella e outros que vivem aliciados e arranchados cerca da casa de Joaquim Portella, se dirigirão para essa cidade talvez com o intuito de ainda requererem contra Clementino dos Santos Pacheco sobre o Campo de Irichim que outrora comprou ao finado Ajudante Mello, e o dito Joaquim Portella não cessa de insuflar estes Indios afim de cometerem toda sorte de hostilidades nos animaes que ali tem o referido Clementino para que este desacoraçando largue mão do mencionado campo, com vistas que os Indios lhe acudirão ou talvez que fossem requerer alguma cousa contra mim, emfim seja o que for, he necessário por-se termo a estas hidas de Indios a Capital. Ocorre-me huma idea para fazer com que estes indios se recolhão a Nonohay e por isso vou a contala para que V. Ex^a leve ao conhecimento do Exmo Sr. Presidente da Província e se elle não produzir o effeito desejado, então não sei qual outra produsirá melhor resultado. Consiste ella em o Exmo. Sr. Presidente da Província, fazer correr uma circular a todos os Subdelegados da Palmeira, Passo Fundo e districtos da Vaccaria para que estes por si e seos inspetores de Quarteirão intimem aos Indios a se recolherem para a Aldea de Nonohay, e que nem hum Índio apparecerá em parte alguma sem licença por escripta do Director, sob pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Indios em seos campos, ou Mattos serem processados pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código, isto feito, e mesmo hindo hum ou dois Indios presos julgo que os outros procurarão logo Aldeamento, e os taes conselheiros e aliciadores ficarão sem recursos para os manejos que até então ministrava a egoísmo e certas desafeições. Temos procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Indios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte.

Deos Guarde a V. Ex^a. Passo Fundo 31 de dezembro de 1854. Ilmo e Exmo Sr. Brigadeiro Director Geral dos Indios da Província.

José Joaquim de Oliveira
Diretor da Aldea

Anexo 8 - Ofício do Diretor Geral dos Índios Andrade Neves ao Presidente da Província Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Rio Pardo. 09-08-1855. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

São nove horas da noute, e acabo de receber do Director da Aldea de Nonohay, um officio do 5 do corrente do lugar denominado Quatro Irmãos participando-me que tivera parte do Subdelegado da Freguesia do Passo Fundo que nos dias 3 ou 4 do corrente forão assassinados tres ou quatro pessoas no lugar que habitavão, sendo Antonio José de Macedo, um filho menor, um genro, e um pião e que pelas informações obtidas foram estes delitos perpetrados pelo Indígena Luiz, que mora nos Campos do Portella, e que fora visto um dia antes com trez companheiros: o mesmo Director e o Subdelegado tem dado todas as providências para que os mesmos sejam capturados, cumprindo-me esclarecer a V. Ex^a. que este índio Luiz é de Mao comportamento, e nunca quis se juntar aos outros. Communicame o refferido Director que he de muita necessidade [...] a esquadra de Pedestres, pois que há poucos homens, e que estes mesmos desgostosos com o commandante se estão despedindo, se V. Ex^a. quiser que se contracte alguns digne-se dar-me suas ordens, também officiei-lhe que se não retirasse do Aldeamento para que não haja alguma desordem, e eu só espero que os cavalloos estejam melhores para ir athe aquelle lugar
Deos Guarde a V. Ex^a.

Ilmo. Exmo Sr. Luis Alves Leite de Oliveira Bello
Presidente desta Província

José Joaquim de Andrade Neves
Diretor Geral

Anexo 9 - Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 19-05-1848. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Posto que nenhuma ingerencia tinha na Cathequese comtudo almejo que ela quanto antes seja levada a effeito com especialidade neste districto e suas circunvizinhanças por que [...] a tranqüillidade dos habitantes do mesmo ao passo que submetem-se aquelles entes errantes ao circulo Social dos Humanos.

Julgo por isso de meo dever levar ao conhecimento de V. S^a. que Manoel José de Quadros, morador no Campo do Meio em dias do mês de Abril p. p. sacrificou sua vida entranhando-se no sertão sobre as margens do Rio Taquary, thé os Toldos dos indígenas, e conseguiu que os Caciques Nicofé, Chico, Maneco e Dobre fossem com suas hordas e acompanhassem com o deznio de aldearem-se no Campo delle Quadros; e assim estão praticando. No dia 7 do corrente fui vellos e observei com admiração a confiança que depositão naquelle homem tanto que o respeitão como se elle fora hum dos seos principaes caciques. Observei mais que estão todos na firme esperança que o Governo não tardará em fornecer-lhes vestuário, ferramentas próprias para a cultura; e para isso estão prevenindo-se de sementes: as hordas que vi calculei em mais de cem almas de ambos os sexos e idades, regulando os maiores e menores de 15 annos. [...]

Hum Bugre que a elles tive de interprete falou [...] que não tardaria a chegar ali hum cacique de nome Braga, com doze Cazais que vem aldearem-se com os que ali estão e que o total de almas he tanto ou maior que aquelles que eu estava vendo; e que aquelles Caciques Nicofé, Chico, Maneco, querião hir a Porto Alegre ver a cidade em Companhia de Quadros. Este homem é pobre e tem feito despezas superiores as suas forças afim de atrahir os Bugres; seos serviços prestados com risco de vida a prol da cathequese. V. S. melhor saberá avaliar.

Deos Guarde a V. S^a. Freguesia de Passo Fundo, 19 de maio de 1848.

Ilmo Sr. José Joaquim de Andrade Neves

Diretor Geral das Aldeas da Província

Joaquim Fagundes dos Reis

Subdelegado de Policia

Anexo 10 - Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D'Andrea. Rio Pardo, 21/12/1849. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

Incluso encontrará v. Ex^a. as copias dos officios do Director interino da Guarita e da [...] das fazendas que o mesmo pede para vestir os índios do dito Aldeamento, confirmando-me em tudo quanto dis este Director, posso assegurar a V. Ex^a que não estando as providencias por elle reclamadas várias vezes tem de se perder tanto trabalhos e despesas. V. Ex^a conhece o zelo incansável d'este Director e que a sua atividade e conhecimento dos índios tem podido obter a permanência dos mesmos ali aldeados. Desde que o governo tem tratado de tira-los das selvas para os civilizar, as experiências dos séculos tem mostrado que esta gente para se obter delles alguma cousa he preciso conserva-los como em tutella, pelo seu genio indolente e selvagem, habito adquirido desde sua infância, por isso convem ter sua força própria para os oprimir em seus excessos quando queirão por em pratica.

Não acha este Director interino de reclamar sua demissão ou julgar acerado que V. Ex. o nomeasse Director effectivo e lhe mandasse o tempo activo [...] V. Ex^a que faltaria este homem naquella Aldea quem o substituirá que faça o que elle tem feito a prol do mesmo, enfim V. Ex^a dará providencias que julgar conveniente. Deos Guarde a V, Ex^a.

Directoria Geral dos Índios de Rio Pardo – 21 de dezembro de 1849.

Ilmo Exmo. Sr. Ten. General Francisco Soares D'Andrea .

José Joaquim de Andrade Neves
Diretor Geral

Anexo 11 - Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d'Oliveira. Porto Alegre, 07/12/1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

Incluso remeto a V. Ex^a. o officio do Director da Guarita e por elle V. Ex^a verá a necessidade que há de conservar-se ali uma força para conter os índios, condição esta pela qual aceitou o lugar de Director, tendo eu também lembrado por vezes ao antecessor de V. Ex^a por requerir do mesmo Director a percizão do cumprimento d'essa condição. Já communiquei a V. Ex. os acontecimentos que tiverão lugar em Nonohay por falta dessa medida, e teremos de ver reproduzido se não fazer-mos um pronto obstáculo [...]. Por já haver estado n'aquelle lugar conheço essa necessidade e julgo que será de proptamente saptisfeito este pedido por estar inteirado um Padre que antesdeontem chegou aquelle local. O Padre Bernardo, superior dos Jesuítas, encarregado da cathechese pede um pequeno [...] para a capela de Nonohay e huma [...] por serem objectos estes que são aly mui percizos.
[...]

Directoria Geral dos Índios,
Porto Alegre, 7 de Dezembro de 1850.
Ilmo exmo Sr. Pedro Ferreira d'Oliveira
Presidente da Província

José Joaquim de Andrade Neves
Diretor Geral

Anexo 12 - Offício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves. Guarita, 11/03/1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

Accuso a recepção do officio que V. S. enviou-me em dacta de 7 de Fevereiro pp, cobrindo as cópias dos officios que o Exmo Sr. Presidente da Província digigio a V. S^a. em 5 de Dezembro do anno anterior, e 29 de Janeiro e 3 de Fevereiro ultimo findo, scientificando em seus contheudos, tenho dado algumas providencias para se ir faser p engajamento na Província de São Paulo no lugar denominado Campo do Tenente e Registo do Rio Negro, por ser esta gente a única que julgo servirem para a proteção dos Aldeamentos; mas esta gente sendo toda pobre, não póde vir a despensas suas, ainda mais por terem de traser, e he por esta rasão que eu pedi se mandasse abonar pela Collectoria da Cruz Alta ao menos 12/000 rs por praça para comedorias do caminho, visto convencer-me que elles devem ter vencimentos desde o dia em que se ponhão em marcha, e assim só aguardo essa providencia, para dar andamento, Também já fiz ver a V. S. que se devia abonar a pessoa que tem de ir faser o engajamento a quantia de 200/000 rs para suas dispezas.

Estas providencias he de necessidade, e a brevidade ainda mais para que cheguem aos aldeamentos no fim de Maio, antes que os frios apareção. Outra medida indispensável, he vir as condições do engajamento, e seus vencimentos mensais, pois não obsta que eu tenha proposto esses vencimentos, he necessário que o Governo os aprove. Com as 50 praças em Nonohay, e as 30 aqui, terei de ver em pouco tempo prosperar os aldeamentos, e acabarem-se as correrias, e hostilidades, empregando-se os selvagens em serviços úteis para delle tirarem o sustento, e vistuario. Deos Guarde a V. S^a. Guarita 11 de Março de 1851.

Ilmo Sr. Director Geral

José Joaquim de Oliveira
Diretor da Aldea

Anexo 13 - Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira. Rio Pardo, 26-02-1851. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Sou informado que o motivo que os índios do Aldeamento de Nonohay, se desgostaram e ser já a segunda vez que se tem retirado, hé em razão do dito Aldeamento ser em huns campos muito bons, com divizas naturaes d'hum Serrito e o Rio do Passo Fundo, pelo que várias pessoas querendo se apossar d'elles tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha.

João Cypriano da Rocha Loires foi o primeiro Director deste aldeamento o qual tendo pedido ao Exmo. Presidente Senador Galvão permissão para fazer hua casa hoje acha-se com um grande estabelecimento como querendo apossar-se dos terrenos do Aldeamento. O Subdelegado de Polícia tão bem he um dos interessados neste negocio por isso convem que V. Exª determinasse as ordens para remediar os males que forem acarretar a ambição d'estes outros indivíduos que em idênticas circumstancias queirão fazer o mesmo, desgostando os índios fazendo com que elles se retirem, adquirindo posses naquelles campos destinados para os aldeamentos, bem como ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrição aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios afim d'elles se apossar dos campos.

Deos guarde a V. Exª. Directoria Geral dos Índios em Rio Pardo
26 de Fevereiro de 1851

Ilmo Exmo Sr. Chefe de Divisão
Pedro Ferreira d'Oliveira – Presidente desta Província

José Joaquim de Andrade Neves
Director Geral dos Índios

Anexo 14 - Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 16-03-1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Tendo requisitado o antecessor a V. Ex^a roupas grossas para o Aldeamento da Guarita, ficou d'os mandar dar porém, inda não me foi remetido, por isso peço a V. Ex^a haja de mandar o pedido do respectivo Director.

Os Índios estão muito descontentes porque tendo-se dado só roupas para os homens, as mulheres, filhos e parte delles se achão nus, e como vem chegando o inverno convem que quanto antes me remetta os objectos pedidos. O Director interino da Guarita José Joaquim de Oliveira pediu sua demissão, e já se deo por despedido, porque estava descontente com o Presidente: este homem faz muita falta ali, porque foi quem organizou o dito Aldeamento, e que muitos sacrificios fez em prol do mesmo, por isso talvez V. Ex^a. officinando-lhe e mandando-lhe passar Diploma de Director, elle continue, que eu de muito pronto insistirei para que elle continue, porque não vejo quem o substiua e os índios já estão acostumados com elle e a quem obedecem.

Em 25 do passado, remetti um pequeno relatório do estado dos Aldeamentos conforme me ordena o Regulamento.

Deos Guarde a V. Ex^a Directoria Geral dos Índios em Rio Pardo 16 de março de 1850.

Ilmo e Exmo. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno
Presidente desta Província

Joaquim Jose de Andrade Neves.

Anexo 15 - Ofício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 31-12-1854. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

Ilmo Exmo. Sr.

Contou-me hontem que o Índio Luis Portella e outros que vivem aliciados e arranchados cerca da casa de Joaquim Portella, se dirigirão para essa cidade talvez com o intuito de ainda requererem contra Clementino dos Santos Pacheco sobre o Campo de Irichim que outrora comprou ao finado Ajudante Mello, e o dito Joaquim Portella não cessa de insuflar estes Índios afim de cometerem toda sorte de hostilidades nos animaes que ali tem o referido Clementino para que este desacoraçando largue mão do mencionado campo, com vistas que os Índios lhe acudirão ou talvez que fossem requerer alguma cousa contra mim, emfim seja o que for, he necessário por-se termo a estas hidas de Índios a Capital. Ocorre-me huma idea para fazer com que estes indios se recolhão a Nonohay e por isso vou a contala para que V. Ex^a leve ao conhecimento do Exmo Sr. Presidente da Província e se elle não produzir o effeito desejado, então não sei qual outra produsirá melhor resultado. Consiste ella em o Exmo. Sr. Presidente da Província, fazer correr uma circular a todos os Subdelegados da Palmeira, Passo Fundo e districtos da Vaccaria para que estes por si e seos inspetores de Quarteirão intimem aos Índios a se recolherem para a Aldea de Nonohay, e que nem hum Índio apparecerá em parte alguma sem licença por escripta do Director, sob pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Índios em seos campos, ou Mattos serem processados pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código, isto feito, e mesmo hindo hum ou dois Índios presos julgo que os outros procurarão logo Aldeamento, e os taes conselheiros e aliciadores ficarão sem recursos para os manejos que até então ministrava a egoísmo e certas desafeições. Temos procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Índios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte.

Deos Guarde a V. Ex^a. Passo Fundo 31 de dezembro de 1854. Ilmo e Exmo Sr. Brigadeiro Director Geral dos Índios da Província.

José Joaquim de Oliveira

Diretor da Aldea

Anexo 16 - Ofício do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Passo Fundo. 08-04-1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2.

Ilmo e Exmo Senhor Presidente.

O Exmo. Sr. Presidente desta Província anecessor de V. E. convencido da necessidade de manter nos Aldeamentos de Bugres huma força que os protegesse, ordenou, me parece que em junho do anno passado, que se mandasse ao Nonohay toda a Companhia de Pedestres que existia no Passo Fundo; mas tendo logo sido extincta esta Companhia, determinou que da Companhia de Polícia que mandou organizar no Pontão em Vaccaria, se desse hum destaccamento de vinte praças para proteger o dito Aldeamento de Nonohay. Era de esperar que a Companhia de Pedestres não abandonaria aquelle porto até ser substituída pelo destacamento de Policia; mas quanta foi a minha surpresa na minha chegada a Vaccaria, ouvindo do mesmo capitão encarregado de organizar a dita Companhia de Policia, que a ordem que tinha era de mandar ao Nonohay vinte praças quando a Companhia estivesse completa, y que até agora tinha só nove praças de sesenta que deve ter; sabendo por outra parte que a Companhia de Pedestres se tinha já dissolvido e deixado aquelle posto no princípio de Fevereiro! Outra hora, V. E. não erro eu de parecer que houvesse soldados nos aldeamentos; mas depois que vi as circunstancias particulares d'estes indígenas, julgei d'outro modo, e muito mais quando aos chefes principaes pedirem e exigirem uma força que os proteja, pois sabem por não remotas experiências que o Bugre selvagem é sempre inimigo dos Aldeados. A mais de que há ainda alguns dos mesmos aldeados que não é fácil conter, sem huma força que imponha respeito. Hé por isso que eu decia outra vez que se não se manda uma força que mantenha a ordem e os proteja no Aldeamento, será logo preciso crear outra que os persiga nos Mattos. Muita [...] que se portanto não se mandar ao Nonohay huma força de 30 ou 40 praças, se perca o pouco que com tantas despesas e trabalho se tinha adiantado; e isto mesmo annunciação os mais sagases e ladinos d'elles. Quanto major tinha sido a alegria e satisfação do Aldeamento na chegada da Companhia de Pedestres, outro tanto foi o sentimento e desconfiança ao ver-se abandonados d'essa força que olhavão como protectora. Muitos desaparecerão da Aldea, e os que ficarão, foi porque lhes disserão que commigo viriá outros soldados

ocupar o lugar dos Pedestres. Effectivamente vão-se todos apresentando e já dos que se tinham retirado, tem chegado a gente de Nonohai, de Vuotoro e de Canhafé. Eu procurarei entreter-los com a esperança da vinda do destaccamento de Policia; porém como não há esperança ou probabilidade de que por muito tempo fique completa a Companhia; temo não só que elles accreditem que os estou illudindo; senão também as desordens, que podem promover os que por interesses privados não quizerão que se formalizassem os Aldeamentos; e os transtornos que se podem seguir entre estes selvagens de não haver huma força que os faça algum repeito. Ate agora elles tem respeitado o gado de criar e o pequeno deposito de ferramentas que lá existem, porem não sei o que será para adiante.

Peço encarecidamente a V. E. que tenha por bem de dar as disposições convenientes para que com a mayor prontidão passe huma força respeitável de 30, ou 40 praças a proteger este Aldeamento de Nonohay. Deos guarde a V. E.

Passo Fundo 8 de abril de 1850.

Exmo. Snr. Presidente da Prov^a.

De V. E.

Bernardo Pares S. J. Miss.

Anexo 17 - Ofício do Padre Bernardo Parés ao Diretor Geral das Aldeias J. J. Andrade Neves. Nonoai. 20-05-1850. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2.

Ilmo e Exmo Sr Brigadeiro

Recebi a de V. S. de Abril com a quantia de 60\$000 réis pertencentes aos soldos do Cap. Victorino a quem já mandei entregar. O dito Victorino ficou muy descontente porque dice que hé major quantia que se lhe debe pois que no passado Agosto cumprio hum anno que recebeo huma quantia que foi a primeira q tem recebido y depois não tem recebido mais até a de agora, e hé por isso que quer ir a Porto Alegre a queixar-se ao Sr. Presidente. Aqui tenho ouvido dicer que V. S^a. no anno passado mandou huma quantia elle não sei a quem, se assim foi, V. S^a me avise para eu averiguar se foi entregue ou não, dicendome a quem o remettedo e em que tempo.

V. S^a. nada me dice sobre quem seja nomeado Director de Nonohay. Eu me comprometti para este serviço só para fazer a roça, casa para os padres e Capella: já cumpri meo compromisso; e não posso nem convém nem quero estender mais em semelhante lida imprópria de meo Ministério. Pelo que peço a V. S^a. [...] quanto antes dar providência pois já aponta o tempo das roças e será preciso pedir mais ferramentas por quanto o que se mandou de Porto Alegre era muito ruim que quebraba de valde e a que existe útil hé pouca: pois me parece conveniente compartir com os do Arexi que visitei, e querem fazer suas plantações para não incomodar os vizinhos e aos do Campo do Meio, que o P. Miguel Cabeza esta assentando perto da casa do Sr. Pinto já que não quizerão aldear-se na Vacaria. Eu só quero prevenir a V. S^a. que o que seja Director não experimente as demoras que eu que só em Novembro recebi as ferramentas que tinha pedido no mês de Maio e me vi em apuros para as roças e foi causa de que a gente do velho Nonohay não roçassem perto da Aldea por cujo motivo morão ainda no seo toldo antigo donde fazem suas plantações.

Ate agora não vejo providencia nenhuma sobre o destacamento. Sem huma força protectora tudo se vá a perder e eu mesmo estou determinado a retirar-me e abandonar a empresa se não se der logo a conveniente providencia. Já por tres veces nos temos visto no perigo de haver brigas dos huns com os outros e nos tem custado de os conter. O certo hé que se chegar o caso de elles brigarem entre si todos ficariam

alçados e correremos um grande perigo. Não sei que idéia foi essa de retirar a Companhia de Pedestres sem [...] relevo. Isto he querer destruir com uma mão o que se edifica com a outra. Os Bugres bons estão desconfiando da protecção do governo e não tem querido fazer herva porque temem uns dos outros de serem surpreendidos e não querem deixar seus filhos e mulheres nas suas casas depois que falta o destacamento que os devia proteger: e estou persuadido que se não estiver a tempo a força promettida tãobem não tem de querer roçar. Incluyo o recibo da quantia dos soldos de Victorino. Muitas recomendações á sua Sr^a e Família. Da V. S. attento Servidor

Bernardo Parés Missionário
Nonohay 20 de Mayo de 1850

Anexo 18 - Requerimento dos chefes indígenas Victorino Condá, Pedro Nicafi ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Porto Alegre, 06-02-1851. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2.

V. E. teve a bondade de nos escrever no estado de miséria em que chegamos a esta cidade, e a sua beneficencia compadecendo-se de nossa pobreza não só cubrio a nossa desnudez, se não que nos deo ropas para defender-nos da inclemência do inverno. Agradecidos a tanta generosidade, e reconhecendo as vantagens de estar baixo de um governo tão paternal como he o de S. M. Imperial, procuraremos dedicar-nos ao trabalho, obedecer aos nossos Directores e atrair aos nossos Irmãos a mesma sujeição e obediência, para não ser [...] ou incommodos a tão bom Governo.

Porém, Exmo Sr. nos somos mui pobres e nosso trabalho apenas nos dá o necessário sustento, e se será grande a alegria da nossa gente quando nos vejão com estes vestidos que V. E. nos manda dar; quanta não será a nossa afflicção ao ver nuas as nossas mulheres e filhos e a toda a mais gente, tanto dos Aldeamentos como dos Toldos de Nonohay, de Vuotoro e de Canhafé? E quanta seria a tristeza dos mesmos se não levássemos a sua notícia de que a beneficencia de S. M. Imperial a quem V. E. representa, tem de alcançar a todos? Pelo que nos perdoe se nos animamos a elevar a V. E. uma supplica em favor d'aquelles pobres nossos Irmãos (que todos estão no mesmo propósito de gozar dos benefícios da civilização) incluindo uma nota das coisas com que se remediarão as nossas supplicas, nos mandará levar a boa notícia a todos nossos Irmãos. Deus Guarde a V. E. muitos annos.

Porto Alegre 6 de Fevereiro de 1851.

Requerimento dos chefes indígenas Victorino Condá, Pedro Nicafi

Anexo 19 - Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteadado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 18-03-1856. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1.

No dia 15 expedimos duas escoltas, húa de 13 índios da tribo do Prudente, e outra de 18, sendo onze homens nossos, 4 índios da tribo do Fongue, o Cacique Doble com 2 seus soldados. No dia 16 tive parte de ter a nossa escolta dado no poizo dos assassinos à úma legoa distante désta Freguesia, e de ter feito função com a outra. Para a perseguição e captura: creio que serão presos ante a actividade p. q., digo, com que são perseguidos por esta escolta.

Temos Exm^o Senr feito qto em nós está para a captura dos malvados assassinos, da qual funde a descoberta da trama infernal para desagravo da justiça offendida. Consta-me que o Exmo Sr. Presidente do Paraná tomou as mais enérgicas providencias, na extrema de aquellas com esta Província.

Não Convém por modo algú Exmo Sr. O aldeamento do doble na Vacaria, ou campo do meio; este passo nada mais comporta que embaraços à cathequese, mais ônus aos cofres públicos com Director, Capelão e força, o que tudo só pode resultar em benefício de interesses particulares contra as conveniências publicas: creio que há interessados por este novo aldeamento. Fallei ao Doble a este respeito, fis continencias com o Prudente, e o vi bem disposto a hir para Nonohay. De mais Exm^o Snr., essa indiada está tão viciada como esta do Nicaphyn, que tantos malles tem feito.

Pouco me demorei nesta Freguesia onde deixarei ordens para a [...] dos presos ao Juizo Municipal do Termo, e seguirei para essa cidade a appresentar-me a V, Ex^a, deixando como disse encarregado déssa tarefa a João Cipriano da Rocha Loures, ao qual deixarei instruções, e em quem muito confio.

Deos Guarde V. S^a por muitos annos. Passo Fundo 18 de Março de 1856.

Ilm^o. Exm^o. Snr. Presidente da Província

Pe. Antonio de Almeida Leite Penteadado.
Director do Aldeamento de Nonohay.

Anexo 20 - Offício do Diretor do Aldeamento do Pontão, Alberto Marques, para o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Lagoa Vermelha, 10-07-1858. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2.

Ilm^o Ex^{mo} Senr.

Respondendo o officio de V. Ex^a dattado de 5 de Maio proximo preterito em que me ordena informar sobre algumas violencias e depredações cometidas pelos Índios que se achão hoje sob minha direcção, declaro a V. Ex^a que apenas me consta terem elles commettido alguns furtos de mantimentos, ferramentas e vestimentas, das lavouras e de algumas cazas em auzencia dos proprietarios sem que tenha percebido violencia.

Estes atos todos, espero que terminarão com o Aldeamento dos indígenas o que espero será breve.

D^s. G^c. a V. Ex^a. [...] Lagoa Vermelha 10 de julho de 1858.

Ilm. Ex^{mo}. Snr. Conselheiro Ângelo Muniz da S^a Ferraz

Alberto Marques de Oliveira
Diretor do Aldeamento de Pontão